



Documentos
Décimo Quarto Congresso do
Partido Comunista do Brasil – PCdoB

Brasília, 17 a 19 de novembro de 2017



Faz escuro,
mas eu canto

Thiago de Mello





Faz escuro, mas eu canto

Thiago de Mello





A Mesa Diretora abre os trabalhos do 14º Congresso



Frente Ampla: Novos Rumos Para o Brasil
Democracia, soberania, desenvolvimento, progresso social

Documentos

14º Congresso do

Partido Comunista do Brasil – PCdoB

Brasília, 17 a 19 de novembro de 2017

São Paulo – 2018





Documentos
14º Congresso do Partido Comunista do Brasil – PCdoB

Organizador: Adalberto Monteiro

Pesquisa: Fernando Garcia, Centro de Documentação e Memória (CDM)

Colaboração (Edição de Textos): Cláudio Gonzalez e Osvaldo Bertolino

Preparação e revisão de originais: Maria Lucília Ruy

Reportagens reproduzidas: Portal Vermelho – Dayane Santos e
Portal Grabois – César Xavier

Diagramação: Laércio D'Angelo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C749a Congresso do Partido Comunista do Brasil PCdoB (14.: 2018, Brasília, DF).
Anais do XIV Congresso do Partido Comunista do
Brasil PCdoB, de 17 a 19 de novembro de 2017. /
Organizador: Adalberto Monteiro.—1.ed.— São Paulo : Anita Garibaldi; Fundação
Maurício Grabois, 2018.
424 p.
Vários autores.
ISBN 978-85-7272-192-4
1. Partido Comunista do Brasil - Congressos. 2. Monteiro, Adalberto (Org.). I.Título.
CDD 305.56

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Copyright © 2018

Direitos desta edição:



Editora e Livraria Anita Ltda.

Rua Amaral Gurgel, 437 - Vila Buarque
São Paulo – SP – CEP 01221-001
Tel.: (11) 3129-3438
www.anitagaribaldi.com.br
livraria@anitagaribaldi.com.br



Fundação Maurício Grabois

Rua Rego Freitas, 192 - Sobreloja – Centro
São Paulo – SP – CEP 01220-010
Tel.: (11) 3337-1578
www.grabois.org.br
fmg@grabois.org.br

Sumário

Apresentação _____	11
Informe político da presidenta do PCdoB, Luciana Santos _____	17
Resolução aprovada no 14º Congresso do PCdoB _____	49
I – Conflitos e tensões no mundo, ofensiva imperialista e luta dos povos _____	51
II – Balanço dos governos Lula e Dilma e avaliação do desempenho do PCdoB _____	71
III – Governo ilegítimo contra o Brasil e o povo _____	90
IV – Saídas para a crise brasileira _____	100
V – Fortalecer o PCdoB e elevar seu papel na resistência _____	110
Estatuto do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) com alterações aprovadas _____	131
Trabalho da direção nacional 2013-2017: Balanço, lições e perspectivas _____	187

Estatísticas da mobilização do 14º Congresso _____	221
Mesa Diretora e Comissões do 14º Congresso do PCdoB _____	223
Comitê Central eleito _____	227
Perfil do Comitê Central _____	271
Centenário da Revolução Russa: Legado, lições e a nova luta pelo socialismo _____	275
Luis Fernandes _____	277
Renato Rabelo _____	285
Maranhão: Pronunciamento do governador Flávio Dino _____	295
Joan Edesson _____	297
Renildo Calheiros _____	299
Flávio Dino _____	303
Pré-candidatura de Manuela D'Ávila à presidência da República _____	315
Apresentação de Manuela D'Ávila por Haroldo Lima _____	317
Pronunciamento de Manuela D'Ávila _____	323
Presença do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva _____	335

Ato Político e Cultural _____	339
Ato Político no Congresso do PCdoB reúne partidos amigos _____	341
Mautner cede direitos e <i>A Bandeira de Meu Partido</i> é hino do PCdoB _____	345
Poeta Thiago de Mello dedica versos à militância do PCdoB _____	347
Atividade internacionalista _____	351
Pronunciamento de José Reinaldo Carvalho _____	353
Mensagens recebidas de Partidos e Organizações ao 14º Congresso do Partido Comunista do Brasil _____	363
A presença internacionalista no 14º Congresso do PCdoB _____	421



Apresentação

**Faz escuro,
mas eu canto**
Thiago de Mello



Apresentação

Unir amplas forças, desbravar alternativas, fortalecer o Partido



Walter Sorrentino, membro da Mesa Diretora, dirige sessão de trabalho

Este livro reúne informações, documentos e a Resolução Política do 14º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), realizado entre os dias 17 e 19 de novembro de 2017, em Brasília, no Centro de Convenções Brasil 21.

O Congresso foi convocado em 9 de julho de 2017 pelo Comitê Central (CC) e teve o seguinte temário: Discussão do Projeto de Resolução intitulado *Frente Ampla: Novos rumos para o Brasil, democracia, soberania, desenvolvimento, progresso social*; Discussão e deliberação



sobre as propostas de alteração do Estatuto partidário; Balanço das atividades de direção do Comitê Central; Deliberação sobre o número dos membros do Comitê Central; Eleição dos(as) dirigentes do Comitê Central.

De julho a outubro os documentos do Congresso foram debatidos pelo coletivo militante e foram realizadas conferências em todos os estados do país e no Distrito Federal. Foram mobilizados(as) 68.010 mil filiados(as); 1.383 mil cidades realizaram conferências e 1.912 bases se reuniram. A *Tribuna de Debates* foi publicada digitalmente entre julho e outubro e recebeu mais de uma centena de artigos. Sem dúvida, um rico processo de democracia partidária característica dos Congressos do PCdoB nos quais a sabedoria do coletivo é altamente valorizada.

A direção nacional, em reunião realizada em 5 de novembro de 2017, com base no resultado das discussões que enriqueceram os documentos originais e tendo em conta as emendas provenientes das Conferências Estaduais, encaminhou ao 14º Congresso uma versão modificada do Projeto de Resolução, bem como das alterações dos Estatutos.

Mesmo num contexto adverso, de amplo domínio das forças conservadoras – o país sob um governo ilegítimo –, as sessões plenárias do 14º Congresso, como ápice desse processo, se realizaram com marca de forte unidade em torno da *Resolução Política*, aprovada com convicção e entusiasmo pelos delegados e delegadas.

Registra-se duas importantes novidades deste 14º Congresso. Primeiro: foi realizado recadastramento digital dos(as) filiados(as) resultando em importante passo para implantação do *PCdoB Digital*. Segundo: na dinâmica do Congresso, houve a inovação de distribuir os delegados e delegadas em seis grupos de trabalho cujos(as) relatores(as) apresentaram diretamente ao Plenário a síntese dos debates neles ocorrido.

O *Informe Político* de Luciana Santos, presidenta do PCdoB, impor-

tante pronunciamento sobre os assuntos candentes relacionados à pauta em tela, abriu os trabalhos do Congresso e também abre este livro. É rico também o documento sobre o trabalho da direção nacional em 2013-2017, com um balanço do período que tira lições e aponta perspectivas.

Destaca-se com relevo a aclamação entusiástica do Congresso ao lançamento da pré-candidatura de Manuela D'Ávila à presidência da República. Um fato relevante, pois ao longo de sua história o Partido, anteriormente, somente havia lançado candidaturas presidenciais em 1930 e em 1946.

O pronunciamento do governador Flávio Dino do Maranhão foi outro momento destacado, tendo em vista as realizações e conquistas da sua gestão proporcionadas ao povo maranhense e o papel político do governador do PCdoB na cena política nacional.

Partido classista, patriótico e internacionalista, o Congresso teve a honrosa participação de convidados de quase três dezenas de países. Realizado no mês do centenário da Revolução Russa, o Congresso prestou suas homenagens a este épico acontecimento com duas intervenções especiais.

O livro contém ainda a nova composição do Comitê Central eleito, além de gráficos referentes à mobilização do Congresso e ao perfil do novo CC.

Numa quadra na qual o PCdoB está na linha de frente da resistência democrática e se empenha para agregar amplas forças políticas e sociais, se ressalta o Ato Político e Cultural que teve a presença de lideranças de legendas do campo político progressista do país, e também dos movimentos sociais. Entre as lideranças dos partidos de esquerda que prestigiaram o Congresso se destacou a presença emblemática do ex-presidente Lula.

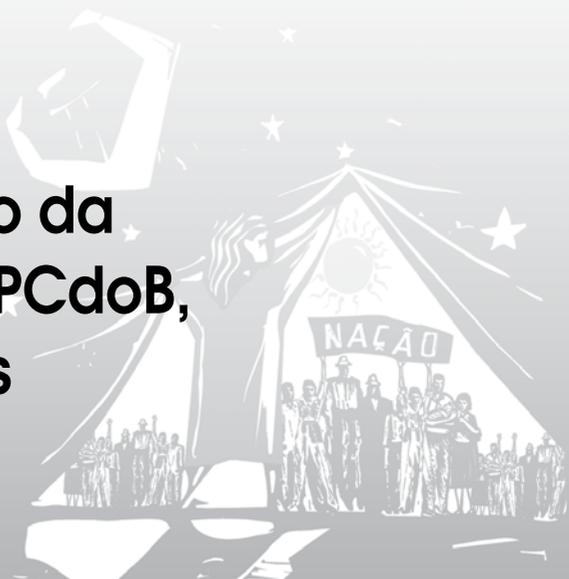
Orientado no próximo quadriênio pela Resolução Política e demais documentos aprovados, o coletivo militante é desafiado a fortalecer o



PCdoB, avançando nas múltiplas dimensões de sua construção, elevando seu papel no processo político, alargando seus vínculos com a luta do povo e da classe trabalhadora.

Os editores

Informe Político da Presidenta do PCdoB, Luciana Santos



Luciana Santos apresenta o *Informe Político* na abertura do 14º Congresso



Informe Político ao 14º Congresso do PCdoB

Luciana Santos

Estimados delegados e especialmente estimadas delegadas, mulheres que tiveram de quebrar grandes obstáculos só para se fazerem presentes ao 14º Congresso do Partido Comunista do Brasil,

Estimados convidados e convidadas, representantes de partidos irmãos,

Estimados embaixadores e embaixadoras do corpo diplomático credenciado presentes,

Camaradas,

Desde a 10ª Conferência Nacional, realizada em maio de 2015, o Brasil vive uma profunda viragem política. As elites conservadoras, não conformadas com a quarta derrota consecutiva nas urnas, optaram pelo atalho político, um golpe, ferindo a democracia e o Estado de Direito. Passados 128 anos da Proclamação da República, seus princípios de harmonia e equilíbrio entre os poderes foram afetados com a realização do *impeachment*. O governo usurpador que tomou de assalto o poder busca instaurar com celeridade uma nova ordem, de caráter neocolonial e neoliberal. Neste transcurso encontrou nas ruas, no parlamento, nos espaços do debate de ideias a resistência democrática na qual desde a primeira hora o PCdoB ocupou a linha de frente.



O processo que culmina com a realização do 14º Congresso Nacional do PCdoB teve início no mês de abril, com a reunião ampliada do Comitê Central. Nela, debatemos o novo quadro político que levou o país a uma de suas maiores e mais complexas crises desde a redemocratização em 1985.

Este congresso, camaradas, foi construído no calor das lutas.

O projeto de resolução, aprovado pelo Comitê Central no último mês de julho, e que iremos examinar, foi enriquecido pela sabedoria de nosso coletivo militante, com as contribuições e os debates realizados nas 27 conferências estaduais, e em dezenas de reuniões das municipais, e em centenas de encontros de Organismos de Base, além dos mais de cem artigos publicados na *Tribuna de Debates*. Trata-se de um projeto de resolução que expressa ampla unidade do Partido em torno da análise da cena política, e da tática que deve nos orientar e dar perspectiva à nossa jornada.

O PCdoB empreende grande esforço para se colocar à altura das tarefas e dos desafios de uma realidade instável, regressiva, perigosa, no mundo e no Brasil. Manter viva e pulsante a corrente dos comunistas na política brasileira exige um fecundo trabalho teórico, político, ideológico e prático. Podemos afirmar que chegamos ao plenário do 14º Congresso fortalecidos. E isto é resultado da ação de nosso abnegado e criativo coletivo militante que no cotidiano das lutas constrói o PCdoB. Coletivo, neste Congresso, representado por vocês, queridos delegadas e delegados do 14º Congresso que fazem no dia a dia o PCdoB, um partido vivo e pulsante! Uma salva de palmas ao nosso coletivo militante, o maior patrimônio do PCdoB!

▼ O centro dos debates é a luta por novos rumos para o país

O objetivo central do 14º Congresso do PCdoB é dar resposta ao principal anseio da Nação e da classe trabalhadora na atualidade: reti-

rar o país da crise e encaminhá-lo a novos rumos, do desenvolvimento e do progresso social. O projeto de resolução fundamenta, aponta uma nova tática. É fundamental, no curso da luta, construir um amplo movimento, político, econômico, social, cultural, uma Frente Ampla envolvendo as forças democráticas, populares, de esquerda e patrióticas, em torno de um projeto nacional, coletivamente elaborado por esse amplo leque de forças. Para o PCdoB, esse projeto nacional, essa nova agenda para o país, deve ter os seguintes fundamentos: a defesa do Brasil, de sua soberania; de suas riquezas; a recomposição, o fortalecimento e a democratização do Estado nacional; a restauração da democracia e do Estado de Direito; a retomada do desenvolvimento; valorização do trabalho e o resgate dos direitos da classe trabalhadora, dos direitos sociais do povo que foram e estão sendo extirpados pelo governo golpista.

Nossa tática destaca como tarefa prioritária na atual conjuntura a realização das eleições presidenciais de 2018, respeitando a decisão soberana do voto popular. Refutamos tentativas de truncar as eleições com eventuais medidas casuísticas, como adoção de um semipresidencialismo ou do parlamentarismo.

Nossa tática – ao formular diretrizes fundamentais para a retomada de um projeto nacional de desenvolvimento levando em conta a realidade do Brasil pós-golpe, e das lições extraídas do ciclo progressista dos governos Lula e Dilma – está em plena sintonia com o Programa Socialista do PCdoB que concebe a luta por um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento como o caminho brasileiro para o socialismo. Nosso Programa, que se encontra na pasta de cada um dos delegados, que se mantém atual e vigente, nos serve de bússola neste mar tempestuoso. No meio do denso nevoeiro que paira sobre o Brasil, nosso desafio é abrir clarão, ajudar a dar perspectivas. Não nos intimidamos com as adversidades. É por isso que “faz escuro, mas eu canto!”.



▼ Balanço na condução do Partido

O Congresso também debaterá o balanço do trabalho do Partido no último período. Devemos extrair lições do período vivido de forma crítica e autocrítica, tendo em vista planejar as ações para o período seguinte. Por ser essencialmente político, deve levar em consideração o contexto em que se desenvolveram a atividade política e as três esferas da vida partidária. Trata-se de um período de grandes reviravoltas e instabilidade política, onde o PCdoB soube, de um modo geral, se posicionar buscando sempre apresentar saídas.

É no bojo deste cenário complexo que se dá a transição na presidência do PCdoB, iniciada a partir da 10ª Conferência Nacional, em maio de 2015. Existe uma curva natural de aprendizagem, na qual espero estar enfrentando da melhor maneira possível – e buscando responder – as expectativas do coletivo partidário. Tem sido um processo de aquisição de novas experiências, de superação de dificuldades, sejam elas de nível pessoal e no plano político.

Um processo que tem contado com a colaboração e compreensão dos membros da direção, em particular do apoio imprescindível do Secretariado e do nosso camarada Renato Rabelo. O desafio principal para enfrentarmos esta quadra é a busca permanente da unidade e confiança, e a afirmação do método da inteligência coletiva.

I – Conflitos e tensões no mundo, ofensiva imperialista e luta dos povos

Estimados camaradas,

Faz-se necessário olharmos de modo alargado o contexto em que estamos inseridos e as características e os desafios da nossa época, o processo acelerado em que se dão profundas transformações no sistema internacional, bem como as particularidades do capitalismo contemporâneo, suas crises e as disputas no tabuleiro geopolítico. Todas elas são

variáveis que incidem sobre a realidade político-brasileira e a luta pela retomada do Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento.

A principal característica da conturbada transição em curso é o declínio relativo da hegemonia da superpotência estadunidense e a emergência de novos polos de poder econômico, político, diplomático e militar, no mundo.

De um lado, imersos em profundos dilemas e contradições, os EUA, sob a presidência de Donald Trump, buscam com seu slogan *América em primeiro lugar* recuperar o dinamismo de sua atividade econômica. No entanto, do ponto de vista externo, sua retórica belicista e a atitude hostil às demais nações contribuem para a perda cada vez maior de influência.

De outro, o fenômeno mais representativo da tendência mundial é o protagonismo da China socialista como potência e a recuperação do poder nacional da Rússia, ambas atuando em parceria estratégica, e a existência do BRICS. São países onde o Estado tem tido um papel central na estratégia de desenvolvimento, controlando setores estratégicos como grandes empresas e bancos de fomento, fazendo uso da política externa como instrumento do desenvolvimento. A resultante destes fatores é o fortalecimento das tendências à multipolaridade e a desconcentração do poder hegemônico dos EUA.

Neste cenário, a China Socialista se destaca como um dos polos dinâmicos desse reordenamento do Globo, e demonstra que a alternativa socialista é viável, factível, e responde aos anseios da humanidade por paz, desenvolvimento e progresso social.

Sua trajetória de desenvolvimento é um feito sem precedentes na história moderna. A participação relativa no Produto Interno Bruto (PIB) mundial – medida pelo Poder de Paridade e Compra (ppc) – passou de 5% em 1980 para 17,1% em 2014, ultrapassando os EUA e a União Europeia. A participação da China na produção científica mundial saiu de 1,1% em 1993 para 16,7% em 2013, levando os produtos de alta tec-



nologia presentes na pauta de exportação a crescerem de 4,7% em 1992 para 29% em 2008.

▼ Reações do imperialismo ameaçam a paz e a luta dos povos

Este contexto não é algo menor, corriqueiro, mas sim uma verdadeira mudança de época que abre grandes perspectivas para os países com projetos nacionais. No entanto, isso não ocorre de modo pacífico. As potências imperialistas reagem com virulência, com vistas a conter a emergência e a consolidação de uma nova ordem. Nenhuma grande mudança na ordem internacional ocorreu sem um grande conflito bélico.

Neste cenário, o imperialismo estadunidense e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) colocam suas armas contra os povos do mundo. As constantes ameaças, por parte do governo Trump, à República Popular e Democrática da Coreia, casualmente um país fronteiro a um dos países do BRICS, são exemplo disto.

Ao mesmo tempo, os EUA empregam o uso de novas técnicas para produzirem conflitos de baixa intensidade. Os conflitos de quarta geração são assimétricos e diversificados. Eles utilizam ataques cibernéticos, disseminação de notícias falsas, guerras comerciais, desestabilização de governos com as revoluções coloridas, até a difusão por meios acadêmicos de ideias e ideologias que buscam fragmentar os grandes Estados da periferia.

É por isto, entre outros motivos, que guardam centralidade a luta anti-imperialista e a bandeira da paz.

É dentro deste contexto que podem ser lidos o golpe no Brasil e a desestabilização dos países que compunham um polo de poder na América do Sul. A onda conservadora se traduziu, com suas especificidades, na consumação do golpe de Estado no Brasil que, somado à eleição de Mauricio Macri na Argentina e a intentos de desestabilização

e intervenção na Venezuela e na Bolívia, fez redobrar o ímpeto da ofensiva contra os governos progressistas da região.

No entanto, os povos estão em luta e não se dobram ante as ameaças e as agressões das forças imperialistas. Vimos o povo venezuelano resistir, e vencer, a uma intensa campanha de difamação e desestabilização da revolução bolivariana; acompanhamos a rearticulação das forças progressistas na Argentina; e a sonhada e merecida saída política para o conflito armado na Colômbia. Nos próximos meses, teremos importantes embates políticos e eleitorais em países como Chile, Colômbia, Paraguai e México.

Prestamos, de igual modo, nossa solidariedade a Cuba, que no último ano sofreu com o desaparecimento físico do Comandante Fidel Castro, que libertou o povo cubano dos grilhões da dominação imperial, e preservou a soberania da nação cubana com justiça social e liberdade. Repudiamos as manobras realizadas pelo governo Trump para abalar o processo de reaproximação diplomático e comercial entre ambos países. Saudamos deste plenário a luta do povo palestino pela constituição de seu Estado, e a brava resistência do governo e do povo sírio que enfrentam a agressão do imperialismo.

Aproveitamos a oportunidade para reafirmar o caráter internacionalista do PCdoB e seu compromisso com a solidariedade aos povos em luta contra as guerras e o imperialismo ao redor do mundo.

A crise sistêmica e estrutural do capitalismo, os trabalhadores e as transformações no processo produtivo

O outro fator estruturante do cenário internacional é a crise pela qual passa o capitalismo, que tem na atualidade a financeirização e o rentismo como características centrais. Passados dez anos desde o seu início, a crise aguçou as contradições sociais no interior das nações, bem como os conflitos internacionais. O desemprego subiu a níveis inéditos na história. O número de trabalhadores e trabalhadoras desocupados no mundo não para de crescer. Somente em 2017 foram 3,4 milhões de



novas pessoas desempregadas, chegando a um total de 201 milhões. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), esta tendência deve se manter em 2018.

Mesmo assim, de acordo com distintas agências (FMI, Banco Mundial), observa-se uma lenta retomada da atividade econômica, que terá um crescimento médio mundial de 3,5% para 2017 e projeções de 3,6% para 2018. No entanto, distintos analistas avaliam a possibilidade do surgimento de novas bolhas financeiras.

Outro fato de grande relevância é a rápida transformação no processo produtivo industrial, que irá – em curto espaço de tempo – realizar profundas mudanças no modo de produção, e transformações no mundo do trabalho.

A chamada quarta revolução industrial – digitalização e conexão à internet do processo de produção, o uso de impressoras 3D, a robótica e a inteligência artificial – produzirá impactos profundos e de longo alcance sobre a produtividade, repercutindo na divisão mundial do trabalho e no comércio internacional, no perfil do emprego e na distribuição de renda.

Estados com projetos nacionais de desenvolvimento definidos têm mobilizado esforços de empresas, instituições de pesquisa e universidades em torno de programas estratégicos de fomento ao avanço da ciência, tecnologia e inovação. Enquanto a China se torna a maior produtora de *robôs* para a indústria, o Brasil não dispõe de um programa estruturado para enfrentar este desafio.

Devemos no próximo biênio realizar uma conferência, ou um encontro nacional, para debater tanto as transformações no modo de produção como também o perfil do novo operário diante da revolução 4.0.

▼ No limiar do século XXI o socialismo vive e inspira a humanidade

A grande questão de nosso tempo é a perspectiva. Nesta quadra da história, onde o cenário internacional passa por processos de transfor-

mação, a luta ideológica que travamos é de grande envergadura: Existe ou não alternativa ao capitalismo?

O socialismo nasce no século XX, com a gloriosa Revolução Russa – que neste mês celebra seu centenário –, e se desenvolve no século XXI como a grande alternativa para os dilemas da humanidade. É esta a convicção do Partido Comunista do Brasil.

O centenário da Revolução Russa foi devidamente comemorado pelo nosso Partido. A Fundação Maurício Grabois publicou quatro livros sobre o tema, e realizou, também, vários debates e seminários. Teremos na programação do 14º Congresso uma intervenção especial do camarada Luís Fernandes, um dos mais destacados pesquisadores de nosso país sobre a Revolução Russa, e do presidente da FMG, Renato Rabelo, sobre a Nova Luta pelo Socialismo.

Nestas atividades, ressaltamos o grande legado dessa primeira grande experiência do socialismo à classe trabalhadora, aos povos e à humanidade e, ao mesmo tempo, procuramos extrair lições para impulsionar a luta pelo socialismo contemporâneo. O legado da primeira experiência de um modelo alternativo ao capitalismo é fabuloso e deixou, entre suas marcas, a inspiração para que em 1922 se constituísse a primeira experiência de participação organizada dos trabalhadores na vida política nacional, com a criação do Partido Comunista do Brasil.

A Revolução Russa introduziu na agenda mundial a questão social de uma forma abrangente e profunda, promoveu amplo processo de desconcentração de renda. E colocou em um novo patamar a condição social e econômica das mulheres. A União Soviética e o campo socialista contribuíram de forma decisiva para a derrota do nazi-fascismo e para libertar os povos do jugo colonial.

Passados vinte e seis anos do fim da União Soviética, uma nova luta pelo socialismo se desenvolve e se projeta como alternativa à própria crise estrutural do capitalismo.



Essa nova jornada brota das contradições e dos paradoxos do capitalismo contemporâneo. Um sistema que se revela crescentemente incapaz de dar resposta aos anseios e necessidades da classe trabalhadora e dos povos.

A nova luta pelo socialismo se ergue da brava resistência dos trabalhadores e das trabalhadoras e das nações contra as iniquidades do sistema dominante. Alimenta-se do poder criador do marxismo, que se renova e se mostra capaz de interpretar os grandes dilemas e problemas da atualidade, e da pertinácia do movimento revolucionário que, mesmo ainda sob defensiva estratégica, está presente e atuante em países de todos os continentes.

O socialismo no século XXI está vivo e pulsante nos países que, mesmo enfrentando grandes adversidades, mantiveram sua construção, segundo as singularidades de cada um, e souberam empreender reformas, renovações e atualizações: China, Cuba, Vietnã, República Popular da Coreia, Laos.

Mesmo que uma poeira cinzenta, na atual quadra histórica, esteja a cobrir o céu azul de grande parte de nosso planeta, e que nosso país esteja sob as garras de um dos piores governos da nossa história, o PCdoB comemora o centenário da Revolução Russa, enaltece seu legado à classe trabalhadora, aos povos, à humanidade e reafirma que o socialismo é uma relevante força viva do presente. É a alternativa e perspectiva de futuro radioso à classe trabalhadora e aos povos. Camaradas, o PCdoB é o partido do socialismo!

II – Extrair lições do ciclo progressista para impulsionar um novo rumo de desenvolvimento

Estimados convidados dos partidos e organizações amigas,

O Brasil viveu um ciclo inédito em sua história que merece ser analisado e estudado nas mais distintas formas. Buscamos em nosso

projeto de resolução dar seguimento ao tema, sem pretensões de esgotá-lo.

Pela primeira vez, uma coalizão de forças lideradas pela esquerda ganhou consecutivamente quatro eleições no Brasil. Buscamos em nossa análise uma visão multilateral, que compreende os importantes avanços obtidos nas distintas esferas, e os erros e limitações, associados à intensa luta de classes vivida ao longo do período, em particular no governo da presidenta Dilma.

Fazemos esta reflexão com as lentes postas para a frente, buscando retirar lições com vistas a renovar o projeto e disputá-lo no seio da sociedade.

O papel do Estado como indutor do desenvolvimento foi resgatado, os bancos públicos foram fortalecidos, de igual maneira as empresas estatais e a Petrobras jogaram um papel de organização saliente da economia brasileira. Iniciativas destinadas à realização de investimentos em infraestrutura, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mobilizaram a economia e levaram benefícios para amplas parcelas da população. O Brasil com a política externa ativa e ativa passou a jogar um papel de destaque no concerto das nações, sendo peça decisiva na articulação do BRICS, e no fortalecimento da integração regional. Distinta de outras épocas, a política externa foi instrumento do desenvolvimento nacional.

Como vimos poucas vezes no Brasil, o país cresceu e conseguiu distribuir renda. Foram mais de 36 milhões de pessoas retiradas da linha de pobreza, mais de 20 milhões de postos de trabalho criados e o salário-mínimo teve uma política inédita de valorização, que proporcionou ganhou reais de 71,5%. Além das mais de 6,8 milhões de pessoas que realizaram o sonho da casa própria, e de outras 15 milhões que obtiveram acesso à energia elétrica.

Não obstante, erros e limitações também se fizeram presentes. Alguns, próprios de uma experiência nova, e outros, resultado de incom-



preensões de fundo da força que liderava a condução do processo político governamental.

A nosso modo de ver, o principal erro foi haver subestimado a questão nacional e não haver alterado a supraestrutura do Estado, com a realização de reformas estruturais, aspecto que impôs limites ao próprio projeto. Não houve uma reforma política democrática, não foram realizadas a reforma nos meios de comunicação e a reforma tributária. E, embora com muitas inflexões políticas no tripé macroeconômico, ousamos pouco na política cambial – o que não ajudou a retomada da atividade industrial.

Subestimações de igual modo se deram na pouca compreensão e vacilação com respeito ao poder político, ao poder de conduzir o Estado. O real republicanismo é fazer valer a vontade do povo, que elegeu o chefe do Executivo para conduzir o país, e não estimular a autonomia de estamentos do Estado.

A falta de compreensão em torno do poder político corroborou para a não compreensão de que havia um golpe em curso. Desde a 10ª Conferência do nosso Partido, em maio de 2015, vínhamos afirmando que se gestava um consórcio golpista que buscava apeiar as forças democráticas e progressistas do poder. Buscamos ao longo deste período não só alertar, como também sugerir, sobre caminhos e meios para evitar o golpe. **O golpe era evitável.** Fica-nos uma lição com respeito ao exercício do poder: ele existe é para ser utilizado, exercido em plenitude; do contrário, se é expelido dele.

O PCdoB, apesar das restrições colocadas por aliados, teve a oportunidade de apresentar o talento de seus quadros políticos na gestão pública, executando importantes iniciativas como a Copa do Mundo, as Olimpíadas, a política de Ciência e Tecnologia & Inovação, Defesa Nacional, Setor estratégico da Energia, em especial Petróleo, Gás e Biocombustíveis, Cultura, com destaque para o setor do Cinema, do audiovisual, Saúde Pública, Juventude, Educação, entre outros. Também temos res-

ponsabilidades com erros, bem como os acertos, que devem ser vistas com o nosso tamanho e o poder de incidência que tínhamos no governo.

Está no DNA do PCdoB a defesa das coalizões como uma necessidade de governabilidade do Brasil, e a defesa intransigente do Estado Nacional como vetor decisivo para o crescimento.

Talvez, entre nossas limitações, tenha-nos faltado sermos mais ousados nas disputas eleitorais, na relação dialética de unidade e luta com o PT. Faltou-nos aparecermos com mais cara própria, difundirmos mais nosso Programa, que até mesmo pela nossa militância ainda é pouco assimilado. De modo autocrítico, o Projeto de Resolução ora em debate assinala que, na questão da democratização do Estado, foram limitadas e de pequeno alcance as iniciativas do Partido para persuadir e pressionar o governo quanto à necessidade de uma Reforma do Estado.

Esta rica experiência continuará a ser avaliada e estudada por um longo período. Resta-nos, nesta fase, dela extrair os aspectos mais importantes para fazermos a disputa que se dará em 2018. O que deve nos guiar não é o saudosismo, ou o autoflagelo dos erros cometidos. Devemos beber na fonte deste legado que pertence a todas as forças que contribuíram com sua construção e apresentar um projeto renovado que recupere a rota do desenvolvimento e da soberania nacional.

III – Fortalecer o PCdoB e elevar seu papel na luta política

Estimados companheiros que constroem o partido diariamente,

Na atual quadra da luta política, na cada vez mais complexa sociedade brasileira, a exigência de uma força como o Partido Comunista do Brasil se faz necessária. Um partido forte, com solidez ideológica, flexibilidade e amplitude tática, que compreenda a natureza e os anseios do nosso povo, uma força organizada, com ampla militância em distintas esferas da sociedade e com unidade política e de ação.



O PCdoB tem tido clareza ao se posicionar no curso desta crise. Desde o primeiro momento, travou a luta de ideias denunciando a existência de uma ameaça golpista; se posicionou nas ruas e no parlamento na defesa da democracia e do mandato da presidenta Dilma Rousseff; buscou criar saídas, como a proposta da realização de um plebiscito sobre a antecipação das eleições presidenciais; e tem realizado determinada oposição ao governo Temer. Destacou-se demonstrando identidade própria, combatividade e clareza política.

▼ O partido de ideias e ação – instrumento de transformação

O PCdoB percorreu uma longa trajetória, onde fecundou e desenvolveu seu pensamento político e ideológico, contribuindo para o desenvolvimento do marxismo-leninismo, sob o ângulo da realidade brasileira.

O Partido é um instrumento da ação política e nós lutamos pelo poder político, por transformar a sociedade em benefício da ampla maioria da população. No entanto, sem uma política justa, não desempenhamos papel e nos isolamos no curso dos acontecimentos. É por isto que temos de nos orientar para estarmos no centro da luta política, pois é nela que se constrói ideológica, política e organizativamente o Partido Comunista.

Este é o desafio do PCdoB: ser uma organização grande, com militância diversificada, forte presença entre os trabalhadores, com quadros comprometidos com nosso Programa. Precisamos falar largamente com a sociedade, apresentar nossas proposições, buscar maior visibilidade, nos diferenciar política e eleitoralmente entre as forças políticas.

O PCdoB deverá buscar dialeticamente contribuir para a construção de uma Frente Ampla, e ao mesmo tempo aumentar seu protagonismo na luta política. Construir uma agenda, campanhas próprias e renovada ação seja no movimento político e de massas, seja na disputa de ideias na sociedade.

Vamos aproveitar a nossa pré-candidatura e realizar filiações, apresentação do PCdoB e de seu Programa. Devemos nesta batalha crescer nossas fileiras, apresentar nossas ideias, difundir nosso Programa.

Camaradas, devemos dedicar tempo e esforços para organização e funcionamento do Partido, seja em suas bases, seja nas cidades estratégicas, nas capitais, valorizando a condição do militante, característica de nossa identidade.

- ▼ Camaradas, a participação política organizada eleva a consciência de um povo e sua luta por transformações.

Não podemos descuidar do Partido. Temos que dar atenção ao trabalho nas três esferas de acumulação – luta de massas, luta de ideias e luta institucional. É da simbiose delas que emergem nossa força e nosso diferencial enquanto partido. Para os próximos anos, tendo em mira o centenário de nossa legenda em 2022, exige-se um Partido com ação planejada, mais unido, mobilizado, estruturado e autossustentado, principalmente nas capitais e nos municípios estratégicos.

Edificar e estruturar o PCdoB é uma tarefa estratégica que tem três dimensões básicas: a política, a ideológica e a organizativa. Construir o Partido não é algo restrito aos camaradas que atuam no setor da organização. Longe disso. É uma tarefa de todos – sublinho de todos – os membros do Partido, de todas as frentes de atuação.

Desde o golpe de Estado, com a criminalização indiscriminada da política, aumentaram as adversidades para a construção do Partido. Mas a realidade vem demonstrando que, com sagacidade, amplitude, flexibilidade, e empreendendo a resistência ativa, é possível preservar as forças e buscar um crescimento de caráter mais consciente, intensivo e estruturado.

Considero que as nove diretrizes fixadas para a construção do Partido pelo Projeto de Resolução têm se revelado apropriadas e con-



dizentes. Disputar a hegemonia com o nosso Programa Socialista; persistir no Planejamento: mais ações e campanhas políticas de massa; priorizar a estruturação na classe trabalhadora; dar seqüência a essa grande iniciativa, o PCdoB Digital; fortalecer nossa unidade; estruturar o Partido desde os Comitês Municipais, Distritais, desde as Bases; mais trabalho teórico-ideológico, mais Formação, mais Comunicação; financiar as atividades partidárias, tendo como base a contribuição militante, todo empenho para o êxito da Campanha Nacional de Contribuição Militante.

Atenção especial deve ser dada à contribuição militante, dimensão estratégica do trabalho de construção partidária. Existem inúmeros exemplos de exitosas campanhas de arrecadação nos quais devemos nos espelhar. É tarefa de todo o Partido pôr foco no esforço de atingirmos as metas de arrecadação.

Nossos movimentos devem ter iniciativa, buscar propor ações em conjunto e próprias, e da mesma forma devemos dar atenção à ação institucional. Construir marcas próprias do Partido, marcas distintivas com vistas a impulsionar suas batalhas eleitorais. O PCdoB em sua gestão no Maranhão e em Aracaju tem muito a demonstrar.

Fortalecer a presença de trabalhadores e trabalhadoras no Partido, compreender as transformações que estão em curso no processo de produção e que irão delinear o novo operário.

Estamos na antevéspera das celebrações do centenário do glorioso Partido Comunista do Brasil. Somos, orgulhosamente, o Partido mais longevo de atuação em nosso país e, ao mesmo tempo, somos o partido do novo, da sociedade do porvir, do socialismo. Somos uma força da esquerda consequente, patriótica, anti-imperialista e que luta pelo socialismo nas condições concretas do Brasil. Devemos dar início aos preparativos desta grande celebração do centenário do Partido e do bicentenário da Independência do Brasil.

IV – O Brasil vive uma acirrada luta política em um quadro singular

Desde que as forças de direita sofreram sua quarta derrota consecutiva nas disputas eleitorais presidenciais, o país tem vivido uma tensão em espiral. A quebra da normalidade democrática, com a realização de um *impeachment* sem base legal, fragilizou as instituições e o equilíbrio entre os poderes. O combustível da dinâmica política bebe na instabilidade e na imprevisibilidade que se retroalimentam velozmente, não existindo uma única semana sem um fato grave no cenário político nacional. Este quadro é conformado por uma sequência de crises múltiplas e simultâneas, que modelam o ambiente atual.

O Brasil está imerso em um sentimento difuso de descontentamento, de apreensão e certa desesperança. Os anos de recessão, o desemprego recorde e a quebra de setores estratégicos da economia contribuem para a degradação da situação social. Imperam um mal-estar generalizado e uma aparente sensação de impotência perante a situação constituída. A principal expressão disto está nos dados, segundo os quais 47% da população se sentem envergonhados de ser brasileiros. São fatores com os quais a mídia alimenta o descrédito na política. A população está com fadiga de o noticiário ser dominado por temas de corrupção, com cansaço de não encontrar soluções para seus problemas.

▼ Um governo ilegítimo contra o Brasil e o povo

O golpe em curto espaço de tempo tem produzido sequelas graves ao Brasil e sua gente. Desde sua realização temos vivido imersos em uma radical agenda de desmonte do Estado e de quebra de direitos. Promove-se uma célere desconstrução do texto constitucional de 1988. Os instrumentos de planejamento, indução e execução do desenvolvimento



nacional, como BNDES, Petrobras, Eletrobrás, estão sendo destroçados, ou no mínimo inviabilizados.

Os cortes orçamentários em ciência e educação podem inviabilizar importantes pesquisas para o país, e deixá-lo definitivamente de fora do processo de transformação da produção.

A ociosidade da capacidade instalada da indústria chegou a 63%, o que significa que ficam parados mais de 30% dos equipamentos, máquinas e instalações. O Brasil teve sua pior taxa de investimento dos últimos 20 anos, com indicadores pífios próximos a 15% do PIB. Enquanto isto, os rentistas drenam 45% do orçamento, além dos imponentes lucros na casa dos 16,4%.

O atual governo tem desmontado os mecanismos de financiamento de longo prazo, privatizado empresas estratégicas para o desenvolvimento brasileiro, como é o caso da Eletrobrás, e procura rever a lei que concede aos estados o regime de partilha do pré-sal.

A reforma trabalhista que entrou em vigor no começo do mês de novembro arrancou, em curto espaço de tempo, mais de 100 itens da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), precarizando o trabalho e gerando inclusive perda de receita para a previdência social, que hoje é colocada como a grande vilã das contas públicas. O desemprego entre os jovens e adolescentes chega a 26% e, de acordo com o IBGE, o número de pessoas que não possuem uma casa para morar soma mais de 6 milhões. O problema da segurança pública ganha dimensões alarmantes: de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, sete pessoas foram assassinadas a cada hora no Brasil em 2016. A crise nos estados e municípios leva distintas unidades a declararem estado de solvência, ampliando a precariedade dos serviços públicos.

As consequências destes fatos para o Brasil são profundas e colocam em risco em nosso país o comum projeto político independente e autônomo. Por isso deve ser dado um basta imediatamente ao governo ilegítimo que tomou de assalto o Congresso Nacional!

O governo Temer e o PSDB são reféns de si mesmos, colhem hoje a tempestade que plantaram com o *impeachment* sem base legal. A sede pelo poder de uma elite conservadora colocou o Brasil em uma situação profundamente delicada.

O governo Temer, com toda sua fragilidade e vulnerabilidade, tem o apoio do grande capital, de parcelas do poder Judiciário e dos meios de comunicação. Ao longo dos 18 meses em que se encontra ocupando ilegitimamente a cadeira presidencial, aprovou o que quis no Congresso – utilizando os métodos mais reprováveis. Derrotou a ofensiva que contou com apoio da Globo, arquivando dois pedidos de investigação contra ele feitos pela PGR.

Em meio à turbulência política, o governo Temer dá sinais de que chegará até o fim do mandato que usurpou, buscando influir inclusive no processo da sucessão presidencial. Os próximos meses serão marcados por iniciativas destinadas a atacar direitos com a criminosa reforma da previdência, mesmo que mitigada, e abrir aos interesses estrangeiros o pré-sal; no entanto, o centro da conjuntura tende a fluir para as composições e disputas em torno das eleições de 2018.

▼ O centro da luta política se volta para as eleições de 2018

Ressaltamos a disputa presidencial de 2018 como a principal arena da luta de classes, no presente período. O PCdoB buscará protagonismo nesta disputa. Irá contribuir para abrir veredas e novos rumos para o Brasil.

Teremos uma eleição presidencial atípica pelas particularidades de ocorrer após uma fratura democrática, e épica pois o país uma vez mais se depara com uma encruzilhada histórica entre dois projetos antagônicos: Ou o Brasil seguirá sob as rédeas do campo político conservador em transição a uma ordem liberal, neocolonialista e autoritária; ou nosso país, sob a direção de uma Frente Ampla, de caráter democrático,



popular e patriótico, reverterá as medidas regressivas do governo ilegítimo e se preparará para a retomada de um novo projeto nacional de desenvolvimento.

Nesta batalha a ser desenvolvida nos próximos meses, a defesa da democracia e do respeito à soberania do voto popular terá papel relevante.

Outros fatores tendem a incidir sobre o processo da disputa política de 2018. No quadro das crises simultâneas que vivemos, fatores como as ações desestabilizadoras do Partido da Lava Jato, os impactos e desdobramentos da situação econômica, e o fenômeno da antipolítica, podem incidir sobre o curso da disputa eleitoral. No entanto, o anseio por uma mudança da atual situação e a ânsia por esperança da grande maioria da população tendem a pautar a disputa política. No debate de projetos, a bandeira da esperança está em nossas mãos.

▼ Partido da Lava Jato também se prepara para a disputa de 2018

O PCdoB se pauta pelo zelo e a defesa do patrimônio público e defende eficaz combate à corrupção. Entretanto, tem uma leitura crítica da Operação Lava Jato.

O grande partido de oposição aos governos Lula e Dilma era a grande mídia. No entanto, nos últimos anos se formou uma nova coalizão, informal, indireta, que reúne expoentes do Ministério Público Federal, do poder Judiciário e da polícia federal, somados à parte dos meios de comunicação, em particular a Rede Globo. A esta coalizão temos denominado de Partido da Lava Jato, o principal fator de desestabilização do país. O protagonismo político dos expoentes da Lava Jato é indevido, fere a democracia e o sistema de contrapesos entre os poderes.

Por motivos muitas vezes distintos, seus objetivos se cruzam e conformam uma agenda messiânica de combate à corrupção, atuam de modo autônomo aos interesses do Estado ao se apoiarem em governos

estrangeiros para buscar seus objetivos. Criminalizam a política e buscam implodir o atual sistema político.

Vivemos numa linha tênue entre o Estado Democrático e o Estado de exceção. As garantias constitucionais são relativizadas, transplantam de modo acrítico modelos e conceitos jurídicos de outros países, provenientes do combate ao crime organizado. Mantêm prisões por tempo indevido, violam garantias constitucionais como o direito ao devido processo penal, a inversão da presunção de inocência pela presunção de culpa, além de recorrentes vazamentos seletivos.

A população começa a se dar conta de que a Lava Jato tem motivações políticas, e que não atinge o presidente ilegítimo, e a seus amigos com malas e apartamentos lotados de dinheiro. Prevendo o desgaste, a Lava Jato se organiza para participar da disputa das eleições de 2018, com dois focos. O primeiro é constituir uma bancada comprometida com os pilares da operação: delação premiada, prisão em segunda instância, condução coercitiva e restrição do Foro Privilegiado. O segundo e principal objetivo continua sendo o esforço sem tréguas, e sem lei, de retirar do ex-presidente Lula seu legítimo direito de concorrer às eleições presidenciais de 2018. Seria este ato a consumação do golpe. Reafirmamos neste momento uma vez mais o legítimo direito de Lula concorrer às eleições. Sua exclusão do processo irá ampliar a instabilidade e a crise institucional que estamos vivendo.

▼ Campo conservador busca um candidato para levar adiante a agenda do golpe

O campo das forças conservadoras possui um objetivo estratégico: encontrar um candidato que consiga fazer a disputa política e ganhar no voto a continuidade da agenda de desmonte e ataques aos direitos que tem implementado no país. Disputam entre si o espólio do golpe, e a possibilidade de liderar uma coalizão que conduza a um novo ciclo político no país com uma agenda neocolonial e neoliberal como norte.



Embora em posição de vantagem, por estar no comando do país, por contar com apoio da mídia e de parcelas do Judiciário, o campo conservador encontra dificuldades em materializar seu objetivo. As últimas pesquisas indicam que nenhum dos nomes do PSDB, principal partido do campo conservador, ultrapassava 1% nas intenções de voto espontâneas, e não passava de 7% nas intenções de voto estimulado. O candidato derrotado nas últimas eleições presidenciais, Aécio Neves, é, de acordo com pesquisas, recordista junto com Temer em rejeição pela população.

A bandeira do antipetismo que tremulou ao longo dos últimos anos nas mãos das forças conservadoras encontra resguardo em uma candidatura de matriz fascistoide que está em segundo lugar nas pesquisas, e que pode ser vista de modo instrumental por setores conservadores.

Outro expoente que expressa traços fascistoides é o MBL, um movimento que, dito liberal, se embandeira do conservadorismo e se propõe a conformar uma bancada com nomes espalhados por distintas siglas de direita. Correntes fascistas, com feições próprias, não são algo completamente novo no cenário político brasileiro, basta lembrar a força do movimento integralista na década de 1930. No entanto, mesmo com grandes fragilidades, sua colocação nesta posição requer que olhemos com mais atenção os motivos de seu ressurgimento, e o que lhe dá força.

A autoflagelação do PSDB, partido que nas últimas quatro eleições foi o principal expoente das ideias e do programa do mercado, abre uma disputa por quem poderia ocupar este espaço. Diversos nomes surgem, com maior ou menor grau de relacionamento dos operadores do sistema financeiro. É neste contexto que nomes de fora da política tradicional são ventilados a todo instante. Buscam alguém que consiga ter potencial eleitoral e confiança na aplicação da agenda. Nunca é demais recordar o quanto são irresponsáveis e aventureiras as parcelas cosmopolitas e rentistas das nossas elites. Seu compromisso não é com o Brasil, e sim com suas taxas de lucro e ganho financeiro.

▼ O Espectro de centro continua fluido e em disputa

O campo político de centro é fluido e disperso. Ele é impactado pela desmoralização da política e pelo cansaço da campanha messiânica contra a corrupção. Parcela destes setores se sentiu ludibriada com o *impeachment* e percebeu que depois que a presidenta Dilma foi afastada suas vidas pioraram, a corrupção generalizou-se, seus direitos estão ameaçados. É um setor silencioso, que em muitos casos vestiu a camisa da antipolítica, mas que, no entanto, tende a participar do debate e votar na eleição presidencial, que no Brasil tem uma força mobilizadora única. Parte das legendas e parlamentares de centro com presença no Congresso Nacional atuam sob uma espécie de pacto de sangue com o governo ilegítimo. É o chamado Centrão. Existe também uma expressão deste campo que se encontra em distintos partidos, e que toma distância do governo ilegítimo.

No geral as forças de centro sempre se associaram a outros polos da política e tiveram dificuldades em apresentar nomes próprios aos pleitos presidenciais. As forças de direita utilizam a candidatura de Jair Bolsonaro para se apresentarem como uma alternativa ao centro, que teria no outro extremo a figura de Lula. Flertes também são feitos com alguns nomes que buscaram se projetar como uma terceira via, e nesta disputa nomes oriundos do poder Judiciário buscam divagar por estas correntes. Os setores democráticos e de esquerda devem fazer o debate político e programático com este campo, e ganhá-lo para um projeto político, para um projeto de Nação.

▼ As forças de esquerda apresentam nomes e debatem projetos

As forças de esquerda e democráticas se posicionam na disputa eleitoral. Reconhecendo o papel e a liderança do ex-presidente Lula e seu direito de disputar o pleito, os distintos campos políticos apresentam nomes e começam a realizar um rico e intenso debate de projetos e pro-



gramas. Como temos afirmado, não nos basta produzir um discurso saudosista, pois, embora o povo tenha boas lembranças do passado, ele hoje deseja mais. Cabe-nos, a partir das experiências vividas, colocar no centro os aspectos essenciais da luta pela retomada do projeto nacional de desenvolvimento.

Somos e estamos no mesmo campo. Os nomes que surgem para a disputa eleitoral possuem a legitimidade e a força de suas ideias. O ex-presidente Lula será o centro das eleições sendo ou não candidato, sua participação ou não no pleito irá determinar os rumos do jogo político pelo seu peso, e pelo que representa na sociedade. Tem estado em plena atividade política, realizando caravanas e buscando fortalecer seu partido, o PT. Do mesmo modo, Ciro Gomes em seus debates públicos país afora. Lula é, e será, um aliado do PCdoB, igualmente o PDT de Ciro. Ambos são herdeiros da corrente política dos trabalhadores que se gesta na histórica greve de 1917, e que anos depois resultou na fundação do Partido Comunista, em 1922.

Estimados camaradas, devemos neste momento debater projetos, tecer diálogos, construir caminhos com vistas à superação da crise. O papel das forças de esquerda e democráticas é conformar uma Frente Ampla, política e social em torno dos desafios políticos que devemos enfrentar. Uma Frente em que a esquerda tenha um papel de destaque, mas que não se restrinja a ela. Devemos buscar ganhar o centro político, que é a ampla maioria da sociedade brasileira e construir convergência entre as forças de esquerda. Aqui reside o caminho da vitória.

▼ PCdoB: uma força política de audácia e consequência

O PCdoB, com seus 95 anos de existência, busca ser uma força política consequente e com audácia, para propor novos rumos para o país. Não é por menos que somos o partido do socialismo, da busca do desenvolvimento soberano e do progresso social. Participamos ao longo de

nossa história dos principais acontecimentos políticos do país, de todas as manifestações em defesa da nação e por liberdade, democracia e os direitos dos trabalhadores. Ao participarmos de governos, demonstramos que sabemos administrar, que temos quadros capazes para cumprir as mais variadas tarefas que se apresentam. No PCdoB não há espaço para aventuras e voluntarismo. Somos reconhecidos por aliados e oponentes como uma força conseqüente e de grande compromisso com o povo brasileiro e com o país. É justamente por nossa longevidade, experiência e coerência política que estamos credenciados a apresentar uma pré-candidatura presidencial.

Estamos credenciados a disputar as eleições presidenciais, como bem demonstra o grande êxito do governo Flávio Dino no Maranhão, e de Edvaldo Nogueira em Aracaju. No Maranhão são 500 obras entregues em mil dias, obras que têm mudado a vida das pessoas, elevando a autoestima do povo. A gestão exitosa anda em conjunto com o trabalho de construção partidária, o Partido avança no Maranhão, sua delegação é a maior do nosso Congresso. Ambos governos são a prova de que os comunistas são capazes de administrar, de governar bem, e devem servir de vitrine na disputa eleitoral que se avizinha.

V – Saídas para o Brasil – Um novo projeto nacional de desenvolvimento

No centro do debate de 2018 está o projeto de país. Para o PCdoB, não basta um conjunto isolado de iniciativas, de medidas, por mais valiosas que venham a ser. O país requer um projeto que dê norte, que seja o vértice destas ações, que oriente aonde se deseja chegar, que trace um caminho de como materializar as enormes potencialidades do Brasil e de sua gente.

O Brasil vive uma encruzilhada, e na disputa eleitoral de 2018 teremos de fazer a pergunta: O que queremos como Nação? Que país que-



remos ser? Que papel queremos jogar no concerto das nações? Como iremos tratar nossas disparidades internas e vulnerabilidades internas? Queremos ser o país que regride para o mapa da fome e do trabalho escravo, ou uma nação desenvolvida que valoriza o trabalho, a produção e a distribuição de renda? Queremos ser um país alinhado de modo subordinado às grandes potências, ou buscarmos, de forma autônoma, construir nossa inserção internacional? Queremos ser eternamente produtores de *commodities*, ou desenvolvermos uma indústria 4.0?

Trata-se de uma intensa luta de ideias que está em curso no país e que deve ser amplificada nos próximos meses. Quais são os projetos para o Brasil? A busca de alternativas, de novos rumos precisa estar assentada num amplo movimento de ideias avançadas. Neste esforço, que requer energia e dedicação, o PCdoB estará empenhado nos próximos meses. Nossa pré-candidatura é instrumento deste debate, será interlocutora dos que se dispõem a pensar o Brasil e seu projeto de Nação.

A batalha de 2018 tem como objetivo central derrotar a agenda neoliberal e neocolonial que se articula para apresentar um candidato que expresse sua agenda em 2018. O mercado centrará suas forças no nome que possa vencer e dar continuidade a essa agenda que está em curso no Brasil.

▼ Nação, Produção e Direitos

Necessitamos abrir veredas, dar novos rumos ao país com uma agenda que fortaleça a Nação, a Produção e os Direitos, e transformar isto em bandeiras palpáveis e compreensíveis para amplas parcelas da sociedade, permitindo nos comunicarmos com a população.

A grande tarefa é o esforço de reconstrução nacional. Recompôr as bases do Estado brasileiro, recuperar a soberania. A questão central, repito, é conformar um bloco, uma Frente Ampla política e social que tenha por entendimento a retomada do crescimento e a construção de

um projeto nacional de desenvolvimento; superar a crise e retomar o crescimento econômico.

▼ Plataforma – Elementos para uma plataforma mínima:

Fortalecer o Estado Nacional.

Retomar o crescimento com foco na inserção do Brasil nas cadeias produtivas mais dinâmicas da economia e um programa de reindustrialização.

Ampliar a taxa de investimento em educação, tecnologia e inovação.

Fazer a reforma tributária progressiva.

Fazer a reforma política do Estado – tornar o Estado mais democrático, realizando reforma dos meios de comunicação, e do sistema judiciário.

Deter as medidas de desnacionalização da economia brasileira.

Reverter a emenda constitucional que cria o teto dos gastos públicos, a reforma trabalhista e a da previdência.

Fortalecer o Sistema Único de Saúde.

Ampliar a oferta de educação pública e de qualidade, como instrumento de mobilidade social.

Implantar políticas públicas de emancipação e de combate à violência contra as mulheres, adotando políticas que assegurem seus direitos na esfera do trabalho, na educação.

Promover a igualdade social para os negros.

Respeitar a liberdade religiosa e combater as discriminações; e respeitar a livre orientação sexual.

▼ Nossa pré-candidatura presidencial

Camaradas,

Conforme expresso em nosso projeto de resolução ao Congresso, temos debatido ao longo do último ano a conveniência de apresentarmos uma pré-candidatura, que fortalecesse nosso projeto eleitoral e



nossa força política. Levamos em consideração o ambiente e o diálogo com nosso campo político, como também o próprio debate interno.

O PCdoB já participou de outras contendas presidenciais. Em 1930, o militante comunista, líder operário, vereador no Rio de Janeiro, Minervino de Oliveira, disputou as eleições presidenciais pelo Bloco Popular e Camponês (BOC), dado que o Partido à época vivia na ilegalidade. Em 1945, apresentamos o nome de Yedo Fiúza, ex-prefeito de Petrópolis, um amigo do PC do Brasil. Sua campanha foi marcada pela defesa das liberdades democráticas e por bandeiras programáticas do Partido. Naquela oportunidade obteve 10% dos votos.

Na atual quadra, não temos condições de jogar parados. A nova legislação nos obriga a mantermos o funcionamento da bancada parlamentar, com uma cláusula de desempenho de 1,5% em nove estados, e que crescerá progressivamente.

Ao longo destes meses, o debate evoluiu, e nele surgiram nomes excepcionais de nosso Partido para esta tarefa. Não é qualquer organização que dispõe de um elenco de nomes para assumir uma tarefa desta magnitude. Somos um partido pequeno, que há poucos anos teve parte de sua inteligência dizimada pelas forças da repressão, e hoje apresenta um conjunto de quadros com a qualidade política dos que temos – o que é algo diferenciado no cenário nacional.

Somos uma força aglutinadora do campo progressista e avançado da sociedade brasileira. E para desempenhar este papel à altura das exigências de nossa época, reforçando nosso papel no campo democrático e de esquerda, contribuindo para o debate programático que irá se desenvolver nos próximos meses, avançamos na apresentação de uma pré-candidatura presidencial.

A unidade política e de ação que paira sobre o PCdoB nos possibilitou, em nossa última reunião do Comitê Central, aprovar por unanimidade o nome de Manuela D'Ávila como pré-candidata presidencial do PCdoB.

Manuela iniciou sua atividade política em 1999, na União da Juventude Socialista (UJS), foi vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Em 2004, com 23 anos, foi eleita a mais jovem vereadora de Porto Alegre, já tendo cumprido dois mandatos como deputada federal, sendo líder do PCdoB na Câmara dos Deputados. Em todas as suas eleições foi a mais votada. Manu, que é jornalista de profissão, atualmente é deputada estadual pelo Rio Grande do Sul. Sua atuação parlamentar é reconhecida, foi indicada três vezes pelo Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar (Diap) como uma das 100 “Cabeças” do Congresso Nacional, e cinco vezes ao Prêmio *Congresso em Foco*.

Seu nome possui todas as características que debatemos e se enquadra no ambiente da disputa eleitoral, podendo se tornar um fato importante na disputa presidencial. As eleições de 2018 serão definidoras sobre qual rumo o país vai seguir.

O PCdoB entrou para valer nesta disputa. Com Manuela pré-candidata, o PCdoB irá interagir com o povo e os setores amplos da Nação. Com a bandeira da Frente Ampla nas mãos, Manuela vai dialogar com a esquerda, com as forças democráticas, populares e patrióticas. Irá ao encontro do grande anseio nacional de tirar o país da crise e encaminhá-lo a novos rumos de desenvolvimento e progresso. Manuela representa a força renovadora da juventude, a capacidade realizadora de nosso povo, a competência, a sensibilidade, a coragem da mulher brasileira.

A pré-candidatura de Manuela é meio para propagar a identidade partidária, e suas ideias programáticas, na forma de uma agenda de saídas para a crise que o país atravessa – esperança para o povo e a nação. Para realizar amplo diálogo com setores da sociedade, ultrapassando nossas fileiras, e a base social do petismo. Buscando, assim, firmar um novo lugar e a identidade do Partido no novo ciclo político que se abre. Uma pré-candidatura que desmascare a antipolítica, que defenda a participação e valorize a política como forma de mediação dos conflitos e consensos na sociedade. Trata-se de um instrumento do centro da nossa



ação tática, que é construir uma Frente Ampla. O PCdoB não será obstáculo para a unidade, buscará construir, a partir do debate programático e de ideias sobre os desafios do Brasil, como sair da crise e enfrentar seus problemas estruturais.

▼ Sinuosos como os rios amazônicos são os caminhos da luta em defesa da Nação e pelo socialismo

Estimados camaradas,
Encerro estas palavras de abertura do 14º Congresso do PCdoB,

Apesar das adversidades, das imensas dificuldades, a Nação e a classe trabalhadora poderão superar essa grave crise que o país atravessa. Estamos convictos de que se conseguirmos dar passos na constituição da Frente Ampla, o campo democrático, popular e patriótico poderá vencer as eleições presidenciais de 2018. Como bem disse nossa pré-candidata Manuela, o Brasil é maior que o medo e o ódio. O PCdoB sairá deste 14º Congresso determinado a reacender a esperança do povo brasileiro. O Brasil pode vencer, o Brasil vencerá!

O curso da luta pela construção de uma nova sociedade no Brasil é sinuoso como os rios amazônicos, é acidentado como as ladeiras de minha Olinda, mas o brasileiro é um valente, igual ao sertanejo tem coragem. E o nosso horizonte é tão vasto como é a chapada. “Faz escuro, mas eu canto, porque a manhã vai chegar.” (Thiago de Mello).

Resolução Política do 14º Congresso do PCdoB



Plenário aprova Resolução



FRENTE AMPLA: NOVOS RUMOS PARA O BRASIL

Democracia, soberania, desenvolvimento, progresso social

I – CONFLITOS E TENSÕES NO MUNDO, OFENSIVA IMPERIALISTA E LUTA DOS POVOS

A situação internacional é caracterizada por instabilidade, imprevisibilidade, graves tensões e ameaças à paz. O mundo vive uma crise civilizatória, decorrente das contradições do sistema capitalista. A brutal ofensiva imperialista em curso e a forte onda política conservadora têm como resposta a tenaz resistência dos(as) trabalhadores(as) e dos povos. Prossegue a transição no sistema de forças internacional, em que emergem no cenário geopolítico novas configurações de poder. O desenvolvimento da situação mundial desde o último Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) ratifica as suas análises e resoluções, ao mesmo tempo em que traz novos elementos para a compreensão da realidade e o reforço da ação dos comunistas em prol da paz mundial, da luta contra o imperialismo e da defesa do socialismo.

▼ Uma nova configuração geopolítica

A principal característica da conturbada transição em curso é o declínio relativo da superpotência estadunidense e a emergência de novos polos de poder econômico, político, diplomático e militar. O fenômeno mais representativo desta tendência é o protagonismo da China socialista como potência, e a recuperação do poder nacional da Rússia, ambas atuando em parceria estratégica, e a existência do Brics (acrônimo



de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Diversos Estados nacionais soberanos resistem em aceitar as imposições do imperialismo e do neoliberalismo. Acentua-se a disjuntiva entre o mundo unipolar – preva-
lente no período do imediato pós-Guerra Fria, permanente ambi-
ção do imperialismo estadunidense – e a emergente multipolaridade.
Esta disjuntiva, com potencial de gerar graves conflitos, faz parte das
mudanças objetivas na correlação de forças internacional que decorre
do desenvolvimento desigual das nações e de alterações econômicas e
políticas que desembocam em uma nova configuração geopolítica inter-
nacional. Neste quadro, criam-se situações propícias à luta pela realiza-
ção de projetos nacionais contra-hegemônicos.

A deterioração do poderio relativo dos Estados Unidos se manifes-
ta, entre outras coisas, no colossal endividamento público e privado,
com as decorrentes implicações para o padrão dólar, na desindustriali-
zação, no recuo de sua participação relativa no comércio exterior, bem
como no *ranking* das aquisições e exportação de capitais. O dólar man-
tém-se como moeda de reserva e trocas internacionais, mas seu pa-
pel tem se reduzido com a crescente tendência à realização de acordos
comerciais e cambiais que não tomam a moeda estadunidense como
referência. É intensa também a demanda, principalmente por parte da
China e demais países do Brics, por uma nova arquitetura financeira e
pela reforma do sistema monetário internacional. Observa-se no inte-
rior do Brics o mais pujante crescimento econômico – casos de China e
Índia – e o reforço do poderio econômico e militar da Rússia. O declí-
nio relativo dos Estados Unidos manifesta-se também nas profundas
contradições no seio de sua sociedade. Não se deve, contudo, subesti-
mar o poder desta superpotência e de seus aliados. Os Estados Unidos
têm mais de 20% do PIB mundial medido em dólar, força ponderável
no sistema financeiro, gigantesco poder agropecuário e a maior capa-
cidade em pesquisa e desenvolvimento. O poder militar está assentado
no maior gasto mundial em defesa, bem como numa ampla rede de

bases militares espalhadas por todo o mundo (sobretudo em regiões estratégicas, como estreitos e zonas de produção e escoamento de hidrocarbonetos).

A República Popular da China, que fortalece sua soberania nacional e constrói o socialismo com características próprias, sob a direção do Partido Comunista, é a principal concorrente dos Estados Unidos, com potencial para tornar-se a principal economia do planeta (já é a maior se a medição for pelo critério de Poder Paritário de Compra – PPC), constitui um forte poder nacional e um fator preponderante nas relações internacionais. Além disso, amplia crescentemente a condição de principal parceira comercial de um número grande de países, hoje superior a uma centena. A China está no centro de uma mudança na arquitetura financeira mundial, criando alternativas à hegemonia dos Estados Unidos estruturada no sistema *Bretton Woods* (dólar, Banco Mundial e FMI). A nação asiática tem sido ainda a promotora do maior projeto de integração de infraestrutura (energia, comunicação e transportes) de que se tem notícia: a Nova Rota da Seda. Tendo o Estado como indutor central do desenvolvimento e propulsor da economia, a China cumpre papel econômico e geopolítico decisivo na atual quadra histórica.

As relações entre a República Popular da China e os Estados Unidos da América têm sido marcadas por uma dualidade: no discurso diplomático, por se tratar da relação bilateral mais importante do mundo, ambos os países fazem promessas de cooperação mútua; na prática, o imperialismo estadunidense busca conter a ascensão da China, enquanto o país asiático busca criar mecanismos para reformar o atual sistema financeiro liderado pelos Estados Unidos e modificar o ambiente político internacional a seu favor.

Por seu turno, a Rússia recupera sua condição de potência e participa intensamente das disputas geopolíticas. A atuação russa no conflito na Síria opõe-se à política dos Estados Unidos e seus aliados. O prolongado conflito, palco de demonstração de forças das principais potências



mundiais, propiciou vitórias contra a organização terrorista Estado Islâmico, nas quais a Rússia tem tido protagonismo.

A União Europeia (UE), sob hegemonia alemã, acentua sua natureza imperialista, oscila entre aliança e rivalidade com os Estados Unidos e atua como linha de frente no combate à Rússia. Mas a UE vem se enfraquecendo desde o início da atual crise capitalista. As dificuldades econômicas de Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha culminaram no colapso da Grécia, com a imposição de um ajuste sobre os ombros das classes trabalhadoras. O sentimento contrário à integração europeia tem crescido desde então, como demonstram a quase saída grega, a saída da Grã-Bretanha e o crescimento de candidaturas presidenciais com a mesma pauta política refratária à União Europeia.

O Japão, há décadas em estagnação, ao mesmo tempo em que se mantém na órbita estadunidense, envereda por um caminho militarista próprio e busca aumentar sua projeção e presença na Ásia, em oposição à China.

No Oriente Médio, o Irã atua como força regional oposta ao imperialismo estadunidense e ao sionismo israelense, que persiste em sua criminosa política de opressão ao povo palestino. Os Estados Unidos e Israel fazem também ameaças constantes a países da região — como o próprio Irã, além da Síria e do Líbano — e, nomeadamente, contra o Hezbollah. E concertam alianças com regimes autocráticos e reacionários, como o da Arábia Saudita.

O continente africano é palco de intensas disputas econômicas, geopolíticas e militares. Persistem as chagas do subdesenvolvimento herdadas do colonialismo, a despeito dos esforços que fazem alguns governos agrupados no seio da União Africana. A África do Sul, como integrante do Brics, voltou a ser a principal economia da região. A paz, o desenvolvimento, o progresso social e a soberania nacional continuam como grandes aspirações dos povos africanos. O Brasil, por seus laços históricos e culturais, não deve abrir mão de contribuir para o desenvolvimento do continente africano, em especial dos países de língua portuguesa.

A combinação de guerras com políticas neoliberais tem gerado massas de deslocados, migrantes e refugiados, destruição de economias, solapamento de instituições, miséria, desemprego e fragmentação territorial. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), havia um total de 65,3 milhões de pessoas deslocadas por guerras e conflitos até 2015 – o maior da história. Somente na agressão imperialista na Síria, quase meio milhão de pessoas foram mortas. Não por acaso, os países com maior número de refugiados são justamente aqueles agredidos pelos Estados Unidos e seus aliados, entre os quais Síria, Somália, Iraque, Líbia e Afeganistão.

▼ A crise sistêmica e estrutural do capitalismo

Em meados de 2007 teve início a grande crise econômico-financeira mundial, com epicentro nos Estados Unidos. Hoje, dez anos depois, o mundo ainda vive sob o signo desta crise, uma das mais longas e graves da história, equiparável às de 1873 e 1929. Uma grave e prolongada crise estrutural, indissociável de sua natureza de classe e das contradições que lhe são inerentes. Sua singularidade é a dimensão inédita de um fenômeno que constitui uma das características do capitalismo em sua fase imperialista: a hipertrofia do capital financeiro, que expressa sua dominação desde o século 20, tal como assinalado por Lênin. No capitalismo contemporâneo, no qual predomina o neoliberalismo, a riqueza produzida é acumulada sobretudo na especulação e no rentismo. A massa de capitais financeiros, abarcando ativos e derivativos, é várias vezes maior que o valor do PIB mundial. Persiste, assim, o processo de financeirização dos circuitos de acumulação de capital no âmbito da economia mundial.

A recessão nos Estados Unidos não demorou a contagiar os demais países e se transformar num problema global. Notadamente na Zona do Euro, a partir de 2008 a economia mergulhou na depressão, e a seguir na estagnação severa. Na União Europeia, às voltas com os dilemas do



euro, o desemprego subiu a níveis inéditos na história. A crise aguçou as contradições sociais no interior das nações, bem como os conflitos internacionais.

A crise decorre das leis objetivas próprias do sistema capitalista, dos mecanismos de obtenção de superlucros, de concorrência desenfreada pela produtividade do trabalho, de extração da mais-valia absoluta e relativa, de acumulação de riqueza num polo e expansão da pobreza em outro, de tendência à queda da taxa média de lucro, de superprodução relativa. A crise estrutural e sistêmica ressalta, como características essenciais da etapa imperialista e da crise atual, o predomínio do parasitismo financeiro, a concentração e centralização do capital, a divisão dos mercados entre os grandes conglomerados monopolista-financeiros, o rentismo, a especulação, a extrema exploração da classe trabalhadora, a destruição de forças produtivas, o desemprego em massa e o uso da inovação tecnológica e científica para aumentar os lucros e intensificar a exploração da força do trabalho.

A tendência do capitalismo à concentração e à centralização do capital e da renda, à polarização social e ao aumento do grau de exploração da força de trabalho foi notoriamente exacerbada. Estima-se que 1% da população no topo da pirâmide social se aproprie de 50% da riqueza produzida enquanto 75% de pobres dividem, entre si, míseros 3%.

O caminho percorrido sob o comando do grande capital monopolista-financeiro no quadro da crise é o da adoção de uma espécie de ajuste com imensas proporções: o neoliberalismo em escala exponencial, com implicações devastadoras para as soberanias nacionais e os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, cujo nível de vida se degrada continuamente. A burguesia reage às perturbações econômicas radicalizando ainda mais o neoliberalismo. Na Europa, prossegue o desmantelamento do chamado Estado de Bem-Estar Social. O direito do trabalho também está sendo destroçado, a precarização avança e

aspectos das relações sociais de produção retrocedem às condições existentes nos primórdios do capitalismo.

Os desequilíbrios globais inerentes ao intercâmbio produtivo, comercial e financeiro dos Estados Unidos com o resto do mundo, destacadamente com a China, também constituem fatores ponderáveis da crise do capitalismo. Ou seja, os déficits fiscal, comercial e em conta corrente, assim como o formidável endividamento que deles decorre.

Não é possível compreender o aprofundamento e a extensão da crise sem enxergar sua associação com esses desequilíbrios, que também foram evidenciados nas medidas adotadas para contornar a recessão. Desde a eclosão da crise financeira em 2007, o mecanismo adotado para reanimar a economia consiste no aporte de estímulos financeiros, com a injeção de recursos públicos na banca e a emissão de todo tipo de papéis, o que só resulta em aumento do endividamento, da especulação e do rentismo – prenúncio de novas crises.

De um lado, a intervenção, em escala inédita, dos Estados capitalistas, em apenas aparente contradição com a ideologia neoliberal, não teve os efeitos esperados e alardeados pelos governos. A recuperação não veio no ritmo dos ciclos econômicos anteriores. De outro lado, os trilhões destinados ao socorro de bancos e grandes empresas falidas promoveram a explosão dos déficits e crises fiscais. Novas bolhas financeiras foram formadas e alimentadas. A emissão desbragada de dólares exportou a instabilidade cambial para o mundo.

A crise expôs as contradições e os limites da ordem internacional remanescente dos acordos de *Bretton Woods*, fundada na hegemonia do imperialismo estadunidense e no padrão dólar. A Organização Mundial do Comércio (OMC) está em questão. Sob a administração Trump, abrangentes acordos globais dos Estados Unidos, como a Parceria Transpacífico (TPP, do inglês Trans-Pacific Partnership) e o tratado com a União Europeia, são encerrados, e os Estados Unidos anunciam uma política comercial voltada à recomposição de sua economia.



▼ A crise do capitalismo e a classe trabalhadora

A crise e o processo de reestruturação produtiva são fenômenos que interagem e têm efeitos devastadores para os(as) trabalhadores(as). Ampliação do desemprego, salários em queda, retirada de direitos, aumento da desigualdade de gênero e exacerbação do racismo compõem um quadro de precarização crescente do trabalho. Os avanços da denominada Quarta Revolução Industrial ou da indústria 4.0 – inteligência artificial, robótica, internet das coisas, veículos autônomos, impressão em 3D, nanotecnologia e outras inovações – potencialmente permitem a diminuição do trabalho manual, a maior qualidade de vida do povo, e refletem também no próprio trabalho intelectual. No entanto, estes avanços chocam-se com as relações de produção imperantes, que impedem sua generalização em benefício dos povos, ou são incorporados seletivamente, liquidando milhões de empregos e dezenas de profissões. A reestruturação produtiva tem mudado profundamente as características da classe trabalhadora e suas frações e atinge também estratos de outras classes sociais. Tais mudanças exigem respostas às formas de organização e mobilização desse novo proletariado. Essa realidade põe em evidência a necessidade da luta pelo socialismo.

Atualmente, a produção pode ser realizada em países ou locais diferentes, de acordo com os interesses do capital. A linha de produção é substituída por pequenas e flexíveis unidades produtivas e o uso crescente de novas tecnologias. Essas transformações no mercado de trabalho afetam a organização dos trabalhadores e trabalhadoras, que fica mais debilitada.

A revolução tecnológica é um processo inevitável. Mas nos marcos do capitalismo ela é transformada em instrumento para aumentar a exploração dos trabalhadores, o que exige uma nova agenda de defesa do emprego e dos direitos trabalhistas.

Uma medida essencial, nos marcos desta nova realidade, é uma radical redução da jornada de trabalho. Ao lado disso, impõe-se a luta por

uma legislação especial destinada a preservar a ocupação e a renda dos trabalhadores, taxando fortemente as demissões e criando alternativas para mitigar os efeitos negativos de tecnologias que desempregam. Entretanto, tais soluções também se chocam com a lógica do capitalismo contemporâneo de austeridade e cortes de direitos.

A crise do capitalismo provoca o aumento e a intensificação da opressão sobre os trabalhadores. A consequência é o crescimento da resistência e da luta do proletariado, embora ainda insuficiente diante dos desafios atuais. Os trabalhadores e seus aliados aprenderam a utilizar ferramentas que são suas – como as greves, os sindicatos, os comícios, as passeatas –, e também os mecanismos da democracia burguesa, em sua ampla maioria conquistados por eles próprios em lutas heroicas, que vêm desde o início do século 19. O grande capital, a fim de ampliar a superexploração, busca liquidar não só os instrumentos típicos da luta dos trabalhadores, mas a própria liberdade política em sua ampla acepção. Reprime a ferro e fogo, ataca os sindicatos, as greves e o direito de associação, liquida os espaços públicos de convivência e encontro, e investe até mesmo contra os mecanismos típicos da democracia burguesa, como as eleições e os parlamentos.

▼ Conflitos políticos e ofensiva imperialista

Os acontecimentos atuais revelam que os processos de transição no mundo não ocorrem nem transcorrerão de forma tranquila e pacífica. Presenciamos uma crescente agressividade da potência hegemônica e, por conta disto, uma perigosa corrida armamentista no mundo. Os gastos militares globais consumiram US\$ 1,7 trilhão em 2016, com os Estados Unidos respondendo por mais de um terço deste total. As tensões e os conflitos entre as classes sociais no interior das nações e entre as nações, no plano internacional, estão em alta. A possibilidade de grandes conflagrações já não parece tão remota. Apesar de diferenças significativas quanto à forma de enfrentar a crise econômica, as diversas facções do



imperialismo estadunidense têm um importante ponto de convergência: todas defendem o reforço da hegemonia mundial dos Estados Unidos.

Elemento essencial da situação internacional é a ofensiva do imperialismo estadunidense e seus aliados contra os direitos e a soberania dos povos, que implica golpes, intervenções e guerras, sempre resultando em violação da soberania, do direito internacional e ameaça aos direitos dos povos e à paz. Logo no início dos anos 1990 assistimos à intervenção no Golfo Pérsico com vistas a transformar o Oriente Médio em território de exclusiva influência dos Estados Unidos. Seguiram-se as intervenções no Afeganistão (2001), Iraque (2003), Líbia (2011) e Síria, onde está em curso, há seis anos, um devastador conflito provocado pelo intervencionismo das potências imperialistas (Estados Unidos e UE), do sionismo israelense e das monarquias reacionárias árabes. Além das intervenções diretas, multiplicam-se formas de intervenções indiretas. Os golpes se sofisticam, deixando de se restringir às quarteladas predominantes entre os anos 1950 e 1980. Têm ocorrido as chamadas “revoluções coloridas” como a da Geórgia (Revolução Rosa, em 2003), da Ucrânia (a Revolução Laranja, em 2004 e 2014), e do Quirguistão (a Revolução das Tulipas, em 2005), bem como golpes constitucionais em Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016). Ademais, está claro que a Primavera Árabe teve participação e estímulo externos, criando condições para intervenções em diversos países.

Outro aspecto essencial para se compreender a conjuntura internacional é a militarização. Em primeiro lugar, a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) em direção aos países que faziam parte do antigo campo socialista. Após a desintegração da URSS, ao contrário de desaparecer, a Otan se fortaleceu, ampliando sua agenda política, com um discurso de segurança que abarca questões não só militares, mas também políticas, econômico-sociais e as ditas “humanitárias”, e seu escopo geográfico, com a expansão para os Países da Europa Central e do Leste (PECL). A Organização mais que dobrou o núme-

ro de integrantes: em 1999, ingressaram Hungria, Polônia e República Tcheca; em 2004, foram incluídas Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia; e em 2009, aderiram Albânia e Croácia. Em segundo, a expansão de bases militares como esteio da denominada “Guerra Global ao Terror” desencadeada a partir de 2001. Por fim, a ameaça nuclear e a tentativa de construir escudos antimísseis na Europa. Foi anunciado em 2016, na cúpula da Otan em Varsóvia, o início operacional do sistema defensivo de mísseis balísticos, integrando as funções dos radares instalados na Turquia, dos navios estadunidenses baseados na Espanha e a instalação interceptadora na Romênia contra a Rússia. Na Ásia está em processo de instalação o Terminal de Defesa Aérea para Grandes Altitudes (Thaad, na sigla em inglês) na Coreia do Sul contra China e Coreia Popular. Por fim, a Otan ensaia incluir em sua área de influência o Atlântico Sul, ameaçando o entorno estratégico do Brasil, Uruguai e Argentina.

Há um entrelaçamento das novas tecnologias midiáticas e bélicas para potencializar os esforços intervencionistas. Por um lado, a grande mídia ocidental, em função dos novos meios de que dispõe, demoniza governos e insufla oposições como nunca antes, potencializando desestabilizações. Por outro, novas tecnologias ampliaram os meios de guerra das potências, por meio do comando do espaço (satélites) e da inteligência artificial que permitem a automação de diversas operações, como munições guiadas, drones, ciberguerra etc. Também na cúpula de Varsóvia a Otan deixou clara a tendência de militarização do ciberespaço, que caracterizou abertamente como um novo “espaço operacional”.

O recurso ao método *manu militari* é o caminho pelo qual o imperialismo, quando não tem alternativa, tenta deter e inverter o seu declínio e impor à força sua hegemonia. Para além dos aspectos econômico, cultural e diplomático, os Estados Unidos levam a efeito uma estratégia intervencionista e militarista para assegurarem um domínio multifacetado de amplo espectro que pode levar o mundo a graves conflitos e pe-



rigosas conflagrações. Para robustecer a política belicista do imperialismo, Donald Trump aumentou o orçamento militar para US\$ 603 bilhões em seu primeiro ano de mandato (2017). A crescente militarização do planeta, a expansão da Otan para o leste da Europa, visando à Rússia, o aumento do número de bases militares, a modernização das armas nucleares e a elaboração de uma estratégia militar centrada na Ásia, visando à China, são aspectos essenciais da ofensiva do imperialismo, além das investidas no Atlântico Sul com a reativação da Quarta Frota Naval.

A crise econômica e os conflitos geopolíticos têm resultado em impasses políticos e descrédito das corrompidas instituições que conformam a democracia sob a hegemonia do capital. Décadas de aplicação do neoliberalismo, com suas consequências devastadoras, foram sustentadas na esfera da comunicação e da propaganda por um sistema midiático que apostou intensamente na despolitização e na incultura, como forma de alienar as grandes massas das verdadeiras causas das contradições sociais. Isso ajudou decisivamente a canalizar o desencanto com o neoliberalismo, não para saídas mais avançadas, mas para o ataque às próprias liberdades democráticas. Na verdade, assiste-se no plano político, em escala global, ao desenvolvimento de uma onda conservadora, de direita e de cunho fascista. Os resultados das últimas eleições presidenciais nos Estados Unidos e a disputa no segundo turno das eleições presidenciais na França, polarizadas entre a direita e a extrema-direita, são indicadores dessa tendência. A xenofobia se torna lugar comum, enquanto as políticas imperialistas ganham contornos racistas e colonialistas. Dissemina-se o individualismo exacerbado. Empreende-se sistemática campanha para desinformar e despolitizar a sociedade. Ataca-se a democracia. Procura-se excluir as forças progressistas dos parlamentos. Impõem-se legislações e novas Constituições para atender aos interesses do capital financeiro. Realizam-se antirreformas para esvaziar o papel do Estado como fator de proteção dos direitos sociais e indutor do desenvolvimento.

Também sofrem ataques os direitos individuais, que são solapados pela violência do Estado a serviço do grande capital. Há um processo de supressão de direitos e garantias individuais que foram conquistados há séculos. Há restrições ao Estado Democrático de Direito e ao devido processo legal. As polícias, em todo o mundo, ampliam o recurso à violência e à arbitrariedade, seja quando atuam contra as lutas populares, seja no cotidiano das cidades, onde cresce a violência, dirigida especialmente contra os mais pobres.

A generalizada insatisfação dos trabalhadores e dos povos com as sequelas da crise se expressa de forma contraditória no plebiscito que consagrou a saída do Reino Unido da União Europeia, na eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos e nos elevados percentuais da extrema-direita nas eleições presidenciais na França. Tais fatos expõem uma singularidade marcante: a de novos impasses da globalização neoliberal, com os riscos de chauvinismo, protecionismo, guerras comerciais e cambiais em defesa dos interesses dos países imperialistas e em detrimento dos países em desenvolvimento. O nacionalismo reacionário que emerge nos países imperialistas se constitui um perigo, pois só se realiza atacando outras nações, massacrando povos e promovendo choques interimperialistas. Esses fenômenos evidenciam a emergência da questão nacional, do anti-imperialismo e das causas populares como vetores principais da luta dos povos no quadro de um sistema internacional inerentemente anárquico e instável. No cenário Europeu, predominantemente reacionário, diferencia-se a situação de Portugal, onde a direita perdeu as últimas eleições parlamentares e foi formado um governo do Partido Socialista, que tem obtido vitórias parciais contra a política de austeridade da Troika (FMI, Banco Central Europeu e Comissão Europeia).

As políticas neoliberais geram uma crise multilateral: ambiental, alimentícia e energética. Em particular, se agravou a degradação do meio ambiente em consequência da natureza do caráter do desenvolvi-



mento capitalista. Os países adotam políticas diferenciadas em relação ao tema. O governo dos Estados Unidos, sob Trump, nega as mudanças climáticas e subestima a questão ambiental. Já a União Europeia a reconhece, mas procura encontrar nela uma saída para a crise através da chamada economia verde. Com essa abordagem, pretende assegurar a exportação de capitais, tecnologia e venda de equipamentos de combate aos danos ambientais. Os países em desenvolvimento, por meio do G-77+China, defendem o desenvolvimento sustentável associado à afirmação da soberania nacional e a inclusão dos três eixos (econômico, social e ambiental) defendidos nas conferências internacionais como fundamento do desenvolvimento sustentável.

▼ América Latina: Imperialismo tenta impor restauração conservadora

A América Latina conheceu nas duas últimas décadas um ciclo progressista cujo ponto inicial foi a eleição de Hugo Chávez para a presidência da Venezuela em 1998. Desde aquele ano em que Chávez se elegeu, em doze países da região forças populares chegaram ao governo nacional por meio do voto: Venezuela, Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Bolívia, Nicarágua, Equador, Paraguai, Honduras, El Salvador e República Dominicana.

A onda progressista repercutiu em toda a região, alterando significativamente a correlação de forças e contrapondo-se ao poder do imperialismo estadunidense que, isolado, sofreu derrotas e teve de reconhecer a Revolução Cubana e retomar as relações diplomáticas com a ilha caribenha, em dezembro de 2014.

A luta contra o neoliberalismo e pela integração latino-americana avançou. Milhões de pessoas saíram da pobreza e foram criados valiosos instrumentos de integração regional: a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América-Tratado de Comércio dos Povos (Alba-TCP), a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), a Comunidade de Esta-

dos Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e o Acordo de Cooperação Energética Petrocaribe.

Os governos democráticos, patrióticos e populares da América do Sul, alguns deles revolucionários e com rumo socialista, basearam sua plataforma política na promoção dos direitos sociais, no reforço do Estado nacional, na nacionalização dos recursos energéticos e, em alguns casos, na realização de transformações estruturais.

Está em curso uma ofensiva para liquidar essas conquistas. As forças reacionárias locais e o imperialismo estadunidense exploram as dificuldades econômicas e sabotam a economia com fins políticos. Tal ofensiva também instrumentalizou o combate à corrupção – com auxílio da mídia e de setores do aparato estatal – para desestabilizar governos progressistas, recurso usado em diversos países.

No caso da Venezuela, realizam literalmente uma guerra econômica para desestabilizar o governo revolucionário bolivariano. A inflação e o desemprego refletem fortemente no ânimo do povo – o que é incessantemente usado pela mídia e pelos conservadores. Essa situação resultou, no final de 2015, num revés: a vitória da oposição nas eleições parlamentares na Venezuela. Também em 2015, o neoliberal Mauricio Macri venceu as eleições presidenciais na Argentina. E, em 2016, aconteceu o golpe de Estado no Brasil. O retrocesso já consumado no Brasil e na Argentina marca um ponto de inflexão no ciclo progressista latino-americano.

A mudança da situação na Argentina e no Brasil permite aos novos governos agirem de forma concertada nos aspectos essenciais da política externa em relação ao restante da região. O objetivo principal é solapar o processo de integração regional, esvaziar o eixo Sul-Sul, enfraquecer o Brics e realinhar-se subalternamente aos Estados Unidos e à Europa. O vértice da integração sul-americana vem sendo desmontado. De forma gradativa, a Unasul é esvaziada, a Celac é ignorada e o Mercosul reflui para um simples tratado de livre comércio, renunciando a



qualquer ambição de promoção do desenvolvimento comum dos países do bloco.

Particularmente grave é a situação criada pelo imperialismo e as oligarquias na Venezuela, onde recorrem a métodos abertamente terroristas, contando para isso com o apoio e o incentivo do imperialismo e da mídia a seu serviço. Fica nítido que a oposição de direita resolveu apostar tudo na ruptura violenta, mas encontra pela frente uma revolução decidida a se defender, com base de apoio real na massa e que sustenta uma firme aliança do povo com as Forças Armadas Bolivarianas. A Revolução Bolivariana está, assim, diante de um desafio: restaurar a estabilidade econômica e política, fortalecer o diálogo e a unidade no seio do povo e seguir aprofundando as transformações políticas e sociais. O governo bolivariano decidiu enfrentar esses desafios por meio da convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

Honduras, em 2009, e Paraguai, em 2012, sofreram golpes de Estado, com a deposição dos seus presidentes. Bolívia, Equador e El Salvador também enfrentam turbulências com características bastante semelhantes às da ofensiva em outros países da região. Estas características revelam uma clara articulação internacional do imperialismo com os setores conservadores e reacionários em cada país da América Latina. Também no alvo da ofensiva do imperialismo, Cuba continua sob bloqueio econômico. A administração estadunidense, sob o comando de Trump, adotou medidas restritivas ao comércio e ao turismo, que afetam os acordos feitos entre o governo socialista cubano e o governo estadunidense anterior.

Na América Latina e Caribe, apesar da ofensiva conservadora, Cuba, Venezuela, Uruguai, Chile, Bolívia, Nicarágua, Equador, El Salvador e República Dominicana continuam com governos que se situam no campo progressista (com diferentes características e conteúdos), mas o fato de os dois mais importantes países da América do Sul – Brasil e

Argentina – passarem às mãos da direita é fator de desequilíbrio em desfavor da jornada patriótica, democrática e popular.

No contexto da crise do capitalismo e da intensificação dos conflitos geopolíticos, acentua-se a luta de classes no plano mundial. A intensificação da ofensiva imperialista contra direitos, liberdades e soberania nacional desperta a luta democrática, nacional e libertadora dos povos. De variadas características e formas, variados graus de intensidade, composição nacional e social, é uma luta de classes multilateral, combinada com fatores democráticos, nacionais e sociais, que converge para o leito do anti-imperialismo. Isto impõe a busca de alternativas que assegurem a soberania das nações, a prosperidade e o desenvolvimento dos países, a integração assentada na cooperação mútua entre Estados e povos, a democracia, os direitos sociais e a paz.

É nesse quadro que atuam e se desenvolvem – em meio a grandes dificuldades políticas, ideológicas e organizativas – as forças progressistas, anti-imperialistas, revolucionárias e comunistas. A correlação de forças no plano mundial mantém-se desfavorável às correntes revolucionárias, nacional-libertadoras, anti-imperialistas, entre elas os partidos comunistas, o que implica objetivamente um prolongado processo de acumulação revolucionária de forças. O novo quadro geopolítico em curso no mundo exerce forte impacto sobre as lutas dos povos. As contradições entre as potências imperialistas, ao mesmo tempo em que aumentam os perigos de guerras e intervenções, causam fissuras que dão maior margem de manobra à resistência nacional e popular e precisam ser tomadas em consideração na luta pela paz e por uma nova ordem em que prevaleçam a democracia, o direito internacional, a soberania e a autodeterminação dos povos. Não obstante as dificuldades, intensifica-se objetivamente a luta de classes, que é – em sentido amplo, incluindo neste conceito a luta anti-imperialista – um dos traços que caracterizam o momento histórico. Diante do sistema capitalista-imperialista, de sua profunda crise estrutural e sistêmica, da



execução de políticas neoliberais, das políticas de guerra, da natureza reacionária do sistema político e econômico burguês, ganha relevo a tarefa de firmar em cada país e em interação uns com os outros as forças revolucionárias capazes de abrir caminho para superar os graves impasses em que a humanidade se encontra. O PCdoB, ao mesmo tempo em que reafirma serem artificiais as tentativas de impor estratégias e táticas rígidas ao conjunto do movimento comunista, defende a intensificação dos intercâmbios de opiniões e experiências.

Em cinco países, onde vivem mais de 20% da população do planeta, partidos comunistas dirigem experiências de construção e de transição ao socialismo. China, Vietnã, Cuba, República Popular Democrática da Coreia e Laos, cada um com suas peculiaridades e com diferentes níveis de resultados, empenham-se na luta por uma nova sociedade, em meio a situações nacionais complexas e a um quadro mundial hostil. O seu fortalecimento como nações soberanas, os esforços que fazem os seus povos, sob a direção dos partidos comunistas dirigentes do Estado, para viabilizar as estratégias de desenvolvimento e a transição ao socialismo, as ações de cooperação internacional e em prol da paz, têm o apoio e a solidariedade do PCdoB.

Além das experiências socialistas citadas, governos populares e não alinhados com as potências são bastiões de luta contra forças imperialistas. Não obstante as dificuldades, há inúmeros povos que mantêm suas lutas anti-imperialistas e de libertação nacional. Cabe destacar a brava luta de resistência do povo palestino pela constituição de seu Estado, diante da histórica violação por Israel de todas as decisões da ONU desde a Partilha. Assim como a brava luta do povo do Saara Ocidental por sua autodeterminação e independência. O povo heroico da Síria e seu governo também realizam uma resistência que se transformou em uma das principais frentes de combate ao imperialismo.

Na situação mundial de crise – em que se revela a incapacidade do capitalismo de responder aos anseios de paz, desenvolvimento e pro-

gresso social dos povos –, as forças revolucionárias e comunistas devem reforçar que o socialismo é a única alternativa capaz de pôr fim às guerras, à miséria e à precarização da vida dos trabalhadores.

▼ Luta anti-imperialista e internacionalismo

O quadro de ofensiva do imperialismo exige das forças progressistas e do PCdoB que reforcem ações políticas, movimentos de massas, iniciativas unitárias para reforçar a luta anti-imperialista e pela paz. O PCdoB rege-se pelo princípio do internacionalismo proletário, com rica experiência acumulada neste terreno. Apoiava as políticas e iniciativas contra-hegemônicas, em defesa da paz, da autodeterminação das nações, do desenvolvimento soberano com justiça social, do direito internacional, da democratização das relações internacionais, que têm lugar no âmbito de blocos de países como o Brics, a Celac e de organismos multilaterais. A causa nacional é parte indissociável da luta anti-imperialista e pelo socialismo. Os comunistas dedicam-se com afinco a atuar no Conselho Mundial da Paz (CMP) e no Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz (Cebrapaz) e em entidades internacionais dos trabalhadores (FSM), da juventude (FMJD), das mulheres (Fedim) e outras correlatas dos movimentos sociais.

O 14º Congresso reitera o compromisso com a solidariedade para com os povos em luta pela paz, a soberania nacional, a justiça social e a revolução política e social. No exercício das suas tarefas internacionalistas, o PCdoB participa em encontros de partidos comunistas, de convergência entre forças amplas de esquerda e em movimentos anti-imperialistas. Ao longo dos anos, a ação internacionalista dos comunistas brasileiros intensificou-se, diversificou-se, ampliou-se, projetando o Partido como uma destacada força no cenário do movimento comunista internacional e da luta anti-imperialista, com a perspectiva do socialismo, ideal de emancipação dos trabalhadores e dos povos. Nas relações com o conjunto do movimento comunista, seja no âmbito multilateral,



seja no bilateral, o PCdoB atém-se ao método da unidade, independência, igualdade, do respeito mútuo e da não interferência nos assuntos internos de outros partidos e organizações.

Por uma feliz coincidência, o 14º Congresso realiza-se no momento em que em todo o mundo são feitas justas homenagens ao centenário da Grande Revolução Socialista Soviética. Destacamos seu caráter internacionalista e a grande influência que exerceu ao impulsionar as lutas libertadoras ao longo do século 20. A Revolução Soviética representou um apoio colossal aos trabalhadores e povos em todo o mundo. Nenhum outro acontecimento político-social materializou com tamanha dimensão a palavra de ordem lançada seis décadas antes por Marx e Engels: “Proletários de todos os países, uni-vos!”. A Revolução Socialista de 1917 teve extraordinário impacto internacional, exerceu influência direta sobre acontecimentos subsequentes, mudou a face do mundo e deixou marca indelével na história. Para os comunistas brasileiros, a Revolução Russa, triunfante em 1917, seu rico legado, bem como as lições extraídas dos erros e insuficiências, serão sempre uma fonte de inspiração e ensinamentos nos combates que se realizam hoje, sob novas condições, na resistência à feroz ofensiva do sistema capitalista contra os trabalhadores e os povos e para abrir caminho à nova etapa da luta pelo socialismo. No século 21, no contexto do capitalismo em crise, são fatos de grande relevância a persistência e os êxitos dos países que dão seguimento à construção do socialismo segundo suas singularidades. São provas de que o socialismo é uma força viva e pulsante no presente. Recentemente, mesmo a grande mídia teve de se curvar ao fato de que a China socialista por décadas descreve um ciclo longo de desenvolvimento soberano, proporcionando grandes conquistas ao povo chinês, e se projeta como a maior economia do mundo. O socialismo é a alternativa e a perspectiva de um futuro radioso à classe trabalhadora e aos povos.

II – BALANÇO DOS GOVERNOS LULA E DILMA E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO PCdoB

▼ O ciclo dos governos Lula e Dilma

Para o PCdoB, a análise do ciclo dos governos Lula e Dilma (2003-2016) tem como referência os passos e realizações na direção de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento (NPND). E, noutro polo, as condicionalidades, as insuficiências, os erros que – associados aos efeitos da acirrada luta de classes entre os campos em disputa – levaram ao golpe que pôs abaixo o governo da presidenta Dilma Rousseff.

▼ O legado: quatro eixos de realizações

O legado pode ser sistematizado em quatro eixos que estão abaixo discriminados. O Brasil se levantou, retomou o desenvolvimento, promoveu amplo progresso social. O país percorria um caminho que o direcionava para se tornar uma Nação crescentemente soberana, democrática e próspera. O ciclo demonstrou, mesmo levando-se em conta os erros, a capacidade das forças de esquerda de governarem com êxito o país.

1) Política externa ativa e ativa

A política externa foi vitoriosa em contribuir para o esforço de o país retomar o crescimento econômico e, ao mesmo tempo, para o impulso da integração continental e de uma nova correlação de forças no sistema internacional, defendendo a paz e o desenvolvimento soberano dos países. O Brasil ampliou e diversificou o leque de seus parceiros comerciais, e se projetou no mundo como um ator importante de novos polos estratégicos como o grupo Brics. Teve destacado desempenho para inviabilizar o projeto neocolonial da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), e ao mesmo tempo fomentar a criação da Unasul e da



Celac, além de fortalecer o Mercosul. Contribuiu para garantir a participação do movimento social brasileiro nos espaços de participação da sociedade nas organizações de integração regional.

2) Estado e desenvolvimento

Os governos Lula e Dilma enfrentaram o dogma do “Estado mínimo” e deram passos na direção de recompor o papel do Estado nacional como alavanca do desenvolvimento. Neste contexto, colocou-se fim às privatizações e foram fortalecidas as empresas estatais, entre elas a Petrobras, com a riqueza do pré-sal explorada por meio do regime de partilha, e também foi fortalecido o polo de bancos públicos, principalmente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 2007, foi lançado o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Foram valorizados e aumentados os efetivos dos recursos humanos do Estado. Ações conjugadas do governo envolvendo investimentos e obras de infraestrutura, entre outras, desencadearam uma crescente participação do Norte, Centro-Oeste e Nordeste no Produto Interno Bruto (PIB) nacional e substantivo crescimento da renda das famílias dessas regiões. Fortaleceram-se setores importantes como a agropecuária, a produção de alimentos, a engenharia nacional, a construção civil, a indústria naval, a cadeia de petróleo e gás, o projeto de submarino de propulsão nuclear com tecnologia nacional, entre outras iniciativas.

3) Crescimento e distribuição de renda

Os governos Lula e Dilma associaram crescimento econômico e distribuição de renda. Mais de 36 milhões de pessoas foram retiradas da condição de pobreza extrema. Entre 2003 e 2012 houve a geração de quase 20 milhões de empregos formais, e o salário-mínimo, regido por uma política inédita de reajuste entre 2002 e 2014, obteve um aumento real de 71,5%, constituindo-se num dos principais fatores que promoveram uma mobilidade para cima na pirâmide social em escala de milhões.

Para além da redução progressiva da desigualdade no Brasil pelo índice Gini, houve aumento do valor real médio dos salários no país por doze anos consecutivos – o que configura uma importante vitória da economia política do trabalho sobre a economia política do capital no início da estruturação de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento. A renda dos pequenos agricultores elevou-se, bem como o crédito subsidiado à agricultura familiar, embora tenha se mantido a alta concentração fundiária. Ao semiárido foram destinados recursos e programas para atenuar os efeitos dos ciclos da seca, entre eles o Programa de Cisternas para garantir água ao consumo humano e à produção de alimentos. O programa Minha Casa, Minha Vida proporcionou moradia digna para 6,8 milhões de brasileiros, e o Luz para Todos beneficiou 15,6 milhões de pessoas. Na saúde, embora tenham persistido deficiências graves devido principalmente ao subfinanciamento, houve esforços para se fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS). Programas como Mais Médicos, Farmácia Popular, Brasil Sorridente e os que concorreram para a significativa redução da mortalidade infantil proporcionaram importantes conquistas ao povo. A educação teve expansão significativa. A partir de 2003 foram criadas 18 universidades federais, quase dobrando o número de matrículas. O Programa Universidade para Todos (ProUni) beneficiou 1,2 milhão de estudantes e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) firmou 2,5 milhões de contratos. Porém, a falta de regulamentação do ensino superior privado favoreceu o crescimento do capital estrangeiro na educação brasileira, provocando desnacionalizações neste setor estratégico. Até 2002, o Brasil possuía apenas 140 escolas técnicas. De 2003 a 2016, 500 novas unidades foram criadas. Na esfera da cultura há de se destacar iniciativas positivas, como o Programa Cultura Viva e políticas inovadoras no campo do audiovisual.

4) Resgate do processo de construção da democracia

O processo de construção da democracia foi retomado, com a ques-



tão democrática entrelaçada à questão social. As entidades e manifestações do povo foram valorizadas. O diálogo e a negociação, embora não à altura da necessidade, foram a base da relação entre o governo e os movimentos sociais. As centrais sindicais foram legalmente reconhecidas. As conferências temáticas, que reuniram centenas de milhares de pessoas, jogaram papel importante na elaboração de políticas públicas. Secretarias especiais e programas foram implantados para promover os direitos humanos e civis. Houve avanços significativos — ainda que insuficientes — na promoção de políticas públicas para as mulheres, a juventude, os negros e a população LGBT. O racismo foi combatido, bem como a homofobia. Foi criada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Houve, em especial, forte avanço das políticas públicas de gênero com o objetivo de promover a representação política das mulheres, combater a desigualdade no âmbito do trabalho, melhorar a saúde integral, assegurar os direitos sexuais e reprodutivos e combater a violência. Foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres, com status de Ministério, e houve grande aumento do número de organismos de políticas para as mulheres. No governo Dilma, foi atendida uma reiterada reivindicação das forças democráticas para constituir e concluir os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade.

Prevalecem as conclusões do 13º Congresso do PCdoB (novembro-2013) de que tais feitos e realizações ocorreram “no âmbito de uma transição, ainda em curso, marcada pela luta entre o neoliberalismo que persiste e o novo desenvolvimento nacional que emerge”. Ressalta-se, entretanto, um balizador importante: o PCdoB valoriza o rico legado, mas em nenhum momento considerou que o neoliberalismo fora superado.

▼ Os erros e as lições do ciclo

Com base nas reflexões acumuladas, o PCdoB apresenta uma sistematização das insuficiências, lacunas e dos erros de condução política

e econômica. Procura extrair lições que ajudem as forças progressistas a elaborarem um novo programa e a abrirem um caminho que as conduza a retomar a hegemonia política e o consequente apoio das amplas massas.

Foi um erro grave ter mantido intacta a estrutura conservadora do Estado que decorreu, entre outros fatores, da não realização de uma Reforma Política democrática. Na verdade, a democratização, a modernização do Estado e o combate ao poder exorbitante das corporações de agentes públicos foram um tema que passou ao largo e, no geral, foi tratado quase sempre com o falso republicanismo que reforçou instituições que passaram a agir de forma autônoma no âmbito do Estado, rompendo com o equilíbrio entre os Poderes, e mesmo a eles se sobrepondo. Prova disso é o protagonismo de setores do Judiciário, do Ministério Público, da Polícia Federal e de outros órgãos de Controle na trama e consecução do golpe de 2016.

Igualmente grave foi ter sido tratado como intocável o monopólio dos meios de comunicação. Mais do que isto, os governos Lula e Dilma fortaleceram a grande mídia com vultosas verbas publicitárias. A regulamentação, em alguma medida, dos artigos da Constituição que vedam o monopólio no setor, deveria ter sido realizada. Um Programa de políticas públicas poderia ter criado um forte canal de TV estatal e uma abrangente rede de rádios e tvs comunitárias e públicas, bem como a existência de inúmeros blogs e perfis nas redes sociais que, em conjunto, poderiam ter reforçado a capacidade do governo e do campo democrático e popular na esfera da luta de ideias.

Não obstante as quatro vitórias eleitorais consecutivas de um mesmo bloco de forças políticas, algo único na história da República, não se conseguiu sedimentar em camadas largas do povo as razões da dura luta política que se travava. Houve uma subestimação da luta de ideias, da necessidade de informar e politizar o povo através de meios e instrumentos diversos.



A perda de hegemonia política da esquerda, cujo marco inicial foram as manifestações de junho de 2013, deu-se após prolongada ofensiva do consórcio golpista. Consumou-se a reviravolta pró-forças neoliberais no decorrer de 2015 pela junção dos danos da recessão econômica com o uso pesado e manipulado de uma velha arma da direita: “o combate à corrupção”. Desde o chamado “mensalão”, em 2005, ficou clara a indispensabilidade de uma reforma política que fortalecesse o Estado, ampliasse a democracia, acabasse de pronto com o financiamento empresarial de campanha, e que retirasse a atividade política da secular condição de refém do poder econômico e financeiro. Contudo, o governo não se empenhou devidamente pela Reforma Política democrática, pelo fim do financiamento empresarial de campanhas eleitorais. A direita sempre pautou a Reforma Política com o objetivo de mutilar a democracia e manter esse tipo de financiamento. Já a esquerda e os setores progressistas se dividiram, entre outros motivos, por visões conflitantes em relação à convocação de uma Assembleia Constituinte exclusiva, e assim não tiveram força para viabilizar a Reforma Política. Sem essa reforma, a bandeira do combate à corrupção foi assumida, oportunisticamente, pela direita. O governo adentrou em um verdadeiro campo minado que, estruturalmente, o expôs a escândalos de corrupção que, manipulados e potencializados pela grande mídia, provocaram uma fratura na confiança que o povo depositava no governo e na esquerda.

Provou-se correta a concepção tática de que a esquerda nem vence e nem governa sem alianças, sem constituir maioria no Congresso Nacional e na sociedade. Não houve erro em pactuá-las. São indispensáveis coalizões amplas, firmadas em torno de programas, e que, para terem condução consequente, precisam ser lideradas pelas forças progressistas e de esquerda. As coalizões abarcaram um arco amplo de classes e estratos de classes, partidos de conteúdo político-ideológico discrepantes, refletindo o quadro político-partidário do país. Enquanto a esquerda teve capacidade e condições para polarizar as forças políticas de

centro, o governo pôde promover um conjunto de conquistas. Quando o centro passou a ser liderado pela direita, em virtude da perda de hegemonia da esquerda, o governo se debilitou e a escalada do golpe se fortaleceu. O fato de o centro ter sido fator decisivo para assegurar a maioria do governo no Parlamento, por sua vez, impôs negociações e modulações quanto à profundidade das mudanças. Simultaneamente, foi um elemento objetivo de freio às reformas o fato de a esquerda ter sido minoria no Congresso Nacional, associado ao peso grande do campo conservador — que foi subestimado —, durante todo o ciclo.

Mesmo assim, foi um erro a não realização, ainda que de modo parcial, das reformas estruturais democráticas. No período 2007-2012, estabeleceu-se correlação de forças mais favorável, criando espaço de oportunidade para se tentar implementar as reformas, mas os governos Lula e Dilma não souberam aproveitá-lo. Faltou-lhes visão, convicção e decisão política.

Ao PT, pelo seu papel e força, cabia exercer a hegemonia da coalizão, mas ao exercê-la ele incorreu em erros e distorções. Minimizou o papel da esquerda na condução do processo político. Teve deficiências para exercer a direção política da aliança. Por um lado, faltaram-lhe um horizonte estratégico e convicções em torno de um projeto de Nação para impulsionar a transição, adotando com frequência uma posição intermediária ou de cedência política. Por outro, agiu com exclusivismo, concentrou poderes, não soube partilhar e construir decisões com os aliados.

O desenvolvimento contínuo do país a taxas robustas, indispensável para a existência de um ciclo longo no qual avance um Projeto Nacional, não teve a prioridade necessária. Prevaleceu uma política econômica híbrida, com direções opostas: uma dirigida ao desenvolvimentismo, enquanto a outra beneficiava o rentismo tanto pelas políticas monetária e cambial, quanto pelo superávit primário. Foi mantido — com mitigações no segundo governo Lula e no início do primeiro governo



Dilma – o chamado tripé macroeconômico ortodoxo. E isso agravou a perda de competitividade da indústria, funcionou como uma trava ao desenvolvimento e canalizou grande parte do orçamento federal para os rentistas. Revelaram-se insuficientes e pouco ajustados à realidade os esforços para se investir na infraestrutura do país, com capital estatal e privado, nos serviços e na produção. Foram também insuficientes, embora tenham avançado, as políticas e os programas relacionados à produção científica e tecnológica articulada em torno de um sistema nacional de inovação. A experiência também evidenciou que os dilemas para se enfrentar as amarras do poderio empresarial e financeiro não se resolvem nem com cedência, nem com voluntarismo. Particularmente danosa foi a forma como se deu, no governo Dilma, a renúncia fiscal.

Para governar e avançar nas mudanças é essencial a mobilização política do povo, força motriz das transformações sociais. Os movimentos sociais são essenciais para a realização de um projeto nacional de desenvolvimento. Avanços nesse sentido foram conquistados em decorrência da luta e da mobilização dos trabalhadores, das trabalhadoras e do povo.

Os fatos positivos, no entanto, não podem ocultar erros e insuficiências tanto do governo quanto dos movimentos. Em diversas oportunidades, o movimento sindical não alcançou a politização e a unidade política compatíveis com o grau de acirramento do confronto com a oposição. O governo, no curso da acirrada luta política, se relacionou insuficientemente com a sua base de movimentos sociais, salvo em momentos críticos. Subestimou também o papel das entidades organizadas na Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) e de importantes organizações da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Lideranças do governo alimentaram a concepção errônea – com respaldo de certas áreas dos movimentos – de que a mobilização popular poderia desestabilizá-lo. Essa concepção inculcou o imobilismo e reduziu o

papel crítico e impulsionador dos trabalhadores e trabalhadoras. Partidos e outros segmentos políticos com presença nos movimentos sociais (conservadores ou esquerdistas) em muitas ocasiões se somaram à oposição ao governo, principalmente no segundo mandato da presidenta Dilma – inclusive em apoio ao golpe. Os ensinamentos desse período apontam no sentido de que as entidades e os movimentos dos trabalhadores e do povo devem alcançar outro patamar de politização, ter autonomia e protagonismo na luta pelo poder. Precisam combinar o apoio aos governos progressistas às jornadas por suas bandeiras, buscando impulsionar o governo pelas mudanças e, ao mesmo tempo, exercer o indispensável combate às forças conservadoras.

▼ Desempenho do PCdoB nos governos Lula e Dilma

Terreno novo e até então inexplorado no Brasil pelos comunistas, pela primeira vez na história da legenda, o PCdoB passou a fazer parte do governo da República. Cabe ressaltar que esta participação se dá nos marcos do capitalismo, num governo de coalizão no qual os comunistas eram força minoritária. Esta condição e o fato de não ter se constituído um núcleo de esquerda na coalizão governista, por incompreensões do PT, resultaram num fator acentuadamente limitante na capacidade de o PCdoB influir nas decisões e nos rumos do governo.

O Partido, na sua 9ª Conferência Nacional realizada em junho de 2003, aprovou a tática de apoiar e participar do governo Lula com o objetivo de impulsioná-lo “na condução das mudanças que consistem no aprofundamento da democracia, e na adoção de um projeto nacional de desenvolvimento, voltado para a soberania e o progresso social.”.

Além do objetivo assinalado, são importantes também para o balanço os parâmetros indicados por aquela Conferência para reger esse papel político inédito do Partido. Os comunistas atuam numa Frente Ampla, interpartidária, política e social, orientados pela diretriz “unidade e luta”. Sobretudo por se tratar de uma frente com responsabilidade de



governo, a relação predominante é de “unidade”, pois se a ênfase for “a luta” a aliança se desfaz. O referencial para se aferir o desempenho do governo é o programa da coalizão e não, de modo absoluto, o Programa do Partido, mais avançado. Ao apoiar, ao participar do governo, o PCdoB deve preservar sua independência política e refutar o seguidismo.

É com base nos objetivos e parâmetros estabelecidos pela 9ª Conferência, atualizados pelos Congressos que a sucederam, que se faz a avaliação da performance do Partido.

▼ Revelou-se acertada a posição de apoio,
participação e independência

O significado e o legado do ciclo dos governos Lula e Dilma à Nação e aos trabalhadores e trabalhadoras, e as contribuições dos comunistas a esse legado, atestam a correção e a importância da primeira participação do PCdoB no governo da República.

A dialética do apoio e da independência regeu as relações do Partido com o governo. Foi aplicada com êxito, e os erros cometidos, no fundamental, não a comprometeram. Esse juízo pode ser atestado pelas condutas e os posicionamentos da Direção Nacional e pela atuação da bancada comunista no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, bem como na sua linha de atuação nos movimentos sociais.

Lideranças do PCdoB exerceram responsabilidades de governo em áreas importantes, resultando em realizações reconhecidas pelos setores diretamente vinculados ao tema e pela sociedade em geral. Marca da participação dos quadros comunistas foi uma atuação empreendedora que produziu realizações e políticas em prol dos interesses do Brasil e dos direitos do povo. Pautaram-se, de acordo com a prática recorrente dos comunistas, pelo rigor com a defesa do patrimônio público. O PCdoB alcançou, com a participação no governo federal e em demais esferas, uma nova dimensão em sua experiência de gestão pública, de elaboração e de prática política concreta, de aplicação de elementos de seu

Programa, notadamente dos conteúdos e bandeiras do Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento. Alargou suas relações com amplos setores e auferiu mais visibilidade e aproximação com amplas camadas do povo.

É preciso, entretanto, uma análise multilateral do fato de o PCdoB ter ocupado a pasta do Ministério do Esporte durante três dos quatro mandatos, enquanto, apenas por curto espaço de tempo, esteve à frente da Secretaria de Relações Institucionais, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e, em seguida, do Ministério da Defesa (MD).

A presença prolongada no Ministério do Esporte – tendo à frente Orlando Silva, que substituiu Agnelo Queiroz, e posteriormente Aldo Rebelo – propiciou ao Partido uma participação em cascata nas secretarias estaduais e municipais de esporte. Isso permitiu-lhe ampliar o relacionamento com o segmento esportivo e com o povo, marcar sua capacidade de gestão (coordenação dos Jogos Pan-Americanos, da Copa do Mundo e toda a preparação dos Jogos Olímpicos). Todavia, este fato restringiu seu arco de atuação, deixando-o de fora de setores e áreas estratégicos na esfera direta de ação do governo. Debilidade minorada, é verdade, pelo importante trabalho realizado por Haroldo Lima na Agência Nacional de Petróleo Gás e Biocombustíveis (ANP) e por Manoel Rangel na Agência Nacional do Cinema (Ancine), bem como por Aldo Rebelo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI) e Ministério da Defesa (MD). Além da presidência da Embratur por Flávio Dino e Vicente Neto e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) por Luis Fernandes.

A bancada comunista e as lideranças na Câmara dos Deputados e no Senado Federal tiveram uma atuação de apurada qualidade durante os dois governos (Lula e Dilma) e no período de enfrentamento ao golpe. Da atuação da bancada resultou um elenco de conquistas vinculadas aos trabalhadores e aos interesses da Nação.

Ante o acirrado confronto político entre o governo e a oposição neoliberal, o PCdoB se postou sempre na linha de frente em defesa do



governo. Esta conduta se deu tanto na tentativa de golpe para depor o ex-presidente Lula, na crise do chamado “mensalão” de 2005, quanto na ofensiva reacionária desencadeada no início de 2015 pelo consórcio oposicionista que derrubou o governo da presidenta Dilma.

O apoio teve um caráter propositivo com apresentação de ideias, saídas, mediações aos dilemas do governo, e com articulações com o objetivo de ampliar, agregar e pôr em movimento a base política e social.

O Partido manteve sua voz própria. Publicamente, alertou, criticou, divergiu do governo sempre que julgou que políticas governamentais haviam entrado em conflito com o programa da coalizão, com os compromissos assumidos pelo governo com a Nação e os trabalhadores. A persistente oposição à manutenção do chamado tripé macroeconômico ortodoxo, em particular a política de juros altos e de câmbio flutuante valorizado, é um dos muitos exemplos que demonstram a face crítica do apoio que foi prestado ao governo.

Desde 2007, embora não tenha obtido êxito, o Partido persistiu, junto ao governo e à sua base, pela premência de se realizarem as reformas estruturais democráticas, principalmente a Política e a dos meios de comunicação. Em torno dessas duas bandeiras, envidou esforços para aglutinar forças sociais e políticas e destacou quadros e frentes de trabalho para elaborar e construir linhas de ação.

A conduta de independência do Partido também se evidenciou quando, ainda em 2007, ao avaliar o papel estratégico do movimento dos trabalhadores e trabalhadoras, os comunistas apoiaram e incentivaram a criação de uma nova central sindical: A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), central plural e classista, que de lá para cá vicejou e se expandiu. Houve com a CTB um salto importante no trabalho sindical do PCdoB.

Há convicção de que o Partido estimulou nos movimentos sociais em que atua a concepção da autonomia e contribuiu para um melhor entendimento do papel político que eles precisam desempenhar. Houve

avanços significativos quando reivindicações dos movimentos foram encampadas pelo governo e impulsionadas por mobilizações sociais, como a conquista da política de valorização do salário-mínimo, a garantia e regulamentação de direitos para as trabalhadoras domésticas, a expansão das universidades e dos institutos federais, a reserva de vagas, o ProUni, os 10% do PIB para a educação, entre outros. No geral, o PCdoB cresceu e aumentou sua influência nos movimentos sociais, bem como contribuiu, por intermédio de sua militância, para o fortalecimento de entidades e movimentos comprometidos com as causas populares. Persistem e ampliam-se os desafios de relacionar bandeiras e causas candentes dos movimentos sociais com a centralidade da luta por um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, bem como contribuir para elevar a capacidade de mobilização política do povo.

▼ Foi aplicada a tática de impulsionar o governo a lançar um novo projeto nacional

Nas quatro campanhas presidenciais, o PCdoB, ao pactuar o ingresso nas coligações que sustentaram as candidaturas de Lula e Dilma, apresentou plataformas focadas no objetivo de o governo promover um novo ciclo de desenvolvimento robusto, duradouro, assentado na crescente soberania nacional, dinamização da integração latino-americana e ascendente ampliação da democracia.

O Partido procurou, ao longo do ciclo, empreender uma leitura multilateral do resultado geral do governo, lidando, objetivamente, com seu conteúdo e compromissos contraditórios. No choque entre os polos, os comunistas, por exemplo, asseveraram que, no primeiro governo Lula, a vertente neoliberal, que se confrontava com a desenvolvimentista, havia transformado o Ministério da Fazenda e o Banco Central em verdadeiros “enclaves rentistas” no seio do governo.

A resolução política do 12º Congresso, novembro de 2009, enaltece os êxitos do segundo governo Lula, sublinha avanços na transi-



ção, mas alerta que, “de certo modo”, ainda se mantinha o pacto dual da *Carta ao Povo Brasileiro*. Já o 13º Congresso, novembro de 2013, caracteriza como rico e promissor o legado de uma década decorrida do ciclo, mas alerta que as significativas conquistas “não foram suficientes para democratizar o Estado e remover outros obstáculos estruturais políticos, sociais e econômicos herdados em séculos de história (...). Assim, impõe-se destravar e acelerar as mudanças.”

Desse modo, o Partido, que, em 2007, lançara o Manifesto *Audácia* – propondo ao governo uma conduta política mais assertiva, mais corajosa, tendo em vista a realização das mudanças e das reformas democráticas –, reafirma sua convicção de que sem realizá-las seria impossível avançar na direção de mais desenvolvimento, mais democracia e soberania nacional.

▼ Defesa de um núcleo de esquerda no âmbito da aliança

O Partido sempre lutou pela constituição de um núcleo de esquerda, no âmbito da ampla coalizão de governo. Após a reeleição, em 2006, o PT e o ex-presidente Lula apoiaram-se com mais ênfase no PMDB, secundarizando os partidos de esquerda. Em consequência, o PCdoB, sem negar a importância da coalizão, formou, conjuntamente com o PSB, PDT e outras legendas, o Bloco de Esquerda. Esse Bloco, como avaliou o 12º Congresso, “definiu uma plataforma avançada, na defesa de um projeto que impulsionasse o governo na superação das amarras neoliberais, instasse o PT a não se desgarrar do campo de esquerda.”. O Bloco enfrentou acentuada resistência do governo que agiu no sentido de dissolvê-lo.

No primeiro governo da presidenta Dilma, a coalizão se manteve ampla, mas houve regressão na indispensável liderança do titular da presidência da República sobre a base governista. A presidenta e seu *staff* de articulação política evidenciaram graves debilidades nesta exi-

gência crucial. Não houve também, no governo Dilma, um núcleo de esquerda. Na verdade, foram se criando diferenciações, distanciamentos, e mesmo divergências públicas, entre a presidenta Dilma e seu próprio partido, o PT. Esse fenômeno reverberou como fator dispersante no conjunto da esquerda e no seio da aliança como um todo.

▼ Erros e insuficiências do PCdoB e o acúmulo de forças conquistado

No 11º Congresso, realizado em 2005, o PCdoB já explicitava que, ante o ineditismo de sua participação no governo da República, seria impossível não cometer erros, e, além disso, aflorariam as insuficiências do Partido.

▼ Foi débil a defesa da democratização do Estado brasileiro

No que concerne ao grave equívoco de se ter mantido intacta a estrutura conservadora do Estado – em que pese o Programa Socialista e outros documentos partidários destacarem a necessidade da democratização e modernização do Estado, da reforma do Poder Judiciário –, foram limitadas e de pequeno alcance as iniciativas do Partido para persuadir e pressionar o governo quanto à indispensabilidade de uma reforma do Estado, para promover na sociedade a disputa política e ideológica no alcance que a correlação de forças permitia.

O PCdoB tinha evidentes divergências, mas não demarcou, nem se confrontou de público com o falso republicanismo que grassou nos governos Lula e Dilma. Neste tema, incluem-se a abdicação de prerrogativas e poderes da Presidência da República, de ministérios estratégicos, em benefício das corporações do Estado; uma leitura acrítica do conteúdo da legislação de combate à corrupção que deu instrumentos para as corporações afrontarem o Estado de Direito; as indicações e as prerrogativas dos órgãos de controle, a composição dos tribunais superiores,



o papel do Ministério da Justiça, a autonomia da Polícia Federal; entre outras iniciativas que acabaram se voltando contra o próprio governo, contra a democracia e a soberania do voto popular.

▼ O acúmulo de forças do Partido e a afirmação de sua visibilidade e sua identidade

Definida a orientação política, a 9ª Conferência (2003) também indicou as novas linhas de acumulação de forças do PCdoB, renovando as diretrizes de sua estruturação. Objetivo central fixado foi o fortalecimento do Partido, em suas distintas dimensões.

Uma avaliação, em particular, chamava a atenção. Estava claro que a aliança, no plano nacional, com o PT desde 1989, a par do acerto político e dos resultados satisfatórios, trouxera também consequências negativas a serem corrigidas. Conforme diagnóstico da 9ª Conferência, “aos olhos de grande parte da população”, a imagem do PCdoB ficara restrita a uma legenda “coparticipante do consórcio eleitoral petista.” A identidade, a visibilidade e a independência do Partido ficaram diluídas.

Para corrigir tais fenômenos negativos, e para direcionar o Partido a uma nova etapa de ganho de força, vieram políticas e diretrizes como: uma nova tática eleitoral com lançamento de candidaturas majoritárias e chapas próprias aos legislativos municipal e estadual; a combinação disso com a luta social e de ideias, a conduta política de audácia a reger todas ações e frentes de trabalho (2007) da qual estrategicamente nasceu a CTB; o Programa Socialista, aprovado em 2009; o novo Estatuto (2005); e a Política de Quadros (2009).

Algumas referências estatísticas são necessárias para, materialmente, balizar o resultado da acumulação a que o Partido se propôs, embora, é claro, requeiram aferição qualitativa.

O número de filiados evoluiu de 151 mil, em 2002, para 356 mil, em 2015. A relação entre o número de filiados e de participantes em Congressos tem a seguinte referência: em 2001, de 151 mil filiados, 34 mil

participaram do Congresso partidário; em 2013, de 353 mil, houve 109 mil participantes; em junho de 2017, o PCdoB atingiu o total de 393.312 filiados.

Em termos de presença no vasto território nacional, nas eleições municipais de 2000 foram lançados candidatos a vereador em 757 municípios e 150 foram eleitos; em 2016, tivemos candidatos em 2.301 municípios e foram conquistadas 1.001 cadeiras.

Nas disputas majoritárias, em 2000, foi conquistada somente uma prefeitura (Olinda), pois o Partido se atrasou em relação à alteração na tática eleitoral para as disputas majoritárias. Fruto da correção que empreendeu a partir de 2004, em 2016 o Partido elegeu 82 prefeitos, entre eles Edvaldo Nogueira, eleito pela segunda vez em Aracaju. Edvaldo retoma e dá continuidade a uma gestão vitoriosa do seu primeiro mandato, que fez a cidade ser reconhecida como a “capital brasileira da qualidade de vida.”. No Senado Federal, entre 2010 e 2014, o Partido ocupou duas cadeiras, pela primeira vez, sendo que em 2010 foi a quarta legenda mais votada para o Senado, mas em 2014 não elegeu senador e recuou a uma cadeira.

Em 2014, o PCdoB elegeu Flávio Dino governador do Maranhão, um feito inédito. Mesmo no curso de uma recessão que afeta os estados e municípios, o governo de Flávio Dino vem conseguindo êxitos para desenvolver e democratizar o Maranhão e promover crescente melhoria na vida do povo. Ele também se destacou na luta contra o golpe e hoje se empenha pela restauração da democracia. É uma destacada liderança nacional das forças progressistas e democráticas.

Em relação à Câmara dos Deputados, o PCdoB teve no ciclo seu melhor desempenho em 2010, quando obteve 2,89% do total de votos, obtendo 15 cadeiras; em 2014, caiu para 1,98% dos votos, com 10 cadeiras.

Comparativamente ao período anterior a 2003, pode-se afirmar, mesmo com os reveses sofridos, que nos 13 anos dos governos Lula e Dilma o PCdoB colheu frutos na esfera da expansão (filiados, militantes,



base territorial), na sua força eleitoral, na participação em governos, na inserção no movimento sindical e nos movimentos sociais, e na batalha de ideias, e além disso elevou sua autoridade política. Saiu também desse ciclo com um conjunto de deficiências, que estão elencadas em outra parte deste documento.

Uma acumulação de forças sem saltos, modesta, consoante à época histórica de defensiva estratégica das forças revolucionárias, mas contínua e gradativa em razão das condições políticas favoráveis advindas da histórica vitória de 2002, razoavelmente aproveitadas pelas renovadas linhas de ação política e estruturação do Partido. Além de suas próprias insuficiências, concorreu, também, para conter um maior crescimento do Partido o fato de o campo político e social da esquerda ter sido, neste período, ocupado e hegemônico pelo PT.

No âmbito eleitoral, conforme as estatísticas acima evidenciam, houve esforço em participar de forma mais planejada e mais ousada das disputas, inclusive majoritárias. Com isso, o Partido obteve votações mais amplas, projetou a legenda e várias lideranças no parlamento e nos governos. Mas o resultado concreto foi modesto, como demonstram o número e o tamanho das prefeituras conquistadas, no tamanho da bancada na Câmara dos Deputados – que em nenhum momento ultrapassou 15 cadeiras –, e também no Senado Federal. Nas eleições de 2014 o Partido reduziu a sua votação para a Câmara dos Deputados e, em 2016, obteve um resultado satisfatório nas eleições municipais, embora tenha perdido importantes prefeituras e cadeiras em Câmaras Municipais das capitais, sobretudo das regiões Sudeste e Sul.

▼ Questões importantes a serem superadas

O Programa Socialista do PCdoB – destacadamente, a luta pelo fortalecimento da Nação, o Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento como caminho brasileiro para o socialismo – foi o norte orientador

da direção nacional do PCdoB nos governos Lula e Dilma. Conteúdos, bandeiras, reformas do NPND foram elaborados, desenvolvidos, dando clareza à centralidade da questão nacional como exigência da luta de classes na contemporaneidade, dialeticamente relacionada à luta pelo socialismo. Todavia, apesar dos esforços, o Programa não foi disseminado suficientemente na sociedade, nem dele se extraíram todas as consequências para a orientação política do Partido. Igualmente, ele ainda não foi assimilado pela maioria do conjunto das direções estaduais e municipais, tampouco pelas bases do Partido. A meta de que o Programa seja, efetivamente, a bússola orientadora no cotidiano do coletivo militante está longe de ser alcançada.

Isso afeta diretamente a questão da identidade do PCdoB. Qual marca, qual identidade o Partido vinca, se não efetivamente o seu Programa? Por enquanto, não assimilado, não assumido na dimensão devida como guia de ação. Obviamente, a marca “Nação forte. Rumo socialista” – que sintetiza o Programa – não é suficientemente projetada e, além disso, suas frentes de trabalho, seu coletivo militante, passam a ser permeados de conteúdos e plataformas conflitantes com a elaboração estratégica do Partido, fazendo prevalecer, por vezes, pautas segmentares e corporativas dissociadas de um projeto de nação.

A questão da identidade requer que o Partido cresça nas três frentes de acumulação – a luta de massas, a presença e o trabalho nos parlamentos e governos, e a luta de ideias; que tenha fortes vínculos junto aos setores estratégicos da Nação, e também que se torne uma influente corrente de massas e eleitoral. Necessita expandir o coletivo militante, fortalecer sua estruturação desde os municípios e dotar-se de envergadura, instrumentos e capacidade econômico-financeira autossustentada que lhe possibilitem disseminar seu Programa, conquistar visibilidade, ser visto e reconhecido com a sua singularidade pela Nação e pelos trabalhadores e trabalhadoras.



III – GOVERNO ILEGÍTIMO CONTRA O BRASIL E O POVO

O *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016 foi um golpe de novo tipo contra a democracia, perpetrado pelo Parlamento, endossado pelo Judiciário e capitaneado por um poderoso conjunto de forças políticas, judiciais, midiáticas e empresariais, com ativa participação de setores da Polícia Federal. A mídia monopolizada teve papel de destaque na mobilização de uma base social reacionária e intolerante.

A trama golpista foi longamente preparada e teve apoio externo, como parte da ofensiva imperialista na região e das disputas geopolíticas que visam a conter o papel de países em desenvolvimento e polos emergentes de poder, como o papel progressista do Brasil na América do Sul. Esteve relacionada à descoberta do pré-sal, com interceptação de comunicações da presidenta Dilma e da Petrobras pelos serviços de inteligência estadunidenses. Cooperações descentralizadas, no âmbito de acordos bilaterais de estruturas do Estado brasileiro, como o Ministério Público, com órgãos de outros países, foram lesivas aos interesses nacionais.

A trama representou um atalho das forças conservadoras para o poder, sem votos. Elas se uniram em consórcio para a destituição do governo Dilma e pela implementação de uma “nova” agenda para o Brasil – na verdade, o programa neoliberal do PSDB, assumido também pelo PMDB. Programa este derrotado quatro vezes consecutivas em eleições presidenciais. Promovem célere desfiguração da Carta de 1988 e a implementação de nova ordem ultraliberal, conservadora e autoritária, com forte componente neocolonial. Entretanto, agravou-se o impasse político nacional, que põe em questão o ciclo da Nova República aberto com a Carta de 1988. O governo Temer vive em grande instabilidade, com inédita impopularidade, e o país vive a maior crise econômica de sua história, com forte deterioração da situação social.

▼ Um ano do *impeachment*: a “agenda maldita”

A “agenda maldita” entreguista e neoliberal, expressão dos interesses das grandes potências e do capital financeiro, fragiliza as bases da soberania nacional com o desmonte do Estado e dos mecanismos indutores do desenvolvimento. Estão no alvo a Petrobras e a cadeia de petróleo e gás; o BNDES e a política externa como instrumento do desenvolvimento. Desmontaram-se os mecanismos de financiamento de longo prazo e empresas privadas estratégicas para a economia brasileira, entre elas as da indústria da defesa. Vendem-se vastas extensões de terra e aliena-se a operação de campos estratégicos na província petrolífera do pré-sal a grupos estrangeiros, tramando também o fim do regime de partilha. Igualmente, está em curso um vasto programa de concessões lesivas, com o Programa de Parcerias de Investimentos (PPIs) — que fere os interesses nacionais ao atingir setores estratégicos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, e outras áreas fundamentais para a soberania nacional da Amazônia e das reservas minerais — e a criminosa privatização da Eletrobrás, além da ameaça à Casa da Moeda e aos Correios. Também está na mira a Base de Lançamento de Alcântara (Maranhão) por meio de um acordo lesivo com os Estados Unidos. Com isso, debilita-se o Estado nacional deixando-o sem condições de fomentar a indústria e reverter a desindustrialização. A ociosidade na indústria brasileira bate recordes. Em 2016, a utilização da capacidade instalada foi de 63%. Isso significa que 37% das máquinas, equipamentos e instalações da indústria ficaram parados. A participação dessa atividade no PIB caiu 3,8% em 2016 em relação ao ano anterior. Em 2016, o Brasil teve a pior taxa de investimentos dos últimos 20 anos, de 16,4% do PIB, e o investimento oriundo das estatais caiu em 50% entre 2013 e 2016. A recessão, em 2015 e 2016, acumulou queda de 7,2% do PIB. Enquanto isso, os juros sobre a dívida pública drenam para o rentismo, anualmente, 45% do orçamento federal. Em relação ao desempenho e à expectativa da economia brasileira em 2017-



2018, o governo golpista superdimensiona seus resultados. A atividade econômica é débil e está, no fundamental, estagnada, com baixos níveis de investimento, público e privado. A retomada se limita a alguns setores e se dá com precarização do trabalho e alta desnacionalização da economia.

Ao mesmo tempo, o governo ilegítimo promove o receituário mundial do neoliberalismo de austeridade, que se traduz no corte de direitos trabalhistas e dos gastos sociais, elevando a exploração do trabalho. A terceirização generalizada já foi aprovada, assim como o ataque à estrutura sindical, mediante o fim da Contribuição Sindical dos trabalhadores. Destroça-se a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em vigor há 70 anos, dela retirando direitos e garantias, e institui-se o predomínio do negociado sobre o legislado, que só favorece o capital. Na aposentadoria, pretende-se liquidar a Previdência Social como parte da Seguridade Social, e ardilosamente privatizá-la, destruindo o maior instrumento de distribuição de renda do país, em prejuízo especial das mulheres e da população mais pobre. Chega-se ao acinte de incluir modificações normativas a favor de modalidades de trabalho escravo.

Houve piora sensível do empobrecimento do povo. O Brasil voltou ao Mapa da Fome mundial e o número de famílias vivendo nas ruas ampliou-se exponencialmente. O país atingiu o recorde de 14 milhões de desempregados, 25% dos quais jovens de 18 a 24 anos. Em 2016, a média dos reajustes salariais do país se reduziu a 0,52% e só 19% dos dissídios coletivos alcançaram aumento real de salários. O ajuste recessivo produz queda na arrecadação, nos orçamentos dos estados e municípios e, a cada dia, aumenta a deterioração dos serviços públicos. A Constituição foi alterada para institucionalizar o engessamento dos gastos públicos em saúde e educação por 20 anos. A tensão social é latente, como na segurança pública – rebeliões em presídios, greves de policiais militares e aumento das chacinas. Recrudesce em nova escala o crime organizado.

▼ Radicalizada luta de classes política e ideológica

O Brasil vive, desde as manifestações de junho de 2013, prolongada fase de radicalizada luta de classes política e ideológica. O setor hegemônico das classes dominantes prega diuturnamente contra a capacidade de realização do povo e da Nação, promove descrença, desesperança, baixo sentimento de autoestima e de orgulho com o país. Dissemina que é inexequível um caminho de autodeterminação no mundo da globalização neoliberal; ao contrário, exige adotar amargas antirreformas neoliberais, para reduzir o Estado e os direitos que “não caberiam” no PIB e alinhar o Brasil de modo subordinado às grandes potências. Do mesmo modo, usa como arma política a denúncia de corrupção, afirmando ser ela a maior chaga do país e justificando até medidas de exceção em seu combate. Estimula a intolerância e saídas individualistas e meritocráticas em detrimento da solidariedade social. Promove a desmoralização da atividade política, no contexto do esvaziamento da democracia produzida pelo neoliberalismo – expressa na crise de representação dos partidos –, e busca promover o surgimento de nomes pretensamente “limpos” e “salvadores da pátria” para disputar eleições.

Em oposição a isso, estão vivas na memória popular as conquistas alcançadas no último ciclo e é crescente a consciência de que o fraudulento *impeachment* foi um engodo contra os interesses do país e do povo. As forças progressistas disputam as ideias de que o Estado, sob sua direção, é indispensável na defesa do desenvolvimento; que a agenda neoliberal só favorece o rentismo por intermédio dos altos juros sobre a dívida pública e sequestra o papel do Estado em benefício de seus interesses; que os direitos sociais não são ônus, mas essenciais para se retomar o crescimento econômico, ao elevar a renda do trabalho, o consumo e a arrecadação, equilibrando o déficit fiscal. Enfim, que a corrupção deve ser combatida respeitando-se as garantias constitucionais e indo-se à raiz dos problemas – a relação entre Estado conservador e poderes



econômicos, inerente ao sistema das classes dominantes capitalistas e o sistema político onde impera o poder do dinheiro.

▼ A Lava Jato e o Estado Democrático de Direito

O PCdoB se pauta pelo zelo e defesa do patrimônio público e defende eficaz combate à corrupção. Ao mesmo tempo, tem leitura crítica da Operação Lava Jato. Constituída em 2014 por setores do Judiciário, do Ministério Público e da Polícia Federal, ela promove, com apoio da grande mídia, e alcançando apoio popular, uma cruzada contra esquema de corrupção montado na Petrobras. Desde então, tem pesado decisivamente na vida política e institucional. Entretanto, optou por caminhos que não são eficazes no combate à corrupção e que a desvirtuaram. Com o apoio do PSDB para promover o *impeachment*, pôde sistematicamente agir com nítido viés político partidarizado, criminalizando o PT e a esquerda como um todo. Consumado o *impeachment*, sem retirar a esquerda do alvo preferencial, marcha também contra os próprios chefetes do golpe: Michel Temer, Eduardo Cunha e Aécio Neves.

A dita Operação transplanta, de modo acrítico, modelos e conceitos jurídicos de outros países, provenientes do combate ao crime organizado. Em operações descentralizadas de cooperações com os Estados Unidos e outros países, recebe treinamento e partilha informações, favorecendo que instituições estrangeiras promovam ações contra os interesses nacionais. Aniquila empresas, extermina postos de trabalho, dificulta a realização de acordos de leniência. Os resultados são quedas expressivas no PIB, desnacionalização da economia brasileira e aumento de taxas de desemprego. Tem sido, portanto, a força motriz da instabilidade política do país.

Ao lado de largas parcelas de estudiosos do Direito, o PCdoB considera que a Operação Lava Jato se constituiu em embrião de poder paralelo, instituindo o Estado de exceção em lugar do Estado Democrático de Direito. O protagonismo político autônomo da Lava Jato é indevido,

fere o sistema de pesos e contrapesos entre os poderes da República e macula a legitimidade dos representantes eleitos pelo voto popular – entre os quais não estão integrantes do Judiciário ou da alta burocracia de Estado. O modelo de combate à corrupção que a Lava Jato quer impor agride a norma democrática, ao condenar com base em delações premiadas sem necessidade de provas, abusar de conduções coercitivas e manter prisões preventivas por tempo indevido, violar garantias constitucionais como o direito ao devido processo penal e à presunção de inocência, além de promover recorrentes vazamentos seletivos. Outros setores do Judiciário em boa medida deixaram-se encurralar pela agenda política da Lava Jato, omitem-se em face de suas transgressões, o que compromete a isenção sem a qual não se faz justiça.

A força do ex-presidente Lula junto ao povo é um poderoso ativo político da luta e símbolo da resistência do povo brasileiro. Por essa razão, é o alvo direto das forças conservadoras e reacionárias, visando a impedi-lo de se candidatar ou mesmo de ser forte eleitor das eleições presidenciais. O PCdoB considera inteiramente facciosas as perseguições movidas pela Lava Jato contra Lula, e se empenha na luta por seus plenos direitos políticos.

▼ Campos políticos e sociais em confronto

Cresceram e alargaram-se as mobilizações políticas do campo popular. Desde o *impeachment*, a luta contra as antirreformas da Previdência e trabalhista tem sido fator de unidade e avanço da oposição ao governo, nas ruas e no Parlamento. Cresceu o protagonismo dos trabalhadores e trabalhadoras em jornadas de paralisações nacionais com claro conteúdo político. Papéis destacados tiveram o Fórum das Centrais Sindicais, as frentes Brasil Popular e Povo sem Medo e partidos como PT, PCdoB e PDT. A Frente Brasil Popular, em particular, é valioso instrumento de mobilização política pela unidade, fortalecendo o arco de forças progressistas por saídas para a crise brasileira. A resis-



tência alcançou apoios de repercussão internacional com a adesão de forte campo de juristas constitucionalistas e trabalhistas, das igrejas, do mundo da cultura, das artes e comunicação, e personalidades marcantes do país. Além das lutas sociais, formaram-se a Frente Parlamentar em Defesa das Diretas Já e a Frente Ampla Nacional por Diretas Já e Contra as Reformas, reunindo expressivas organizações da sociedade civil. O PCdoB dá destacada energia a isso e saúda o papel combativo da CTB, da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), da União Brasileira de Mulheres (UBM), da União de Negros pela Igualdade (Unegro), da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam) e de tantas outras entidades onde atuam os comunistas.

No entanto, as mobilizações populares estão em refluxo face à crise econômico-social, ao desalento, e em especial à negação da política e à falta de perspectivas da sociedade quanto a saídas para a crise. Portanto, segue o desafio de ir além dos setores tradicionalmente organizados. A maioria silenciosa do povo tem patente insatisfação – expressa em todas as pesquisas –, mas ainda não se manifesta como agente das mudanças. Sofre os efeitos, por um lado, da campanha de desmoralização da política e dos partidos e, por outro, da fragmentação social que afeta a subjetividade do povo e faz arrefecer laços de solidariedade social. Entrementes, a luta para garantir as eleições presidenciais de 2018 e contra as antirreformas neoliberais tem potencialidade de se alastrar, inclusive junto a setores médios que, mesmo tendo rejeições ou diferenças com os governos Lula e Dilma, também sofrem as consequências da crise.

A unidade do campo popular, progressista e democrático é indispensável e carece do debate crítico de desafiadoras questões, com métodos justos em busca de convergência. Destacam-se, entre outros, os temas da relação entre projeto nacional de desenvolvimento, o papel do Estado e o da sociedade civil; a justa e necessária integração das candentes causas dos direitos civis, identitários e difusos – próprias das

contradições da formação nacional no seio do povo –, sob o primado de um projeto de desenvolvimento nacional e da unicidade do povo brasileiro. E, também, a suplantação de pautas e interesses corporativistas que confrontam os interesses de toda a sociedade; a justa compreensão da luta pela hegemonia no processo político, sem exclusivismos partidistas. Finalmente, a própria noção da indispensabilidade da unidade de forças em Frente Ampla – respeitados os legítimos interesses de partidos e movimentos integrantes – é tema que se impõe.

Os comunistas atuam em todas as causas que envolvem anseios populares, nos termos da realidade contemporânea na ampla variedade de vivências sociais, reivindicações, formas de organização e de ativismo digital. Buscam dar-lhes consequência sob a perspectiva de seu Programa Socialista para o Brasil. No entanto, estabelece-se no campo da luta social uma nova estratégia política “movimentista” com base no multiculturalismo que se quer “progressista”, mas que resulta na fragmentação do povo. São forças que exploram a crise de representação política da sociedade – o que é mais propriamente uma crise da democracia, esvaziada sob a agenda neoliberal – em contraponto à esquerda partidária e às grandes organizações do movimento social brasileiro, consideradas “tradicionais” por afirmarem o papel central dos trabalhadores como sujeito na luta pelo socialismo e adotarem o caminho da “disputa do Estado”. Embora críticas ao *status quo*, reforçam pregações conservadoras já hegemônicas da negação da política. Não apresentam alternativa sistêmica de sociedade, nem concebem a necessidade de um projeto nacional de desenvolvimento – sem o qual não se promove a cidadania, o progresso e a inclusão social –, com o poder de Estado induzindo um rumo democrático e progressista para abrir caminho às transformações sociais.

O campo conservador, que liderou o golpe, de outra parte, mantém-se em ofensiva, mas tem contradições no seu âmbito, com choques entre seus integrantes. O “partido” da Lava Jato é o mais agressivo do consórcio



cio golpista, que em conluio com a mídia atua para derrogar o sistema político, atentando contra o Estado Democrático de Direito. O governo, desde o golpe capitaneado pelo PMDB e pelo PSDB, tem farta maioria política parlamentar, composta, desde a consumação do *impeachment*, por legendas da direita e centro-direita, agrupadas no autodenominado “centrão” constituído por Eduardo Cunha. Tal maioria, entretanto, é instável e suscetível a reposicionamentos. Está acossada pela Lava Jato e pelo rechaço popular à agenda do governo. Além disso, evidenciam-se divisões e disputas, no sentido de radicalização pelo caminho de negação da política com candidatos aventureiros, ou de tornar mais palatável a agenda para a disputa eleitoral. Denúncias de organização criminosa, obstrução da Justiça e corrupção passiva atingem em cheio o presidente ilegítimo. O PSDB está fraturado, o DEM faz demarcações e são evidentes as disputas no interior do campo conservador acerca de nomes para encabeçar a disputa presidencial. As forças dominantes tentam blindar a condução da política econômica do quadro de instabilidade permanente, mas a crise política e institucional contribui para manter o ciclo recessivo, resultando num cenário desalentador para os investimentos do empresariado.

O consórcio golpista financiou a arregimentação de uma base social disposta a ir às ruas. Estrato social decisivo para isso, em ligação com a mídia monopolizada, tem sido a alta “classe média”, derivando posições também para outros setores médios tradicionais que, ressentidos, comportam-se como o “partido político da elite”. Suas demandas, alimentadas pelo antipetismo e pelo discurso moralista da Lava Jato, mantêm-se ativas, mas também para tais forças as mobilizações entraram em refluxo, dada a desfaçatez de defender “reformas” intragáveis para a população e a corrupção escancarada no governo Temer. Aos poucos vai se indispondo com o governo golpista e o próprio PSDB. Entretanto, essas forças dão base a candidaturas de negação da política ou de correntes de opinião de extrema-direita, em reforço da ordem ultraliberal autoritária.

▼ A instabilidade é a marca da crise política e institucional

O golpe agravou a instabilidade, tornando-a estrutural crônica, e ampliou o quadro de incertezas em que vive o país, pondo em questão o ciclo da Nova República, aberto com a Constituição de 1988. O curso político evolui em paroxismos e torna imprevisíveis os desfechos possíveis. Há uma crise recorrente de governo, face à qual Temer busca demonstrar que o custo de sua saída seria maior do que mantê-lo no governo, para aprovar as antirreformas, e sinalizar à base política de apoio o enfrentamento aberto à Lava Jato. Há feridas abertas nas instituições, produzindo conflitos e desequilíbrios entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com graves consequências.

De conjunto, a evolução dessa conflagração institucional expressa agudo e grande impasse político, chegando a parcelas das Forças Armadas. Tal estado de coisas é funcional a um objetivo estratégico central do campo político antinação e antipovo: vedar a via eleitoral-institucional para a chegada do campo político democrático, patriótico e popular à Presidência da República. O campo conservador reacionário enfrenta disputas em seu âmbito. Entretanto, apesar de dissensos, as forças que promoveram o golpe se mantêm unidas no essencial: assegurar a agenda ultraliberal e antinacional, buscando cortar mais direitos, através, por exemplo, da antirreforma da Previdência. Unificam-se, também, para impedir o ex-presidente Lula de se candidatar. Não alcançando êxito nesse intento de cassar os direitos políticos do ex-presidente — o ato final do golpe —, corre-se o risco de não se realizarem as próprias eleições presidenciais em 2018 ou, de outra parte, de serem esvaziadas de seu conteúdo central: momento mais elevado da participação do povo na vida política nacional, por meio de manobras que visam à implantação de formas de semipresidencialismo ou parlamentarismo. O ascenso das mobilizações populares e uma sagaz exploração das divisões no bloco governista são essenciais e abrem novas possibilidades



para a luta política por saída legitimamente democrática para a crise de governo e o retorno da normalidade política e institucional, mediante a soberania do voto popular em eleições presidenciais.

IV – SAÍDAS PARA A CRISE BRASILEIRA

Nesse quadro de turbulência política, alcança novo marco a encruzilhada histórica do país entre dois projetos antípodos para o Brasil. O PCdoB entende que a pretendida transição à nova ordem liberal, autoritária e neocolonialista é tumultuada e instável, e que a luta contra a coalizão que a sustenta será dura, intensa e de longo fôlego, antes, durante e após as eleições presidenciais. É nesse contexto que firma a orientação política para apresentar perspectivas para o Brasil e novas esperanças ao povo.

A orientação política imediata do PCdoB é a oposição firme ao governo golpista e à agenda que este impõe ilegalmente ao país. Visa a acumular forças para derrotar o curso antinacional e antipopular e criar condições para as forças patrióticas e populares reconquistarem o governo da República e, assim, assegurar a soberania do voto popular e retomar, em novas condições, a rota de desenvolvimento soberano, democrático e com inclusão social, ampliação dos direitos do povo, a valorização do trabalho e da produção.

▼ Frente Ampla para novos rumos ao Brasil

A realização desses objetivos só é possível com a união de vastas forças em Frente Ampla, para além da esquerda política e social. O PCdoB tem empenhado todos os esforços para isso, bem como para construir a unidade da esquerda brasileira para que ela se constitua no núcleo condutor da Frente Ampla. Na história brasileira, quando se uniram vastas forças com clareza de objetivos e unidade de ação no rumo do interesse maior do Brasil e do povo, elas venceram.

A Frente Ampla reunirá os trabalhadores, a juventude e as mulheres, com toda a diversidade das organizações de luta para aglutinar extensas camadas populares; os setores progressistas e patrióticos, do universo jurídico constitucionalista, do mundo cultural e da intelectualidade progressista; segmentos médios profissionais, entidades e movimentos do empresariado interessado no progresso do país. Para aglutiná-la, a pauta imediata é restaurar a democracia, o Estado Democrático de Direito, as garantias constitucionais fundamentais no combate à corrupção; assegurar a soberania nacional e retomar o crescimento econômico, com o estímulo à produção nacional; a defesa da Petrobras e do regime de partilha no pré-sal, contra as desnacionalizações, privatizações e demolição das empresas brasileiras de engenharia de grandes obras; a manutenção e ampliação dos direitos do povo, com a valorização do trabalho, empregos, distribuição de renda e inclusão social.

A resistência por meio da Frente Ampla se conjuga, e se fortalecerá, com caminhos exequíveis para tirar o país da crise. As saídas para isso são essencialmente políticas e por meio da política. Na instável conjuntura presente, o PCdoB toma como referência a conjugação de três pontos essenciais: paralisar e derrotar as antirreformas, garantir a realização de eleições e restabelecer a normalidade das relações institucionais e políticas para a disputa democrática de rumos para o país, sob a soberania do voto popular. As consignas Fora, Temer!, Barrar as antirreformas!, Pela garantia das eleições presidenciais de 2018! reúnem forças como bandeiras amplas e radicais a um só tempo, que dão protagonismo à luta do povo brasileiro.

A isso se conjuga a luta política na esfera institucional, em especial no Congresso Nacional, que requer firmeza de pertencimento de campo político e sagacidade para não isolar, mas sim ampliar a resistência. É indispensável explorar contradições e disputas do consórcio político dominante, isolar os alvos principais a cada situação, dividir e neutralizar o que for possível da ofensiva da ampla frente conserva-



dora. Parte desses segmentos, tendo apoiado o *impeachment*, busca se reposicionar, como é o caso do PSB e de parlamentares de vários partidos, inclusive no PMDB. Deve-se disputar ativamente essas forças, presentes em instituições políticas e da sociedade civil e em setores econômicos. O espectro centrista de forças sociais e políticas sempre foi fator destacado em todas as composições políticas no Brasil e carece de um núcleo de forças conseqüentes para galvanizá-lo como alternativa factível de outro rumo democrático e progressista para o país.

A mobilização política do povo é fator decisivo para se reverter a correlação de forças hoje ainda desfavorável ante a ofensiva conservadora. A partir dos avanços obtidos com a resistência ao golpe e às antirreformas, é preciso pôr em ação largo repertório de formas de luta, para alcançar a maioria do povo e recuperar a confiança de vastas parcelas da sociedade que não se opuseram ou ficaram indiferentes ao *impeachment* e deixaram de votar nas forças da esquerda em 2014 e 2016. Persistem os desafios de relacionar bandeiras e causas candentes dos movimentos sociais com a centralidade da luta pelo Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento. Essa necessária relação contribuirá para politizar os movimentos e as amplas massas, vinculando-os à luta por um novo poder político.

▼ Uma nova agenda para o Brasil

É preciso fazer convergir as forças da Frente Ampla para a formulação de um novo programa que contribua para se retomar o diálogo e a confiança com a maioria da Nação. Nesse sentido, o PCdoB apresenta-se ao debate das saídas para a crise com bandeiras agregadoras para coesionar a maioria da Nação, tendo por base seu Programa Socialista, alcançando esse objetivo maior mediante o caminho do Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento. Seus pilares são a defesa da soberania nacional e da democracia; o desenvolvimento econômico com valorização do trabalho e diminuição das desigualdades sociais e regionais;

aperfeiçoamento do regime federativo através de um novo pacto que melhor equalize a distribuição dos recursos entre União, estados e municípios e a estes entes possibilite que sejam protagonistas indutores do desenvolvimento econômico e social; a integração com parceiros da América do Sul; e a proteção do meio ambiente com desenvolvimento sustentável de todos os biomas e regiões. O desafio de integrar e desenvolver a Amazônia com sustentabilidade permanece como uma grande questão nacional a ser equacionada neste século, para efetivamente alavancarmos o desenvolvimento do país. A Amazônia guarda imenso potencial — todavia subaproveitado — para ser um dos vetores centrais do Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento. Tais pilares englobam, também, as reformas estruturais democráticas do Estado nos sistemas político, judicial, financeiro e tributário, além das reformas sociais na questão urbana, agrária, da saúde e da educação e, no plano da sociedade, a democratização dos meios de comunicação, como medidas decisivas para se conformar a base social necessária a esse intento.

A construção desses pilares requer, como passo decisivo, o fortalecimento do Estado nacional, reestruturado como ente democrático indispensável para assegurar e promover a soberania do país, planejar e induzir o desenvolvimento e proteger os interesses estratégicos econômico-sociais, institucionais, científicos, culturais, diplomáticos e da defesa do país. É preciso contar com a força do Estado nacional sob direção progressista, juntamente com a necessária luta classista dos trabalhadores e trabalhadoras por seus direitos, para confrontar os interesses mundiais do rentismo e do imperialismo, as forças mais poderosas que agem contra o desenvolvimento e sequestram a democracia e a autodeterminação das nações.

O Partido julga ser essa a rota para elevar o Brasil a um novo ciclo civilizatório, afirmar a Nação e o papel autônomo do Brasil no contexto internacional, elevar o bem-estar material e espiritual do povo brasileiro. A saída da crise brasileira passa pela retomada de amplo



consenso em torno da centralidade do desenvolvimento nacional soberano, como missão para realizar as amplas potencialidades do Brasil e de seu povo. Trata-se de combater o enxovalhamento diuturno da nacionalidade, que produziu quadro de desalento e ceticismo para com o Brasil, de forte clivagem entre os brasileiros, agudamente crescente desde as jornadas de junho de 2013, e dispersão da própria ideia e do sentido de Nação. Para trilhá-la, o PCdoB considera necessário conformar um bloco político histórico que constitua nova maioria política para vencer nas urnas, na mobilização popular e na luta de ideias, em prol dos interesses do Brasil, do povo e da democracia.

Na mensagem de novas esperanças para o povo, a valorização do trabalho e dos direitos sociais se destaca como fator estruturante do desenvolvimento. Medidas para a elevação da renda do trabalho e da massa salarial, política institucionalizada de valorização do salário-mínimo e garantia da aposentadoria digna, liberdade de organização sindical dos trabalhadores, apoio ao cooperativismo, ao associativismo e à economia solidária, direitos iguais para as mulheres trabalhadoras, entre outras, são medidas que promovem espiral virtuosa envolvendo renda, estímulo ao consumo, demanda de crédito popular, maior demanda agregada para o campo da indústria, agricultura e serviços, e maior arrecadação e orçamento da União, dos estados e municípios.

Em especial, é preciso apontar soluções para os candentes temas do cotidiano: empregos, segurança pública, moradia — combatendo carências urbanas com vigoroso programa de habitação popular —, mobilidade e saneamento, reforma agrária, combate à violência no campo e estímulo à agricultura familiar, serviços públicos universais, direitos sociais e civis em geral. Deve-se promover autêntica revolução da educação e saúde públicas, universalizadas e de qualidade, ambas bandeiras destacadas do NPND, conforme apresentado no Programa Socialista do PCdoB. Para isso, serão revogados a emenda constitucional que instituiu o teto de gastos e as medidas contra os direitos sociais,

do trabalho e da Previdência, contra a soberania nacional, bem como o desmonte, levado a cabo após o *impeachment*, dos avanços alcançados na participação popular e cidadania, dos programas sociais que beneficiaram a maioria do povo, da promoção cultural com a regulação e o estímulo do conteúdo nacional e regional.

Em busca de uma sociedade avançada, que supere preconceitos e discriminações, a emancipação das mulheres é uma condição prioritária. É imperativo que sejam adotadas políticas públicas para incentivar e assegurar seus direitos na esfera do trabalho, da educação e saúde, bem como adotar políticas públicas de combate à violência praticada contra as mulheres. Destacam-se, do mesmo modo, as lutas contra o racismo e por políticas de promoção da igualdade social para os negros; proteção, efetivação e garantia dos direitos das etnias indígenas; políticas de combate às opressões e discriminações que desrespeitem a liberdade religiosa, e a livre orientação sexual; garantia dos direitos de crianças, adolescentes, jovens e idosos; e políticas de acessibilidade universal para as pessoas com deficiência.

▼ Retomar o crescimento econômico e reindustrializar o país

Condição essencial para sair da crise é a retomada da economia com uma rota sustentável. Recompôr a capacidade de indução e planejamento do Estado é passo decisivo, tendo por centro nevrálgico a elevação da taxa de investimento. Isso envolve várias frentes de ações simultâneas da política econômica, mobilizando o papel das estatais, as bases do sistema nacional de financiamento de longo prazo, restaurando o papel do BNDES, fortalecendo os bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e bancos regionais) com a finalidade de fomentar o crédito, as parcerias público-privadas e as parcerias que permitam o acesso a fundos de investimentos como o do Brics. Especialmente, pode-se compor um fundo de investimentos utilizando parte das reservas



internacionais. Essa medida reduz o custo fiscal das reservas para o Tesouro e permite fortes investimentos em infraestrutura, que aumenta a competitividade brasileira, e investimentos sociais que elevam o índice de desenvolvimento humano (IDH), também compreendidos como parte da estratégia de desenvolvimento.

Impõe-se implementar uma estratégia de reindustrialização do país. A economia só poderá ser alavancada pelos setores industriais, em especial os de bens de capital e da defesa, a cadeia produtiva do petróleo e gás – estimulando também produtores de pequeno e médio portes –, biocombustíveis, indústria química e petroquímica, a construção civil, a agropecuária. A Petrobras deve ser fortalecida como empresa-chave da economia brasileira e, para isso, há que se considerar irrevogável o regime de partilha no pré-sal, fortalecendo a justa política do conteúdo local. Nova política de crédito público e privado é necessária para se renegociar as dívidas das empresas, estimular o consumo popular e reduzir os *spreads* bancários. Acordos de leniência devem ser concluídos com as grandes empresas da engenharia nacional, sem lesá-las devido a eventuais crimes de seus dirigentes, para que possam voltar a crescer e impulsionar o desenvolvimento. Com essas medidas, e a mobilização das forças do trabalho e da produção, o país pode sanar progressivamente suas grandes desigualdades sociais e regionais.

O Brasil precisa superar o longo ciclo de moeda apreciada instituído por meio do tripé macroeconômico determinado desde a década de 1990, que acelerou a desindustrialização. A indústria segue sendo fator por excelência para o desenvolvimento, emprego e renda, e a chamada quarta revolução industrial carece de uma estratégia nacional, combinando políticas setoriais e sistêmicas de estímulo. O revigoramento da base industrial deve ser ancorado em fortes investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação, a partir dos polos dinâmicos potenciais da economia.

No âmago disso, é indispensável uma nova política macroeconômica, tendo por missão expandir e sustentar investimentos em in-

fraestrutura e inovação, reduzir estruturalmente a taxa real de juros, manter sob controle a trajetória da dívida pública, assegurar a hígidez fiscal do Estado e defender a moeda. Essa nova macroeconomia deve ser compreendida como política de Estado para o plano estratégico de desenvolvimento e demanda novos marcos institucionais. O regime fiscal precisa dotar o Estado de condições para exercer políticas anti-cíclicas quando necessário, bem como fazer face à situação crítica das contas dos estados e municípios — contando também com a reforma tributária progressiva, que tribute mais os detentores de fortunas, riquezas e rendas elevadas, promova gradual desoneração da produção e do consumo, e desonere a remuneração do trabalho. Necessita-se ampla reforma no Banco Central, com um duplo mandato de controle inflacionário e geração de emprego e renda. É preciso estimular a indústria e o agronegócio com a administração da taxa de câmbio e regulamentação da entrada e saída de capitais, bem como acomodar choques de oferta com horizonte maior que o de um ano para cumprimento da meta inflacionária.

▼ Em defesa da democracia

Condição indispensável para desencadear o NPND é a defesa do Estado Democrático de Direito inscrito na Constituição Federal de 1988. É o ponto de partida da Frente Ampla. É despropósito reacionário tentar fazer terra arrasada da atividade política, criminalizando-a. É mediante a política que se pratica a democracia, sendo os partidos os pilares e legítimos instrumentos para seu exercício, para o que a Constituição assegura a liberdade de organização partidária. Os reordenamentos do sistema político, partidário e eleitoral competem ao Legislativo, que a Justiça Eleitoral deve respeitar.

A eficiente ação conjunta do PCdoB com demais forças progressistas impediu um retrocesso ainda mais grave, mas a reforma política aprovada em outubro de 2017 foi restritiva e lesiva à democracia. Foi instituída



a cláusula de desempenho que, a pretexto de combater as chamadas legendas de aluguel, visa a excluir do parlamento os partidos ideológicos e programaticamente definidos. Com objetivo semelhante foi extinta a coligação proporcional e vedada a possibilidade de formação de federações de partidos. Foi um retrocesso, também, o fim dos programas de TV e Rádio. No esforço de redução de danos, as forças democráticas conseguiram uma regra de transição à referida cláusula e postergaram para 2020 a proibição das coligações. Conseguiram também – e isto foi importante – criar o Fundo Especial de Financiamento de Campanhas (FEFC) e impedir o retorno do financiamento empresarial. De positivo, também, se destacam a alteração da regra de distribuição das “sobras” de vagas – que passam a ser divididas com todas as legendas, mesmo as que não atingirem o referido quociente – e a rejeição da norma que tipificava os partidos políticos como entes paraestatais. Prossegue, portanto, a luta por uma reforma política democrática. Uma reforma que aprimore o voto proporcional com o voto em lista fechada, que assegure o pluralismo na representação dos brasileiros e brasileiras e amplie a participação do povo, dos trabalhadores e das mulheres nos destinos do país, com mecanismos de democracia direta. É preciso impedir quaisquer modalidades de voto majoritário distrital que produziram ainda maior elitização do sistema partidário; manter e aperfeiçoar o financiamento público de campanhas, mantendo a proibição de doações empresariais; assegurar a liberdade partidária para se estabelecer alianças e coligações; revogar cláusulas que suprimem ponderáveis parcelas do voto popular. Os comunistas defendem a reserva de no mínimo 30% das cadeiras do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e demais casas legislativas para as mulheres.

A Constituição de 1988 – não obstante as limitações e já ter sido muito adulterada – é ainda base indispensável para a resistência, bem como a revogação das emendas constitucionais promovidas pelo governo ilegítimo. A convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, em

tempo político oportuno, teria como marco indispensável a reconquista do governo central pelas forças da esquerda, progressistas e democráticas como parte da ampla disputa para reverter a atual correlação de forças políticas e ideológicas na sociedade, em favor de uma hegemonia que permita estabelecer reformas estruturais democráticas e refundar o Estado Democrático de Direito.

▼ A unidade popular é bandeira de esperança

O PCdoB tem claro o projeto de Brasil pelo qual se bate, e se dispõe a discuti-lo com o povo brasileiro e os setores vitais da Nação. Para realizar esse projeto – que considera essencial para a retomada de rota próspera para o Brasil e digna para o povo –, aponta o caminho da unidade como bandeira de esperança do povo, em ampla frente de forças políticas e sociais, para disputar os rumos do país.

As eleições presidenciais são palco das articulações de todas as forças políticas e terão papel decisivo para a luta dos brasileiros e brasileiras. Os esforços da luta da Frente Ampla devem convergir também para elas. O PCdoB buscará protagonismo nessa disputa. Nesta hora, o debate deve se centrar em uma agenda para o país que possibilite a unidade da esquerda e das forças democráticas, populares e patrióticas. O 14º Congresso saúda a decisão do Comitê Central de apresentar ao povo e às forças políticas progressistas a pré-candidatura presidencial de Manuela D'Ávila para contribuir com a concretização desses objetivos. Este lançamento é um fato histórico por ser, em quase um século de trajetória, a terceira vez que os comunistas se apresentam na disputa presidencial. O PCdoB quer interagir, com sua identidade programática própria, com o povo e os setores vitais da Nação, indo ao encontro do grande anseio dos brasileiros e das brasileiras de tirar o país da crise e encaminhá-lo para novos rumos de desenvolvimento e progresso social.

Nas eleições de 2018, o PCdoB visa a fortalecer-se com a reeleição de Flávio Dino governador do Maranhão e ampliar a bancada de deputa-



dos e deputadas federais mantendo-se presente no Senado Federal e nas assembleias legislativas. No ambiente conspurcado pela criminalização da atividade política, serão eleições muito difíceis para todos. Em razão de sua dimensão e dos efeitos cumulativos da reforma do sistema político e eleitoral aprovados no Congresso Nacional, os comunistas devem preparar o projeto eleitoral e de campanha desde já, em todos os planos da ação partidária, e promover uma nova jornada de acumulação eleitoral que reforce sua identidade e seu eleitorado próprio. Querem contar com o apoio das forças que os acompanham como eleitores, simpatizantes e amigos, para dar sustentação a esse desafio. A todos e todas nas fileiras partidárias, indica o caminho do fortalecimento das inserções sociais e das organizações partidárias, base essencial para a conquista de postos institucionais eletivos.

O PCdoB aprendeu, na experiência histórica própria de seus 95 anos ininterruptos, que é preciso se temperar nas crises, nos períodos de acirramento da luta política de classes. Os comunistas e a democracia estão entrelaçados na história do Brasil e são imprescindíveis ao país. Confiam em que a classe operária, uma vez mais, desempenhará o papel histórico de combatente de vanguarda pelo progresso. O PCdoB confia nas convicções da imensa maioria do povo brasileiro — que defendeu a democracia em distintas situações ao preço de muito sacrifício e mesmo da vida de vários e várias combatentes —, e também no patriotismo do povo e de vastos setores da nacionalidade, para voltar a disputar os rumos por um Brasil soberano, livre e justo, como caminho para o socialismo, seu ideal maior.

V – FORTALECER O PCdoB E ELEVAR SEU PAPEL NA RESISTÊNCIA

O novo ciclo político pós-golpe de 2016 exige um Partido Comunista com identidade política e ideológica nítida e destacada, mediante a

assimilação plena do Programa Socialista pelo coletivo partidário, para que o Programa seja de fato, e na prática, o guia maior na ação política e na estruturação do Partido. A identidade e a perspectiva políticas do PCdoB estão em sua ideologia, em seu Programa e em seu Estatuto, são o que diferencia o PCdoB dos demais partidos. A experiência política nesta situação histórica vai demonstrando de forma viva e concreta a superioridade de um partido de novo tipo, marxista-leninista, para o nosso tempo. Uma política revolucionária, na realidade brasileira atual, deve fortalecer o PCdoB e as forças de esquerda e populares, e elevar a consciência dos(as) trabalhadores(as) e do povo.

Construir, estruturar o PCdoB é uma tarefa estratégica que tem uma dimensão política, uma dimensão ideológica e uma dimensão organizativa – na qual devem se empenhar todos os membros do Partido, em especial os quadros de todas as frentes partidárias. Na dimensão organizativa se ressalta a importância da construção da base econômico-financeira do Partido. Segundo o Programa Socialista do PCdoB, “a conquista da hegemonia pelas forças interessadas na transição ao socialismo exige acumulação de forças de caráter revolucionário” e “tal processo tem dois eixos básicos: o político e o prático. O primeiro é o movimento pela aplicação deste Programa, pelo crescimento e fortalecimento partidário e de demais forças revolucionárias e progressistas.”

O lugar político do PCdoB, nas condições de hoje, é ser uma força da esquerda consequente, patriótica e anti-imperialista, em luta pelo socialismo nas condições concretas do Brasil, impulsionadora e construtora da Frente Ampla na luta democrática, popular e patriótica, que abra caminho para a superação da crise atual que vive o Brasil, enfrentando as forças reacionárias promotoras de um Estado de exceção. Além disso, é preciso extrair todas as consequências do Programa Socialista do PCdoB na ação política e prática do coletivo partidário, para a afirmação desse lugar político próprio dos comunistas no Brasil de hoje.



Para os próximos anos, visando já ao seu centenário em 2022, exige-se um Partido com ação planejada, mais unido, mobilizado, estruturado e autossustentado, principalmente nas capitais e nos municípios estratégicos. Apesar das ameaças reacionárias, o Partido pode e deve elevar a sua atuação política na resistência democrática e estruturar-se mais e melhor, ampliando sua capilaridade no seio do povo, em especial entre os(as) trabalhadores(as), ousando lutar estrategicamente pela hegemonia na classe trabalhadora brasileira, dando os passos necessários para isso desde já.

Com a consumação do golpe de Estado no país, em 2016, as condições para a atuação do PCdoB, dos demais partidos de esquerda, das forças progressistas e dos movimentos populares se alteraram bruscamente: estão mais difíceis, pelas consequências da derrota política e ideológica que o campo popular sofreu, em razão do desrespeito à legalidade democrática, devido à criminalização da atividade político-partidária e das manifestações populares, e à rejeição à política e aos partidos, fenômeno tenazmente “fabricado” pela grande mídia. E tais dificuldades podem se agravar no próximo período.

O PCdoB saiu prestigiado da luta contra o golpe, pois destacou-se por sua clareza política em denunciar a preparação golpista – na 10ª Conferência Nacional, de maio de 2015 –, e por sua coragem e combatividade em todas as frentes de luta pela democracia, e em defesa da soberania nacional, dos direitos trabalhistas e conquistas sociais.

Se, por um lado, é verdadeira a afirmação da 10ª Conferência Nacional do PCdoB de que há “restrições a um crescimento extensivo e espontâneo” de suas fileiras, como aquele que prevaleceu durante o período dos governos de Lula e Dilma, por outro, é possível preservar as forças auferidas e mesmo buscar um crescimento de caráter mais consciente, intensivo e estruturado. Um Partido Comunista é desafiado a mostrar a sua fibra nesses momentos de radicalização da luta de classes. O PCdoB

saiu da ditadura militar (1964-1985) mais forte do que entrou – o que foi uma grande vitória dos comunistas.

Diante das adversidades, importa muito a atitude que o Partido terá, que deve ser de resistência ativa. O Partido e as forças populares precisam lutar com coragem, flexibilidade, sagacidade e inteligência, sem voluntarismos e visão idealista – no sentido filosófico. O papel dos quadros será decisivo nesse novo período. Do mesmo modo, será preciso avançar no fortalecimento dos Comitês Municipais, Distritais e Bases.

A defesa do Partido requer, também, uma atuação política ampla e incisiva no Congresso Nacional e no Poder Judiciário para reverter as normas antidemocráticas que estão sendo impostas à vida e ao funcionamento dos partidos políticos, negando-lhes autonomia e impondo regras, controles e multas que, na soma, praticamente os inviabilizam institucionalmente, sobretudo as legendas programáticas e ideológicas.

Desde os anos 1990, com a consigna lançada por João Amazonas de “cuidar mais e melhor do Partido”, o PCdoB vive um rico processo para atualizar a teoria e a prática de construção partidária no quadro da realidade brasileira. Nesse percurso, colhe êxitos e reveses, realiza marcantes acertos e comete erros, em meio às vicissitudes da realidade objetiva – uma experiência que interage com a de outros partidos comunistas e revolucionários da América Latina e do mundo. Entre os êxitos se destacam um pensamento político denso e avançado sobre o Partido e boa quantidade de quadros com bom nível político-ideológico e ação militante abnegada.

Entretanto, será necessário sistematizar criticamente a trajetória recente de prática de estruturação partidária (nos planos político, ideológico e organizativo), extrair lições dos erros e acertos. Esse exame crítico e autocrítico deve ser feito no processo do 14º Congresso do Partido e ainda durante os próximos anos. O PCdoB, além desse estudo crítico e autocrítico, precisa continuar elaborando sobre o tema Partido, polemizando com outras correntes de esquerda – que negam o leninismo e o papel



histórico da classe trabalhadora, negam a nossa concepção de Partido revolucionário e a sua atualidade –, e desbravar novas formas de organização, consoantes às singularidades do Brasil e da contemporaneidade.

O Partido teve importante papel, por vezes até protagonista, na luta política nos últimos 14 anos, e se ocupou dos desafios com significativo êxito. No entanto, ante as imposições objetivas da luta de classes, sofreu pressões e influências pragmáticas, liberais, corporativistas e também dogmáticas, descuidou em certa medida da realização prática da política de estruturação partidária e da construção de uma base financeira autossustentada, o que resultou na pequena participação da contribuição militante nos orçamentos partidários. Essas pressões e influências descritas acima levaram a um certo rebaixamento do papel da militância e a deficiências ideológicas e orgânicas. Os(as) novos(as) filiados(as) que aderiram ao Partido nos esforços eleitorais ainda não assimilaram suficientemente a ideologia, o Programa e o Estatuto do PCdoB. Daí criou-se uma situação, diante da derrota política e ideológica que a esquerda sofreu no Brasil, em que há dificuldades na vida orgânica em geral, com tendências à dispersão e ao enfraquecimento de organizações partidárias, e em vários casos até ausência de vida orgânica regular em Comitês e Organizações de Base.

A partir de junho de 2013 se intensifica a contraofensiva da direita contra a esquerda e as forças progressistas, e contra o sistema político democrático fruto da Constituição de 1988. Nessa contraofensiva, surgiram movimentos, pretensamente novos, sob o comando de forças conservadoras, e por elas financiados, com intenso uso da internet, disseminando a intolerância, o ódio contra a esquerda, em especial contra os comunistas. Desde um pouco antes, o PCdoB já vinha perdendo influência política, organicidade e votos em capitais e em grandes centros urbanos, em especial nas regiões Sudeste e Sul do país. O conjunto do coletivo partidário, com exceções, demorou para perceber os novos fenômenos político-sociais, em âmbito nacional e internacional, que in-

fluenciam as condições existentes para a sua atuação política e para a construção partidária. Surgiram novos movimentos e reivindicações, e novas formas de luta e de organização, entre elas as “horizontais”. Cresceu enormemente o papel da internet e das redes sociais como instrumentos de mobilização da sociedade.

O PCdoB tem se destacado na promoção da participação das mulheres como elemento indispensável para aprofundar a democracia, reforçando a concepção da emancipação feminina como um tema estratégico vinculado ao avanço da sociedade. Questão que está expressa no Programa Socialista e no Estatuto do Partido, na realização de duas Conferências partidárias sobre o tema, na criação da Secretaria da Mulher na esfera do Comitê Central e demais direções, nas suas representações parlamentares, além do Fórum Nacional. No curso da crise capitalista e do recrudescimento do neoliberalismo, com o desmonte das políticas públicas, com a desregulamentação do mundo do trabalho, com o fortalecimento de ideias conservadoras sobre o papel das mulheres na sociedade, torna-se ainda mais necessário desenvolver e impulsionar a visão emancipacionista, na dimensão pessoal e coletiva. O projeto nacional de desenvolvimento precisa defender a bandeira da emancipação das mulheres e a igualdade integral de direitos como condição para o progresso social e o avanço civilizatório necessário. O Partido deve dar sequência à sua política de valorizar o papel das mulheres na estrutura partidária, nas suas ações políticas, e se empenhar para fortalecer crescentemente o protagonismo feminino em todas as esferas da vida da nação.

Em relação aos negros, é questão programática para o PCdoB a superação progressiva das marcas da longa duração do escravismo que permanecem no racismo e na condição de vida dos negros. O Partido é compromissado e se empenha no combate ao racismo e pela adoção de políticas públicas de promoção da igualdade social para os negros e as negras, que valorizem a cultura e as raízes dos negros



na formação do povo brasileiro. O PCdoB se empenha pela crescente participação e pelo protagonismo dos negros em todos os âmbitos da vida do país, bem como impulsiona sua participação destacada em todas as frentes de trabalho e na sua estrutura organizativa, inclusive nas direções.

O enfrentamento à discriminação, ao preconceito e à violência contra lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros e travestis (LGBT) é parte integrante do processo de emancipação social e humano pelo qual luta o Partido, e envolve não apenas as(os) militantes que atuam nessa frente, mas todo o coletivo partidário. Os(as) comunistas participam do movimento LGBT e constroem as suas organizações, em especial a União Nacional LGBT (UNA LGBT).

O documento *Política de quadros comunistas para a contemporaneidade*, aprovado no 12º Congresso do Partido, em 2009, ressalta os desafios político-ideológicos que o PCdoB tem enfrentado nas duas últimas décadas, e a luta para firmar uma concepção leninista, brasileira e contemporânea de Partido Comunista de quadros e de massas, em luta contra as pressões do “dogmatismo, que leva a uma postura engessada ou defensiva frente às mudanças, dificultando a emancipação do pensamento; o liberalismo, que produz o afrouxamento dos compromissos com o Partido; o corporativismo, que limita os horizontes de formulação de um pensamento político e a aspiração por constituir os trabalhadores como classe que almeja o poder político nacional, restringindo-os à mera luta social; e o pragmatismo, produto da luta política no nível atual, que leva a perder de vista objetivos fundamentais em prol do imediato, à pressão pela autonomização de grupos de interesse no interior do Partido, à perda de referenciais estratégicos na atuação no seio das instituições vigentes, à burocratização.”. Tais pressões, se não enfrentadas consciente e corretamente, são “entraves tendentes a rebai-xar o sentido estratégico da luta do Partido e do próprio instrumento partido.”.

O Partido tem dificuldade de mobilizar o conjunto de seus militantes e filiados, os trabalhadores e o povo na ação política de massas, e tem sérias debilidades na sua estruturação nos níveis municipal, distrital e de base. Tais deficiências, que em parte resultam de vicissitudes do próprio processo de crescimento extensivo do ciclo político anterior, dificultam o poder de ação política, de combate, a ampliação da força política eleitoral e também a democracia interna do Partido, a formação ideológica e política de seus membros. Essas dificuldades também criam obstáculos para a incorporação dos(as) novos(as) filiados(as) que chegaram ao Partido no último período, não potencializando a sua energia renovadora.

A nova situação do Brasil pós-golpe de 2016 gera grandes impactos nas condições objetivas de acumulação de força e da construção partidária. Para o próximo período, diante das dificuldades concretas da luta político-ideológica, será preciso persistir no desenvolvimento da teoria de Partido, e na atualização da política de estruturação partidária.

A política de estruturação partidária do PCdoB parte do desafio de construir um partido revolucionário de quadros e de massas – de militantes e filiados(as) organizados(as) e mobilizados(as) nas bases partidárias – capaz, nas condições do Brasil de hoje, de empreender a mobilização política do povo e de amplo campo democrático e patriótico, para acumular forças no sentido de conquistar seus objetivos estratégicos, contidos no Programa Socialista para o Brasil.

Uma tática correta e uma política atualizada de estruturação partidária são necessárias, mas insuficientes. A política comanda a organização, e a organização realiza a política. É preciso também organizar (planejar e realizar) a ação política e a ação estruturadora do Partido. Além disso, diante de um período adverso como o atual, é preciso tornar mais efetiva a construção de um Partido Comunista de quadros e de massas de militantes e filiados(as) organizados(as).



Diretrizes para o PCdoB no percurso até o seu centenário, em 2022

▼ 1. PCdoB mais forte para disputar a hegemonia e conquistar seus objetivos programáticos

Durante os governos de Lula e Dilma, a esquerda, em decorrência da correlação de forças de então, não teve a hegemonia em todos os poderes de Estado, apesar de ter chefiado o Poder Executivo da União. Uma das lições que fica destes governos, do ponto de vista tático-estratégico e da construção partidária, é a necessidade de disputar a hegemonia no Estado e também no povo, disputar a consciência popular.

No processo de acumulação de forças e de luta pela hegemonia, não é suficiente a ocupação de espaços políticos no Estado, é preciso também avançar na politização, na mobilização e organização das massas trabalhadoras, além de construir o PCdoB e fortalecer as demais forças do campo popular, conforme orienta o Programa do Partido.

O problema da acumulação de forças e da construção partidária é, na verdade, uma questão de orientação política e de concepção de Partido, que deve ser avaliada pela prática política. Somente um PCdoB de muitas centenas de milhares de filiados(as) e militantes organizados(as), e muitos milhões de simpatizantes, eleitores(as) e amigos(as) exercerá um papel hegemônico de liderança da classe trabalhadora e das demais forças revolucionárias e progressistas na conquista de um novo poder político, e na condução da transição ao socialismo; não há atalho nesse caso, e esse é o caminho que o Partido tem que percorrer nas atuais condições do Brasil e do mundo.

O PCdoB luta hoje por um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento como caminho brasileiro para o socialismo, uma longa e complexa caminhada, de muitas idas e vindas, na qual a convicção no rumo é imprescindível. Nessa luta é importante que o Partido apreenda a realidade estadual e regional, e conheça com profundidade as circunstâncias

específicas próprias do contexto histórico, econômico, social, ambiental, político e cultural, e as forças políticas e sociais, de cada estado e região, devendo elaborar projetos de desenvolvimento regional integrados com o projeto nacional. Assim, o Partido poderá elaborar propostas concretas para cada localidade, baseadas em seu Programa, para unir na luta amplas forças populares.

▼ 2. Planejar e realizar, de forma sinérgica e integrada, a ação política e a estruturação partidária

O PCdoB iniciou uma mudança de longo fôlego em 2015, ao optar pelo planejamento sistêmico de toda a sua atividade. O desafio do Sistema de Ação Planejada em implantação é associar, de forma inseparável, a ação política e a estruturação partidária. Isso significa abordar de forma integral e sinérgica todas as dimensões da ação política e da estruturação partidária, acompanhar e controlar a evolução do planejado, avaliar e fazer as adequações e atualizações necessárias. É preciso flexibilidade frente às alterações da conjuntura. Se muda a situação, também muda o plano. E a direção pelas ideias deve ser associada à direção concreta, pois as ideias não se realizam por si só.

A ação planejada “três por quatro” precisa relacionar praticamente, e de forma equilibrada, intensa e simultânea, as três modalidades de ação política na luta por acumular forças – a ação política de massas, a ação política eleitoral e nas instituições do Estado, e a ação política na luta de ideias – com as quatro áreas da estruturação partidária – organização, finanças, comunicação e formação.

O planejamento da ação política e da estruturação partidária, como concepção e prática de direção, exigirá persistência até que se difunda mais em todo o Partido a atual política de estruturação, e que se consolide uma nova cultura. Aprovado o Plano, a cada reunião do Comitê e da Comissão Política se discute a execução, a realização do que foi planejado, ou seja, a pauta das direções será, na prática, a



situação política relacionada com as ações políticas e de estruturação partidária. Assim, se institui um processo que assegura o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação, de forma sistemática e permanente.

Com diretrizes estratégicas até 2022, ano do centenário do PCdoB, a serem definidas no 14º Congresso, a ação planejada se concretiza em planos bienais (2018-2019 e 2020-2021), com projetos, ações e metas, a exemplo do que ocorre com o plano bienal 2016-2017, e as etapas anuais do Plano, como a de 2017, na qual se destaca a Campanha de Estruturação Partidária.

A efetiva implantação e o êxito do Sistema de Ação Planejada irão demandar a gradativa incorporação dos Comitês Estaduais e de Comitês Municipais estratégicos, por meio da formulação de planos próprios que considerem a força do Partido, a conjuntura local e a realidade socioeconômica, promovendo — na definição dos seus objetivos, projetos, ações e metas — as eventuais adaptações a cada realidade.

As ações de estruturação partidária, durante os Planos Bienais 2018-2019 e 2020-2021, devem ter como diretriz estruturar melhor e com mais rigor as organizações partidárias de níveis municipal, distrital e de base – apoiadas nas noções de consciência voluntária do(a) filiado(a) e militante, e de obrigatoriedade de certos procedimentos advindos dos deveres estatutários.

- ▼ 3. Mais ações e campanhas políticas de massa, com a participação decidida das organizações partidárias, mobilizando os comunistas e o povo

A consciência revolucionária, socialista, se forma na militância, na assimilação da teoria revolucionária, o marxismo-leninismo, e na participação política – daí a importância da atividade de mobilização de massas a partir das organizações partidárias. Um partido marxista-leninista, de quadros e de massas, precisa continuamente

mobilizar a sua militância e os(as) seus(suas) filiados(as), realizando permanentemente campanhas políticas e de estruturação partidária. As mobilizações populares, as campanhas eleitorais e demais campanhas políticas, e as campanhas de estruturação partidária, devem contar com a participação decidida dos Comitês e Organizações de Base do PCdoB, com planos de ações e metas para cada organização partidária.

As campanhas eleitorais são grandes campanhas políticas de massa, e o PCdoB precisa aproveitá-las melhor para a sua acumulação de forças. A Reforma Política conservadora aprovada, que instituiu a cláusula de desempenho e o fim das coligações proporcionais, entre outras medidas restritivas, desafiará o Partido a atualizar a sua tática eleitoral. Já o fim do financiamento empresarial das campanhas eleitorais é uma vitória democrática, e exige do PCdoB a realização de campanhas eleitorais com maior participação consciente dos membros do Partido, e dos(as) simpatizantes, eleitores(as) e amigos(as), impulsionando o financiamento popular das campanhas, com ferramentas digitais.

No sentido de promover a sua atuação nos movimentos sociais, faz-se necessário promover conferências e encontros temáticos para compreender a nova realidade das lutas e dos movimentos populares no Brasil, e aperfeiçoar a intervenção unificada e organizada do Partido nessas lutas e nesses movimentos, além de fortalecer o Fórum de Movimentos Sociais (FMS) – do PCdoB –, e criá-lo nos estados e municípios onde não houver, com foco nas capitais e nos municípios estratégicos. O funcionamento regular do FMS é fundamental para se avançar na coesão e unidade das lutas sociais, para ampliar a capacidade de mobilização política do povo e superar a tendência de dispersão e fragmentação das pautas, questão recorrente no âmbito dos movimentos sociais. O FMS também deve coordenar a atuação dos comunistas no âmbito das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo.



▼ 4. Priorizar a estruturação do Partido entre os trabalhadores e as trabalhadoras, sobretudo nas novas gerações

O PCdoB, como Partido de classe, sobretudo quando se aprofunda o confronto classista, precisa lutar pela hegemonia na classe trabalhadora atual, posicionar-se como Partido do presente e do futuro. Esse objetivo demanda enfrentar desafios que abrangem mudanças no mundo do trabalho, no perfil dos trabalhadores em decorrência da reestruturação tecnológica e a enorme pressão dos aparelhos ideológicos e culturais das classes dominantes. Em consequência, faz-se necessário atualizar estudos das classes sociais no Brasil, em particular o perfil e a situação do proletariado. A classe trabalhadora se reconfigurou, sua composição vai desde o trabalho mais precário, informal e de serviços até os trabalhos mais complexos, de estratos médios como engenheiros e técnicos. Portanto, torna-se mais complexa a formação de uma consciência social avançada, e cabe ao Partido fazer-se o elo de unidade da classe, e disputar a consciência dos(as) trabalhadores(as) mediante a luta política e ideológica, pois, como na visão leninista, as massas elevam o seu nível de consciência com sua própria experiência e interagindo com ideias avançadas.

O PCdoB precisa reforçar persistentes ações políticas com os trabalhadores e trabalhadoras, priorizar a estruturação partidária na classe trabalhadora – reforçando a presença da juventude e das mulheres – e aumentar a capacidade de comunicar-se e difundir as ideias avançadas entre o proletariado, formando inclusive intelectuais orgânicos vinculados ao campo do trabalho. Para tal, comunistas que atuam no sindicalismo devem prosseguir na luta para superar o corporativismo e o economicismo e assumir as lutas políticas em curso. Devem também zelar pela democracia e participação coletiva nas entidades onde atuam. Na ação sindical, os quadros e militantes que atuam nessa frente devem lutar para fortalecer a CTB, organizar-se nas empresas e também nos locais de moradia e estudo.

Deve-se persistir na atuação sindical classista desde o local de trabalho e também assumir bandeiras relacionadas à luta por um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, que vão além das relacionadas a esse setor, como mobilidade urbana, educação e cultura. É uma tarefa que requer o empenho não só de sindicalistas, mas também do coletivo partidário. Comitês Estaduais, Municipais e Distritais devem se empenhar na conscientização e mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras, na luta pelos seus direitos. É preciso executar projetos focados na construção de Organizações de Base em empresas e categorias, sobretudo nas estratégicas. Os avanços nesta frente devem se refletir na composição social de todas as instâncias do Partido.

Particular importância e prioridade deve ter a participação dos(as) comunistas na constituição de um movimento de jovens trabalhadores (do mercado formal, informal e desempregados) vinculado à CTB, entidade plural e classista. Deve-se atentar para a situação de desigualdade imposta às trabalhadoras, que a crise exacerba.

▼ 5. Recadastrar os(as) filiados(as) e militantes e utilizar o PCdoB Digital como ferramenta de mobilização e de estruturação partidárias

As recentes tecnologias de comunicação e informação são a nova “revolução comunicacional” e exigem uma renovada e rápida atitude do PCdoB. É preciso fazer uma “digitalização” para impulsionar a atividade do Partido e o seu controle, com ferramentas e métodos contemporâneos. O “ambiente digital” e as ferramentas que já estão disponíveis têm potencial de alavancar a construção partidária em todas as dimensões, inclusive permitir conhecer a situação real do Partido, em tempo real, e dar condições para o controle das ações das organizações partidárias e da vida partidária dos(as) filiados(as), militantes e quadros, facilitando muito o trabalho de inteligência organizacional.



O cadastramento dos(as) filiados(as) e militantes é condição obrigatória para a participação no 14º Congresso do Partido. Ao se cadastrar no PCdoB Digital, o membro do Partido se insere em uma Organização de Base e passa a contribuir financeiramente com o Partido por meio do aplicativo ou do Portal do PCdoB (www.pcdob.org.br). O PCdoB Digital e as redes sociais facilitam a comunicação não presencial e a preparação prévia das atividades e reuniões presenciais. No entanto, é imprescindível a realização regular das atividades e reuniões presenciais. A utilização dessas ferramentas de comunicação, em especial as redes sociais, precisa ser regulamentada para fortalecer a democracia interna e, ao mesmo tempo, resguardar a unidade do Partido e o respeito às instâncias e aos organismos partidários.

▼ 6. Fortalecer a unidade, a disciplina e as direções partidárias, mediante a política de quadros e um sistema de direção atualizado

As direções coletivas do Partido, os Comitês Estaduais e os Comitês Municipais, e suas Comissões Políticas, precisam ter força e poder real de execução dos Planos Bienais, com autoridade para dirigir o Partido, de acordo com o centralismo democrático, para garantir que as decisões coletivas e os Comitês dirigentes prevaleçam em relação a outras expressões de poder que existem dentro do Partido, a partir da posição de quadros comunistas no âmbito do Estado (governos e parlamentos) ou em organizações populares, como os sindicatos.

As direções executivas do Partido precisam inclusive dispor de mais força material – em termos administrativos, patrimoniais e financeiros –, e trabalhar de forma realista com um orçamento derivado de um processo de planejamento, que define as prioridades. Os Comitês e as suas Comissões Políticas devem se reunir e ter suas atividades e seu funcionamento regulares, e serem, em seu nível de responsabilidade, o centro coletivo de poder e de planejamento, de acompanhamento e

de controle da ação política e da estruturação partidária, que dirige as lideranças comunistas em seu nível — no Executivo, no Legislativo, nas entidades do movimento sindical e popular, entre outros.

Nestes tempos difíceis, os quadros são ainda mais decisivos. A estruturação partidária é, antes de tudo, um tema político e ideológico, que envolve valores e atitudes, assim como a conduta prática, sobretudo dos quadros. Nos próximos anos será preciso formar mais quadros e, mediante a política de quadros, fortalecer e renovar as direções partidárias – dos Comitês Municipais às Bases – com os melhores quadros, para que essas direções tenham a capacidade de unir o Partido em torno do projeto político e de estruturação partidária em seu nível, em especial nas capitais e nos municípios estratégicos.

A política de quadros também deve dar especial atenção aos(as) dirigentes dos Comitês Distritais (CDs) e das Bases. Todos(as) os(as) dirigentes devem estar inseridos(as) em uma Base, para dar sua contribuição política e seu exemplo. Muitos quadros que só atuam hoje em Comitês Estaduais e Municipais, em cargos e funções de governos e parlamentos, Frações e Coletivos, devem assumir também tarefa de direção nos CDs e nas Bases. Dessa maneira, a ação do Partido pela base será valorizada, e será impulsionada a formação de novos quadros de base, o que deverá resultar futuramente em maior quantidade e qualidade de lideranças intermediárias e nacionais.

A situação política atual exige dos quadros maior capacitação política e firmeza ideológica. Além da formação teórico-ideológica e política, da convicção revolucionária e da capacidade de elaboração e análise política, é preciso valorizar a capacidade realizadora e o espírito prático, a capacidade de liderança e de mobilização dos(as) filiados(as) e militantes, de forma permanente e organizada.

Os sistemas de direção partidária precisam ser atualizados, nos níveis nacional, estadual, municipal e local (distrital e de base), para serem mais simples, coerentes e articulados, sem perder a complexidade



nos Comitês onde o Partido é mais forte politicamente e melhor estruturado, como as músicas do maestro Tom Jobim, com melodias simples e harmonias complexas.

▼ 7. Estruturar os Comitês Distritais e as Organizações de Base, imprescindíveis para um Partido Comunista de quadros e de massas

Os Comitês Distritais (CDs) e as Bases são imprescindíveis para a concretização de um Partido de quadros e de massas, que é uma necessidade histórica e também do momento, para elevar o papel do Partido na resistência democrática na atualidade. Sem a real existência de CDs e Bases com vida política, ideológica e organizativa permanente, o Partido acaba se bastando a um círculo de alguns milhares de quadros.

Os CDs e Bases são imprescindíveis para se organizar a ação do Partido, a partir das lutas e dos movimentos políticos, sociais e culturais reais. Eles devem ser alavancas da mobilização do povo. Sem os CDs e as Bases não há participação organizada dos(as) filiados(as) e militantes na luta política e na vida partidária, não se formam novos quadros, não há democracia e nem disciplina para os(as) filiados(as) e militantes.

É preciso estruturar, nos municípios estratégicos, Organizações de Base grandes, com muitos(as) militantes e filiados(as), e relacionadas com amigos(as), eleitores(as) e simpatizantes; utilizar formas inovadoras, com flexibilidade de formas e tipos de Bases, com pauta, agenda de atividades – políticas e culturais – e métodos apropriados. Deve ser garantida a prioridade para as Bases de trabalhadores(as). Nas capitais e nos municípios com mais de 200 mil eleitores e nos municípios estratégicos onde o Partido estiver mais estruturado, organizar os Comitês Distritais.

Nos demais municípios, em especial nos pequenos, onde inicialmente não for possível estruturar um conjunto de Bases, nem mesmo

duas Bases, organizar ao menos uma Base, dirigida pelo próprio Comitê Municipal, reunindo todos(as) os(as) filiados(as) e militantes do município.

▼ 8. Mais trabalho teórico-ideológico e cultural, mais comunicação, e mais formação de quadros e de militantes

A radicalização da luta política e a busca de saídas para o país demandam reforçar o trabalho na luta de ideias, que abarca as frentes da Comunicação e da Formação e Propaganda. É importante que as iniciativas no campo da formação política dos comunistas alcancem todas as instâncias partidárias, garantindo efetiva participação nos cursos e seminários promovidos pela Escola Nacional João Amazonas, na esfera central e nas seções regionais e estaduais. A intensificação desse trabalho com os quadros e os(as) militantes intermediários(as) e de base só acontece se estes(estas) estiverem organizados(as) nos Comitês e Bases.

A política de comunicação, de formação e propaganda precisa reforçar a difusão de seus instrumentos e de publicações parceiras, entre eles, o Portal Vermelho, o aplicativo e o Portal do PCdoB (www.pcdob.org.br), a Rede Vermelha, *A Classe Operária*, a revista *Princípios*, a Fundação Maurício Grabois, a Escola Nacional João Amazonas, os livros e demais publicações.

É preciso ampliar a relação com a intelectualidade das áreas da educação, ciência e tecnologia, da cultura e arte, esporte e lazer, e organizar e pôr em ação aqueles(as) intelectuais, educadores(as), cientistas, atletas e artistas que são filiados(as) ao Partido. É preciso também estabelecer um programa prioritário para a batalha de ideias. Nele, devem-se destacar, entre outros temas, a defesa do papel do Estado no desenvolvimento soberano, a importância dos partidos e da política democrática, a defesa de uma educação que valorize a laicidade e a pluralidade de ideias e os ideais de solidariedade — em contraposição



ao individualismo exacerbado disseminado pelo neoliberalismo —, de igualdade social, de defesa da moral e da ética da classe trabalhadora, e do combate à corrupção.

Com linguagem mais acessível ao povo, que lide com a percepção que o povo tem do Partido e de suas ideias, a Comunicação precisa ser planejada e realizada em escala de massas. É preciso fazer campanhas publicitárias que unifiquem a comunicação partidária em todo o Brasil, com identidade visual e tendo como carro-chefe os programas de TV e a Rede Vermelha, como central de mídias e redes sociais na internet, para se relacionar permanentemente com amigos(as), eleitores(as) e simpatizantes do PCdoB, parte deles(as) cadastrados(as) e recebendo informações e notícias, e interagindo com a Rede Vermelha. Planejar e realizar atividades culturais e recreativas do Partido relacionadas à luta de ideias.

▼ 9. Financiar as atividades partidárias de forma independente

Nos últimos anos o Partido teve falhas e insuficiências no estímulo e controle da contribuição militante. Essa lacuna necessita ser superada com urgência, sobretudo face a uma realidade marcada por acentuada criminalização da atividade política e pela recessão econômica, impõe-se reforçar as ações militantes e renovar concepções e métodos para fortalecer as finanças partidárias. A política de administração e finanças do PCdoB está passando por uma importante atualização, que visa à progressiva independência material e financeira do Partido, ainda mais necessária na atual situação, de intensificação das exigências legais, administrativas e de contabilidade, a partir de decisões da Justiça Eleitoral.

A mudança do quadro político impõe a ampliação da capacidade administrativa e de planejamento financeiro e orçamentário, de gestão financeira e contábil dos Comitês partidários em todos os níveis, com a

criação, onde não houver, e o fortalecimento, das Comissões de Controle. No caso do Comitê Central será necessária a contenção de despesas e diversificação de fontes das receitas.

Nesse sentido, a iniciativa mais destacada, para todo o Partido, é ampliar a captação de recursos próprios para que, progressivamente, a legenda comunista não dependa do Fundo Partidário. É preciso desencadear desde já a Campanha Nacional de Contribuição Militante. Todos os organismos partidários e quadros são chamados a nela se engajarem pelo sucesso dessa iniciativa. O êxito dessa campanha, que exigirá um trabalho persistente e multifacético — propagandístico, ideológico e político —, será o ponto de viragem da sustentação material e financeira do funcionamento e das ações do Partido. O direito de participar das decisões partidárias, de eleger e ser eleito, depende da consciência, de estar com a contribuição financeira em dia, segundo o Estatuto do PCdoB. É preciso regularizar também a contribuição especial de parlamentares e de assessores, e de quadros que atuam em cargos comissionados na gestão pública, observando o que é permitido por lei e por decisões do Tribunal Superior Eleitoral.

▼ 10. Elaborar um novo Regimento

Para atualizar, unificar, desenvolver e consolidar o sistema de direção e o conjunto das normas e processos internos do Partido, é preciso fazer as regulamentações exigidas pelo Estatuto. Logo após o 14º Congresso, será necessária a elaboração de um Regimento do PCdoB.





Estatuto do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

Com as alterações aprovadas



Estatuto do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) – Com as alterações aprovadas

CAPÍTULO I – DO PARTIDO

▼ ARTIGO 1º

O Partido Comunista do Brasil, fundado em 25 de março de 1922, reorganizado em 18 de fevereiro de 1962 e legalizado, na fase atual, em 27 de maio de 1985, é o partido político da classe operária e do conjunto dos(as) trabalhadores(as) brasileiros(as), fiel representante dos interesses do povo trabalhador e da nação. Organização política de vanguarda consciente do proletariado, guia-se pela teoria científica e revolucionária elaborada por Marx e Engels, desenvolvida por Lênin e outros revolucionários marxistas.

O Partido Comunista do Brasil luta contra a exploração e opressão capitalista e imperialista. Visa à conquista do poder político pelo proletariado e seus aliados, propugnando o socialismo científico. Tem como objetivo superior o comunismo. Afirmando a superioridade do socialismo sobre o capitalismo, almeja retomar um novo ciclo de luta pelos ideais socialistas, renovados com os ensinamentos da experiência socialista do século XX, e desenvolvidos para atender à realidade do nosso tempo e às exigências de nosso país e nossa gente. Ao mesmo tempo, no espírito do internacionalismo proletário, apoia a luta anti-imperialista de todos os povos por sua emancipação nacional e social, soberania nacional e pela paz mundial.



O Partido Comunista do Brasil é uma organização de caráter socialista, patriótica e anti-imperialista, expressão e continuação da elevada tradição de lutas do povo brasileiro, de compromisso militante e ação transformadora contemporânea ao século XXI, inspirada pelos valores da igualdade de direitos, liberdade e solidariedade, de uma moral e ética proletárias, humanistas e democráticas.

Para levar adiante seus propósitos, o PCdoB se rege, nos marcos da legislação vigente do país, pelo presente Estatuto.

CAPÍTULO II – OS MEMBROS DO PARTIDO

▼ ARTIGO 2º

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) é uma associação livre e voluntária de cidadãos e cidadãs, maiores de 18 (dezoito) anos, no gozo de seus direitos políticos, que aceitam seu Programa e Estatuto. Em caráter excepcional, a ele poderão filiar-se jovens eleitores maiores de 16 (dezesesseis) anos.

Ser membro do Partido significa empenhar-se pela construção da unidade de amplas massas populares, dos setores democráticos e progressistas na luta por igualdade de direitos e dignidade para o povo brasileiro, pelo avanço da democracia, da soberania nacional e pelo socialismo.

A condição de membro do Partido implica direitos e deveres que se vão constituindo mediante um processo consciente e progressivo, com a filiação, a militância em uma das organizações partidárias, a aplicação das suas orientações, a sustentação material e financeira do Partido, o estudo e a divulgação das suas ideias e propostas.

▼ ARTIGO 3º

A condição de membro do Partido inicia-se com a filiação, em caráter individual, por intermédio da Ficha Nacional de Filiação, expressando a aceitação do Programa e do Estatuto. A proposta de filiação deve ser aprovada por uma das organizações partidárias. A admissão formal deve ser comunicada ao(à) novo(a) filiado(a) num prazo máximo de 30 (trinta) dias. A filiação será registrada nos cadastros partidários e comunicada à Justiça Eleitoral.

O organismo que admitir a filiação deve indicar ao novo membro do Partido a Organização de Base (Base) à qual deve se vincular, esclarecer seus direitos e deveres, estabelecer com ele a contribuição financeira ao Partido, e a participação nos cursos de formação teórico-política.

Parágrafo 1º – A filiação de líderes de reconhecida expressão, detentores de cargos eletivos, dirigentes de outros Partidos e personalidades da sociedade civil deverá ter a anuência do Comitê Estadual, ouvida a opinião da Comissão Política Nacional.

Parágrafo 2º – Para a desfiliação, o membro do Partido deverá comunicá-la por escrito à Organização de Base em que atua, ou ao Comitê Distrital, ou ao Comitê Municipal, e à Justiça Eleitoral.

▼ ARTIGO 4º

Os filiados e filiadas são um patrimônio político do Partido, que empreende esforços permanentes para elevar sua consciência política, sua participação na vida partidária e seu compromisso militante.

São seus direitos: participar nas reuniões partidárias, opinar e contribuir na elaboração da linha política partidária e manifestar-se perante os órgãos de direção partidária no âmbito em que atua. O(a) filiado(a) pode por sua livre vontade passar à condição de militante.



São seus deveres: manter atualizado seu cadastro partidário, apoiar as causas e campanhas do Partido, atuar na organização e mobilização do povo, votar em seus(suas) candidatos(as), aplicar suas orientações gerais e comprometer-se com a promoção da dignidade da pessoa humana, com a luta em defesa dos direitos do povo, da liberdade, da soberania nacional e pelo socialismo.

▼ ARTIGO 5º

Os(As) militantes atuam nas Organizações de Base (Bases), que são as bases da força do Partido junto aos trabalhadores e ao povo. São os(as) filiados(as) que mantêm atualizadas as suas informações cadastrais, atuam regularmente em uma Base ou Comitê; estão em dia com as contribuições financeiras obrigatórias de sustentação do Partido; estudam a teoria revolucionária e a política do Partido, acatam e aplicam suas decisões; difundem a orientação, as ideias e propostas partidárias.

Os(As) militantes esforçam-se continuamente por aumentar seus vínculos com os trabalhadores e o povo, e elevar seu nível de cultura e consciência política. Devem zelar pelo honroso título de militante comunista, cultivando elevados padrões éticos e morais, de solidariedade ao povo e respeito à coisa pública, sendo exemplo de luta, honradez e sinceridade com seus companheiros e companheiras.

▼ ARTIGO 6º

Todo(a) militante do Partido tem os mesmos direitos e deveres.

I – São seus direitos:

- a) participar, expressando livremente as suas opiniões, da elaboração da linha política do Partido e das discussões acerca das questões políticas, teóricas e práticas nas instâncias e nos organismos

- partidários de que fizer parte; manter suas opiniões, se divergentes, sem deixar de aplicar, defender e difundir as decisões do Partido;
- b) eleger e ser eleito(a) em qualquer instância e organismo partidário de que participe;
 - c) ser ouvido(a) quanto à melhor forma de contribuir para a atividade do Partido, em uma das suas organizações; encaminhar sugestões e propostas por intermédio de seu organismo e pedir informações a qualquer instância e organismo superior; apelar de decisão disciplinar a seu respeito; exigir sua participação pessoal e o mais amplo direito de defesa sempre que se trate de resolver sobre sua posição ou conduta.

II – São seus deveres:

- a) atuar de acordo com os princípios e normas do presente Estatuto e do Regimento do PCdoB, observando a disciplina partidária; atuar regularmente em uma Organização de Base ou em um Comitê do Partido, contribuir para o desenvolvimento da sua linha política, para a filiação de novos membros, aplicar as suas decisões e defender a sua unidade de ação política;
- b) possuir a Carteira Nacional de Militante e estar em dia com as obrigações da contribuição financeira através do sistema nacional do Partido;
- c) ler e difundir o Portal do PCdoB (www.pcdob.org.br), o jornal *A Classe Operária*, e as demais publicações do Partido, na forma impressa ou digital;
- d) participar das atividades partidárias de formação, orientadas pelo currículo da Escola Nacional João Amazonas;
- e) participar e associar-se ao sindicato e/ou à entidade, ao movimento ou à organização de massa relacionados com seu trabalho, moradia, área ou setor de atuação, respeitando as decisões democrá-



- ticas que ali se tomam e contribuindo para o seu fortalecimento e desenvolvimento;
- f) prestar contas ao coletivo da sua atividade partidária, exercer e estimular a prática da crítica e autocrítica; manter constantemente atualizado o seu cadastro partidário, inclusive informando sobre mudança de local de trabalho, residência ou área de militância que implique alteração da Organização de Base em que atua;
- g) combater todas as formas de opressão e prestar solidariedade aos que são alvo de quaisquer manifestações de perseguição política ou discriminação social, de gênero, racista ou étnica, de orientação sexual ou identidade de gênero, religião, e as relativas à condição da criança e do adolescente, dos(as) idosos(as) e pessoas com deficiência; hipotecar plena solidariedade à luta dos(as) trabalhadores(as) e dos povos em defesa da soberania nacional e de sua emancipação social, pela paz e contra o imperialismo.

CAPÍTULO III – OS QUADROS DO PARTIDO

▼ ARTIGO 7º

Os quadros são a coluna vertebral da estrutura partidária. São os principais responsáveis pela unidade do Partido em torno de seus princípios e de sua orientação, bem como pela permanente construção política, ideológica e orgânica do Partido. São os cumpridores exemplares dos deveres dos militantes.

Os quadros se formam mediante processo laborioso e prolongado, combinando o trabalho coletivo e o esforço individual. Sua progressiva educação comunista pressupõe assumir e cumprir as tarefas partidárias que lhe são delegadas, delas prestando contas, com espírito crítico e autocrítico e zelo pela causa partidária. Seu firme compromisso

ideológico com a causa socialista, seu desprendimento e dedicação às tarefas que lhe foram designadas, ligação com o povo, firme disciplina pessoal e salvaguarda do centralismo democrático na vida partidária são o maior estímulo à coesão e à força do Partido.

Quadros são os(as) militantes que, a partir de comprovada atuação regular em uma das organizações partidárias, realizam esforço pessoal permanente por elevar o domínio do marxismo-leninismo e da linha política do Partido; estão rigorosamente em dia com suas obrigações financeiras junto ao Partido; e que:

- I – são eleitos(as) para funções de direção de Comitês e Organizações de Base do Partido, ou atuam junto aos órgãos de direção partidária, como membros de Comissões Auxiliares ou em outras funções de apoio;
- II – exercem, por tarefa partidária, atividades de representação política eletiva ou por indicação do Partido, na atividade institucional no âmbito do Estado ou na direção de entidades, movimentos ou de organizações de massas;
- III – atuam, por tarefa partidária, no âmbito das atividades estatais, acadêmicas, científicas e culturais, ou em funções especializadas de assessoria às Bancadas e à direção partidária.

▼ ARTIGO 8º

A política de quadros do Partido estimula em todos os níveis a sua formação e o seu acompanhamento permanente, avaliação, promoção e distribuição, com base em critérios que atendam aos interesses do coletivo, de acordo com a capacidade, potencialidade e disponibilidade de cada um, numa soma de esforços. Define as tarefas principais para as quais são destacados(as) no trabalho partidário. Combate tendências alheias à cultura política dos comunistas, como favoritismo, carreirismo,



individualismo, burocratismo e práticas corrompidas. Valoriza os(as) que atuam como profissionais da atividade partidária, promovendo sua crescente capacitação política e técnica, cultural e ideológica, seu papel social e político. Postula equilíbrio entre a preservação de experiência e a alternância das funções desempenhadas pelos quadros na atividade partidária, como fator de educação continuada dos(as) comunistas.

CAPÍTULO IV – DA CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA

▼ ARTIGO 9º

A contribuição financeira do membro do Partido é expressão do seu compromisso com a organização partidária, seus ideais e sua luta, sendo obrigatória para os(as) militantes. A estruturação material e a sustentação da atividade partidária, e dos Comitês e Organizações de Base, são responsabilidade coletiva de todos os seus membros, que devem se empenhar, dentro das possibilidades de cada um, para garantir tais compromissos, nos termos deste Estatuto e do Regimento partidário, e de normas do Comitê Central, respeitada a legislação vigente.

As contribuições financeiras são mensais, equivalentes a pelo menos 1% (um por cento) do salário líquido ou renda líquida mensal, sendo o piso estabelecido com base no salário-mínimo, e as formas de pagamento e arrecadação serão geridas através de sistema nacional.

Parágrafo 1º – O Regimento do Partido estabelecerá normas adicionais, inclusive para a partilha dos recursos arrecadados entre os organismos partidários dos diversos níveis, e para as contribuições extraordinárias.

Parágrafo 2º – Os(As) militantes do Partido que estão desempregados(as) ou não possuem rendimento próprio são isentos(as) da contribuição financeira enquanto permanecerem nessa condição.

▼ ARTIGO 10

A contribuição financeira regular através do sistema nacional é indispensável para eleger e ser eleito(a) nas instâncias partidárias, bem como para participar de atividades partidárias para as quais seja exigida. A Carteira Nacional de Militante será emitida para todo membro do Partido que realizar a sua contribuição financeira.

CAPÍTULO V – O CENTRALISMO DEMOCRÁTICO

▼ ARTIGO 11

A estruturação e o desenvolvimento da vida partidária assentam-se no princípio do Centralismo Democrático. O Centralismo Democrático estimula a expressão das opiniões pessoais de forma livre e responsável, e a ampla iniciativa de ação por parte de cada militante e de todas as suas organizações, como fator ativo da construção das orientações partidárias, sob um único centro dirigente: o Congresso do Partido e, entre um e outro Congresso, o Comitê Central. O Partido age como um todo uno, sob o primado de uma disciplina livre e conscientemente assumida. A unidade é a força do Partido.

Com a aplicação e o desenvolvimento criativos do Centralismo Democrático, se visa a coesão política e ideológica do Partido, como construção coletiva, sob o primado da unidade de ação política de todo o Partido.

I – A democracia é um bem fundamental da vida interna do Partido e significa:

- a) igualdade de direitos e deveres entre todos os seus membros, segundo sua condição de filiado(a) ou militante; direito de eleger e



- ser eleito(a) para as instâncias e organismos partidários, estando em dia com suas obrigações perante o Partido;
- b) eleição de todos os organismos dirigentes do Partido de baixo para cima, sendo que a instância que elege pode destituir os(as) eleitos(as);
 - c) debate amplo, com liberdade de opinião pessoal, nas instâncias e nos organismos, sobre as orientações partidárias;
 - d) prestação de contas periódica e informação regular dos organismos dirigentes do Partido às instâncias que os elegeram e ao coletivo partidário;
 - e) estrito respeito à institucionalidade, à probidade e à impessoalidade na condução das atividades do Partido, nos termos deste Estatuto, do Regimento partidário e das normas do Comitê Central.

II – O centralismo assegura a indispensável unidade de ação política de todo o Partido e significa que:

- a) as decisões coletivas, tomadas por consenso ou maioria, são válidas para todos(as); o interesse individual, ou da minoria, subordina-se ao do coletivo, ou da maioria;
- b) as decisões adotadas por organismos superiores são válidas para todas as organizações sob sua jurisdição; decisões adotadas pelo Congresso e pelo Comitê Central são obrigatórias para todo o Partido;
- c) as divergências de opinião não eximem seus membros da obrigação de aplicar, defender e difundir as orientações partidárias;
- d) não são admitidas tendências e facções, entendidas como atividade organizada de membros ou organizações do Partido à margem da estrutura partidária, em torno de propostas ou plataformas próprias, pessoais ou coletivas, temporárias ou permanentes.

CAPÍTULO VI – NORMAS GERAIS DO SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PARTIDO

▼ ARTIGO 12

O Partido constitui-se num sistema de organizações articuladas, dispostas segundo o critério da divisão territorial administrativa do país, compreendendo instâncias e organismos superiores nacionais, instâncias e organismos estaduais, municipais e locais, de caráter deliberativo, assim definidos:

- I – Congresso do Partido e Comitê Central, e a Convenção Eleitoral Nacional;
- II – Conferências Estaduais e a do Distrito Federal, e Comitês Estaduais e o Comitê do Distrito Federal, e as Convenções Eleitorais Estaduais e a do Distrito Federal;
- III – Conferências Municipais e Comitês Municipais, e Conferências e Comitês das Regiões Administrativas do Distrito Federal, e as Convenções Eleitorais Municipais;
- IV – Conferências Distritais e Comitês Distritais, e Conferências de Base e Organizações de Base.

▼ ARTIGO 13

O sistema de funcionamento partidário compreende também órgãos consultivos, que se destinam a reforçar os mecanismos horizontais de ampla consulta, elaboração política e encaminhamento das orientações do Partido. São convocados pelo Comitê da respectiva jurisdição, com pauta e critérios de participação por eles fixados. Suas deliberações e indicações devem ser referendadas pelo respectivo Comitê e são assim constituídos:



- I – Conferências Nacionais, em nível nacional;
- II – Encontros, nos níveis nacional, estadual, municipal ou local, e nas suas respectivas regiões;
- III – Fóruns nos níveis nacional, estadual, municipal ou local; e nas suas respectivas regiões;
- IV – Plenárias, em nível municipal ou local (distrital);
- V – Coletivos nos níveis nacional, estadual ou municipal.

Parágrafo 1º – As Conferências Nacionais têm por objetivo consultar o coletivo na elaboração do posicionamento político do Partido ou elaborar políticas programáticas nas áreas específicas de atuação e saber, em nível nacional.

Parágrafo 2º – Os Encontros têm por objetivo debater o encaminhamento das orientações partidárias e realizar o controle de sua implementação.

Parágrafo 3º – Os Fóruns têm por objetivo sistematizar e controlar a implementação das orientações partidárias. Eles podem ser permanentes ou transitórios, e sua composição e objetivos são fixados por deliberação do Comitê.

Parágrafo 4º – A critério do Comitê Central, ou dos Comitês Estaduais, poderão ser constituídos Fóruns Regionais para discussão e implementação das orientações partidárias traçadas pelos respectivos Comitês. A composição e os objetivos dos Fóruns Regionais são fixados por deliberação do Comitê.

Parágrafo 5º – As Plenárias são reuniões consultivas dos(as) filiados(as) e militantes em nível municipal ou local (distrital), convocadas pelos Comitês respectivos, para debater e difundir as orientações do Partido, e mobilizar o coletivo partidário.

Parágrafo 6º – Os Comitês podem organizar Coletivos, por decisão destes, para membros do Partido que atuem em áreas específicas

afins, como forma de aproveitar seu saber e experiência na elaboração e implementação da orientação partidária.

Parágrafo 7º – Poderão ainda ser convocados seminários, reuniões setoriais e simpósios nos diversos níveis, sendo que suas elaborações e propostas só podem ser assumidas como expressão da opinião do Partido se ratificadas pelo respectivo Comitê.

▼ ARTIGO 14

Os(as) integrantes dos Comitês partidários são eleitos(as) para um período definido, segundo este Estatuto. Os Comitês serão compostos por membros titulares, que estejam em dia com as obrigações junto ao Partido, e será estimulada a eleição de mulheres, bem como de trabalhadores e trabalhadoras, em especial de operários(as).

Parágrafo 1º – Só poderão ser eleitos(as) dirigentes dos Comitês e Organizações de Base os membros do Partido que estiverem em dia com a sua contribuição financeira prevista no Artigo 9º. O disposto neste parágrafo é aplicável nos termos do Regimento partidário.

Parágrafo 2º – Para a eleição de dirigentes partidários é recomendável que se considere, como um dos critérios, o conhecimento das bases teóricas e político-ideológicas do marxismo-leninismo e do Programa Socialista do PCdoB, tendo por referência a participação nos cursos da Escola Nacional João Amazonas.

▼ ARTIGO 15

Os Comitês elegerão dentre os seus membros a Comissão Política, que exerce o trabalho de direção política e de estruturação do Partido nos âmbitos político, ideológico e orgânico, no intervalo entre uma e outra reunião do Comitê respectivo.



Parágrafo 1º – A Comissão Política deve ter um número de integrantes sempre inferior ou igual a um terço dos membros do Comitê.

Parágrafo 2º – A Comissão Política se reúne ordinariamente nos termos do Regimento partidário, ou extraordinariamente sempre que convocada pelo(a) Presidente(a) ou pela maioria de seus integrantes.

Parágrafo 3º – Faculta-se aos Comitês Central, Estaduais e Municipais indicar respectivamente o(a) Líder da Bancada na Câmara de Deputados, no Senado Federal, nas Assembleias Legislativas e Câmaras dos Vereadores para integrar as respectivas Comissões Políticas.

Parágrafo 4º – Ao comporem sua Comissão Política, os Comitês devem indicar obrigatoriamente Presidente(a) e Vice-Presidente(a).

Parágrafo 5º – O(A) Presidente(a) representa regularmente a respectiva Comissão Política; o(a) Vice-Presidente(a) cumpre as funções interinas nos casos de impedimento temporário do(a) Presidente(a), sendo que em caso de vacância do cargo de Presidente(a) o respectivo Comitê, em prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, elege novo(a) Presidente(a).

Parágrafo 6º – No caso do Comitê Central poderão ser estabelecidos(as) até 3 (três) Vice-Presidentes(as), estabelecendo a ordem em que assumem interinamente as funções do(a) Presidente(a) em caso de impedimentos temporários do(a) Presidente(a).

Parágrafo 7º – Os Comitês elege, de acordo com o Regimento partidário, e as circunstâncias de cada caso, responsáveis pelas Secretarias, bem como as Comissões Auxiliares, que possuem responsabilidades executivas e respondem pelas tarefas cotidianas perante a Comissão Política.

Parágrafo 8º – As Comissões Políticas do Comitê Central e dos Comitês Estaduais, nos termos do Regimento partidário, poderão nomear Comitês provisórios no âmbito de sua jurisdição, compos-

tos de no mínimo 5 (cinco) membros, com mandato máximo de 1 (um) ano.

Parágrafo 9º – As demais características do sistema de direção, assim como as competências de cada uma das funções executivas dos Comitês, serão estabelecidas no Regimento do Partido, aprovado pelo Comitê Central.

Parágrafo 10º – As Comissões Políticas do Comitê Central e dos Comitês Estaduais poderão prorrogar o mandato dos organismos dirigentes intermediários do Partido por até 1 (um) ano.

▼ ARTIGO 16

Os Comitês podem eleger uma Comissão Executiva dentre seus membros, integrantes ou não das Comissões Políticas, para coordenar o trabalho executivo do organismo, e podem constituir Comissão de Controle, nos termos do Artigo 48 deste Estatuto.

Parágrafo único – As Comissões Executivas prestam contas regulares de suas atividades à Comissão Política respectiva.

▼ ARTIGO 17

As organizações partidárias em todos os níveis têm liberdade de iniciativa política no âmbito de sua jurisdição, desde que não contrariem a orientação geral do Partido. O Partido promove a ampla descentralização da atividade de suas organizações; estimula o planejamento bienal da ação política e da estruturação partidária e o controle regular dos planos; combate tendências espontaneístas, setorialistas e corporativistas. As organizações partidárias em todos os níveis funcionam sob regime de trabalho coletivo e responsabilidade individual de cada um(a) de seus(suas) integrantes. O Partido estimula a prática da crítica



e autocrítica, como fator de aprimoramento constante do trabalho partidário. Combate tendências autoritárias e o culto à personalidade. Estimula igualmente a prática de alternância no desempenho das funções executivas e de representação do Partido.

▼ ARTIGO 18

As organizações partidárias deliberam quando houver quorum de maioria de seus(suas) integrantes, mediante voto aberto, único e intransferível, e pelo voto da maioria dos presentes, salvo para matérias com disposição expressa em contrário neste Estatuto. Para eleger os(as) integrantes dos organismos e órgãos dirigentes e delegados(as), é realizado um intenso e democrático trabalho de construção coletiva no âmbito das instâncias que os(as) elegem, a partir de proposição inicial da direção, seguida de ampla consulta e debate, a fim de constituir proposta unitária que melhor represente as exigências da orientação geral do Partido em cada jurisdição. Nesse processo, a votação final será por intermédio de voto secreto, único e intransferível, em votações nome a nome. Para ter direito a eleger e ser eleito(a), é obrigatório que o membro do Partido esteja em dia com sua contribuição financeira, devidamente comprovada pelo sistema nacional.

CAPÍTULO VII – AS INSTÂNCIAS E ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS

I – AS INSTÂNCIAS E ORGANISMOS SUPERIORES DE DIREÇÃO DO PARTIDO

▼ ARTIGO 19

O Congresso é a instância suprema de direção do Partido, a mais

democrática, de deliberação sobre a orientação partidária e eleição do Comitê Central, envolvendo o conjunto dos quadros, militantes e filiados(as), desde a base. As decisões do Congresso são válidas e obrigatórias para todo o Partido e não podem ser modificadas, substituídas ou revogadas senão por outro Congresso.

O Congresso do Partido é convocado pelo Comitê Central e, com pelo menos 3 (três) meses de antecedência, serão publicados nos órgãos de imprensa partidária a pauta, data e local, bem como os projetos de resolução a serem discutidos pelas instâncias e os organismos partidários. Deve realizar-se a cada 4 (quatro) anos e, extraordinariamente, quando deliberado por maioria de dois terços do Comitê Central.

Parágrafo 1º – O Congresso do Partido é constituído por delegados(as) eleitos(as) nas Conferências Estaduais, segundo normas estabelecidas pelo Comitê Central e tendo por base o número de membros reunidos em Conferências de Base.

Parágrafo 2º – Os membros do Comitê Central são membros natos do Congresso, com direito a voz e voto, desde que seu número não ultrapasse 10% (dez por cento) do número de delegados(as) nacionais; se isso ocorrer, o CC elege os membros com direito a voz e voto no Congresso, até aquele limite, assegurado aos demais o direito a voz.

Parágrafo 3º – O Congresso poderá ser realizado, sem prejuízo do disposto no *caput* deste artigo, no prazo máximo de até 6 (seis) meses, contado da data em que se encerrou o Congresso anterior.

▼ ARTIGO 20

Compete ao Congresso:

- I – aprovar a ordem do dia dos trabalhos, o Regimento Interno e eleitoral; eleger sua Mesa Diretora, bem como a Comissão de Resoluções e Comissão Eleitoral;
- II – discutir e deliberar sobre os projetos de resolução do Comitê Cen-



- tral, e apreciar propostas apresentadas pelos(as) delegados(as), nos termos do Regimento Interno do Congresso;
- III – modificar o Programa e o Estatuto do Partido, quando constante da ordem do dia;
- IV – determinar a linha política sobre as questões fundamentais da atualidade política;
- V – eleger o Comitê Central, apreciar o balanço de sua atividade e fixar o número de seus(suas) integrantes;
- VI – julgar os recursos interpostos contra decisões do Comitê Central ou das direções intermediárias.

▼ ARTIGO 21

O Comitê Central é o organismo dirigente máximo do Partido.

Parágrafo 1º – O mandato dos membros do Comitê Central compreende o período entre a posse de seus membros, após sua eleição pelo Congresso ordinário do Partido, e a posse dos membros do Comitê Central subsequente, salvo disposição expressa na pauta de convocação de Congressos extraordinários.

Parágrafo 2º – As resoluções do Comitê Central têm sentido obrigatório para todas as organizações partidárias.

Parágrafo 3º – O Comitê Central se reúne ordinariamente no mínimo a cada 4 (quatro) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo(a) seu(sua) Presidente(a), pela Comissão Política ou, ainda, pela maioria dos membros do Comitê.

▼ ARTIGO 22

Compete ao Comitê Central:

- I – convocar o Congresso do Partido e fixar as suas normas;

- II – eleger, dentre seus membros, o(a) Presidente(a), a Comissão Política Nacional, a Comissão Executiva Nacional e a Comissão de Controle;
- III – traçar a orientação partidária de âmbito nacional;
- IV – defender a integridade partidária, exercendo ação disciplinar sobre os Comitês Estaduais quando necessário e, na omissão destes, sobre os Municipais, inclusive convocando Conferência extraordinária dessas instâncias;
- V – orientar, estimular e avaliar a atividade dos Comitês Estaduais no cumprimento das deliberações políticas e organizativas, dos planos e campanhas nacionais, do trabalho sistemático junto aos(as) trabalhadores(as), na promoção de atividades de finanças, propaganda e formação;
- VI – estabelecer as normas e os procedimentos referentes à escolha dos(as) candidatos(as) aos cargos públicos, eletivos ou comissionados indicados pelo Partido, em todos os níveis;
- VII – referendar, diretamente ou por intermédio da Comissão Política Nacional, os nomes dos(as) candidatos(as) às eleições de âmbito estadual indicados(as) pelas respectivas Convenções Eleitorais Estaduais;
- VIII – dirigir, por intermédio da Comissão Política Nacional, as Bancadas federais do Partido na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, a partir do disposto no Regimento do Partido sobre as Bancadas parlamentares;
- IX – dirigir a atividade dos membros do Partido que estiverem no exercício de cargos públicos eletivos ou comissionados indicados pelo Partido, ou em funções de confiança dos Poderes Legislativo ou Executivo, na esfera federal;
- X – dirigir a atividade dos membros do Partido que estiverem no exercício de cargos de representação em entidades de massas e movimentos sociais na esfera federal;
- XI – orientar e controlar os órgãos de comunicação nacionais do Partido, e decidir sobre seus(suas) editores(as);



- XII – expedir a Carteira Nacional de Militante;
- XIII – aprovar resolução sobre a utilização dos recursos do Fundo Partidário e sobre os percentuais para a distribuição dos recursos arrecadados das diversas fontes entre os organismos partidários dos diversos níveis;
- XIV – promover, junto aos órgãos competentes, o registro do Estatuto e do Programa;
- XV – julgar os recursos interpostos contra decisões da Comissão Política Nacional ou de Comitês Estaduais;
- XVI – aprovar o Regimento do PCdoB, dispondo inclusive sobre a composição e o funcionamento das Comissões Políticas e das Comissões Executivas dos diversos níveis;
- XVII – estabelecer normas, no Regimento partidário, sobre a eleição ou definição, a formação e a duração dos Comitês partidários permanentes e provisórios;
- XVIII – definir, por maioria absoluta, os critérios de distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, disponibilizados para o PCdoB, nos termos do disposto no *Parágrafo 7º* do Artigo 16-C da Lei nº 9.504/1997.

▼ ARTIGO 23

São órgãos do Comitê Central:

- I – a Comissão Política Nacional, como órgão da direção geral entre uma e outra reunião do Comitê Central;
- II – a Comissão Executiva Nacional, como órgão executivo da atividade partidária, subordinada à Comissão Política Nacional;
- III – as Bancadas parlamentares na Câmara dos Deputados e no Senado Federal;
- IV – a Comissão de Controle.

▼ ARTIGO 24

As Conferências Nacionais são convocadas pelo Comitê Central, sempre que este julgar necessários o debate, a elaboração e o posicionamento em torno de temas ligados à linha política de intervenção e à estruturação partidárias, de temas gerais ou específicos de interesse e relevo político e social, e de desenvolvimento da elaboração programática e de ação política nos diversos âmbitos de atividade.

Parágrafo 1º – As Conferências Nacionais são constituídas pelos membros do Comitê Central e por delegados(as) indicados(as) pelos Comitês Estaduais, segundo normas estabelecidas pelo Comitê Central.

Parágrafo 2º – Para que as resoluções das Conferências Nacionais sejam válidas e obrigatórias para todo o Partido devem ser ratificadas pelo Comitê Central.

▼ ARTIGO 25

A Convenção Eleitoral Nacional realizar-se-á por convocação do Comitê Central para deliberar sobre alianças e coligação com outros partidos e sobre os(as) candidatos(as) a Presidente(a) e Vice-Presidente(a) da República. É constituída pelos membros do Comitê Central e por delegados(as) indicados(as) pelos Comitês Estaduais, segundo normas estabelecidas pelo Comitê Central. Suas decisões são válidas para todo o Partido.

II – AS INSTÂNCIAS E ORGANISMOS DE DIREÇÃO INTERMEDIÁRIA DO PARTIDO

▼ ARTIGO 26

As Conferências são as instâncias superiores de direção nos níveis estadual e municipal. Devem realizar-se a cada 2 (dois) anos, convoca-



das pelos Comitês respectivos e, extraordinariamente, quando convocadas por maioria de dois terços do Comitê ou pelo Comitê Central, para discutir os temas constantes da pauta.

Parágrafo único – A realização de uma Conferência poderá ser prorrogada, sem prejuízo do disposto no *caput* deste artigo, pelo prazo máximo de até 3 (três) meses, contado a partir da data em que deveria ter sido realizada.

▼ ARTIGO 27

As Conferências são constituídas por delegados(as) eleitos(as) nas Conferências de instâncias precedentes e/ou Conferências de Base, de acordo com normas aprovadas pelos Comitês de instância imediatamente superior e as complementares aprovadas pelo Comitê que as convoca.

Parágrafo único – Os(As) integrantes dos Comitês são membros natos das respectivas Conferências, com direito a voz e voto, desde que seu número não ultrapasse 10% (dez por cento) do número de delegados(as) eleitos(as); se isso ocorrer o Comitê elege os membros com direito a voz e voto, até aquele limite, assegurando aos demais o direito a voz.

▼ ARTIGO 28

Às Conferências Estaduais e Municipais, compete:

- I – analisar a situação política no âmbito de sua competência, estabelecer as diretrizes da ação política e da estruturação partidária, de acordo com a orientação do Congresso do Partido e dos organismos partidários superiores;
- II – eleger o Comitê respectivo, estabelecendo o número de seus membros observado o disposto no Artigo 31;

III – eleger os(as) delegados(as) ao Congresso e às Conferências de instância superior, nos termos das normas de convocação estabelecidas;

IV – julgar os recursos interpostos contra as decisões do respectivo Comitê.

▼ ARTIGO 29

As Convenções Eleitorais realizam-se pelas normas gerais previstas no Regimento partidário e em normas aprovadas pelo Comitê Central, respeitada a legislação eleitoral em vigor. Cabe a elas decidir sobre alianças e coligação com outros partidos para as eleições e sobre os(as) candidatos(as) aos postos eletivos no âmbito de sua competência, *ad referendum* dos Comitês de instância superior.

▼ ARTIGO 30

O mandato dos membros dos Comitês Estaduais, do Comitê do Distrito Federal e dos Comitês Municipais compreende o período entre a posse de seus membros, após sua eleição pela Conferência, e a posse dos membros dos Comitês Estaduais, do Comitê do Distrito Federal e dos Comitês Municipais eleitos pela respectiva Conferência subsequente.

Parágrafo 1º – Os Comitês Estaduais, o Comitê do Distrito Federal e os Comitês Municipais dirigem as atividades de todas as organizações partidárias existentes no território sob sua jurisdição.

Parágrafo 2º – Os Comitês Estaduais e do Distrito Federal reúnem-se no mínimo a cada 3 (três) meses e os Comitês Municipais no mínimo a cada 2 (dois) meses e, extraordinariamente, sempre que convocados pelo(a) seu(sua) Presidente(a), pela Comissão Política ou, ainda, pela maioria dos membros do Comitê.



Parágrafo 3º – Os Comitês Estaduais são eleitos onde se realizem Conferências Municipais em pelo menos 5% (cinco por cento) dos municípios do estado.

Parágrafo 4º – Os Comitês Municipais serão eleitos nos municípios onde exista um mínimo de 15 (quinze) filiados(as) e mais 1 (um/uma) filiado(a) para cada 1.000 (um mil) eleitores ou fração, observado o disposto no Artigo 27 deste Estatuto.

Parágrafo 5º – No Distrito Federal, as regiões administrativas equiparam-se a municípios, e serão eleitos os Comitês de Regiões Administrativas.

▼ ARTIGO 31

A composição dos Comitês Estaduais e dos Comitês Municipais observará limites mínimos e máximos, com base no número de membros constantes nos cadastros partidários informatizados e atualizados, de acordo com o Regimento do Partido.

▼ ARTIGO 32

São competências e deveres gerais dos Comitês Estaduais e Municipais:

- I – convocar as respectivas Conferências;
- II – eleger uma Comissão Política e uma Comissão Executiva, de acordo com o disposto no Artigo 15 e no Artigo 16 deste Estatuto. Os Comitês Estaduais e Municipais podem eleger uma Comissão Política Executiva, agregando à Comissão Política as competências e os deveres da Comissão Executiva;
- III – aplicar as decisões das instâncias e dos organismos superiores do

- Partido, assegurando seu cumprimento pelos órgãos partidários que lhe são subordinados;
- IV – reunir-se regularmente, ter iniciativa e traçar a orientação política no âmbito de sua jurisdição, informando sobre suas decisões e atividades a todo o coletivo partidário;
- V – apoiar, estruturar e fortalecer as organizações partidárias que se encontram sob sua direção, designadamente na atuação entre os(as) trabalhadores(as), o povo e suas lutas;
- VI – distribuir tarefas entre seus membros e acompanhar a sua atividade;
- VII – incentivar a participação, fomentar o debate, aprofundar a democracia interna, ouvir e levar em conta as opiniões dos membros do Partido, estimulando a crítica e a autocrítica;
- VIII – conhecer, formar, avaliar com rigor e isenção os quadros que se encontram sob sua direção, tendo em conta o melhor aproveitamento das suas qualidades e aptidões;
- IX – difundir e estimular a leitura de *A Classe Operária* e de outras publicações partidárias, impressas e digitais;
- X – organizar a contribuição financeira dos membros do Partido através do sistema nacional e de outras formas de apoio financeiro, e enviar regularmente outras contribuições financeiras ao organismo de instância superior;
- XI – fomentar a elevação do nível político-cultural dos(as) militantes, promover o estudo do marxismo-leninismo e dos documentos do Partido;
- XII – dirigir, por intermédio de sua Comissão Política, a Bancada parlamentar no âmbito de sua competência e indicar suas Lideranças;
- XIII – aprovar, diretamente ou por intermédio da Comissão Política, o nome dos(as) candidatos(as) indicados(as) pelas instâncias e os organismos sob sua jurisdição, e promover o registro dos(as) candidatos(as) aos postos eletivos no âmbito de sua jurisdição;



- XIV – dirigir, por intermédio de sua Comissão Política, a atividade dos membros do Partido que estiverem no exercício de cargos públicos eletivos ou comissionados indicados pelo Partido, ou em funções de confiança, dos Poderes Legislativo ou Executivo;
- XV – dirigir a atividade dos membros do Partido que estiverem no exercício de cargos de representação em entidades de massas e movimentos sociais nas respectivas esferas;
- XVI – eleger a Comissão de Controle;
- XVII – acompanhar a atividade dos Comitês e Organizações de Base sob sua direção e exercer ação disciplinar sobre os mesmos, zelando pela integridade partidária;
- XVIII – julgar recursos interpostos contra decisões da respectiva Comissão Política e dos organismos sob sua direção imediata.

III – AS INSTÂNCIAS E ORGANISMOS DISTRITAIS E DE BASE DO PARTIDO

▼ ARTIGO 33

Os Comitês Municipais podem constituir Comitês Distritais, visando à estruturação e à direção das Organizações de Base. Os Comitês Distritais podem ser de base territorial, de empresas, de categorias, setores ou ramos de atividade, de universidades, conforme as necessidades da ação política no município, desde que haja um mínimo de 3 (três) Organizações de Base e/ou 30 (trinta) filiados(as) e militantes atuantes em cada um desses âmbitos.

Tais Comitês exercerão as mesmas competências enumeradas no Artigo 32, excetuadas as descritas nos incisos XII, XIII, XIV, XVI, XVII e XVIII. Os(As) integrantes dos Comitês Distritais serão eleitos(as) em Conferências convocadas especificamente para esse fim, segundo normas do Comitê Municipal.

▼ ARTIGO 34

A Organização de Base (Base) é o esteio da ação partidária cotidiana. É o principal elo entre o Partido, os(as) trabalhadores(as) e o povo, auscultando seus anseios e aspirações, contribuindo para a elaboração da orientação e a intervenção política do Partido. É participando regularmente delas que os(as) filiados(as) e militantes materializam os critérios de compromisso com a vida partidária e desenvolvem sua consciência teórica e política.

As Bases são constituídas por um mínimo de 3 (três) militantes do Partido, em fábricas, empresas e demais locais de trabalho; em categorias, setores e ramos profissionais; em assentamentos rurais, fazendas, empresas rurais, comunidades indígenas e quilombolas; em escolas e universidades; em áreas como educação, saúde, ciência, segurança pública, cultura e comunicação; e em locais de moradia.

Os critérios para a constituição das Organizações de Base são os que melhor permitam a participação ativa dos(as) filiados(as) e militantes na elaboração e ação políticas do Partido. Os Comitês devem levar em conta as condições concretas existentes para a definição do âmbito de atuação das Bases e das formas de funcionamento que assegurem sua melhor atividade, tendo em vista enriquecer a atividade própria do(a) filiado(a) e do(a) militante, enquanto cidadão ou cidadã, com as orientações do projeto político do Partido, e estimular o enraizamento da atividade partidária na vida política, social e cultural.

Parágrafo 1º – O Partido prioriza a organização dos(as) filiados(as) e militantes em Bases a partir das suas relações de trabalho, como medida para fortalecer a presença do Partido entre os trabalhadores e as trabalhadoras, bem como a força deles(as) na vida partidária.

Parágrafo 2º – A participação de membros do Partido em órgãos auxiliares, consultivos, ou na Fundação Maurício Grabois, definidos



neste Estatuto, não os desobriga de participar regularmente de uma Organização de Base ou Comitê.

▼ ARTIGO 35

O funcionamento regular das Bases, com reuniões periódicas e adequadamente preparadas, é instrumento indispensável ao cumprimento de seu papel e para enraizar o trabalho partidário no local ou setor de sua atuação. Elas devem se reunir em Assembleia, convocando todos(as) os(as) filiados(as) e militantes cadastrados(as), ordinariamente no mínimo a cada 2 (dois) meses e devem eleger uma Comissão Executiva de no mínimo 3 (três) Secretários(as) da Base, para dirigir o seu trabalho nos âmbitos político, ideológico e organizativo, sendo um(a) deles(as) o(a) Presidente(a).

Parágrafo único – Nos municípios em que houver somente 1 (uma) Organização de Base, esta deve reunir todos(as) os(as) filiados(as) e militantes do município, e sua direção será exercida pelos órgãos de direção do Comitê Municipal.

▼ ARTIGO 36

As tarefas fundamentais das Bases se vinculam diretamente a garantir os preceitos básicos dos membros do Partido quanto à militância, incluindo participar regularmente nas Bases, estudar, divulgar e contribuir, assim compreendidos:

- I – aplicar a política do Partido, recolher junto à população opiniões e críticas para a elaboração dos programas de ação e da linha política;
- II – manter estreita ligação com o povo, atuar para sua unidade, mobilização e organização na luta em defesa dos seus interesses;
- III – apoiar e orientar a participação dos(as) militantes nas entidades e

- nos movimentos sindicais e populares, fortalecendo-os e respeitando sua autonomia;
- IV – organizar e dirigir a campanha do Partido e de seus(suas) candidatos(as) nos períodos eleitorais;
- V – desenvolver regularmente campanhas de filiação de novos(as) integrantes para o Partido;
- VI – organizar campanhas próprias e regulares, com vistas a difundir a legenda e as bandeiras políticas do Partido;
- VII – promover a leitura, campanhas de assinaturas e a difusão do Portal do PCdoB (www.pcdob.org.br), do jornal *A Classe Operária* e de outras publicações, meios de comunicação e propaganda do Partido, impressos e digitais;
- VIII – incentivar o estudo e a formação de seus membros, promovendo cursos básicos do Partido, atividades culturais, estudos dos documentos partidários, integrando-se ao programa de formação definido pelo Comitê ao qual pertence;
- IX – garantir a contribuição financeira de seus membros, de acordo com as normas estipuladas por este Estatuto, pelo Regimento e pelas direções partidárias, participar de campanhas de arrecadação de fundos extraordinários, promover iniciativas para a sustentação das atividades próprias do seu organismo;
- X – zelar pela unidade do Partido, não permitindo em seu seio atividade desagregadora.

▼ ARTIGO 37

A Conferência de Base é o momento especial de todo o coletivo da Base, que realiza o balanço de suas atividades, define o plano de trabalho, elege a sua direção. É convocada obrigatoriamente por ocasião das Conferências partidárias e elege os(as) delegados(as) de acordo com as normas estabelecidas.



A Conferência de Base é convocada ordinariamente a cada 2 (dois) anos. Dela participam todos(as) os(as) filiados(as) e militantes cadastrados(as) na Organização de Base, convocados(as) com antecedência mínima de 7 (sete) dias. Podem ser convidados(as), excepcionalmente e sem direito a voto, simpatizantes, eleitores(as) e amigos(as) do Partido, a fim de proporcionar-lhes acesso ao debate e à orientação política partidária.

CAPÍTULO VIII – DA DISCIPLINA PARTIDÁRIA

▼ ARTIGO 38

O Partido assegura sua unidade de ação política por meio da disciplina consciente, livremente aceita, igual e obrigatória para todos os seus membros e todas as suas organizações, baseada no Programa e Estatuto do Partido. O coletivo partidário deve ser vigilante com respeito à disciplina, aplicá-la judiciosamente e defendê-la, no mais estrito respeito à institucionalidade da vida partidária fixada neste Estatuto, no Regimento partidário e nas normas do Comitê Central.

▼ ARTIGO 39

O membro do Partido que infringir os princípios programáticos, a ética, a disciplina e os deveres partidários expressos neste Estatuto, deve ser criticado no âmbito do organismo a que pertença, com espírito de educá-lo – bem como ao coletivo –, para com as obrigações e salvarguardar os interesses partidários. O mesmo poderá sofrer, segundo a gravidade da falta, sanções disciplinares.

As sanções têm como objetivo reforçar a unidade, a disciplina e a ética revolucionária do coletivo. São adotadas com base nas circunstâncias de cada caso, com razoabilidade e proporcionalidade à gravidade

das faltas e ao grau de responsabilidade do membro do Partido, aplicando de forma isolada ou combinada as seguintes medidas:

- I – advertência, de caráter interno, deliberada no organismo a que pertence o(a) filiado(a) e comunicada ao imediatamente superior;
- II – censura de conhecimento público, divulgada pelos órgãos de comunicação do Partido;
- III – suspensão das funções nos organismos e/ou órgãos partidários e/ou na Bancada parlamentar por tempo determinado, por um período máximo de 9 (nove) meses, sem prorrogação, durante o qual fica o(a) sancionado(a) impedido(a) de se manifestar em nome do Partido;
- IV – destituição de funções nos organismos e/ou órgãos partidários, ou destituição dos cargos públicos de representação do Partido e desligamento da Bancada parlamentar;
- V – desligamento do Partido;
- VI – expulsão do Partido.

Parágrafo 1º – As sanções serão sempre adotadas pelo organismo a que pertença o membro do Partido ou, na omissão deste, pelo organismo imediatamente superior.

Parágrafo 2º – Para membros integrantes dos Comitês partidários, qualquer sanção só pode ser aplicada por maioria de dois terços dos votos dos presentes, assegurado o quórum.

Parágrafo 3º – Nos casos de desligamento ou expulsão, a decisão deve ser ratificada pelo organismo imediatamente superior.

Parágrafo 4º – Em caso de desligamento ou expulsão de membro do Comitê Central, a decisão só pode ser adotada por maioria de dois terços de seus(suas) integrantes e deve ser ratificada pelo Congresso.

Parágrafo 5º – Desligamento corresponde à desfiliação compulsória



do(a) filiado(a), procedendo-se à devida comunicação à Justiça Eleitoral.

Parágrafo 6º – A expulsão se aplica aos casos de infração grave ou reiterada, onde houver ostensiva hostilidade ou atitudes desrespeitosas em relação ao Partido e a seus(suas) dirigentes, ou em casos de crimes infamantes ou práticas administrativas ilícitas.

Parágrafo 7º – Nos casos de desligamento e expulsão, o(a) sancionado(a) fica impossibilitado(a) de retornar à legenda pelo prazo de 5 (cinco) anos.

▼ ARTIGO 40

O organismo a que pertence o(a) presumível infrator(a) da disciplina partidária comunicar-lhe-á por escrito as faltas que lhe forem imputadas e instaurará o processo disciplinar por intermédio da Comissão de Controle. Esta deverá ouvi-lo(a), bem como convocar testemunhas cabíveis, recolher provas preliminares, produzir relatório em até 30 (trinta) dias – contados após o encerramento da instrução do procedimento –, e levar suas conclusões à deliberação do respectivo organismo.

O(a) imputado(a) terá amplo direito de defesa, que deve compreender:

- I – prazo de 7 (sete) dias para apresentar sua defesa perante a Comissão de Controle;
- II – apresentação de contrarrazões sobre o relatório da Comissão de Controle;
- III – participação pessoal, asseguradas a defesa oral, a apresentação de provas e de até 3 (três) testemunhas, na reunião do organismo que tenha decidido a respeito das sanções.

Parágrafo único – Onde não houver Comissão de Controle, o

organismo a que pertence o(a) imputado(a) indica uma comissão responsável pelo processo disciplinar.

▼ ARTIGO 41

O(A) dirigente partidário(a) que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas de seu Comitê, ou a 5 (cinco) alternadas, sem justificativa acatada pelo coletivo, será considerado(a) dele destituído(a), sem prejuízo de outras sanções pertinentes, podendo ser readmitido(a) por decisão de maioria de dois terços dos(as) presentes do Comitê ou por decisão do organismo imediatamente superior, ou ainda destacado(a) para atuar com diminuição de responsabilidades.

▼ ARTIGO 42

Excepcionalmente, organizações partidárias podem adotar a suspensão preventiva de membros, pelo prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias – sem caráter de sanção disciplinar –, diante de questões que afrontem a ética partidária e que representem repercussão negativa para o Partido. Tal medida é improrrogável, adotada por maioria de dois terços dos(as) integrantes da organização a que pertence o(a) imputado(a) e ratificada pelo organismo imediatamente superior. Até o final do prazo da suspensão, o organismo a que pertence o(a) imputado(a) deverá instaurar o processo disciplinar que for pertinente. Durante o período em questão, o(a) filiado(a) ou militante fica impedido(a) de se manifestar em nome do Partido.

▼ ARTIGO 43

Excepcionalmente, o membro do Partido pode solicitar licença das tarefas partidárias pelo período máximo de 1 (um) ano, sem prorroga-



ção, em respeito a questões de foro íntimo. Em tais casos, fica impedido de se manifestar em nome do Partido, mas permanece sujeito à disciplina partidária, respeitando publicamente a sua orientação e as suas decisões, e às obrigações financeiras junto ao Partido. A licença só pode ser concedida se ratificada pelo organismo imediatamente superior e a readmissão está sujeita à sua aprovação.

▼ ARTIGO 44

Qualquer organismo do Partido que infringir os princípios programáticos, a ética, a disciplina e os deveres partidários expressos neste Estatuto, em particular o disposto no inciso II do Artigo 11, bem como sua orientação política nacional, sofrerá, segundo a gravidade da falta, e sem prejuízo de sanções individuais pertinentes a seus membros, uma das seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – censura pública;
- III – dissolução do organismo.

Parágrafo único – As sanções serão aplicadas pelo organismo imediatamente superior ou, na omissão deste, pelo subsequente.

▼ ARTIGO 45

O organismo acusado receberá do organismo superior comunicação por escrito das faltas que lhe forem imputadas, nos mesmos termos do *caput* do Artigo 40, assegurando-lhe amplo direito de defesa, que deve compreender:

- I – prazo de 15 (quinze) dias para apresentar sua defesa perante a Comissão de Controle;
- II – apresentação de contrarrazões sobre o relatório da Comissão de Controle;

III – participação de comissão composta por até 5 (cinco) membros do organismo a que se imputam as faltas, asseguradas a defesa oral e a apresentação de provas e até 3 (três) testemunhas, na reunião que decidir a respeito das sanções.

▼ ARTIGO 46

Excepcionalmente, Comitês partidários podem adotar a medida de intervenção sobre organismos que lhe são subordinados, pelo prazo máximo de 1 (um) ano, sempre que se concluir que o organismo partidário objeto da intervenção:

- I – não estiver seguindo, ou estiver desrespeitando, a orientação política adotada pelo Comitê superior, inclusive em relação às candidaturas e coligações em processos eleitorais;
- II – pela ocorrência de grave conflito interno e/ou confrontação das normas e da ética partidária, com repercussão negativa para o Partido.

Parágrafo 1º – A intervenção de que trata este artigo é improrrogável e será adotada por dois terços dos(as) integrantes do Comitê, devendo ser ratificada pela Comissão Política do Comitê imediatamente superior.

Parágrafo 2º – Durante o período de intervenção, o Comitê sob intervenção é dissolvido, devendo ser nomeado um Comitê provisório.

Parágrafo 3º – Até o final do prazo de intervenção, o Comitê que deliberou pela intervenção deverá instaurar o correspondente processo disciplinar, nos termos do disposto no Artigo 44 deste Estatuto.

▼ ARTIGO 47

De qualquer sanção disciplinar, bem como da suspensão preventiva e intervenção ou licença concedida, pode haver recurso perante a



instância ou o organismo de nível superior, inclusive o Congresso, por parte de membros do Partido ou de qualquer organização partidária.

Parágrafo único – Os membros ou organismos punidos com sanções disciplinares têm prazo de 15 (quinze) dias após a sentença para recorrerem por escrito ao organismo imediatamente superior, o qual deve solicitar parecer da Comissão de Controle e responder ao recurso no prazo de 60 (sessenta) dias.

CAPÍTULO IX – DAS COMISSÕES DE CONTROLE

▼ ARTIGO 48

As Comissões de Controle são órgãos dos Comitês partidários e têm por atribuição:

- I – promover a verificação regular do cumprimento da legalidade estatutária e dos preceitos éticos nas atividades partidárias;
- II – instaurar e instruir processos disciplinares e de recursos das várias organizações partidárias;
- III – fiscalizar as contas do Partido.

Parágrafo 1º - Serão eleitas pelo Comitê respectivo, compostas por 3 (três) a 5 (cinco) de seus membros, e estes não poderão compor a Comissão Política e a Comissão Executiva do mesmo Comitê.

Parágrafo 2º - A Comissão de Controle cumprirá suas funções de acordo com o disposto no Regimento partidário, aprovado pelo Comitê Central.

Parágrafo 3º- É obrigatória a constituição de Comissão de Controle no âmbito do Comitê Central e dos Comitês Estaduais e do Distrito Federal.

Parágrafo 4º – É recomendável a constituição de Comissão de Con-

trole no âmbito dos Comitês Municipais.

Parágrafo 5º – A Comissão de Controle elege dentre seus membros um(a) Secretário(a), e presta contas regularmente de suas atividades perante o Comitê respectivo.

Parágrafo 6º – A Comissão de Controle reúne-se ordinariamente a cada reunião do respectivo Comitê; e extraordinariamente por convocação de seu(sua) Secretário(a), do(a) Presidente(a) do Partido ou da Comissão Política.

CAPÍTULO X – ATUAÇÃO DOS(AS) COMUNISTAS NAS ENTIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS

▼ ARTIGO 49

Os(As) trabalhadores(as) da cidade e do campo, aliados(as) às amplas massas populares, à juventude e à intelectualidade avançada são as forças motrizes centrais do projeto político do Partido. O Partido prioriza a ação entre os(as) trabalhadores(as), tendo presentes também os movimentos juvenil e estudantil, comunitário e demais movimentos populares, entre eles os das mulheres, dos(as) negros(as), dos(as) indígenas(as), das pessoas com deficiência e também os movimentos culturais, artísticos, de defesa ambiental, de liberdade de orientação sexual, de promoção dos direitos humanos, de aposentados, de crianças e adolescentes, de minorias oprimidas e discriminadas, pela paz e pela solidariedade internacional entre os povos. O PCdoB organiza mulheres e homens na luta contra a discriminação e a opressão por identidade de gênero e orientação sexual, e esta luta é parte do combate pela justiça social e pela emancipação humana. O Partido combate tendências corporativistas e articula a prática desses diversos movimentos com a luta



política e as causas democráticas e progressistas em geral, conforme a orientação do Partido.

A ação política de massas, em ligação com a ação política nas diversas esferas institucionais e com a ação política na luta de ideias, é o elemento central da intervenção e estruturação do Partido. A identidade dos(as) comunistas se legitima com o enraizamento entre os(as) trabalhadores(as) e o povo, atuando cotidianamente nos mais diversos domínios da vida política, social e cultural, tendo por objetivo obter conquistas para o povo e infundir consciência ao movimento no rumo do projeto político do Partido.

▼ ARTIGO 50

Os membros do Partido atuam obrigatoriamente na organização e mobilização do povo fortalecendo as entidades associativas e os movimentos sociais. Contribuem para a defesa dos interesses dos(as) associados(as) e das massas, respeitando, defendendo e observando a autonomia, o caráter unitário e a vida democrática dessas entidades e desses movimentos.

Parágrafo único – Os(As) comunistas que são dirigentes de entidades associativas ou movimentos devem atuar em uma Organização de Base do Partido, dirigidos(as) pelo Comitê respectivo.

▼ ARTIGO 51

Os membros do Partido que atuam na direção de entidades, movimentos sociais e organizações de massa constituem uma Fração, dirigida pelo Comitê respectivo e, se for o caso, pela Base respectiva.

A Fração é órgão auxiliar para coordenar a intervenção dos(as) comunistas na direção da entidade ou movimento. Não tem prerrogativas

de organismo partidário e não é órgão dirigente das organizações partidárias. Indica uma Coordenação e presta regularmente contas de suas atividades ao organismo ao qual está subordinada.

Parágrafo 1º – A Fração será organizada sempre que houver 3 (três) ou mais membros do Partido na direção da entidade ou movimento.

Parágrafo 2º – A atividade dos(as) comunistas na Fração não exime seus(suas) integrantes de pertencerem a uma Organização de Base do Partido.

O PARTIDO E OS(AS) TRABALHADORES(AS)

▼ ARTIGO 52

O Partido prioriza a ação e estruturação entre os(as) trabalhadores(as), atuando em seus movimentos e organizações de massa de todo tipo, desde o interior das empresas até os sindicatos e centrais sindicais, esforçando-se por difundir suas plataformas de ação e para fortalecê-los, ao mesmo tempo respeitando sua autonomia orgânica.

O PARTIDO E AS MULHERES

▼ ARTIGO 53

A luta contra a discriminação das mulheres tem prioridade na atuação do Partido e em sua vida interna. O Partido promove a luta pela emancipação das mulheres, pela igualdade de direitos entre gêneros, e o combate a todas as formas de violência e preconceito contra as mulheres; estimula a participação nas entidades comprometidas com esta causa; e proporciona a preparação e formação de suas militantes e quadros, definindo políticas de ampliação da sua participa-



ção nas diversas instâncias e direções partidárias, e nos seus cursos de formação.

Parágrafo 1º – Será realizado um processo efetivo para atingir a participação paritária de mulheres e homens nos Comitês partidários e nos seus respectivos órgãos de direção, como Comissão Política e Comissão Executiva, assim como na lista de delegados(as) às Conferências e aos Congressos, nos termos do Regimento partidário, e será garantida a eleição de no mínimo 30% (trinta por cento) de cada gênero, a ser regulamentada no Regimento do Partido.

Parágrafo 2º – O Partido deve investir anualmente um percentual dos recursos recebidos do Fundo Partidário, conforme previsto em lei, para a criação e manutenção de programas de promoção da emancipação e da participação política das mulheres.

▼ ARTIGO 54

O Comitê Central convocará periodicamente uma Conferência Nacional sobre a Emancipação das Mulheres para elaborar e implementar políticas sob a ótica de gênero, consoante com as demandas da emancipação das mulheres e sua participação na luta transformadora, bem como na vida partidária.

▼ ARTIGO 55

A Conferência Nacional do PCdoB sobre a Emancipação das Mulheres constituirá um Fórum Nacional permanente, coordenado pela Secretaria das Mulheres do Comitê Central, que terá por responsabilidade propor uma política emancipacionista das mulheres e acompanhar sua aplicação nas diversas esferas de ação do Partido. O mandato do Fórum será exercido entre uma e outra Conferência. O Partido esti-

mulará a constituição de Fóruns Estaduais e Municipais de Emancipação das Mulheres.

O PARTIDO E A JUVENTUDE

▼ ARTIGO 56

O Partido apoia e participa da luta da juventude brasileira, defendendo seus interesses e direitos, lutando pela concretização das suas aspirações, estimulando o desenvolvimento do movimento e da luta juvenis, contribuindo para a dinamização e o fortalecimento político, ideológico e orgânico da União da Juventude Socialista (UJS).

Todo(a) jovem comunista atua na UJS até completar 25 (vinte e cinco) anos de idade e, excepcionalmente, até completar 30 (trinta) anos, se exercer cargos em sua direção.

▼ ARTIGO 57

Todo(a) jovem comunista se vincula regularmente ao Partido por intermédio de Organizações de Base, sempre com o objetivo de debater a orientação partidária, e promover sua educação ideológica, observado o critério de sua atuação prioritária no movimento juvenil por intermédio da UJS.

Parágrafo 1º – É estimulada a eleição de jovens comunistas para os Comitês e Comissões Políticas, como forma de sua maior participação na vida partidária, e estes(as) não devem ser eleitos(as) para funções executivas nos Comitês e Organizações de Base de que fazem parte.

Parágrafo 2º – Os Comitês podem definir situações excepcionais em que jovens comunistas tenham sua tarefa principal fora do movimento juvenil.



O PARTIDO NA LUTA CONTRA O RACISMO

▼ ARTIGO 58

O combate ao racismo é parte integrante do projeto de emancipação social e nacional pelo qual luta o Partido, e envolve não apenas os(as) militantes que atuam nessa frente específica, mas todo o coletivo partidário.

Os(as) comunistas visam a desenvolver uma análise marxista sobre a especificidade do combate ao racismo em ligação com a luta de classes em nosso país. Apoiam e participam do movimento negro e das suas organizações, contribuindo com a formulação de políticas de combate ao preconceito e às discriminações e com a promoção da igualdade de direitos, para a superação do racismo.

CAPÍTULO XI – ATUAÇÃO DOS(AS) COMUNISTAS EM CARGOS PÚBLICOS DE REPRESENTAÇÃO DO PARTIDO

▼ ARTIGO 59

A atuação dos(as) comunistas no exercício de cargos públicos, eletivos ou comissionados indicados pelo Partido, ou em funções de confiança, em órgãos do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, em todas as instâncias de governo, nas esferas nacional, estadual e municipal, de que o Partido participe, constitui importante frente de trabalho e orienta-se pelo projeto político partidário, segundo o Regimento partidário e normas do Comitê Central. Nesses postos, os(as) comunistas devem pautar a atividade de acordo com as normas e deliberações dos entes estatais que integram, bem como das instâncias e dos organismos partidários

a que estejam subordinados(as), não podendo se sobrepor a essas instâncias e organismos partidários. Os mandatos eletivos alcançados sob a legenda do PCdoB pertencem ao coletivo partidário soberanamente.

Em tais funções os(as) comunistas devem empenhar-se por todos os meios para:

- I – defender e difundir a orientação política e as deliberações do Partido, aplicar as decisões emanadas do organismo e do órgão de direção a que estão subordinados(as);
- II – zelar pelo nome do Partido, desempenhando suas funções com probidade, respeito à causa pública e aos direitos do povo, e delas prestando contas regularmente ao seu organismo e ao Comitê partidário na mesma esfera de seu cargo público;
- III – participar ativamente da vida partidária, por intermédio de seus organismos;
- IV – empenhar-se no combate a práticas pragmáticas e burocratizantes próprias da atuação no seio do Estado vigente, manter hábitos, padrão de vida e laços sociais próprios de seu meio de origem;
- V – auxiliar o Partido, com seus conhecimentos, de dados e informações a que venha a ter acesso, contribuindo para a compreensão da realidade e para o desenvolvimento de soluções inovadoras para os problemas contemporâneos;
- VI – efetuar as contribuições financeiras ordinárias como membro do Partido – respeitada a legislação vigente no país –, conforme o Artigo 9º deste Estatuto, o Regimento do Partido e as normas das direções partidárias.

▼ ARTIGO 60

Os membros do Partido, no exercício de cargos públicos eletivos ou comissionados indicados pelo Partido, devem manter sua militância nas organizações partidárias a que pertençam, participar dos cursos de for-



mação político-ideológica, nos termos do *Parágrafo 2º* do Artigo 14 do presente Estatuto, e podem integrar um Coletivo, nos termos do inciso V e do *Parágrafo 6º* do Artigo 13. Em regra, os(as) Presidentes(as) dos Comitês do Partido não devem exercer cargos em órgãos do Poder Executivo na mesma esfera. Nesses casos, devem licenciar-se da Presidência, salvo autorização expressa por parte do organismo imediatamente superior.

▼ ARTIGO 61

As Bancadas parlamentares em cada nível são órgãos dos respectivos Comitês partidários, mesmo no caso em que os(as) detentores(as) dos mandatos não integrem os respectivos Comitês. Serão dirigidas pela Comissão Política do Comitê respectivo, segundo o Regimento do Partido, sob acompanhamento direto da Presidência e serão coordenadas pelos(as) respectivos(as) Líderes. As Lideranças são indicadas pela Comissão Política, após consulta aos membros da Bancada.

▼ ARTIGO 62

As Bancadas parlamentares em cada nível funcionam sob as regras gerais que norteiam o funcionamento dos órgãos partidários, sem sobregar seus titulares de militarem em uma organização partidária própria. Deverão se reunir periodicamente para debater a política do Partido, as proposituras legislativas, a definição de posicionamento a ser adotado nas votações, bem como para propor os(as) parlamentares que representarão o Partido em comissões, responderão por temas definidos ou participarão de eventos nacionais e internacionais. As deliberações da Comissão Política são de cumprimento obrigatório para todos(as) os(as) integrantes da Bancada; as deliberações da Bancada devem ser ratificadas pelas respectivas Comissões Políticas. As funções de assessoria devem ser compostas em comum acordo entre o(a) parlamentar e a Comissão Política respectiva.

CAPÍTULO XII – DA COMUNICAÇÃO PARTIDÁRIA

▼ ARTIGO 63

A comunicação partidária é constituída por um conjunto de órgãos nacionais de comunicação que se destinam ao trabalho de informação, orientação política e propaganda da orientação partidária e do socialismo. São imprescindíveis para as tarefas cotidianas de ação política, organização, formação política e ideológica, bem como para o debate e elaboração sobre temas candentes nacionais e internacionais.

O jornal *A Classe Operária*, fundado em 1925, é órgão nacional do Partido, assim como o Portal do Partido na internet (www.pcdob.org.br), que possibilita a comunicação diária com os membros do Partido e com a sociedade em geral. Difundir as publicações impressas e digitais do Partido é dever de todos os seus membros e de todas as suas organizações.

Parágrafo 1º – A direção dos órgãos nacionais de divulgação do Partido será nomeada pelo Comitê Central.

Parágrafo 2º – Os Comitês Estaduais e Municipais poderão, sem prejuízo da responsabilidade pela circulação e difusão dos órgãos nacionais do Partido, editar publicações no âmbito das respectivas jurisdições.

CAPÍTULO XIII – FUNDAÇÃO MAURÍCIO GRABOIS E ESCOLA NACIONAL JOÃO AMAZONAS

▼ ARTIGO 64

A Fundação Maurício Grabois (FMG), dotada de personalidade jurídica, direção e estatuto próprios, é órgão de cooperação do Partido



para as atividades de pesquisa, elaboração e formação teórica e política. É associação de caráter teórico, científico e cultural, instrumento para a participação dos(as) comunistas na luta de ideias e para o diálogo e relacionamento com a intelectualidade marxista e progressista.

A intelectualidade avançada do país tem relevante papel no processo de transformação da sociedade, na elevação do nível de consciência dos(as) trabalhadores(as) e do povo brasileiro, no desenvolvimento socioeconômico, cultural, científico e tecnológico da nação, na luta pela soberania nacional. Os(As) comunistas atuam junto a ela visando ao desenvolvimento do marxismo e ao fortalecimento da luta pelo seu Programa Socialista para o Brasil.

A FMG é constituída por membros do Partido e intelectuais e pesquisadores(as), entre eles(as) personalidades, das esferas acadêmica, científico-tecnológica e cultural, filiados(as) ou não, que se disponham a colaborar com o seu propósito, entre os quais:

- I – promover e patrocinar estudos, pesquisas e análises sobre a realidade brasileira e internacional, nas áreas política, econômica, social, cultural, tecnológica e ambiental, entre outras, por atribuição do Comitê Central;
- II – organizar, por sua iniciativa, ciclos de estudos, conferências, seminários, simpósios e outras atividades, de acordo com seu programa de trabalho;
- III – pesquisar, divulgar e sistematizar a memória, a história e a documentação do Partido Comunista do Brasil, do movimento comunista, bem como a história do Brasil, de seu povo e do movimento operário;
- IV – interagir com a Escola Nacional João Amazonas, para promover o trabalho de formação política e teórico-ideológica dos membros do Partido por intermédio de cursos teóricos e de atualização política;
- V – assessorar, quando for solicitado, a direção do Partido e as Bancadas parlamentares no desempenho de suas atribuições, e prestar outros

serviços técnicos ou de consultoria e assessoria aos organismos e órgãos do Partido;

VI – celebrar e manter acordos, convênios e intercâmbios com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, de acordo com a legislação vigente no Brasil;

VII – editar publicações, programas de TV, vídeo, cine, Internet, áudio e outros meios necessários para implementar a divulgação dos ideais partidários e as atividades de formação teórico-política.

Parágrafo 1º – Além de outras medidas que possa adotar, o Comitê Central destinará à Fundação Maurício Grabois, anualmente, um percentual dos recursos financeiros recebidos do Fundo Partidário, conforme previsto em lei.

Parágrafo 2º – O Comitê Central indica os membros do Partido para atuarem na direção da FMG, respeitados os termos do Estatuto próprio da entidade.

Parágrafo 3º – Os Comitês Estaduais podem propor a criação de seções da Fundação Maurício Grabois, nos termos do Estatuto próprio da entidade.

▼ ARTIGO 65

A Escola Nacional João Amazonas é o instrumento de promoção do trabalho de formação política e teórico-ideológica dos membros do Partido, por intermédio de cursos e outras atividades orientados pelo seu currículo.

Parágrafo 1º – Para cumprir seus objetivos a Escola tem por estrutura uma direção nacional sob responsabilidade do Comitê Central, e as seções estaduais e municipais sob a responsabilidade dos Comitês Estaduais e Municipais.

Parágrafo 2º – A participação nos cursos da Escola, para efeito de in-



centivo e de implementação da política de quadros, deve ser um dos critérios para a eleição de membros do Partido para as instâncias e para as direções dos organismos, assim como para o exercício de tarefas, como candidaturas aos cargos em governos e parlamentos, entidades sindicais e movimentos sociais e para o exercício de funções públicas.

Parágrafo 3º – A Escola Nacional João Amazonas, para cumprir seus objetivos, atuará em colaboração com a Fundação Maurício Grabois, podendo para tanto firmar convênio.

CAPÍTULO XIV – PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

▼ ARTIGO 66

Constituem patrimônio do Partido os direitos e as obrigações que adquirir, bem como todos os valores, renda patrimonial, bens móveis e imóveis adquiridos com recursos próprios, por doações, legados ou por outras formas permitidas em lei.

▼ ARTIGO 67

Constituem as receitas financeiras partidárias:

- I – os recursos arrecadados com a contribuição regular de filiados(as) e militantes, nos termos do Artigo 9º;
- II – as contribuições voluntárias, regulares ou esporádicas, de membros ou simpatizantes, eleitores(as) e amigos(as) do Partido;
- III – as campanhas e os eventos de arrecadação financeira realizados pelo Partido;

- IV – a venda de publicações e materiais promocionais;
- V – as rendas decorrentes de contratos ou convênios, permitidos em lei;
- VI – os recursos do Fundo Partidário;
- VII – os recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha;
- VIII – as outras contribuições não vedadas em lei, como doações em espécie, bens, serviços ou trabalho estimáveis em dinheiro.

▼ ARTIGO 68

Os Comitês do Partido têm autonomia para arrecadar e bem aplicar os recursos financeiros no âmbito de sua jurisdição, provendo as condições necessárias à boa estruturação e ao funcionamento eficiente das organizações do Partido. Em todos os níveis, as Comissões Políticas prestarão contas de sua receita e despesa aos respectivos Comitês e à Justiça Eleitoral. Devem ser observados ainda os princípios da autossuficiência econômica e financeira do Partido, da descentralização e desconcentração das receitas; da legalidade, ética, probidade, transparência e prestação periódica das contas e controle coletivo.

Parágrafo 1º – O Comitê Central disporá em norma própria os percentuais para a distribuição dos recursos arrecadados das diversas fontes, inclusive dos recursos recebidos do Fundo Partidário, entre os organismos partidários dos diversos níveis, respeitada a destinação de recursos prevista no Artigo 53 *Parágrafo 2º*, e no Artigo 64 *Parágrafo 1º*.

Parágrafo 2º – Os Comitês, em cada nível, decidem sobre a administração do patrimônio social sob a sua titularidade, podendo inclusive adquirir, alienar, locar, arrendar, ou hipotecar bens, bem como receber doações e legados.

Parágrafo 3º – A administração financeira do Partido é feita pela Co-



missão Política em cada nível, sob a responsabilidade da Presidência e da Secretaria de Administração e Finanças, que prestará contas ao Comitê respectivo uma vez ao ano, e ao conjunto do Partido por ocasião do Congresso e das Conferências Estaduais, Municipais e Distritais destinadas à eleição dos Comitês.

Parágrafo 4º – Quando houver, a Comissão de Controle tem a atribuição de fiscalizar e dar parecer sobre as contas prestadas pela Comissão Política, podendo exigir justificativas e notas explicativas, com livre acesso a toda documentação necessária para bem desempenhar suas funções. O parecer da Comissão de Controle respectiva é condição prévia para a apresentação da prestação de contas à Justiça Eleitoral.

Parágrafo 5º – Os membros do Partido não respondem subsidiariamente pelas obrigações contraídas em nome do Partido, mas poderão ser responsabilizados juridicamente por malversação dos recursos e patrimônio partidário, ou por danos causados ao Partido, se violarem os princípios da legalidade e probidade, os preceitos deste Estatuto, bem como as normas das direções partidárias.

▼ ARTIGO 69

O Partido não arcará com ônus de quaisquer transações financeiras efetuadas em seu nome ou com número de seu CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) por quaisquer pessoas, filiadas ou não, salvo com expressa autorização da Secretaria de Administração e Finanças ou do(a) Presidente(a) do Comitê respectivo.

Parágrafo 1º – Cada organismo partidário deverá se inscrever no CNPJ, obtendo inscrição própria.

Parágrafo 2º – Constitui falta grave a utilização, por parte de organismo ou de filiado(a), do CNPJ de qualquer organismo partidário sem

autorização expressa dos responsáveis, sendo passível de sanções disciplinares pertinentes.

▼ ARTIGO 70

A prestação de contas do Partido obedecerá aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade e demais regras inscritas em lei, inclusive:

- I – a realização de escrituração contábil sob a responsabilidade de profissional habilitado(a) em contabilidade, de forma a permitir a aferição da origem de suas receitas e a destinação de suas despesas, bem como a aferição de sua situação patrimonial;
- II – a obrigatoriedade de prestação de contas à Justiça Eleitoral, nos termos da Lei e das Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral;
- III – a utilização do Plano de Contas das agremiações partidárias, fornecido pela Justiça Eleitoral, em seus balanços anuais e nos balancetes dos anos eleitorais, bem como outras determinações de lei.

CAPÍTULO XV – DISPOSIÇÕES FINAIS

▼ ARTIGO 71

O Partido Comunista do Brasil utiliza a sigla PCdoB e o número eleitoral 65. Seu emblema é constituído por uma foice e um martelo, cruzados, simbolizando a aliança dos(as) trabalhadores(as) da cidade e do campo. A bandeira compõe-se de um retângulo horizontal vermelho, tendo ao centro o símbolo em amarelo e a sigla em branco. O Partido adota como hinos as músicas *A Internacional*, como expressão de seu internacionalismo, e *A Bandeira do Meu Partido*, canção que representa a luta do povo brasileiro por um Brasil socialista.



▼ ARTIGO 72

O PCdoB tem sede nacional, domicílio e foro em Brasília, Distrito Federal.

Parágrafo único - O PCdoB funcionará por prazo indeterminado e sua dissolução compete ao Congresso do Partido, a quem cabe decidir sobre a destinação de seus bens a instituição congênera.

▼ ARTIGO 73

Este Estatuto entrará em vigor após sua aprovação em Congresso e publicação no *Diário Oficial da União* e na imprensa partidária. Será registrado no Ofício Civil competente e encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral para o mesmo fim.

Parágrafo único – Qualquer diligência, retificação ou modificação que porventura venha a ser determinada pela Justiça Eleitoral será decidida e encaminhada pelo Comitê Central.

CAPÍTULO XVI – DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA

▼ ARTIGO 74

O disposto no Artigo 15 *Parágrafo 1º* deste Estatuto não se aplicará aos Comitês Estaduais, do Distrito Federal e Municipais eleitos antes do 14º Congresso do PCdoB, realizado de 17 a 19 de novembro de 2017, e nestes casos a Comissão Política deve ter, transitoriamente, um número de membros sempre inferior à metade do número de integrantes do Comitê respectivo, até a realização de novas Conferências Estaduais, do Distrito Federal ou Municipais.

Aprovado pelo 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil, realizado, de 22 a 23 de outubro de 2005, em Brasília. Publicado no *Diário Oficial da União*, seção terceira, nas páginas 159 a 163 no dia 23 de novembro de 2005, registrado no 1º Ofício de Registros de Pessoas Jurídicas de Brasília sob o protocolo de microfilmagem nº 00067459 de 22 de novembro de 2005. Registro das alterações estatutárias deferido pelo Tribunal Superior Eleitoral, nos termos da Resolução nº 22.287, de 29 de junho de 2006, Relator Ministro Gerardo Grossi, publicada no *Diário da Justiça da União*, de 21 de julho de 2006.

Alterado pelo 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil realizado em São Paulo, de 5 a 8 de novembro de 2009. Registrado no 1º Ofício de Registros de Pessoas Jurídicas de Brasília sob o protocolo de microfilmagem nº 00091815, em 30 de dezembro de 2009.

Alterado pelo Congresso Extraordinário do Partido Comunista do Brasil realizado em São Paulo, dia 29 de agosto de 2010. Registrado no 1º Ofício de Registros de Pessoas Jurídicas de Brasília sob o protocolo de microfilmagem nº 00096511, em 3 de setembro de 2010.

Alterado pelo 14º Congresso do Partido Comunista do Brasil realizado em Brasília, de 17 a 19 de novembro de 2017.



Trabalho da Direção Nacional 2013-2017

Balanço, Lições e Perspectivas



Ricardo Alemão Abreu apresenta o Balanço da Direção Nacional



Trabalho da Direção Nacional 2013-2017

Balanço, Lições e Perspectivas

I. INTRODUÇÃO

No período entre o 13º e o 14º Congressos do Partido aconteceu uma grande viragem na situação política internacional e nacional, com uma alteração brusca na correlação de forças e uma derrota política e ideológica da esquerda e do campo democrático no Brasil. O golpe de Estado de 2016 abriu um novo ciclo político de retrocesso em toda a linha, de ofensiva da direita e do pensamento conservador, e de negação generalizada da atividade política e dos partidos.

Esse contexto, abordado satisfatoriamente no Projeto de Resolução Política que está sendo debatido pelos membros do Partido, condicionou a atividade política do PCdoB e os esforços de estruturação partidária, inclusive o trabalho de direção nacional.

O Partido se viu em meio a uma intensa luta de resistência democrática, e se destacou nas mobilizações populares, na luta de ideias e nos parlamentos e governos. E o trabalho de direção nacional se deu nesse contexto determinado.

As resoluções do 13º Congresso (2013) e da 10ª Conferência Nacional (2015) são as balizas que estabelecem os desafios do Partido no período 2013-2017, e que estão resumidas no Plano Bienal 2016-2017 e em suas atualizações. Com base nisso, é feito a seguir um balanço do trabalho de direção do Comitê Central (CC) e de seus órgãos: a Comissão Política Nacional (CPN), o Secretariado Nacional (SN) e a Comissão de Controle. O balanço do trabalho de direção nacional também teve por subsídio as avaliações de cada Secretaria/Comissão e Coordenação.



Uma singularidade deste mandato do CC é que depois do período exitoso de 13 anos da Presidência de Renato Rabelo (2001-2015) deu-se a eleição de Luciana Santos para sucedê-lo, após a 10ª Conferência Nacional do PCdoB, em maio de 2015, quando houve também a mudança na Vice-Presidência, com a eleição de Walter Sorrentino. Depois, nas reuniões do CC de agosto e de dezembro de 2015, houve mudanças nas Secretarias de: Organização, Finanças, Comunicação, Planejamento, Relações Internacionais e Movimentos Sociais. O balanço do trabalho de direção abordará essa transição na Presidência Nacional, e o dessas Secretarias deve levar em conta os dois intervalos de tempo: 2013-2015 e 2015-2017.

Com base no balanço da direção nacional (2013-2017) e nas diretrizes propostas pelo Comitê Central através do Projeto de Resolução para o período 2018-2021, ao final será feita uma proposta de atualização do sistema de direção.

Foram revisitadas as resoluções e orientações sobre a política de quadros, de 2009 para cá, e o processo de composição do atual CC. A partir disso, e do balanço do trabalho do Comitê Central cessante (2013-2017), e do Projeto de Resolução do 14º Congresso – que estabelece as diretrizes para a atividade partidária no quadriênio 2018-2021 –, são definidos ao final os critérios e parâmetros para a formulação de uma proposta de nominata para o novo Comitê Central.

II. BALANÇO DA DIREÇÃO NACIONAL E AS LIÇÕES DO PERÍODO 2013-2017

No período 2013-2017 o Partido viveu dois momentos bastante distintos, sabendo se posicionar muito bem politicamente em cada um deles, apesar de ter havido insuficiências. A avaliação da condução política do Partido no período do segundo governo Dilma (2013-2016) está desenvolvida no Projeto de Resolução Política do 14º Congresso.

O PCdoB tem tido clareza em saber se posicionar no curso desta crise. Com base no Programa partidário, bússola orientadora, e nas formulações táticas da 10ª Conferência Nacional de maio de 2015, o Partido, desde o primeiro momento, travou a luta de ideias denunciando a existência de uma ameaça golpista; se posicionou nas ruas e no parlamento na defesa da democracia e do mandato da presidenta Dilma; buscou criar saídas, como a proposta da realização de um plebiscito sobre a antecipação das eleições presidenciais; e se destacou, demonstrando identidade própria, combatividade, coragem e clareza política.

Neste quadro adverso de negação da política, de negação das possibilidades de transformação da sociedade, o Partido reafirmou sua identidade como uma força de esquerda e revolucionária, e realizou intenso trabalho de construção partidária. Atuou de forma ampla, buscando incidir sobre a conjuntura real, sobre o curso dos acontecimentos políticos.

Desde o afastamento da presidenta Dilma, o PCdoB tem realizado dura e tenaz oposição ao governo ilegítimo de Temer, e suas medidas antipovo e antinação, e tem chamado a conformação de uma ampla Frente, em defesa do Estado Democrático de Direito e da restituição da democracia. O Partido identifica na disputa eleitoral de 2018 um momento elevado desta disputa política, e neste contexto lançou a pré-candidatura de Manuela D'Ávila à Presidência da República, com vistas a apresentar saídas para a crise.

Não obstante, há muitas dificuldades para a atuação do Partido e das forças progressistas, dada a correlação de forças que surgiu da radical viragem política, e dadas as condições de acumulação insuficiente de forças da resistência em Frente Ampla, inclusive a falta de unidade da esquerda. O Partido teve lado bem definido e combativo nos diversos âmbitos da luta política, chegando a sínteses políticas unitárias, que a cada caso se revelaram justas e alcançaram reconhecimento público.



Apesar disso, há tensões no Partido quanto à formulação e à condução da tática a cada situação concreta, tensões essas que se dão em meio à necessidade de manobras táticas, realizadas em um período de grande defensiva política. Tais tensões refletem pressões oriundas do ambiente de disputas entre a esquerda brasileira – notadamente a partir dos movimentos sociais – e, também, aquelas oriundas da mídia e da chamada “opinião pública” por ela manipulada. Tal situação pressiona por alguma diferenciação na manifestação das opiniões por parte de dirigentes, parlamentares e gestores públicos do PCdoB perante a sociedade.

O debate vivo, coletivo e franco enriquece a formulação partidária, assim como as indispensáveis crítica e autocrítica. Ao mesmo tempo, indica a necessidade de maior esforço consciente de toda a direção nacional por alcançar maior coesão e compromisso com as orientações coletivamente aprovadas.

▼ A transição na Presidência Nacional do Partido

Renato Rabelo, em seu discurso na 10ª Conferência Nacional, ressaltou que “o PCdoB tem a compreensão de que é preciso que as novas gerações ocupem o seu lugar, porque a caminhada é longa. Não vamos alcançar os objetivos imediatamente, por isso a ascensão de Luciana Santos à Presidência Nacional do PCdoB é a ascensão da nova geração, que vai dar continuidade à luta. O PCdoB continua assim como instrumento na construção civilizacional em todos os terrenos.”.

Portanto, no período 2013-2017 o Partido viveu essa particularidade de uma transição na Presidência Nacional. Transição esta realizada em meados do mandato do CC do 13º Congresso, sendo uma experiência de alto valor educativo e revolucionário, que aprimora os métodos de direção, mas que ao mesmo tempo apresenta seus desafios. O Partido manteve a coesão – a unidade e a confiança –, no fundamental, em meio a uma situação política tempestuosa. A chave para o Partido enfrentar

essa situação política foi a busca permanente da unidade e a utilização do método da inteligência coletiva.

Apesar de o cenário político ser adverso, a transição se desenvolveu e se desenvolve de maneira positiva. Permaneceu basicamente a mesma CPN, mas houve alteração em algumas Secretarias que fazem parte do SN do CC cessante.

O exercício da Presidência Nacional conta ainda com uma novidade: a representação do mandato de deputada federal pelo estado de Pernambuco, tendo sido o mandato um importante instrumento para propagandear as posições do Partido, e ao mesmo tempo permitir livre trânsito político. No entanto, essa atividade que agrega valor ao exercício da Presidência Nacional traz a demanda de atividades políticas cotidianas em ao menos três localidades geográficas: Brasília, São Paulo e Pernambuco. No percurso dessas atividades cotidianas, tem sido importante o apoio do Secretariado Nacional, em especial da Vice-Presidência nas tarefas de representação política, e o suporte da Presidência da FMG nas tarefas de dimensão teórica.

▼ O planejamento e o Plano 2016-2017

Em dezembro de 2015 o CC aprovou um Sistema de Ação Planejada, retomando o esforço de planejar a ação política e a estruturação partidária de forma integrada e sinérgica.

Após intenso trabalho coletivo envolvendo todas as Secretarias e Comissões do CC, foi aprovado o Plano Bienal 2016-2017, com cinco grandes projetos, cada um deles com ações, tarefas e metas respectivas. Os grandes projetos, em fase de realização até o 14º Congresso, englobam a totalidade da ação política e da atividade de estruturação partidária. São eles: o projeto eleitoral 2018; a luta de massas em defesa da democracia e pelos direitos do povo; a luta política de ideias; a Campanha de Estruturação Partidária; e o 14º Congresso do PCdoB.



Ficou demonstrada a importância do planejamento como ferramenta de direção geral do Partido. No entanto, instituir uma cultura de planejamento não é algo mecânico e instantâneo, leva um tempo. E por isso é preciso persistência e atenção às iniciativas que vêm sendo decididas e realizadas pelo CC nessa área. O Projeto de Resolução Política do 14º Congresso dá corretamente uma grande ênfase ao tema do planejamento.

▼ Atuação na mobilização política de massas

O período de 2013 a 2017 foi marcado por intensas e grandes mobilizações de massas, lideradas por forças progressistas, e também por forças reacionárias. Na esfera da ação de massas, a ação do PCdoB se guiou pela busca por aglutinar forças em torno da defesa da democracia e contra as medidas do ilegítimo governo Temer, para construir uma ampla unidade, envolvendo a esquerda e as forças progressistas e democráticas na luta de resistência.

O Partido ajudou a construir e atua na Frente Brasil Popular. Apoiava também a Frente Povo Sem Medo. Apesar de o Partido ter feito a interlocução com setores mais amplos, como CNBB, OAB, entre outros, precisa dar maior atenção a esses segmentos sociais e organizações que lideraram a luta pela reforma política democrática no seio da sociedade civil. O Partido também teve papel destacado na greve geral realizada no dia 28 de abril de 2017, a maior das últimas décadas.

Destaca-se neste período a participação dos comunistas nos diversos movimentos sociais, nas lutas que estes desenvolveram e na realização de congressos vitoriosos como os da CTB, da Federação Interestadual de Metalúrgicos e Metalúrgicas do Brasil (Fitmetal), da UNE, da UBES, da Conam, da UBM, da Unegro e do Cebrapaz, com grande representatividade e combatividade, e ainda na criação da UNA LGBT. O Congresso da UBES de 2017 está em curso.

A área cultural e artística ganhou maior relevância e em alguns estados tem projeção muito expressiva. Essa área envolve diversos

segmentos, adquirindo caráter social, reunindo não só personalidades como também um número variadíssimo de organizações coletivas, além de forte ativismo político contra o golpe, pelos valores e expressões democráticas, contra a censura às artes e valorizando as expressões brasileiras.

A Secretaria Nacional de Cultura e o Coletivo Nacional foram organizados também em alguns estados. Têm duas vertentes de atuação: uma pela Fundação Maurício Grabois, na promoção do debate e formulação teórica; e outra na prática da ação cultural e da produção simbólica, que se dá fortemente através de coletivos como os Pontos de Cultura, o CUCA da UNE, de entidades representativas, e da atuação partidária na gestão pública em algumas prefeituras e notadamente nos governos estaduais de Pernambuco e do Maranhão.

Na área da saúde, ampliamos o protagonismo a partir de presidência do Conselho Nacional de Saúde, desenvolvendo várias mobilizações de massa e ações no Congresso Nacional, em defesa da democracia e do SUS.

O Partido nesse período focou na mobilização de massas para garantir a resistência ao golpe e sua agenda de desmonte nacional, de modo que temas específicos – como a luta ambiental pelo desenvolvimento sustentável, a atuação nacional organizada em defesa dos direitos humanos, e o debate sobre o tema da segurança pública – ocuparam espaço reduzidos na pauta. Na área de Direitos Humanos realizou um Encontro Nacional em 2017 para relançar o trabalho nacional.

O Fórum de Movimentos Sociais do PCdoB tem sido um importante espaço de debate e unificação da política do Partido para a ação partidária na luta política de massas.

▼ Emancipação das mulheres

Na atuação do Fórum Nacional pela Emancipação da Mulher e da Secretaria Nacional, destacam-se várias realizações, entre elas o estímulo



lo à formação de quadros e militantes do Partido na perspectiva emancipacionista, a formulação e execução de políticas públicas, e a participação no movimento feminista atuando na UBM.

▼ Combate ao racismo

Os Encontros Nacionais do PCdoB de Combate ao Racismo têm contribuído para formar e orientar os dirigentes e militantes do Partido acerca do papel estratégico dessa luta. Ainda assim, é preciso maior atenção e investimento do Partido na luta antirracista.

▼ Atuação na luta de ideias

Na esfera da luta de ideias, o Partido contribuiu para a quarta vitória das forças progressistas nas eleições presidenciais de 2014, e depois enfrentou a escalada reacionária que culminou com o golpe de Estado em agosto de 2016.

Autocriticamente, é preciso dar ainda maior importância para a luta de ideias, pelo seu papel na luta pela hegemonia política e ideológica, e planejar melhor essa atividade. Isso implica ter uma linha de massas na difusão de ideias, para atingir mais amplamente o povo brasileiro.

▼ O trabalho de Formação e Propaganda

Vinculado à luta de ideias, o Partido realizou no quadriênio atividades e ações correspondentes a uma agenda referencial neste setor de trabalho. Dela se destacam: defender, disseminar e enriquecer o marxismo; prosseguir com as pesquisas, os estudos, debates, oferecendo aportes à nova luta pelo socialismo; empreender o estudo das singularidades do capitalismo contemporâneo, do qual, no presente, se ressalta o exame das tendências da grande crise iniciada em 2007-2008; dar seguimento às reflexões e aos estudos sobre as alterações no sistema de poder mundial, o declínio relativo dos Estados Unidos da América e a emergência de novos polos de poder; dar continuidade ao esforço de conhecimento

da realidade latino-americana e caribenha, sobretudo da América do Sul; adensar as bandeiras e os conteúdos do Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento (tarefa principal); prosseguir com o trabalho de história, documentação e memória do Partido Comunista do Brasil e do movimento operário e popular brasileiro.

Todavia, tanto as diretrizes do 13º Congresso quanto as balizas acima elencadas tiveram de ser readequadas em face da escalada reacionária que se irrompeu em 2015 e desembocou no golpe de Estado consumado em agosto de 2016. A 10ª Conferência Nacional, em maio de 2015, atualizou a tática do Partido, fixando a luta em defesa da democracia, contra o golpe, como o núcleo da ação política dos comunistas. Consumado o golpe, se impôs uma nova reformulação na tática, desta feita de resistência e combate ao governo impostor de Michel Temer, associada à grande tarefa de se constituir uma Frente Ampla em torno de um programa nucleado por quatro bandeiras: soberania nacional, democracia, desenvolvimento e progresso social.

Foram realizados variados esforços de elaboração que fundamentaram a tática partidária, como as edições dos Estudos Avançados, para compreender as singularidades do golpe e os impactos da agenda que vem sendo adotada, e a edição da revista *Princípios*, que em outubro lançou seu número 150, com 36 anos de circulação, e tem mantido um nível de excelência no exame da conjuntura, oferecendo elementos para o debate político e teórico. Destacam-se ainda duas publicações recentes realizadas pela FMG: uma sobre o golpe de 2016 e outra sobre o centenário da Revolução Russa, tema esse que mereceu um seminário nacional especial.

A Fundação Maurício Grabois, reforçada com a Presidência de Renato Rabelo a partir de abril de 2016, enriqueceu a sua agenda de pesquisa e de atividades de debate. Em torno dos temas dos 95 anos do Partido, e particularmente dos 100 anos da Revolução Russa, se desenvolveram muitas iniciativas em nível nacional e pelas seções estaduais da FMG. A Fundação se volta para oferecer aportes ao debate de saídas



políticas e programáticas para o país sair da crise, inclusive realizando atividades de parceria com as fundações do PT, PSB e PDT.

A Escola Nacional João Amazonas deu continuidade ao trabalho de capacitação teórica e política dos quadros e militantes do Partido. Ainda assim, as dificuldades orçamentárias limitaram o trabalho de formação e propaganda, em relação ao quadriênio anterior. Destaca-se o desafio de fortalecer a rede de seções estaduais e, mesmo, municipais da Escola, criando-as e fortalecendo as já existentes.

▼ A luta pela democratização da mídia

A atividade do Partido no Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé e no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação também se destaca, por sua importância estratégica e sua intensa atividade.

▼ Atuação nas instituições de Estado

Nos últimos quatro anos, o PCdoB exerceu intensa atividade política na esfera das instituições de Estado e nas campanhas eleitorais. Participou do governo federal em Ministérios como o do Esporte, da Ciência e Tecnologia, da Defesa, e da Saúde, e em agências nacionais como a ANP e a Ancine.

Em 2014 o Partido se engajou na campanha presidencial em todo o país e teve papel destacado na reeleição de Dilma Rousseff, e elegeu, pela primeira vez na história do Partido, um governador de estado, Flávio Dino, no Maranhão. Elegeu ainda o vice-governador no Rio Grande do Norte, Fábio Dantas. Merece destaque o êxito que o governador Flávio Dino vem obtendo no Maranhão.

Nas eleições proporcionais de 2014, o PCdoB elegeu dez deputado(as) federais em nove estados, com refluxo na votação em praticamente um terço em relação a 2010, totalizando 1,98% dos votos válidos nacionais. Todas as legendas do campo governista de então diminuíram a sua votação e o número de cadeiras.

Já na disputa das cadeiras das Assembleias Legislativas, o Partido em 2014 alcançou 2,8% dos votos válidos da votação nacional a deputado(a) estadual, uma elevação de 16% em relação a 2010, elegendo bancada de 25 parlamentares em 16 estados, 40% maior que a de 2010. Destes, 13 foram em chapas próprias. Nesta esfera das Assembleias Legislativas, o resultado, portanto, foi de franco crescimento.

Enfrentamos uma difícil eleição municipal em 2016. Realizadas no ápice da vitória das forças golpistas, as eleições municipais de 2016 foram atípicas e representaram uma diminuição geral das posições das forças de esquerda.

Neste contexto tivemos derrotas expressivas, concentradas no Sul e Sudeste, onde não elegemos vereadores em Capitais (exceção de Belo Horizonte); e derrotas em eleições para Prefeituras, como os casos de Contagem (MG) e Olinda (PE). No entanto, tais derrotas foram relativamente compensadas pelos resultados obtidos no Maranhão, onde elegemos 46 prefeituras, e em Sergipe, onde, além da vitória de Edvaldo Nogueira em Aracaju, ganhamos também em Nossa Senhora do Socorro, segunda maior cidade do estado. Em 2016 também elegemos 1.001 vereadores e vereadoras.

O Grupo de Trabalho Eleitoral, presidido por Luciana Santos e coordenado por Walter Sorrentino, atuou fortemente para as eleições de 2016, mas depois teve funcionamento irregular, dadas a crise política e as incertezas quanto à legislação eleitoral para 2018, definida somente em setembro de 2017. Experiência positiva foi a criação do Grupo Especial do Maranhão, para acompanhar, sistematizar e apoiar o trabalho partidário no governo de Flávio Dino.

É preciso também sistematizar as ricas e diversas experiências de governar prefeituras e de exercer cargos em Secretarias municipais e estaduais, que o PCdoB teve nas últimas décadas. Há muitas vitórias e experiências exitosas, mas também há fracassos, e é preciso avaliar essas diversas situações e extrair ensinamentos para orientar a



atuação presente e futura, do ponto de vista das políticas públicas, da conscientização e organização do povo, e da influência política e da estruturação do Partido. Essa é uma tarefa para o novo Comitê Central.

Ainda na esfera institucional, o Partido tem respondido ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre as revisões de suas prestações de contas. Até o presente momento foram julgadas nossas contas até 2012, todas elas aprovadas com ressalvas e com multas expressivas, em relação às quais temos atuado para reduzir. De um modo geral, temos dado grande atenção à defesa do Partido nesta esfera.

Os representativos atos de posse de Luciana Santos na Presidência Nacional do Partido, e de lançamento do 14º Congresso, ambos realizados em Brasília, na Câmara dos Deputados, confirmaram o respeito e o prestígio do Partido por parte de amplo espectro de forças políticas, e tiveram importante repercussão na mídia.

▼ A Bancada Federal

Nossa atuação na Câmara de Deputados e no Senado Federal tem sido de grande destaque, com firmeza de posições, combatividade e flexibilidade tática. É a Bancada com maior presença proporcional de mulheres. A qualidade da intervenção parlamentar da Bancada comunista se expressa no nível de intervenção política nos debates que ocorrem no Plenário e nas Comissões, da Câmara e do Senado.

Desde julho de 2013, quando da explosão das grandes manifestações ocorridas no Brasil, passando pela vitória de Dilma ao lado das forças progressistas nas eleições de 2014, até a efetivação do golpe de 31 de agosto de 2016, o Congresso Nacional tem sido palco e um dos protagonistas da implementação do programa de retrocessos e subtração das conquistas sociais e dos direitos dos trabalhadores.

Três ações da Bancada Federal se destacam no período. A primeira é a luta contra o *impeachment* golpista. A Bancada do PCdoB na Câmara

e no Senado se transformou em referência da resistência, no conteúdo jurídico e nas ruas, e foi referência para as forças de esquerda, democráticas e progressistas.

A segunda foi a resistência ao golpe de 2016 e contra as medidas reacionárias do governo ilegítimo. O Partido tem sido, no Congresso Nacional, um forte fator de resistência contra as medidas antinacionais e antipopulares, como as privatizações, a PEC que estabeleceu o Teto dos Gastos Públicos, a “reforma trabalhista” e os demais projetos que atacam os trabalhadores e os que garantem benesses aos poderosos e ao capital especulativo.

A Bancada fez com competência o vocativo da nossa tática, ao adotar o “Fora, Temer, diretas já!”, como mecanismo sinalizador da necessária valorização do voto popular, e denunciando o desmonte do Estado nacional, a desfiguração da nossa jovem matriz democrática, e apontando com energia a vertiginosa perda de direitos trabalhistas, previdenciários e sociais.

A terceira luta em que a Bancada se destacou, mostrando disciplina, determinação e talento, foi a reforma política, desde o trabalho nas Comissões, entre os líderes, nas conversas interpartidárias – inclusive com setores adversos ao nosso –, até o desempenho em Plenário. Com toda a mídia e com os grandes partidos contrários, a Bancada conseguiu engendrar a luta dos pequenos partidos, e explorar as contradições entre os grandes partidos para manter as coligações proporcionais para 2018, ganhando assim um prazo de transição e adequação. A cláusula de desempenho restritiva aprovada foi progressiva, impedindo que amargássemos um irreversível prejuízo político, e foi barrada a aprovação dos sistemas eleitorais majoritários e exóticos, como o “distritão”, o “distritão com legenda” e mesmo o “distrital misto”, fórmulas que baniriam os partidos ideológicos da cena nacional.

Nessa batalha árdua pela pluralidade política, com a adoção de uma tática de redução de danos no tema da reforma política, e com



flexibilidade e abertura, conseguimos vitórias pontuais, mas de grande importância para o funcionamento parlamentar do Partido. Tais conquistas foram muito importantes para garantir a continuidade da representação parlamentar e para os projetos eleitorais do PCdoB. O Partido está desafiado agora a renovar a sua tática eleitoral para adequá-la de forma criativa e ousada à nova legislação eleitoral.

Neste período o PCdoB na Câmara perdeu dois deputados federais titulares – inesperado prejuízo –, mas ganhou grande reforço com o ingresso da Professora Marcivânia, do Amapá. A ação individual dos nossos parlamentares em Plenário e nas Comissões, na Câmara e no Senado, foi ampla e ousada, fato reconhecido pelos institutos que avaliam os congressistas do país. A unidade da Bancada foi construída com funcionamento democrático e disciplinado, sendo favorecida pelo fato de ter na sua composição a Presidenta Nacional do Partido, camarada deputada Luciana Santos.

Apesar do forte grau de embate, de enfrentamento político e da nossa pequena Bancada – no caso do Senado com uma só senadora –, o Partido agiu de forma combativa e ampla, evitando o isolamento. A presença do PCdoB no Senado Federal, assim como na Câmara dos Deputados, tem sido motivo de orgulho para nossas fileiras partidárias.

▼ A atuação internacionalista do Partido

A atividade de Relações Internacionais se deu em torno de três objetivos principais: a presença do Partido no movimento comunista internacional e nos demais espaços multilaterais dos partidos de esquerda; a atividade anti-imperialista e de solidariedade aos povos; e a luta de ideias visando à propagação de ideias revolucionárias e anti-imperialistas sobre as temáticas internacionais.

Destacam-se a iniciativa do novo site partidário, e a atuação dos comunistas para a realização da Assembleia do Cebrapaz e do Conselho Mundial da Paz em São Luís, Maranhão, em 2016. Apesar de forte redu-

ção orçamentária, as atividades partidárias nessa área apresentam um balanço positivo.

▼ A estruturação partidária

Na área de Organização houve um esforço de elaboração, e prático, de atualização da política de estruturação partidária, e algumas inovações importantes surgiram. A experiência com a Campanha de Estruturação Partidária “Antonio Levino”, e suas duas etapas, foi muito positiva.

No entanto, foi insuficiente o trabalho sistemático de informação e acompanhamento da situação do Partido nos estados e nos municípios estratégicos, inclusive com a participação e a definição de responsabilidades para o período 2017-2021 entre os membros do CC, da CPN e das Comissões Nacionais.

O acompanhamento dos Comitês Estaduais e dos Comitês Municipais dos municípios estratégicos, por parte da direção nacional, pode ser mais efetivo e presencial, mediante direção concreta, e com responsabilidades específicas. Para isso será necessário um aporte de quadros e de recursos, na medida das possibilidades previstas no planejamento orçamentário.

O Partido seguiu crescendo, mesmo que em ritmo menor, pela realidade política adversa. Em dezembro de 2013 o PCdoB contava com 353.408 filiados(as) no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e em outubro de 2017 com 394.814 filiados(as), um acréscimo de 41.406 (11,7%).

Entre 2013 e 2017 tivemos muitas filiações de parlamentares e de lideranças populares. A desfiliação mais importante foi de Aldo Rebelo, mas houve outras, entre elas as dos deputados federais Aliel Machado, Cadoca e João Derli. O balanço no período entretanto é positivo, com muitas filiações de qualidade, como da deputada federal Marcivânia, e em vários estados e municípios do país, a exemplo da ex-governadora do Pará, Ana Júlia.

A antiga Rede Vermelha contava com 250.325 registros de filiados



em dezembro de 2013 e atualmente o PCdoB Digital conta com 520.080 filiados(as), depois da incorporação no banco de dados dos(as) filiados(as) no TSE.

O recadastramento e as novas filiações no PCdoB Digital, no atual processo do 14º Congresso, atingiram 55.884 filiados(as) e militantes, e estão sendo fundamentais para vincular obrigatoriamente cada filiado(a) e militante a uma Organização de Base.

Um desafio importante será manter a estruturação e a atividade dessas Bases – em geral presentes nos municípios estratégicos – e prepará-las para as lutas políticas de massas e para a campanha eleitoral de 2018, com apoio a pré-candidaturas, com metas de votos, e com metas de arrecadação financeira de filiados(as), simpatizantes, eleitores(as) e amigos(as), a partir de 15 de maio.

Esse trabalho com os Comitês Municipais estratégicos e com as Bases nesses municípios deve ser priorizado após o 14º Congresso, em novas campanhas de estruturação partidária. Para isso serão importantes os Fóruns Regionais em âmbito estadual. Nos estados houve um desenvolvimento dos Fóruns Regionais, como espaços consultivos importantes para organizar regionalmente a ação política e a estruturação do Partido.

O Departamento Nacional de Quadros (DNQ) no período 2014-2017 buscou desenvolver a Política de Quadros aprovada no 12º Congresso em 2009, que visa à construção de um Partido Comunista de quadros e de massas, e define três prioridades para a política de quadros: a preparação consciente com ousadia de nova geração dirigente na esfera nacional; avanço na formação de extenso contingente de quadros intermediários e de base; e políticas específicas na formação de quadros nas frentes de trabalhadores, juventude, mulheres, e de atuação na luta de ideias (nas áreas de educação, ciência e tecnologia, comunicação e cultura). Para o próximo período, de defensiva política tática e estratégica, será preciso um cuidado maior com os quadros nacionais, um maior e

melhor trabalho político e ideológico com esses quadros nacionais, a fim de fortalecer suas convicções e seus compromissos com o Partido e a luta pelo Programa Socialista para o Brasil.

Já no 13º Congresso em 2013 dezenas de quadros foram eleitos pela primeira vez para o CC e para os Comitês Estaduais (CEs), havendo inclusive alternância na Presidência em vários estados e capitais. Avanços importantes foram obtidos na política de quadros, embora ainda insuficientes. Os Departamentos de Quadros (DNQ) foram estruturados em oito estados com certo nível de atuação.

Em 2016 e 2017 o DNQ buscou reforçar o trabalho de estruturação do Partido entre os(as) trabalhadores(as). Formou-se um Grupo de Trabalho Nacional (GTN) visando a impulsionar nacionalmente a estruturação do Partido nas empresas e categorias estratégicas, e foi estabelecido o desafio de chegar em 2022, ano do centenário do PCdoB, com Organizações de Base de trabalhadores nos principais centros da luta de classe no país, com uma expressiva participação de jovens trabalhadores.

Os desafios para a estruturação partidária estão sistematizados nas *Diretrizes para o PCdoB no percurso até o seu centenário, em 2022*, parte do Projeto de Resolução Política em debate no 14º Congresso.

▼ A comunicação partidária

Na área da Comunicação buscou-se tirar as consequências da ideia de que o mundo vive uma nova revolução comunicacional, e houve novas iniciativas e novos avanços, do ponto de vista do conteúdo e do alcance em termos quantitativos da comunicação do PCdoB na internet, com a central de mídias e redes sociais. Com as inovações tecnológicas aceleradas, é preciso impulsionar as publicações partidárias digitais, além das impressas.

O *Vermelho*, Portal que tem parceria com o PCdoB, ampliou o número de acessos, mesmo com uma redução da equipe motivada pelas dificuldades financeiras. Foi relançado o Portal do PCdoB na internet



(pcdob.org.br) e lançado o novo Aplicativo do Partido, e semanalmente são editados vídeos, entre eles o vídeo semanal com a Presidência, que chegam ao Partido e a amigos pelo PCdoB Digital e pelas redes sociais. O jornal *A Classe Operária* foi retomado em sua versão impressa, ainda que não regular. O programa de TV foi reformulado com maior aspecto artístico e ganhou em qualidade.

É preciso maior compreensão acerca do papel atual das redes sociais, e maior investimento de nossa ação nessas redes sociais, inclusive nas campanhas eleitorais.

▼ A administração e as finanças do Partido

A situação política adversa teve importantes reflexos na base financeira e de sustentação material do Partido. Para enfrentar essas dificuldades financeiras da direção nacional e de todo o Partido, foi criado o Grupo de Trabalho Orçamentário (GTO), foi reforçada a equipe da Secretaria de Finanças, e várias medidas vêm sendo adotadas para estabelecer um planejamento orçamentário, reduzir a dependência do Fundo Partidário e ampliar a arrecadação financeira de recursos próprios, com iniciativas como a Campanha Nacional de Contribuição Militante.

Está em curso uma atualização da política de finanças, dando continuidade aos esforços iniciados desde 2014, com significativas inovações administrativas e tecnológicas.

As exigências de administração financeira e contábil e na área jurídica, em função de novas definições legais e de controle por parte do TSE, têm sido crescentes, mas o Partido tem tido um desempenho dedicado e exitoso nessa área.

▼ Avaliação dos órgãos do CC

No período de 2013-2017 o Partido valorizou a atividade regular dos órgãos de direção política, as reuniões do Comitê Central e da

Comissão Política Nacional. No decorrer do último quadriênio, foram realizadas 14 reuniões do CC, sendo uma ampliada em março/abril de 2017, que contou com mais de 300 convidados, com inúmeras intervenções de elevado nível; 37 reuniões da CPN, das quais quatro foram extraordinárias. O que produz uma média de uma reunião do CC a cada três meses e meio, seguida de mais de uma reunião da CPN por mês, sendo intercalada por pelo menos uma reunião do Secretariado Nacional.

O Comitê Central e a CPN têm sido as instâncias elaboradoras das posições do PCdoB. O nível elevado do debate tem contribuído para desvendar as engrenagens do cenário político e para posicionar o Partido com justeza no enfrentamento da crise que abate o Brasil. Do mesmo modo, o Secretariado Nacional, para além da organização da execução e do controle da atividade política, tem se dedicado ao enfrentamento de temas como o julgamento das contas no TSE e a readequação financeira e orçamentária à nova realidade política adversa.

Se, por um lado, tanto as reuniões do CC, como as da CPN, têm cumprido seu papel, é importante registrar ser preciso melhorar a dinâmica do funcionamento do SN, órgão responsável pelo controle da implementação das definições políticas e de estruturação partidária adotadas no CC e na CPN. Entre as medidas a serem tomadas, está a de melhorar sua periodicidade, aperfeiçoar métodos de trabalho, fazer uso das ferramentas tecnológicas, como videoconferências, e até mesmo estudar a conveniência de transladar parte de suas Secretarias e de seus membros para Brasília.

O papel do Secretariado Nacional é ser um órgão de execução da direção geral, de acumulação de debates para instruir parte das matérias à deliberação da CPN e do CC, organizar a aplicação das decisões políticas e de estruturação partidária, com base no curso da realidade política e na própria realidade partidária, e seus desafios a cada momento.



A experiência em curso é do CC como direção máxima do Partido; da CPN – e não mais o SN, como foi até os anos 1990 – como centro de deliberação política entre uma reunião e outra do CC; e do SN como centro do trabalho executivo.

▼ O trabalho do Comitê Central que encerra seu mandato

O Comitê Central eleito no 13º Congresso foi composto com 125 membros, dos quais dois faleceram (Antonio Levino e Davi Ramos) e quatro se desfiliam (Pedro Bigardi, Jonas Marins, Aldo Rebelo e Ricardo Gomyde). O CC que encerra seu mandato é composto por camaras das que representam 21 estados da Federação. Não estão representados no atual CC seis estados: Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima e Tocantins.

A composição do Comitê Central eleito em 2013 era de 42 membros em 1º mandato, 20 em 2º mandato, 16 em 3º, nove em 4º, dez em 5º e 6º mandatos, nove em 7º mandato, quatro em 8º mandato e cinco em 10º mandato. A composição por gênero foi de 32% de mulheres e 68% de homens. Por região, excetuadas as funções executivas nacionais desempenhadas em São Paulo ou Brasília, o CC que encerra seu mandato tem 36% de integrantes do Sudeste, 40% do Nordeste, 10% do Norte, 10% do Sul e 3% do Centro-Oeste.

O CC reuniu-se em 13 reuniões plenárias ordinárias e uma extraordinária. A média de ausências no período foi de dez faltas justificadas em razão de inúmeros compromissos públicos por parte de dirigentes ou por razões de saúde, em sua maioria. Além dessas, a média de ausências não justificadas foi de nove.

RESUMO DAS AUSÊNCIAS EM REUNIÕES DO COMITÊ CENTRAL DO 13º CONGRESSO		
REUNIÃO	AUSÊNCIAS	
	JUSTIFICADAS	NÃO JUSTIFICADAS
1ª	1	6
2ª	8	1
3ª	15	5
4ª	8	5
5ª	11	9
1ª extraordinária	9	21
6ª	10	8
7ª	12	16
8ª	13	8
9ª	17	17
10ª	10	7
11ª	5	8
12ª	14	10
13ª	17	8
Média	10	9

As pautas das reuniões do CC foram concentradas na situação política nacional, no projeto eleitoral, no planejamento e na estruturação partidária, conforme o quadro abaixo.

RESUMO DAS PAUTAS DO CC DO 13º CONGRESSO (2013-2017)	
PAUTA	Nº de vezes
Situação internacional (específica)	1
Situação política nacional e Projeto eleitoral	12
Ação Institucional e Políticas públicas	1
Ação de massas e movimento sociais	1
Trabalho ideológico	1
Planejamento e estruturação partidária	12
TOTAL	28



▼ O trabalho da Comissão Política Nacional que encerra seu mandato

Em 2013 o CC eleito no 13º Congresso elegeu por sua vez uma CPN provisória de 23 membros, que realizou duas reuniões. Após a segunda reunião do CC, a CPN já era composta por 31 membros. Hoje são 32 membros, com a eleição de Marcio Jerry, e depois com a inclusão de Alice Portugal na condição de Líder da Bancada na Câmara dos Deputados.

Participaram também das reuniões da CPN os convidados permanentes: Adalberto Frasson, Davidson Magalhães, Edvaldo Nogueira e Fábio Tokarski, que são membros do CC, e Pedro de Oliveira e Rubens Diniz, pela Comissão Auxiliar da Presidência.

Foram 33 reuniões da Comissão Política Nacional ordinárias e quatro extraordinárias. Houve uma média de quatro ausências justificadas às reuniões e duas de ausências não justificadas às reuniões da CPN, como se vê no quadro abaixo. No entanto, em algumas reuniões, por algumas horas, não houve quórum para deliberação. Autocriticamente é preciso que os membros da nova Comissão Política Nacional a ser eleita tenham mais compromisso não somente com a presença, mas também com a permanência durante toda a reunião da CPN.

REUNIÕES DA CPN	Número de ausências justificadas	Número de ausências não justificadas
1ª CPN	0	3
2ª CPN	5	0
3ª CPN	6	2
4ª CPN	3	2
5ª CPN	5	2
6ª CPN	3	2
7ª CPN	4	5
8ª CPN	1	1
9ª CPN	11	0
1ª CPN extraordinária 06-01-2015	7	2
10ª CPN	0	2

<i>Continuação</i> REUNIÕES DA CPN	Número de ausências justificadas	Número de ausências não justificadas
11ª CPN	1	1
12ª CPN	3	5
13ª CPN	5	4
2ª CPN extraordinária 24-07-2015	8	3
14ª CPN	3	1
15ª CPN	4	1
16ª CPN 23-11-2015	11	0
17ª CPN 1º-07-2016	2	0
18ª CPN 04-03-2016	3	2
19ª CPN 29-04-2016	3	3
20ª CPN 20-05-2016	3	2
21ª CPN 16-06-2016	10	4
3º CPN extraordinária 15-07-2016	4	5
22ª CPN 19-08-2016	6	2
23ª CPN 07-10-2016	4	0
24ª CPN 11-11-2016	2	4
25ª CPN 30-01-2017	1	2
26ª CPN 20-02-2017	5	2
27ª CPN 13-03-2017	2	4
28ª CPN 24-04-2017	7	0
29ª CPN 22-05-2017	1	1
30ª CPN 26-06-2017	3	1
31ª CPN 07-08-2017	5	2
32ª CPN 11-09-2017	1	1
4º CPN extraordinária 16-10-2017	7	2
33ª CPN 30-10-2017	3	2
Média	4	2

▼ O trabalho da Comissão de Controle

A Comissão de Controle no período 2013-2017 desenvolveu seu trabalho no acompanhamento dos assuntos disciplinares, fez sugestões importantes para o trabalho de finanças do CC, e propôs normas para regulamentar a justificativa de ausências nas reuniões do CC. Além disso, exerceu o seu papel estatutário de debater e aprovar as contas partidárias que anualmente são apresentadas ao TSE.



Os membros da Comissão de Controle deram grande contribuição para as propostas de alteração no Estatuto do Partido que estão em debate no processo do 14º Congresso, e também aportaram para a criação da Comissão Nacional do PCdoB de combate à violência contra as mulheres, crianças e adolescentes.

III. ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE DIREÇÃO

Com base no balanço e nas lições acima, e na experiência dos últimos anos, são feitas a seguir indicações para a futura direção nacional visando a uma atualização do sistema de direção.

Os documentos em debate no 14º Congresso ressaltam a necessidade de um novo Regimento partidário que reúna as normas que regulamentam o Estatuto do PCdoB, e desenvolva e atualize o sistema de direção, desde as Organizações de Base até o Comitê Central. As propostas de alteração no Estatuto do Partido que estão em debate propõem remeter ao Regimento do Partido as definições sobre o sistema de direção, as Secretarias e as Coordenações, e a definição dos limites mínimos e máximos para o número de membros dos Comitês (Artigo 31 do Estatuto).

As propostas de alteração estatutária também versam sobre as Comissões Políticas e as Comissões Executivas (nova denominação dos Secretariados), e limitam a Comissão Política a um número de membros igual ou inferior a um terço do número de membros do Comitê. Nos municípios nos quais não é possível eleger uma Comissão Política e uma Comissão Executiva, passa a haver, segundo proposta de alteração estatutária, a possibilidade de os Comitês elegerem uma Comissão Política Executiva, agregando as funções da Comissão Política e da Comissão Executiva.

No que diz respeito a finanças, no período 2017-2021 também é preciso fazer valer, progressivamente, a obrigatoriedade da contribuição militante para eleger e ser eleito(a) dirigente de Organização de Base e

Comitê, e para se manter como dirigente com direitos plenos durante o mandato.

Os recursos financeiros do Partido, a luta pela autossustentação financeira, a repartição dos recursos entre os níveis nacional, estadual, municipal e de base, precisam ser rediscutidos no sentido de um novo “pacto federativo”, que envolva os recursos próprios da contribuição militante e de amigos, os recursos do Fundo Partidário, e agora do recém-criado Fundo Especial de Financiamento de Campanha eleitoral.

▼ O papel do Comitê Central

Para a consecução desse rumo, deve-se sobrelevar ainda mais o papel do CC, a mais alta instância de condução da vida e da atividade partidárias. O CC deve contar, em sua composição, o máximo possível, com membros dos estados, assegurados critérios essenciais de representatividade, acúmulo e compromisso dos quadros, visando a constituir um sistema integrado de direção, que possibilite levar suas deliberações rapidamente a todo o país.

Deve-se ter em vista, na composição do CC, seguir avançando na permanência e renovação de membros que lhe possibilitem ser referência segura para todo o Partido em termos de representatividade, capacidade e unidade. No atual contexto adverso, o CC deve ter ainda mais consistência político-ideológica por parte de seus membros.

Além disso, é preciso ter critérios objetivos para a renovação e para a alternância, ao mesmo tempo garantindo a permanência. As prioridades na renovação seguem sendo para trabalhadores, jovens e mulheres. Tanto quanto possível, é necessário no Comitê Central um maior número de quadros mais diretamente atuantes na luta de ideias.

▼ O papel da Comissão Política Nacional

O objetivo com a CPN deve ser elevar ainda mais o seu papel de direção política geral, da ação política e da estruturação partidária, de



modo que a Comissão Executiva (nova denominação do Secretariado) se responsabilize pela coordenação da execução dos encaminhamentos aí deliberados. Será necessário manter um calendário de reuniões regulares da CPN, com dinâmica mais condensada de debate e deliberação. Será necessário buscar melhor equilíbrio em suas pautas, levando à sua apreciação temas mais variados da ação política e da estruturação partidária. A avaliação das pautas indica ser necessário pautar mais na CPN a situação internacional, a ação partidária nos movimentos sociais, e a ação na luta de ideias.

Os membros da CPN precisam assumir mais diretamente a função de direção nacional perante o coletivo partidário – seja no sentido de papéis executivos, seja de representação política. Isso implica conceber o papel dos membros da CPN não apenas na esfera do Estado em que atuam, descentralizando mais o controle da atividade partidária e inclusive o acompanhamento permanente do Partido nos estados, hoje exercido principalmente pelo atual SN.

▼ O papel da Comissão Executiva Nacional (proposta de nova denominação do Secretariado Nacional)

A Comissão Executiva Nacional é dirigida pela Presidência. Uma vez preservada e aprofundada a concepção de direção coletiva e colegiada, a Presidência é o centro de direção entre uma e outra reunião dos órgãos do CC, como tem sido há muitos anos. A Comissão Executiva deve dividir tarefas entre seus membros, que devem ser responsáveis e ter autonomia para coordenar a atividade partidária na área pela qual a Secretaria é responsável, dirigidos pela Presidência Nacional, a Comissão Executiva Nacional, a Comissão Política Nacional e o Comitê Central.

É preciso mais trabalho coletivo e integrado no âmbito da Comissão Executiva Nacional, compactar mais o trabalho de direção geral executiva. As reuniões bilaterais são necessárias, mas não prescindem do

necessário trabalho coletivo, para que seja mais eficaz o trabalho executivo e se examine com regularidade a realidade partidária – do ponto de vista político, ideológico e organizativo – e a política de quadros, de forma coletiva, para além da Comissão Nacional de Organização.

Não é necessário, no entanto, que se prepare na Comissão Executiva todos os temas a serem levados à CPN. Há outras Comissões Especiais e outros Grupos de Trabalho que, dirigidos pela Presidência, podem fazer esse papel, a exemplo do Grupo de Trabalho Eleitoral (GTE).

É preciso encontrar formas para assegurar o funcionamento mais intensivo e regular da Comissão Executiva Nacional, com o possível deslocamento de parte de sua atividade e de suas reuniões para Brasília, inclusive de parte da atividade das Secretarias para Brasília, e com o uso de videoconferências.

Deve-se introduzir o critério de alternância nas funções desempenhadas, com base no documento de Política de Quadros, e de acordo com critérios objetivos.

A Comissão Executiva Nacional presta contas regulares de suas atividades à CPN. A composição da Comissão Executiva Nacional deve contemplar a Presidência e as “grandes áreas” da atividade partidária. Para coordenar o trabalho de todas as Secretarias, a Comissão Executiva Nacional precisa ter uma composição que permita-lhe cumprir esta missão da melhor maneira possível.

Por isso é necessária a criação de Secretarias responsáveis por “grandes áreas”, distinguindo-as das demais Secretarias pelo papel de coordenar, cada uma, uma “grande área” da atividade partidária. O cenário de dificuldades financeiras que se apresenta é mais uma razão para se remodelar o sistema de direção para um formato mais coeso e sinérgico. Na atualidade, temos além da Presidência, 14 Secretarias Nacionais e nove Coordenações nacionais.

A agregação do trabalho de direção em “grandes áreas” é necessária, dada a crescente e inevitável especialização da atividade partidária.



ria, pois o Partido cresce e está em desenvolvimento. Os dois exemplos a seguir são ilustrativos. A antiga Secretaria de Massas desdobrou-se em quatro: a Secretaria de Juventude, a Secretaria de Movimentos Sociais, a Secretaria da Mulher e a Secretaria de Combate ao Racismo. A Secretaria de Agitação de Propaganda desdobrou-se em três: a Secretaria de Comunicação, a Secretaria de Mídia e a Secretaria de Formação e Propaganda.

O problema novo que surge é como evitar a fragmentação do trabalho de direção e a distorção da composição da Comissão Executiva Nacional, e isto vale também para os Comitês Estaduais e os Municipais mais estruturados, e suas respectivas Comissões Executivas.

Em sua versão mais simples, as futuras Comissões Executivas das Bases (hoje Secretariados das Bases) poderiam ser compostas pela Presidência mais duas Secretarias, uma de trabalho ideológico e outra de estruturação partidária. A partir dos Comitês Distritais e dos Comitês Municipais, essas Comissões Executivas se tornam mais complexas.

A proposta de “grandes áreas” permite avançar na promoção da especialização, mas sem fragmentação, compondo as Comissões Executivas com Secretarias responsáveis pela coordenação de todas as áreas da atividade partidária.

IV. DIRETRIZES E CRITÉRIOS PARA O NOVO COMITÊ CENTRAL

O novo Comitê Central tem como desafio, em tempos difíceis, a condução política do Partido visando a colocá-lo como força impulsora e construtora da Frente Ampla, lutando para superar a atual crise em que se encontra o país e abrir perspectivas para a retomada de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento alavancado por reformas democráticas e estruturantes, tendo como rumo o Programa Socialista.

No contexto da viragem política radical ocorrida no país, com seus impactos sobre o Partido, e apresentando desafios táticos inauditos, a questão essencial é a de um Comitê Central capaz de consolidar as orientações e a identidade partidárias no rumo revolucionário de seu Programa Socialista, garantir a coesão partidária em torno delas e de sua política de estruturação partidária. Ao lado disso, é preciso que o Comitê Central renove parte de seus membros, dando lugar a lideranças novas que emergiram e/ou assumiram protagonismo e novas responsabilidades desde o 13º Congresso do PCdoB.

Com base nos critérios de domínio da política do Partido, de compromisso ideológico e de atitude construtora do Partido e de sua unidade, relacionamos um conjunto de quadros qualificados, em especial trabalhadores(as), jovens e mulheres, com atuação destacada na luta de massas, na luta de ideias, na frente institucional, nas atividades de estruturação partidária, e nas áreas de cultura e de ciência e tecnologia.

Em relação às mulheres, busca-se superar o mínimo de 30% de participação no Comitê Central, tendo a perspectiva de alcançar a paridade entre os gêneros, como está na proposta de alteração estatutária.

Do atual CC, de um total de 125 eleitos, chegamos ao final do mandato com 119 membros. Dois valorosos camaradas faleceram recentemente, Antônio Levino (AM) e Davi Ramos (SP). Quatro dirigentes nacionais se desfilaram.

Desde o 6º Congresso em 1983 o Comitê Central tem aumentado o número de membros a cada Congresso. No 12º Congresso (em 2009) o Comitê Central aumentou de 81 para 105 membros, e no 13º Congresso (em 2013) de 105 para 125 membros. Até agora esse aumento tem se mostrado correto, pois tem fortalecido e qualificado o CC, e reforçado a democracia partidária. Com raras exceções, o desempenho dos membros do CC é bastante satisfatório.

No entanto, esse aumento obviamente não pode ser feito indefinidamente, a cada Congresso, e é preciso manter uma média etária cons-



tante, para que não ocorra um processo de aumento progressivo da média de idade de seus membros. Em relação aos membros do CC que foi eleito em novembro de 2013, no 13º Congresso, dentre os seus 125, hoje ele tem 42 membros com mais de 60 anos (34,7%), e entre esses 16 com mais de 70 anos (13,2%).

Para manter uma renovação e uma média de idade constante, é preciso discutir critérios objetivos para praticar a política de quadros em termos de combinar a permanência com a alternância e a renovação. A renovação nos Comitês partidários não significa que os quadros substituídos estão superados. Pelo contrário, é preciso reconhecer e valorizar a experiência e a capacidade dos quadros veteranos, indispensáveis ao Partido. Trata-se de alternância de tarefas, e não de superação. A renovação é uma exigência normal do desenvolvimento partidário, e se dá por vários critérios, pelas novas necessidades do Partido a cada momento e pelo papel dos quadros em cada contexto determinado.

A CPN e o CC cessantes iniciaram um debate, que deve ser desenvolvido e concluído pelo novo CC a ser eleito no 14º Congresso, visando à definição de critérios objetivos relativos à substituição de quadros do Comitê Central de faixa etária de maior idade, e de definição de medidas como o limite de mandatos dos membros do CC. Como também, um debate relativo à política de envolvimento e de alocação de quadros em tarefas nacionais, mas não necessariamente como membros do CC, em Comissões Nacionais auxiliares da direção nacional do Partido, em tarefas na Fundação Maurício Grabois e na Escola Nacional João Amazonas.

Outra medida necessária é a periódica e regular realização de reuniões ampliadas do Comitê Central. As experiências dessas reuniões têm sido muito exitosas, a exemplo da importante reunião ampliada do CC de abril de 2017.

V. CONCLUSÃO

Este texto chega à sua conclusão reafirmando as palavras de Renato Rabelo e Luciana Santos, em seus informes e intervenções na 10ª Conferência Nacional do PCdoB, em maio de 2015. Conforme Renato Rabelo previa no texto, chega-se ao 14º Congresso com a transição da Presidência Nacional sendo encaminhada com sucesso e “sem sobressaltos, em clima de unidade e confiança”.

“Nesta realidade”, diz Renato Rabelo, “surtiu uma questão relevante para o PCdoB: como acumular força, como se tornar maior e mais forte para lutar pela hegemonia? Superamos falsas polarizações e o Partido hoje atua simultaneamente em três frentes de trabalho, que se interagem e se complementam: atuação na esfera institucional, eleições, parlamentos e governos democráticos; mobilização e organização dos trabalhadores e do povo, participação das massas como força motriz das mudanças; e participação ativa, constante, na luta de ideias. O Partido, assim, busca acumular forças tendo uma ação permanente e multifacética, diferente da maioria dos partidos, que só atuam em época de eleição ou atrelados à agenda de governos. (...) Que Partido? Um Partido Comunista, marxista-leninista, para o novo tempo e a nova luta pelo socialismo.”

Luciana Santos reafirma em sua intervenção a “identidade comunista, identidade de classe do Partido, nossa gema permanente, da qual não abrimos mão, e a associa com a renovação, sem a qual o Partido fenece”. E conclama o Partido a enfrentar os novos desafios do presente e do futuro: “Criatividade e audácia, camaradas. Essas são palavras que gosto muito. Nosso Programa também é um Programa audacioso e nós temos que ter a capacidade criativa de aplicá-lo à tal da realidade concreta.”

Os Planos Bienais 2018-2019 e 2020-2021 terão como diretrizes para 2022 as estabelecidas no Projeto de Resolução em debate no 14º Con-



gresso. Um projeto especial para esse período deve ser a preparação das atividades e iniciativas de comemoração dos 100 anos do Partido.

Nosso Partido, afirma Luciana Santos, “marcha para o centenário” e ela faz “a todos nós um convite-convocação. Mês a mês, ano a ano, vamos qualificá-lo cada vez mais para os desafios da contemporaneidade, torná-lo cada vez maior e mais forte, mais enraizado nas lutas dos trabalhadores e do povo, trilhando o caminho pelo desenvolvimento do Brasil rumo à transição do capitalismo para o socialismo.”.

Estatísticas da mobilização do 14º Congresso



Panorâmica das delegadas e dos delegados



Dados da mobilização do 14º Congresso

UF	Participantes do processo do Congresso	Municípios que realizaram Conferência	Organizações de Base reunidos no Estado	Participantes na Capital	Organismos de Base reunidos na Capital
Região Norte					
AC	2.447	22	48	351	6
AM	2.889	25	22	1.380	22
AP	700	7	8	168	5
PA	3.195	85	73	600	30
RO	403	10	20	208	7
RR	265	13	0	61	0
TO	1.048	6	21	942	15
Subtotal	10.947	168	192	3.710	85
Região Nordeste					
AL	386	18	9	100	9
BA	9.500	200	128	1.895	67
CE	4.348	93	134	820	65
MA	12.000	130	124	1.500	60
PB	1.220	19	35	391	13
PE	4.176	74	107	1.068	48
PI	1.023	55	20	310	14
RN	540	41	14	120	8
SE	307	22	2	59	2
Subtotal	33.500	652	573	6.263	286
Região Centro-Oeste					
DF	559	13	6	125	6
GO	1.830	47	78	426	30
MS	450	13	10	200	8
MT	170	6	7	68	7
Subtotal	2.559	79	101	819	51
Região Sudeste					
ES	713	24	8	150	5
MG	6.000	182	356	600	51
RJ	2.051	32	181	620	82
SP	7.231	103	407	2.400	180
Subtotal	15.995	341	952	3.770	318
Região Sul					
PR	1.006	19	9	40	4
RS	3.038	75	69	883	21
SC	965	49	16	37	2
Subtotal	5.009	143	94	960	27
TOTAL	68.010	1.383	1.912	15.522	767

Fonte: Secretaria Nacional de Organização

Mesa Diretora e Comissões do 14º Congresso do PCdoB

Mesa Diretora

Luciana Santos – Presidenta;
Adílson Araújo;
Alice Portugal;
Altamiro Borges;
Andrey Lemos;
Angela Guimarães;
Augusto César Madeira;
Carina Vitral;
Camila Lannes;
Davidson Magalhães;
Egberto Magno;
Fábio Tokarski;
Flávio Dino;
Haroldo Lima;
Inácio Arruda;
Jandira Feghali;
Jô Moraes;
João Batista Lemos;
Jorge Panzera;
Manuela D'Ávila;
Marianna Dias;
Olívia Santana;
Orlando Silva;



Renato Rabelo;
Renildo Calheiros;
Ronald Freitas;
Socorro Gomes;
Tamara Naiz;
Valéria Morato;
Vanessa Graziotin;
Vanja Andrea
Wadson Ribeiro;
Walter Sorrentino.

Comissão Organizadora

1. Fábio Tokarski (Coordenador)
2. Alexandre Prestes
3. Ana Maria Prestes
4. Elaine Guimarães
5. Eliz Brandão
6. Gustavo Alves
7. Júlio Filgueira
8. Leocir Costa
9. Marcela Rodrigues
10. Mariete Costa
11. Virgínia Correa
12. Wevergton Brito

Mais de 150 voluntários e voluntárias contribuíram para a organização geral do congresso.

Comissão Editorial da *Tribuna de Debates*

13. Júlio Vellozo (Coordenador)
14. Eliz Brandão
15. Nereide Saviani
16. Nivaldo Santana
17. Osvaldo Bertolino
18. Wevergton Brito

Comissão de Resoluções

Luciana Santos – Coordenadora;
Adalberto Frasson;
Adalberto Monteiro – Relator;
André Bezerra;
Ana Maria Prestes;
Ana Rocha;
José Reinaldo Carvalho;
Júlio Vellozo;
Luis Fernandes;
Nádia Campeão;
Ricardo Alemão Abreu;
Walter Sorrentino.

Comissão Eleitoral

André Tokarski;
Carlos Augusto Diógenes (Patinhas) – Relator;
Daniele Costa;



Egberto Magno;
Jamil Murad;
Liége Rocha;
Neide Freitas;
Nivaldo Santana;
Ricardo Alemão Abreu – Coordenador.

Comitê Central eleito

O 14º Congresso elegeu
o novo Comitê Central com 131
membros.



Membros do Comitê Central eleitos são apresentados ao plenário



Os (As) eleitos (as) ao Comitê Central do Partido Comunista do Brasil – PCdoB no 14º Congresso



Abgail Pereira, Rio Grande do Sul

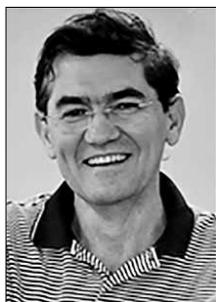
Psicopedagoga, 57 anos, filiada desde 1981. Sindicalista por 20 anos, foi presidenta do Sindicato dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, primeira secretária da Mulher da CTB Nacional. Foi secretária estadual do Turismo do governo do Rio Grande do Sul. Atualmente é Chefe de Gabinete da Liderança do PCdoB na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, e membro do Comitê Estadual do estado. Eleita para o Comitê Central desde o 12º Congresso (2009).



Adalberto Frasson, Rio Grande do Sul

Funcionário Público, 57 anos, filiado desde 1981. Iniciou a militância no movimento estudantil, foi presidente da Associação de Moradores do Bairro Fátima Baixo em Caxias do Sul. Membro do Comitê Estadual do Rio Grande do Sul desde 1985, é atual presidente estadual do PCdoB no Rio Grande do Sul. Organiza-se na Base da UFRGS. Eleito para o Comitê Central desde o 10º Congresso (2001).





Adalberto Monteiro, Direção Nacional

Jornalista, poeta, 59 anos, filiado ao Partido desde 1979. Foi do jornal *Tribuna da Luta Operária* em Goiás, vereador em Goiânia entre 1983 e 1988, presidente do Partido em Goiás (1991-2001), presidente da Fundação Maurício Grabois (2008-2016) e editor da revista *Princípios*. É autor de quatro livros de poemas. Secretário Nacional de Formação e Propaganda do Comitê Central cessante, da Comissão Política Nacional e do Secretariado Nacional cessantes. Organiza-se na Base de Cultura em São Paulo, São Paulo. Eleito para o Comitê Central desde o 9º Congresso (1997).



Adilson Araújo, Direção Nacional

Bancário, 49 anos, ingressou no Partido em 1990. Foi presidente da CTB-BA, dirigente do Sindicato dos Bancários da Bahia, integrou o Comitê Estadual da Bahia. É atual presidente Nacional da CTB. Da Comissão Política Nacional cessante. Eleito para o Comitê Central desde o 13º Congresso (2013).



Alanir Cardoso, Pernambuco

Contabilista, 74 anos, ingressou no Partido em 1972. Foi presidente do Comitê Estadual de Pernambuco (2000-2017). Eleito para o Comitê Central desde o 6º Congresso (1983).



Aldemir Caetano, Amazonas

Operário da indústria, 59 anos, filiado ao Partido desde 1982. Iniciou a militância no movimento estudantil, foi presidente do Sindicato dos Petroleiros do Amazonas, e dirigente da Federação Única dos Petroleiros por 27 anos. Foi secretário de Petróleo e atualmente é secretário-geral adjunto da UIS ENERGIA. É coordenador da Fração Nacional dos Petroleiros, dirigente estadual e nacional da CTB. É secretário de Formação do PCdoB-AM. Organiza-se no Comitê dos Petroquímicos REMAM. Eleito para o Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).



Aldo Arantes, Direção Nacional

Advogado, 79 anos, filiado ao Partido desde 1972. Foi deputado federal por quatro legislaturas, secretário nacional de Meio Ambiente do Comitê Central cessante e da Comissão Política Nacional cessante. É coordenador do Movimento de Advogados e Advogadas pela Democracia, Justiça e Cidadania (ADJC). Eleito para o Comitê Central desde o 7º Congresso (1988).



Alice Portugal, Bahia

Farmacêutica e bioquímica, 58 anos, filiada ao Partido desde 1978. Foi vice-presidente da ASSUFBA (1981-1995), deputada estadual na Bahia. É do Comitê Estadual da Bahia, do Fórum Nacional de Emancipação da Mulher, deputada federal e líder da Bancada do PCdoB na Câmara dos Deputados. Eleita para o Comitê Central desde o 12º Congresso (2009).





Altamiro Borges, Direção Nacional

Jornalista, 58 anos, ingressou no Partido em 1979. É presidente do Centro de Estudos de Mídia Alternativa Barão de Itararé. Secretário nacional de Mídia e da Comissão Política Nacional do Comitê Central cessante. Eleito para o Comitê Central desde o 9º Congresso (1997).



Ana Julia Carepa, Pará

Arquiteta, 59 anos, filiada ao Partido desde outubro de 2017. Iniciou sua militância nos movimentos sociais do bairro do Jurunas em Belém, foi presidente do Centro Acadêmico de Arquitetura da UFPA, militou no Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC), e na direção do Sindicato dos Bancários PA/AP. Pelo PT, foi vereadora em Belém duas vezes (uma delas sendo a mais votada até os dias atuais), deputada federal, vice-prefeita de Belém, senadora e a primeira mulher governadora do estado do Pará. Atualmente integra o Comitê Estadual do Pará.



Ana Prestes, Direção Nacional

Cientista política, 39 anos, ingressou no Partido em 1997. Foi da Direção Nacional da UJS e da ANPG, foi secretária de Educação da cidade de Contagem, Minas Gerais. Integra o Comitê do Distrito Federal. Atua na Comissão de Relações Internacionais do Partido desde 2010. Eleita para o Comitê Central desde o 12º Congresso (2009).



Ana Rocha, Rio de Janeiro

Psicóloga, jornalista, mestra em Serviço Social, 67 anos, filiada ao PCdoB desde 1973. Foi da direção estadual do PCdoB no Rio Grande do Sul (1980-1985). Responsável nacional pela Frente de Mulheres do PCdoB (1986-1992). Editora de *A Classe Operária* (1992-1995). Presidente do PCdoB no Rio de Janeiro (1996-2013). Da Coordenação Nacional do Fórum de Mulheres do PCdoB. Atualmente é coordenadora do Centro de Estudos e Pesquisa da UBM e assessora do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro. Da Comissão Política Nacional cessante. É do Comitê Estadual do Rio de Janeiro. Eleita para o Comitê Central desde o 7º Congresso (1988).



André Bezerra, São Paulo

Advogado, 52 anos, filiado ao Partido desde 1986. Foi da Executiva Nacional da UNE (1992-1993), diretor da OCLAE (1994), secretário de Organização do PCdoB-PR, secretário estadual de Formação e de Movimentos Sociais do PCdoB-SP, e membro da Comissão Nacional de Organização do Comitê Central. Atual secretário estadual de Organização do PCdoB-SP e da Comissão Política Estadual. Eleito para o Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).



André Tokarski, Direção Nacional

Professor universitário, doutorando em Direito (PUC/SP), 34 anos, filiado ao Partido desde 1997. Foi presidente Nacional da UJS (2010-2014), diretor da UNE (2007-2009), presidente da UEE-GO (2006-2007) e diretor da UMES de Goiânia (1998-1999). Integrou a Comissão Política Nacional e secretário nacional de Juventude e de Movimentos Sociais do Comitê Central do mandato 2013-2017. Eleito para o Comitê Central desde o 12º Congresso (2009).





Andrey Lemos, Direção Nacional

Especialista em ensino de História e novas abordagens e Mestrando em Políticas Públicas de Saúde na Fiocruz. Militante do PCdoB desde 1988, foi do movimento secundarista, universitário, da luta contra os machismos, racismos e lgbtfobias. Fundador da UNEGRO-SE e da Associação de Defesa Homossexual de Sergipe. É ogan ojubonan no Ilê Axé Demata NY Sahara, coordenou o Afoxé Akueran em Sergipe, e tecnologista em gestão de Políticas Públicas de Saúde no Ministério da Saúde. Atualmente é do Comitê do PCdoB no Distrito Federal e presidente da União Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (UNA-LGBT).



Ângela Albino, Santa Catarina

Bacharel em Direito, funcionária pública federal, 48 anos, filiada ao Partido desde 2003. Foi deputada estadual e federal, foi presidenta do Comitê Estadual de Santa Catarina. Atualmente preside a Fundação Maurício Grabois em Santa Catarina e é secretária de Relações Institucionais da UBM. Eleita para o Comitê Central desde o 12º Congresso (2009).



Ângela Guimarães, Direção Nacional

Socióloga, 36 anos, filiada ao Partido desde 2001. Foi da Direção estadual e nacional da UJS, presidenta e vice-presidenta do Conselho Nacional de Juventude. Atualmente é presidenta nacional da União de Negros Pela Igualdade (UNEGRO) e integra o Comitê Estadual da Bahia. Eleita para o Comitê Central desde o 13º Congresso (2013).



Antenor Medeiros, Rio Grande do Norte

Advogado, 56 anos, filiado ao Partido desde 1987. Militou no movimento estudantil, presidiu o DCE UFRN, e foi responsável por várias secretarias no Comitê Estadual do PCdoB no Rio Grande do Norte. Atual presidente do Comitê Estadual do Rio Grande do Norte. Eleito para o Comitê Central no 12º Congresso (2009).



Assis Melo, Rio Grande do Sul

Metalúrgico soldador e montador, 54 anos, filiado ao Partido desde 1987. Foi vereador em Caxias do Sul. É deputado federal. Integra o Comitê Estadual do Rio Grande do Sul desde 1997. Eleito para o Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).



Augusto Buonicore, Direção Nacional

Historiador, mestre em Ciência Política, servidor público municipal, 57 anos, ingressou no PCdoB em 1979. Militou no movimento secundarista, universitário e sindical. Foi dirigente partidário em Campinas, São Paulo. É da Comissão Nacional de Formação e Propaganda do Comitê Central cessante. Diretor da Fundação Maurício Grabois. Eleito para o Comitê Central desde o 10º Congresso (2001).



Augusto Madeira, Distrito Federal

Advogado, formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 55 anos, presidente do Comitê do PCdoB-DF e chefe de gabinete da Liderança da Bancada na Câmara dos Deputados. Filiado ao Partido desde 1983. Foi presidente do DCE da UFPE, Diretor da UNE e do Sindicato dos Advogados de São Paulo. Integra o Comitê Central desde o 12º Congresso (2009).





Augusto Vasconcelos, Bahia

Advogado, professor universitário, bancário da Caixa, 36 anos, filiado ao Partido desde 2000. Mestre em Políticas Sociais e Cidadania (UCSal), Especialista em Direito do Estado (UFBA). Foi vice-presidente regional da UNE e presidente da UJS-BA. Atual presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, dirigente nacional da CTB, integra o Comitê Estadual da Bahia. Eleito para o Comitê Central desde o 13º Congresso (2013).



Aurino Nascimento, Bahia

Operário metalúrgico, 54 anos, filiado ao Partido desde 1990. Atualmente é presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia, integra o Comitê Municipal do PCdoB em Camaçari e o Comitê Estadual da Bahia. Eleito para o Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).



Batista Lemos, Rio de Janeiro

Operário metalúrgico, 64 anos, filiado ao Partido desde 1975. Foi secretário Sindical do Comitê Central do PCdoB, fundador e dirigente nacional da CTB. Atualmente é presidente do Comitê Estadual do Rio de Janeiro. Integrou a Comissão Política Nacional cessante. Eleito para o Comitê Central desde o 6º Congresso (1983).



Bernardo Joffly, Direção Nacional

Jornalista, 67 anos, filiado ao Partido desde 1966. Foi editor do Portal Vermelho, integra o Comitê Estadual de Santa Catarina, no qual é atual secretário de Juventude. É colaborador da Fundação Maurício Grabois. Eleito para o Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).



Carina Vitral, Direção Nacional

Estudante de economia, 29 anos, filiada ao Partido desde 2007. Foi presidenta da UNE e da UEE-SP, e candidata a prefeita de Santos em 2016. Atual presidenta nacional da UJS. Eleita para o Comitê Central no 13º Congresso (2013).



Carlin Moura, Minas Gerais

Jornalista e advogado, 49 anos, filiado ao Partido desde 1988. Foi vice-presidente da UNE, vereador da cidade de Contagem e deputado estadual, foi prefeito da cidade de Contagem. Integra o Comitê Estadual de Minas Gerais. Eleito para o Comitê Central no 13º Congresso (2013).



Carlos Alberto Oliveira Lima, Rio de Janeiro

Bancário, 55 anos, filiado ao Partido desde 1985. Foi secretário estadual de Formação, secretário Sindical do PCdoB-RJ, secretário-geral da CTB-RJ, dirigente da Federação dos Bancários do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Atualmente é presidente reeleito do Comitê Municipal da Capital do Rio de Janeiro, e membro da Comissão Política e da Comissão Executiva do PCdoB-RJ. Organiza-se na Base dos Bancários do Distrital Centro da Capital.



Carlos Augusto Diógenes (Patinhas), Direção Nacional

Engenheiro civil, 73 anos, filiado ao Partido desde 1966. Foi presidente do Comitê Estadual do Ceará, integra o Comitê Estadual do PCdoB-CE. É coordenador do Departamento Nacional de Quadros do Comitê Central cessante, membro da Comissão Nacional de Organização e membro da Comissão Política Nacional cessantes. Eleito para o Comitê Central desde o 8º Congresso (1992).





Chico Lopes, Ceará

Francisco Lopes da Silva, Chico Lopes, professor, 78 anos, filiado ao Partido desde 1968. Foi vereador e deputado estadual. Atualmente é deputado federal, diretor do Sindicato dos Professores do Ceará. Integra o Comitê Estadual do PCdoB-CE. Eleito para o Comitê Central no 12º Congresso (2009).



Claudia Petuba, Alagoas

Administradora, professora universitária, mestranda em Ciências Jurídicas, 29 anos, filiada ao Partido desde 2009. Foi da direção da UNE e da UJS, Coordenadora-Geral do Centro Acadêmico e do DCE-UFAL. Atualmente é secretária de Estado do Esporte, Lazer e Juventude do governo estadual de Alagoas, e presidente do Comitê Estadual de Alagoas. Organiza-se na Base Praieira de Maceió. Eleita para o Comitê Central no 13º Congresso (2013).



Clayton Noleto, Maranhão

Engenheiro, representante comercial, 41 anos, filiado ao Partido desde 2007. Foi secretário de Organização do PCdoB em Imperatriz, Maranhão. Atualmente é presidente do Comitê Municipal de Imperatriz, membro do Comitê Estadual de Maranhão e secretário de Infraestrutura do governo do Maranhão.



Dalva Stela, Minas Gerais

Cirurgiã Dentista, 71 anos, filiada ao PCdoB desde 1972. Foi presidente da Urbel (Companhia Urbanizadora) e secretária da Administração Regional Leste da Prefeitura de Belo Horizonte. Ex-presidente do Comitê Municipal da Capital e, atualmente, integra o Comitê Estadual de Minas Gerais e sua respectiva Comissão Política. Atual diretora da Agência de Desenvolvimento da RMBH, do governo do estado de Minas Gerais. Eleita para o Comitê Central desde o 13º Congresso (2013).



Daniel Almeida, Bahia

Operário têxtil, 62 anos, filiado ao Partido desde 1985. Foi presidente do Comitê Estadual do PCdoB-BA e líder da Bancada do PCdoB na Câmara dos Deputados. É deputado federal. Membro da Comissão Política Nacional cessante. Eleito para o Comitê Central desde 8º Congresso (1992).



Daniel Iliescu, Rio de Janeiro

Cientista político e professor de sociologia, 33 anos, filiado ao Partido desde 2002. Foi presidente da UNE, da direção nacional da UJS, presidente da UJS-RJ e secretário de Comunicação do PCdoB-RJ. Integrou o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CNDDES), o Conselho Nacional de Juventude e o Fórum Nacional de Educação. Integra o Comitê Estadual do Rio de Janeiro, é vice-presidente do Comitê Municipal de Petrópolis e primeiro suplente de vereador da Câmara de Petrópolis. Organiza-se na Base de Trabalhadores da Educação de Petrópolis. Eleito para o Comitê Central no 13º Congresso (2013).





Daniele Costa, Bahia

Licenciada em Ciências Sociais, 38 anos, filiada ao Partido desde 2001. Foi da Coordenação Nacional da UBM, integrou o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), e a Diretoria Executiva da UNE. É do Fórum Nacional Permanente sobre a Emancipação da Mulher, e é atual secretária estadual de Organização da Bahia, integra o Comitê Estadual da Bahia e a direção da UBM-BA. Eleita para o Comitê Central desde o 12º Congresso (2009).



Danilo Moreira, Maranhão

Historiador, Especialista em Gestão Pública, 45 anos, filiado ao Partido desde 1995. Foi da UNE e presidente do Conselho Nacional de Juventude. Atualmente é da direção estadual do PCdoB do Maranhão e subsecretário de Educação do estado do Maranhão.



Davidson Magalhães, Bahia

Economista, 55 anos, filiado ao Partido desde 1986. Foi coordenador da Agência Nacional de Petróleo (ANP) Norte/Nordeste, presidente da Companhia de Gás da Bahia. Atualmente é deputado federal e presidente estadual do PCdoB-BA. Eleito para o Comitê Central no 12º Congresso (2009).



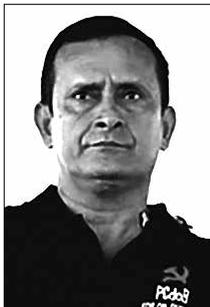
Dilermando Toni, Direção Nacional

Jornalista, 70 anos, ingressou no PCdoB em 1972. Foi da Ação Popular (1967-1972). Estudante de Economia na UFMG passou à clandestinidade, foi preso e cassado, depois anistiado (1968-1979). Foi presidente do PCdoB-MA (1983-1987) e dirigente do PCdoB-MG (1988-1990). Editor de *A Classe Operária* e do Conselho Editorial (1990-1995). Coordenou a reorganização do PCdoB-PR em 1995. Foi da Comissão Nacional de Organização (1995-2001) e da Comissão Auxiliar da Presidência (2001-2013). Profissional do Partido até fevereiro de 2018. Eleito membro do Comitê Central desde o 9º Congresso (1997).



Divanilton Pereira, Direção Nacional

Técnico em Geologia e Petróleo, 53 anos, é filiado desde 1986. É vice-presidente nacional da CTB, diretor da Federação Única dos Petroleiros, secretário-geral adjunto da Federação Sindical Mundial e membro da Comissão Sindical Nacional do PCdoB. Foi presidente do Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Norte, do Comitê Estadual do PCdoB-RN, secretário Sindical do PCdoB-RN e secretário de Relações Internacionais da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). Integra o Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).



Edilon Melo, Amazonas

Operário da indústria, 53 anos, filiado ao Partido desde 2000. Foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos-AM, da CUT-AM e do Comitê Estadual do PCdoB-AM. Atualmente é membro do Sindicato dos Metalúrgicos, FITMETAL e CTB. É presidente do Distrital Oeste de Manaus, da Comissão Política Estadual, secretário de Organização do Comitê Estadual. Organiza-se na Base dos Metalúrgicos. Eleito para o Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).





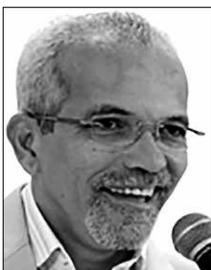
Edson França, Direção Nacional

Historiador, 50 anos, filiado ao Partido desde 1991. Foi presidente da UNEGRO por três mandatos consecutivos, compôs o Conselho Nacional de Igualdade Racial, contribuiu com as principais ações do movimento negro nos últimos 15 anos. É secretário adjunto de Movimentos Sociais do Comitê Central cessante. Organiza-se na Base Vila Medeiros Zona Norte, município de São Paulo. Eleito para o Comitê Central no 12º Congresso (2009).



Edson de Souza, Paraná

Pedagogo, 36 anos, filiado ao Partido desde 2001. Foi presidente do DCE da Unioeste, e presidente do PCdoB em Cascavel. É diretor administrativo do Hospital Universitário do Oeste do Paraná e presidente do PCdoB-PR. Organiza-se na Base da Unioeste.



Edvaldo Nogueira Filho, Sergipe

56 anos, filiado ao Partido desde 1981. É prefeito de Aracaju pela segunda vez, eleito novamente em 2016, e integra o Comitê Estadual de Sergipe. Eleito para o Comitê Central desde o 9º Congresso (1997).



Egberto Magno, Maranhão

Advogado, 47 anos, vice-presidente do PCdoB-MA, ingressou no Partido em 1990. Iniciou a militância no Grêmio do Colégio Padre Luiz Palmeira, em Simões Filho, Bahia, foi diretor da UMES-Salvador e da UBES. Presidiu a UJS-BA (1996) e foi de sua direção nacional. Foi da Comissão Política do PCdoB-BA, presidiu o Partido em Simões Filho por 10 anos e atuou na primeira gestão do PCdoB na Prefeitura de Juazeiro-BA a partir de 2009. Em 2013 transferiu-se para o Maranhão. Organiza-se na Base dos Advogados. Eleito para o CC no 14º Congresso (2017).



Elias Jabbour, Rio de Janeiro

Pesquisador e professor universitário, 41 anos, filiado ao Partido desde 1991. Foi assessor econômico da Presidência da Câmara dos Deputados (2006-2007), membro da Comissão Auxiliar da Presidência Nacional do PCdoB (2004-2015). Atualmente é professor da Escola Nacional do PCdoB, membro do Comitê Estadual do Rio de Janeiro. Eleito ao Comitê Central desde o 13º Congresso (2013).



Elisangela Lizardo, Direção Nacional

Bióloga, 38 anos, filiada ao Partido desde 2002. Foi da Executiva Estadual da UJS-MG, da Executiva Nacional da UJS e presidente da ANPG. É do Fórum Nacional sobre a Emancipação da Mulher, do Coletivo Nacional de Pesquisadores em Ciência, Tecnologia e Inovação, professora do IFSP e diretora regional da SBPC. Eleita para o Comitê Central desde o 13º Congresso (2013).





Elizangela Moura, Piauí

Trabalhadora Rural, 41 anos de idade, filiada ao Partido desde 1993. Iniciou sua militância aos 16 anos no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Monsenhor Gil, do qual foi presidenta em 2004. É do Comitê Estadual do PCdoB-PI. Atualmente é presidente da Federação dos Trabalhadores(as) Rurais Agricultores(as) Familiares do Piauí.



Emília Fernandes, Distrito Federal

Professora pública no Rio Grande do Sul, aposentada, 68 anos, filiada ao Partido desde 2013. Foi vereadora em Santana do Livramento-RS (1982 a 1994), senadora (1994-2002), a primeira mulher eleita senadora no Rio Grande do Sul, deputada federal (2009-2011), ministra de Políticas para as Mulheres do governo Lula, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, e da Comissão Interamericana de Mulheres da OEA (2003-2004). Integrou o Comitê Estadual PCdoB-RS (2013 a 2017). Atualmente é presidenta do Fórum de Mulheres do MERCOSUL-Brasil. É do Comitê do PCdoB-DF. Eleita para o Comitê Central desde o 13º Congresso (2013).



Eron Bezerra – Amazonas

Doutor em Sustentabilidade na Amazônia, professor da UFAM, engenheiro agrônomo, 64 Anos, filiado ao PCdoB desde 1977. Reorganizou o PCdoB-AM. Atuou no movimento estudantil, ambiental, sindical, mutuários, e de resistência à ditadura militar. Atuou no jornal *Tribuna da Luta Operária* e no Comitê Diretas Já. Foi deputado estadual e federal, secretário de Estado (SEPROR) e secretário nacional de Ciência e Tecnologia (MCTI). É presidente do PCdoB-AM, coordenador do Laboratório de Agrometeorologia e diretor do CCA. É da Base da UFAM. Eleito para o Comitê Central desde o 8º Congresso (1992).



Fábio Tokarski, Direção Nacional

Engenheiro Civil e professor, 60 anos, filiado ao Partido desde 1980. Foi presidente do Comitê Estadual-GO, vereador, deputado estadual e assessor do Ministério da Fazenda. É secretário nacional de Planejamento do Comitê Central cessante. Eleito para o Comitê Central no 13º Congresso (2013).



Fabrício Falcão, Bahia

Professor de Geografia e Filosofia, 42 anos, filiado ao Partido desde 1996. Foi assessor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Fetag-BA, e participou da fundação do Movimento de Luta pela Terra (MLT), eleito vereador em Vitória da Conquista por dois mandatos. Atualmente ocupa o segundo mandato como deputado estadual na Bahia, é membro do Comitê Municipal de Vitória da Conquista e do Comitê Estadual do PCdoB-BA. Organiza-se na Base Institucional. Eleito para o Comitê Central no 13º Congresso (2013).



Flavia Calé, Direção Nacional

Historiadora, mestranda em História Econômica, 33 anos, filiada ao Partido desde 2003. Foi diretora da UNE, presidenta da UEE-RJ, presidenta da UJS-RJ, e foi da Executiva Nacional da UJS. Atualmente é da Coordenação Nacional da UBM e secretária adjunta de Juventude do Comitê Central cessante. Eleita para o Comitê Central no 13º Congresso (2013).





Flávio Dino, Maranhão

Advogado, juiz federal e professor universitário, 49 anos, filiado ao Partido desde 2006. Foi deputado federal, presidente da EMBRATUR, integra o Comitê Estadual do PCdoB-MA. É da Comissão Política Nacional do Comitê Central cessante. Atual governador do Maranhão. Eleito para o Comitê Central no 12º Congresso (2009).



Getúlio Vargas, Direção Nacional

Gestor Público, 36 anos. Filiado ao Partido desde 2001. Atua no movimento comunitário e pela reforma urbana desde 2002. Atualmente é presidente da CONAM, dirigente estadual do PCdoB-RS e municipal de Porto Alegre. Organiza-se na Base de Jardim Carvalho, Zona Leste de Porto Alegre.



Gilvan Paiva, Ceará

Sociólogo, 53 anos, filiado ao Partido desde 1983. Foi secretário de Esporte e Juventude de Sobral, secretário de Educação de Maranguape, secretário de Esporte do Estado do Ceará, secretário Executivo de Estado na Secretaria de Ciência e Tecnologia e Educação Superior (2015-2016), secretário de Habitação de Fortaleza (2016). Atualmente é assessor de Políticas Culturais da Secretaria de Cultura de Fortaleza, integra o Comitê Estadual e a Comissão Política Estadual do PCdoB-CE. Organiza-se na Base de Cultura. Eleito para o Comitê Central no 13º Congresso (2013).



Gregória Benário, Paraíba

Advogada e professora universitária, 37 anos. Filiada ao partido desde 2009. Foi secretária de Mulheres do Comitê Estadual do PCdoB-PB. Atualmente é presidente estadual do PCdoB-PB.



Gustavo Petta, São Paulo

Vereador da cidade de Campinas, 36 anos, filiado ao Partido desde 1997. Foi secretário municipal de Esportes de Campinas, integra o Comitê Municipal de Campinas e o Comitê Estadual do PCdoB-SP. Eleito para o Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).



Haroldo Lima, Direção Nacional

Engenheiro, 78 anos, fez movimento estudantil desde 1959. Foi um dos fundadores da Ação Popular, em 1963, e coordenou a incorporação da APML no PCdoB, em 1973. Atuou clandestino até ser preso na Chacina da Lapa (1976). Anistiado, foi eleito deputado federal em 1983, e reeleito por vinte anos. Foi líder da Bancada por 11 anos, e foi o líder na Constituinte. Esteve oito anos na Diretoria da ANP, sete como Diretor-Geral. Atualmente é da Coordenação de Energia do PCdoB e membro da Comissão Política Nacional do Comitê Central cessante. É do Comitê Central do Partido desde o 6º Congresso (1983).





Inácio Arruda, Ceará

Eletrotécnico, 60 anos, filiado ao Partido desde 1981. Foi deputado federal, senador da República. Atualmente é secretário estadual de Ciência e Tecnologia do governo do estado do Ceará, integra o Comitê Estadual-CE. Integrou a Comissão Política Nacional do Comitê Central cessante. Eleito para o Comitê Central desde o 8º Congresso (1992).



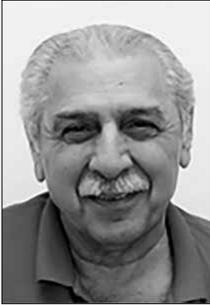
Inácio Carvalho, Direção Nacional

Graduado em Direito, jornalista, 54 anos, filiado ao Partido desde 1982. Foi do DCE da UFC, fundador da União da Juventude Socialista no Ceará, em 1992 foi eleito para o Comitê Estadual do PCdoB no Ceará. Foi secretário de Comunicação do Comitê Municipal de Fortaleza e do Comitê Estadual. Atualmente é editor do Portal Vermelho. Organiza-se na Base de Comunicadores de São Paulo.



Isaura Lemos, Goiás

Filiada ao PCdoB em 1972, viveu na clandestinidade no sertão baiano e região amazônica onde, ao lado do também militante comunista Euler Ivo, teve sua primeira filha. Contribuiu na reorganização do PCdoB em Goiás, para onde se mudou em 1980. Militante do movimento social de moradia, cumpre o quinto mandato de deputada estadual, os dois últimos pelo PCdoB. Refiliada ao Partido em 2009. É presidente do Comitê Estadual do PCdoB-GO.



Jamil Murad, São Paulo

Médico, 74 anos, ingressou no Partido em 1968, foi vereador, deputado estadual, deputado federal. Foi presidente do Comitê Municipal de São Paulo-SP cessante, e integra o Comitê Estadual de São Paulo. Eleito para o Comitê Central desde o 8º Congresso (1992).



Jandira Feghali, Rio de Janeiro

Médica, 60 anos, ingressou no Partido em 1981, foi deputada estadual, e é deputada federal. Foi líder do PCdoB na Câmara dos Deputados. Integra o Comitê Estadual do PCdoB-RJ e o Fórum Nacional sobre a Emancipação da Mulher. Eleita para o Comitê Central desde o 7º Congresso (1988).



Javier Alfaya, Direção Nacional

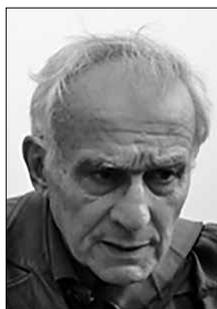
Arquiteto, 61 anos, ingressou no Partido em 1978, foi deputado estadual, integra o Comitê Estadual da Bahia. É secretário nacional de Cultura do Comitê Central cessante. Eleito para o Comitê Central desde o 9º Congresso (1997).



Jô Moraes, Minas Gerais

Assistente social, 71 anos, ingressou no Partido em 1972, foi deputada estadual, é deputada federal, do Fórum Nacional do PCdoB sobre a Emancipação da Mulher, foi presidenta do Comitê Estadual do PCdoB-MG (1993-2013), e integrou a Comissão Política Nacional do Comitê Central cessante. Eleita para o Comitê Central desde o 6º Congresso (1983).





João Quartim de Moraes, São Paulo

Formado em Filosofia e Direito, doutor em Ciência Política, professor titular de Filosofia, pesquisador, 76 anos. Ingressou no Partido em 2001. É o atual presidente da Fundação Maurício Grabois, seção São Paulo. Eleito para o Comitê Central desde o 13º Congresso (2013).



Jorge Panzera, Pará

Funcionário Público, 46 anos, filiado ao Partido desde 1985. Foi presidente nacional da UJS, secretário estadual de Organização do PCdoB-PR, presidente do Comitê Municipal de Belém (2001-2007), subchefe da Casa Civil e secretário de Estado de Esporte e Lazer do governo do estado do Pará (2009-2010). É presidente do Comitê Estadual do PCdoB-PA desde 2011. Eleito para o Comitê Central desde o 13º Congresso (2013).



José Reinaldo Carvalho, Direção Nacional

Jornalista, pós-graduado em Política e Relações Internacionais, 62 anos, membro do Partido desde 1972. Participou do Comitê Estudantil da Bahia e do Comitê Municipal de Salvador-BA. Realizou missão internacionalista na Albânia socialista (1979-1982), foi editor da *Princípios*, de *A Classe Operária* e do Portal Vermelho. Exerceu a vice-presidência nacional do Partido (2001-2005). Foi secretário de Relações Internacionais, membro da Comissão Política Nacional e do Secretariado do Comitê Central cessante. Eleito para o Comitê Central desde o 7º Congresso (1988).



Joslene Silva Rodrigues, Maranhão

Professora, 40 anos, filiada ao Partido desde 2003. Foi diretora do CA de Química Industrial, diretora do Sindicato dos Professores (Sinproesemma), assessora parlamentar do ex-deputado federal Flávio Dino (2007-2011), chefe de gabinete do governador Flávio Dino (2015-2016). Atualmente é secretária chefe da Assessoria Especial do governador do Maranhão, membro da Comissão Política Estadual e da Comissão Executiva Estadual do PCdoB-MA. Organiza-se na Organização de Base dos Professores de São Luiz.



Julia Roland, São Paulo

Médica, 68 anos, filiada ao Partido desde 1979. Foi dirigente sindical no Sindicato dos Médicos de São Paulo, do Sindsaúde e presidente da Afiamspe. Foi diretora do Departamento de Gestão Participativa no Ministério da Saúde. Atualmente é da Comissão Executiva do Comitê Estadual do PCdoB-SP. É da Coordenação Nacional de Saúde e da Comissão de Controle do Comitê Central cessante. Organiza-se na Base da Saúde de São Paulo, São Paulo. Eleita para o Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).



Julieta Palmeira, Bahia

Médica geriatra, 60 anos, filiada ao Partido desde 1979. Iniciou militância no movimento estudantil universitário no final da década de 1970, atuou no movimento médico, foi diretora do Sindicato dos Médicos da Bahia, secretária de Comunicação do PCdoB-BA, secretária de Mídia do PCdoB-BA (2012), e integra a Coordenação do Fórum Nacional de Emancipação da Mulher do PCdoB. É secretária de Estado de Políticas para Mulheres do governo da Bahia, e integrante da Comissão Nacional de Saúde do PCdoB do Comitê Central cessante. Eleita para o Comitê Central desde o 12º Congresso (2009).





Júlio Vellozo, Direção Nacional

Historiador, professor universitário, 41 anos, filiado ao Partido desde 1996. Foi secretário nacional de Juventude e Secretário Nacional de Movimentos Sociais do Comitê Central. Foi do Comitê Municipal de São Paulo-SP e do Comitê Estadual do PCdoB-SP. É secretário nacional de Comunicação do PCdoB, da Comissão Política Nacional, e da Comissão Executiva do Comitê Central cessante. Organiza-se na Base da FFLCH-USP. Eleito para o Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).



Lélío Costa, Pará

Engenheiro Agrônomo, 39 anos, filiado ao Partido desde 2007. Foi coordenador do Projeto de Regularização Fundiária em áreas da União (2008-2010), superintendente do Patrimônio da União no Pará (2010-2014), conselheiro da Amazônia no Fórum de Superintendentes do Patrimônio da União. Atualmente é deputado estadual, e vice-presidente estadual do PCdoB-PA. Organiza-se na Base dos Servidores Públicos.



Liège Rocha, Direção Nacional

Bibliotecária aposentada, 73 anos, filiada ao Partido desde 1972. Iniciou a militância no movimento estudantil. Coordena o Fórum Nacional Permanente do PCdoB sobre a Emancipação da Mulher, integra a Executiva Nacional da UBM, o Comitê de Direção da FDM, o Conselho Internacional do FSM e representa a UBM na Unidade de Participação Social do Mercosul/Unasul. É secretária nacional da Mulher e da Comissão Política Nacional do Comitê Central cessante. Eleita para o Comitê Central desde o 9º Congresso (1997).



Lúcia Antony, Amazonas

Cirurgiã dentista, 58 anos, filiada desde 1979. Foi sindicalista, Diretora do sindicato dos Odontólogos, presidenta do SINDSAUDE e diretora da CUT. Foi presidenta do Comitê da Mulher Universitária, da União de Mulheres de Manaus e da UBM-AM. Foi vereadora, coordenadora da FUNASA-AM. Foi secretária de Finanças, Formação, Comunicação, Mulheres e vice-presidenta do Comitê Estadual do PCdoB no Amazonas. Atualmente é presidenta do PCdoB em Manaus e vice-presidenta do Comitê Estadual do PCdoB-AM.



Luciana Santos, Direção Nacional

Engenheira eletricista, 52 anos, filiada ao Partido desde 1987. Foi prefeita de Olinda, secretária de Estado do governo de Pernambuco. É deputada federal, integra o Fórum Nacional sobre a Emancipação da Mulher e o Comitê Estadual de Pernambuco. É a atual presidenta nacional do PCdoB, eleita em 2015 e reeleita em 2017. Eleita para o Comitê Central desde o 10º Congresso (2001).



Luciano Rezende, Minas Gerais

Engenheiro Agrônomo (UFV), bacharel em Administração Pública (UFF) e licenciado em Geografia (Uerj). Especialista em Administração Pública (UFF), mestre em Entomologia (UFV) e doutor em Fitotecnia (UFV). Professor universitário, 42 anos, filiou-se ao PCdoB em 1994. Foi presidente do DCE e da APG da UFV, representante da UNE na OCLAE em Havana (Cuba), e presidente da ANPG por duas gestões. Participou da Executiva Nacional da UJS (2003-2007). É membro da Comissão Executiva do Comitê Estadual em Minas Gerais, onde atua na Secretaria de Formação e Propaganda.





Luciano Siqueira, Pernambuco

Médico, poeta, 71 anos, filiado ao Partido desde 1972. Foi deputado estadual, atual vice-prefeito de Recife, integra o Comitê Estadual do PCdoB-PE. Eleito para o Comitê Central desde o 6º Congresso (1983)..



Luis Carlos Paes, Ceará

Engenheiro, analista do Banco Central do Brasil, 61 anos, filiado ao Partido desde 1979. Foi diretor do Sindicato dos Analistas do BACEN, presidente do Comitê Municipal de Fortaleza. Atualmente é presidente do Comitê Estadual do PCdoB-CE. Eleito para o Comitê Central no 13º Congresso (2013).



Luis Fernandes, Direção Nacional

Cientista político, professor universitário, 59 anos, filiado ao Partido desde 1979. Foi secretário executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e do Ministério do Esporte (ME), presidente da FINEP e diretor científico da FAPERJ. Integra o Comitê Central desde o 7º Congresso (1988).



Luiza Lafetá, Direção Nacional

Estudante de Relações Internacionais, 28 anos, filiada ao Partido desde 2006. Foi presidenta da UEE-MG, presidenta da UJS-MG. Atualmente é vice-presidenta nacional da UJS, integra o Comitê Estadual do PCdoB-MG.



Madalena Guasco, Direção Nacional

Militante desde 1979, professora da Escola Nacional João Amazonas, membro do Conselho Editorial da revista *Princípios*, membro da Direção Executiva Nacional do Cebrapaz. Foi coordenadora-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) por quatro gestões e atualmente é coordenadora da Secretaria Geral da CONTEE e diretora da Faculdade de Educação da PUC-SP. Eleita para o Comitê Central desde o 9º Congresso (1997).



Manoel Rangel, São Paulo

Cineasta, 46 anos, filiado ao Partido desde 1983. Foi presidente da UBES, diretor presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine). Integra o Comitê Estadual do PCdoB de São Paulo. Eleito para o Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).



Manuela D'Ávila, Rio Grande do Sul

Jornalista, mestranda em políticas públicas, 36 anos, militante da UJS desde 1999 e do PCdoB desde 2001. Foi vereadora de Porto Alegre, deputada federal, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, coordenadora da Bancada gaúcha. Foi líder da Bancada do Partido na Câmara de Deputados, e presidente do Comitê Estadual do Rio Grande do Sul. Integrou a Comissão Política Nacional do Comitê Central cessante. Atualmente é deputada estadual, e pré-candidata do PCdoB à Presidência da República. Eleita para o Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).





Marcelino Granja, Pernambuco

Engenheiro Civil, 57 anos, filiado ao Partido desde 1981. Foi secretário de Governo de Olinda, foi secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco. Atualmente é secretário de Cultura do governo de Pernambuco, integra o Comitê Estadual do PCdoB-PE desde 1982. Eleito para o Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).



Marcelino Rocha, Minas Gerais

Analista de laboratório, 56 anos, filiado ao Partido desde 1989. Foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e região e da Federação Interestadual dos Metalúrgicos e Metalúrgicas do Brasil (FITMETAL). Atualmente é presidente da CTB-MG, integra o Comitê Estadual do PCdoB-MG. Eleito para o Comitê Central no 13º Congresso (2013).



Marcelo Toledo, Direção Nacional

Operário ferramenteiro, 54 anos, ingressou no Partido em 1981. Integra o Comitê Estadual de São Paulo e a Comissão Nacional de Organização do Comitê Central cessante. Atua na FITMETAL. Eleito para o Comitê Central desde o 10º Congresso (2001).



Márcio Jerry, Maranhão

Jornalista, 50 anos, ingressou no Partido em 2007. Foi presidente do Comitê Municipal de São Luís do Maranhão. É secretário de Comunicação e articulação política do governo do Estado do Maranhão. Atualmente é presidente do Comitê Estadual do PCdoB-MA. Eleito para o Comitê Central desde o 13º Congresso (2013).



Marcivânia Flexa, Amapá

Professora, 44 anos, filiada desde 2016. É deputada federal pelo Amapá e vice-presidenta do PCdoB-AP.



Mariana Venturini, Direção Nacional

Graduada em Filosofia (USP) e Mestranda em Sociologia (Unicamp), 33 anos, filiada ao Partido desde 2001. Foi da Direção Nacional da UJS e é professora da Escola Nacional João Amazonas do PCdoB. Atualmente é presidente da União Brasileira de Mulheres no estado de São Paulo e vice-presidente nacional da entidade. Organiza-se na Base da Vila Moraes, no Ipiranga, São Paulo, SP.



Marianna Dias, Direção Nacional

Estudante, 25 anos, filiada ao PCdoB desde 2011. Começou sua militância no Diretório Acadêmico de Pedagogia da UNEB, foi presidenta da União dos Estudantes da Bahia (2013-2015). Integrante do Comitê Estadual do PCdoB-BA (2013-2015), diretora da UNE (2015-2017). Atualmente é presidenta da UNE.



Moisés Diniz, Acre

Professor, 54 anos, filiado ao Partido desde 1985. Foi fundador do PCdoB em Tarauacá, Feijó, Jordão, Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima. Fundou entidades dos trabalhadores e mulheres em Tarauacá. É membro da Academia Acreana de Letras. Foi vereador e vice-prefeito de Tarauacá e foi deputado estadual por três mandatos. É presidente do PCdoB-AC e deputado federal. Organiza-se na Base dos Trabalhadores em Educação de Rio Branco.





Nádia Campeão, São Paulo

Engenheira agrônoma, 59 anos, ingressou no Partido em 1978. Foi secretária de Esportes da cidade de São Paulo, SP, vice-prefeita da cidade de São Paulo na gestão Hadad, integrou a Comissão Política Nacional do Comitê Central cessante, foi presidenta do Comitê Estadual do PCdoB-SP. Atua no Comitê Estadual do PCdoB-SP. Eleita para o Comitê Central desde o 7º Congresso (1988).



Nágyla Drumond, Ceará

Socióloga e professora, 41 anos, filiada ao Partido desde 2000. Foi assessora parlamentar federal, integra o Fórum Nacional sobre a Emancipação da Mulher, o Comitê Municipal de Fortaleza e o Comitê Estadual do PCdoB-CE. Eleita para o Comitê Central no 13º Congresso (2013).



Neide Freitas, Direção Nacional

Professora, funcionária pública, 45 anos, filiada ao Partido desde 1989. É secretária adjunta de Organização do Comitê Central cessante, e coordena o PCdoB Digital. Organiza-se no Distrital Centro do PCdoB Paulistano e, na Base Aclimação/Vila Mariana. Eleita para o Comitê Central desde o 13º Congresso (2013).



Nésio Fernandes, Tocantins

Médico e educador, 35 anos, filiado desde 2000, compôs o Comitê Central Estadual do Partido em Santa Catarina. Atuou no movimento estudantil na União Catarinense dos Estudantes, na UNE e presidiu a Junta das Nações da Escola Latino-Americana de Medicina em Cuba. Atualmente é presidente do Comitê Estadual do PCdoB no Tocantins e é secretário da Saúde da Capital, Palmas, TO.



Nivaldo Santana, Direção Nacional

Secretário Sindical Nacional do Comitê Central cessante, 64 anos, filiado desde 1980, foi presidente do PCdoB-SP e do Sindicato dos Trabalhadores em Saneamento de São Paulo, deputado estadual (1995-2007). É da Comissão Política Nacional do Comitê Central cessante. É atual secretário de Relações Internacionais da CTB. Eleito para o Comitê Central desde o 8º Congresso (1992).



Olgamir Amância, Distrito Federal

Professora universitária, 59 anos, ingressou no Partido em 1985. Foi secretária de Estado da Mulher no governo do Distrito Federal. Membro do Comitê Municipal de Planaltina-DF, integra o Fórum Nacional sobre a Emancipação da Mulher e o Comitê Estadual do PCdoB-DF. Representa a UBM no Conselho Superior do Instituto Federal Brasília (IFB) e no Fórum Nacional Popular de Educação. Atualmente é pró-reitora de Extensão na Universidade de Brasília (UnB). Eleita para o Comitê Central no 13º Congresso (2013).



Olival Freire, Direção Nacional

Professor universitário, 63 anos. Filiado ao Partido desde 1973. Foi dirigente do Partido na Bahia e em São Paulo. Atua na Área de Ciência e Tecnologia. Organiza-se no Comitê Distrital da UFBA. Eleito para o Comitê Central no 7º Congresso (1988) e reeleito desde o 12º Congresso (2009).





Olívia Santana, Bahia

Pedagoga, 50 anos, ingressou no Partido em 1988. Foi vereadora e secretária de Educação de Salvador, integra o governo do estado da Bahia e o Fórum Nacional sobre a Emancipação da Mulher. Atualmente é secretária de Trabalho, Renda e Esporte do estado da Bahia, membro da Comissão Política do Comitê Municipal de Salvador, dirigente do Comitê Estadual do PCdoB-BA. Eleita para o Comitê Central desde o 10º Congresso (2001).



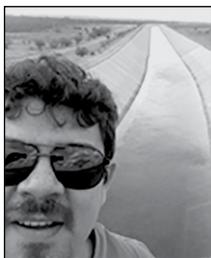
Orlando Silva, São Paulo

Graduando em Ciências Sociais, 46 anos, ingressou no Partido em 1989. Foi presidente da UNE e da UJS Nacional, foi ministro do Esporte. Atualmente é deputado federal e presidente do Comitê Estadual do PCdoB-SP. Integra a Comissão Política Nacional do Comitê Central cessante. Eleito para o Comitê Central desde o 10º Congresso (2001).



Osmar Júnior, Piauí

Advogado, 58 anos, filiado ao Partido desde 1981. Foi presidente do DCE da UFPI (1981-1982), vereador de Teresina-PI (1983-1988, 1991-1992), secretário municipal de Transportes da Prefeitura de Teresina-PI (1993-1994), secretário de Cultura do Governo do Piauí (1995-1998), vice-governador do estado do Piauí (1999-2006), deputado federal (2007-2014). Atualmente é presidente do Comitê Estadual do PCdoB-PI. Eleito para o Comitê Central desde o 10º Congresso (2001).



Ossi Ferreira, Pernambuco

Servidor público, formado em Administração, 39 anos, filiado ao Partido desde 1995. Foi presidente da União dos Estudantes Secundaristas de Petrolina (1996-1998), diretor da UBES em Pernambuco e coordenador do Coletivo da UJS na UBES (1999-2001), vice-presidente Regional da UNE (2003-2005), presidente da UJS de Pernambuco (2006-2007) e secretário nacional de Organização da UJS (2007-2009). Foi chefe do Escritório Político da deputada Luciana Santos em Pernambuco (2011-2015). Atualmente é secretário de Organização do PCdoB-PE.



Patrícia de Matos, Direção Nacional

Estudante, 24 anos, filiada ao Partido desde 2010. Foi eleita para compor a delegação de estudantes brasileiros no setor educacional do Mercosul através do programa Parlamento Jovem do Mercosul (PJM) coordenado pelo MEC, foi presidente do Grêmio do Centro de Ensino Médio Elefante Branco (CEMEB), em Brasília, diretora de Cultura da Executiva da UNE (2013-2015), coordenadora-geral do Circuito Universitário de Cultura e Arte da UNE (CUCA da UNE). Atualmente é diretora de Comunicação da Executiva Nacional da UJS. Organiza-se na Base de Comunicadores de São Paulo, SP.



Perpétua Almeida, Acre

Professora e bancária, 52 anos, ingressou no Partido em 1987. Foi deputada federal, e assessora no Ministério da Defesa. Integra o Comitê Estadual do PCdoB-AC. Eleita para o Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).





Raimunda Doquinha Gomes, Direção Nacional

Mestra em Educação pela UFAM, professora do setor público, 50 anos, filiada ao Partido desde 1994. Foi membro da direção estadual do PCdoB no Amazonas (1997-2010), onde assumiu diversas tarefas. Sindicalista há 30 anos, foi presidenta do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas (1999- 2005). Atua na Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) desde a sua fundação, foi secretária da Mulher Trabalhadora (2009-2013), secretária de Imprensa e Comunicação, sendo reeleita para o mesmo cargo (2017-2021). Eleita para o Comitê Central no 13º Congresso (2013).



Raimunda Leone, Rio de Janeiro

Metalúrgica, 47 anos, ingressou no Partido em 2002. Integra o Fórum Nacional sobre a Emancipação da Mulher e o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Integra o Comitê Estadual do PCdoB-RJ. Eleita para o Comitê Central desde o 12º Congresso (2009).



Rejane de Almeida, Rio de Janeiro

Enfermeira, 54 anos, filiada ao PCdoB desde 2005. Iniciou a militância no movimento sindical onde foi presidenta do Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro, foi diretora da CUT, da Federação Nacional dos Enfermeiros, presidenta do Conselho Regional de Enfermagem (Coren/RJ). É deputada estadual na sua segunda legislatura no Rio de Janeiro e do Comitê Estadual do PCdoB-RJ.



Renata Mielli, Direção Nacional

Jornalista, 45 anos, filiada desde 1988. Iniciou a militância na UJS, no movimento secundarista, foi coordenadora-geral do DCE da USP e da Executiva da UNE, presidente estadual da UJS-SP e da Executiva Nacional da UJS. Atualmente é secretária-geral do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé e coordenadora-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Integra a Secretaria Nacional de Mídia do Comitê Central cessante. Organiza-se na Base de Comunicadores de São Paulo, SP. Eleita para o Comitê Central desde o 13º Congresso (2013).



Renata Rosa, São Paulo

Filiada ao Partido desde 2007, 28 anos. Foi presidente municipal da UJS e do Comitê Municipal do Partido na cidade de Suzano. Secretária Estadual de Organização (2012-2014) e presidente estadual da UJS-SP por duas gestões e da Executiva Nacional da UJS (2014-2017). É do Comitê Estadual do PCdoB-SP desde 2013 e da Direção Nacional da UNEGRO.



Renato Rabelo, Direção Nacional

Ingressou no Partido em 1972, 75 anos. Foi presidente nacional do PCdoB (2001-2015), e integra a Comissão Política Nacional do Comitê Central cessante. Atualmente é presidente da Fundação Maurício Grabois. Eleito para o Comitê Central desde o 6º Congresso (1983).





Renildo Calheiros, Pernambuco

Geólogo, 58 anos, ingressou no Partido em 1979. Foi deputado federal, prefeito de Olinda, integra o Comitê Estadual do PCdoB-PE, e a Comissão Política Nacional do Comitê Central cessante. Eleito para o Comitê Central desde o 10º Congresso (2001).



Ricardo Alemão Abreu, Direção Nacional

Economista, 49 anos, filiado ao Partido desde 1986. Foi presidente do Grêmio do Colégio Palmares, vice-presidente do Centro Acadêmico da FEA-USP, diretor da UNE, e presidente nacional da UJS. Foi secretário nacional de Juventude (2001-2009), de Movimentos Sociais (2003-2009), e de Relações Internacionais (2010-2015) do Comitê Central do PCdoB. Secretário Nacional de Organização, da Comissão Política Nacional e da Comissão Executiva do Comitê Central cessante. É da Base do Prolam, no Comitê da USP. Eleito para o Comitê Central desde o 9º Congresso (1997).



Ronald Ferreira dos Santos, Direção Nacional

Farmacêutico, mestre em Farmácia pela UFSC, 47 anos, filiado ao Partido desde 1985. Foi do movimento estudantil secundarista e universitário, diretor da UNE (1991-1992), dirigente sindical da categoria farmacêutica desde 1993, do Comitê Estadual do PCdoB-SC desde 1990. Atualmente é presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos, há duas gestões da Direção Plena da CTB, e presidente do Conselho Nacional de Saúde.



Ronald Freitas, Direção Nacional

Advogado, 76 anos, filiado ao Partido desde 1972. Iniciou militância política na Ação Popular (AP) em 1962-1963, ingressou no Partido em 1972. Foi secretário nacional Sindical, secretário nacional de Finanças, secretário nacional de Organização e secretário nacional de Planejamento do Comitê Central. Durante a resistência à ditadura militar viveu 21 anos na clandestinidade. Atual secretário nacional de Finanças do Comitê Central cessante. Organiza-se na Base do Centro em São Paulo, SP. Eleito para o Comitê Central desde o 6º Congresso (1983).



Ronaldo Carmona, Direção Nacional

Cientista Social, 43 anos, filiado desde 1988. Foi diretor da OCLAE e de Relações Internacionais da UJS. É da Fundação Maurício Grabois, professor da Escola Nacional do PCdoB, foi da Comissão de Relações Internacionais do Comitê Central cessante. Eleito para o Comitê Central desde o 13º Congresso (2013).



Ronaldo Leite, Direção Nacional

Carteiro, 39 anos, ingressou no Partido em 1994. Iniciou sua militância no movimento estudantil aos 15 anos. Em 2002 foi eleito para a Direção Nacional da UJS, na tarefa da juventude trabalhadora. Desde 1998 é dirigente do Sindicato dos Correios do Rio de Janeiro, tendo exercido diversos cargos, atualmente como conselheiro fiscal. Foi secretário-geral da CTB-RJ (2009-2013) e presidente da CTB-RJ (2013-2017). Atualmente, exerce o cargo de secretário nacional de Formação e Cultura da CTB. Eleito para o Comitê Central desde o 13º Congresso (2013).





Rovilson Brito, São Paulo

Jornalista, professor universitário, pós-doutor em Comunicação pela USP, 50 anos, filiado ao Partido desde 1982. Foi presidente da UBES, presidente nacional da UJS. Atualmente é vice-presidente estadual do PCdoB-SP.



Rubens Diniz, Direção Nacional

Psicólogo, 42 anos, ingressou no PCdoB em 1989. Foi da direção nacional da UJS, secretário executivo da OCLAE, da Comissão de Relações Internacionais do Comitê Central. Atualmente é diretor da Fundação Maurício Grabois e coordenador da Comissão Auxiliar da Presidência Nacional do PCdoB. Organiza-se na Base do Prolam-USP, no Comitê da USP.



Rubens Júnior, Maranhão

Advogado, 33 anos, deputado federal pelo Maranhão. Integra o Comitê Estadual do PCdoB/MA.



Sérgio Barroso, Direção Nacional

Médico, 62 anos. Pós-graduado em Economia Social e do Trabalho (Especialista; Mestrado; Doutorando). Ingressou no Partido em 1979. Integra a Comissão Nacional de Formação e Propaganda do Comitê Central cessante. É da Diretoria (Estudos e Pesquisas) da Fundação Maurício Grabois. Organiza-se na Base do Centro, no Distrital Centro da cidade de São Paulo. Eleito para o Comitê Central desde o 7º Congresso (1988).



Socorro Gomes, Direção Nacional

Professora, 65 anos, ingressou no Partido em 1972, foi deputada federal, foi presidenta do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz (Cebrapaz), é presidenta do Conselho Mundial da Paz (CMP). Eleita para o Comitê Central desde o 8º Congresso (1992).



Valéria Morato, Minas Gerais

Professora, 50 anos, filiada ao Partido desde 2002. Membro do Comitê Estadual de Minas Gerais desde 2008, presidente do Sinpro/Minas gestão 2016-2020, presidente da CTB-MG gestão 2017-2021. Atualmente é presidente do Sinpro/Minas e da CTB-MG. Organiza-se na Base da Educação de Belo Horizonte.



Vanessa Grazziotin, Amazonas

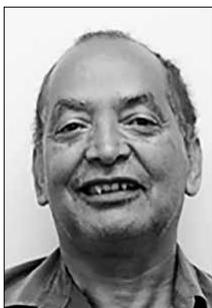
Farmacêutica, 56 anos, ingressou no Partido em 1980, foi presidente do DCE da Universidade Federal do Amazonas e diretora da Associação Estadual e da Confederação Nacional dos Professores. Foi vereadora de Manaus por três mandatos, exerceu três mandatos de deputada federal e é senadora da República e procuradora da Mulher do Senado Federal. Integra o Comitê Estadual do PCdoB-AM e a Comissão Política Nacional do Comitê Central cessante. Eleita para o Comitê Central desde o 9º Congresso (1997).





Vanja Andréa, Direção Nacional

Professora, 50 anos, filiada ao Partido desde 1987. Foi secretária da Mulher e vice-presidente do Comitê Municipal de Manaus, secretária da Mulher e vice-presidente estadual do PCdoB-AM, dirigiu a UBM-AM, membro dos Conselhos Municipal de Manaus e Estadual dos Direitos da Mulher, coordenadora do Escritório de representação no Amazonas da deputada federal, logo em seguida senadora, Vanessa Grazziotin. Atualmente é presidenta nacional da UBM. Organiza-se no Comitê Distrital Centro-Oeste de Manaus. Eleita para o Comitê Central no 12º Congresso (2009).



Vital Nolasco, Direção Nacional

Operário metalúrgico, 70 anos, ingressou no Partido em 1972. Foi vereador da cidade de São Paulo, SP, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, foi secretário nacional de Finanças do Comitê Central (2003-2013). Atualmente é secretário da Comissão de Controle do Comitê Central cessante, e secretário Sindical do PCdoB de São Paulo, SP. Organiza-se na Base do Butantã. Eleito para o Comitê Central desde o 8º Congresso (1992).



Wadson Ribeiro, Minas Gerais

Ingressou no Partido em 1993, 41 anos. Foi presidente da UNE, presidente nacional da UJS, e secretário executivo do Ministério do Esporte. Foi deputado federal (2015-2016) e atualmente é secretário de Desenvolvimento Integrado e Fóruns Regionais, e ouvidor-geral do estado de Minas Gerais. Eleito para o Comitê Central desde o 10º Congresso (2001).



Wagner Gomes, Direção Nacional

Metroviário, 60 anos, ingressou no Partido em 1977. Foi presidente nacional da CTB (2009-2013) e hoje é secretário-geral da CTB Nacional. Eleito para o Comitê Central desde o 9º Congresso (1997).



Walter Sorrentino, Direção Nacional

Médico, 63 anos, ingressou no Partido em 1973. Foi presidente do Comitê Estadual do PCdoB-SP e secretário nacional de Organização do Comitê Central (2002-2015). Vice-presidente nacional do Comitê Central cessante. Integra a Comissão Política Nacional e a Comissão Executiva do Comitê Central cessante. É presidente do Conselho Curador da Fundação Maurício Grabois, e é do Fórum Nacional sobre a Emancipação da Mulher. Diretor da União Brasileira de Escritores. Eleito para o Comitê Central desde o 7º Congresso (1988).



Wander Geraldo, São Paulo

Lustrador de móveis, 51 anos, filiado ao Partido desde 1985. Ex-presidente da Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), membro do Conselho da Escola de Samba Unidos do Peruche, dirigente estadual do PCdoB-SP. Atualmente é presidente do Comitê Municipal do PCdoB de São Paulo, SP. Organiza-se na Base Jardim Melo, no Distrital Cidade Ademar/Jabaquara. Eleito para o Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).



Perfil do Comitê Central



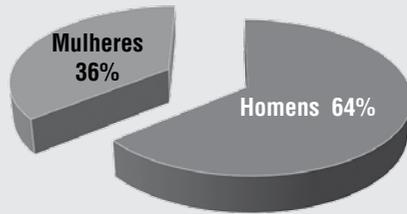
Comitê Central por faixa etária

Idade	Quantidade	Percentual
Até 29 anos	6	4,58%
30 – 39 anos	18	13,74%
40 – 49 anos	27	20,61%
50 – 59 anos	43	32,83%
60 a 69	22	16,79%
70 a 79	15	11,45%
Mais de 80 anos	0	0%



Comitê Central por gênero

Sexo	Quantidade	Percentual
Homens	84	64%
Mulheres	47	36%
Total	131	100%



Comitê Central por estados

AC	2	1,53%
AL	1	0,76%
AM	5	3,82%
AP	1	0,76%
BA	9	6,87%
CE	5	3,82%
DF	3	2,29%
GO	1	0,76%
MA	7	5,34%
MG	7	5,34%
PA	3	2,29%
PB	1	0,76%

PE	5	3,82%
PI	2	1,53%
PR	1	0,76%
RJ	8	6,11%
RN	1	0,76%
RS	4	3,05%
SC	1	0,76%
SE	1	0,76%
SP	11	8,40%
TO	1	0,76%
DN	51	38,93%

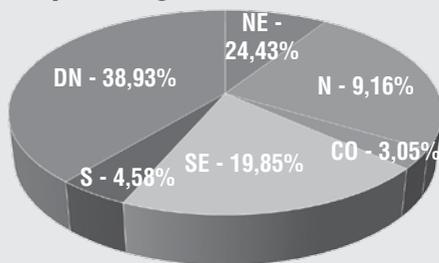
Total 22 UF + DN

Fonte: Secretaria Nacional de Organização



Comitê Central por Região

Nordeste (NE)	32	24,43%
Norte (N)	12	9,16%
Centro Oeste (CO)	4	3,05%
Sudeste (SE)	26	19,85%
Sul (S)	6	4,58%
Direção Nacional (DN)	51	38,93%



Fonte: Secretaria Nacional de Organização

Centenário da Revolução Russa: Legado, lições e a nova luta pelo socialismo



Os Impactos Mundial-Sistêmicos da Revolução Russa e as Perspectivas do Socialismo no século XXI



Intervenção de Luis Fernandes, membro da direção nacional do PCdoB.

LUIS FERNANDES

A Revolução Russa deixou um amplo legado e marcas profundas na evolução do sistema internacional, bem como um conjunto de conquistas e realizações para toda a humanidade.

▼ A ruptura sistêmica mundial

A Revolução Russa tem como singularidade principal o fato de ter dado origem à primeira experiência mais prolongada de estruturação de



um sistema econômico e político alternativo ao capitalismo no mundo.

Ao longo de sua trajetória, a Revolução Russa cindiu a antiga economia capitalista mundial em dois sistemas mundiais opostos e antagônicos: um capitalista, que se manteve globalmente hegemônico no mundo, e outro socialista que, apesar de se manter em condição contra-hegemônica, chegou a abarcar mais de um terço da população do planeta e quase um quinto do seu território.

Essa ruptura sistêmica constituiu a ordem mundial da Guerra Fria, que dominou a evolução do sistema internacional na maior parte da segunda metade do século XX. Não se tratava, portanto, de um confronto geopolítico tradicional, e sim de uma polarização intersistêmica de novo tipo no mundo.

▼ A questão social na agenda mundial

Nos marcos dessa clivagem intersistêmica, a Revolução Russa introduziu a questão social na agenda mundial de forma abrangente e profunda. Isso se deu tanto por suas realizações diretas – como a acelerada redução da desigualdade no contexto da socialização dos meios de produção, a promoção ativa de direitos sociais, com o massivo acesso à educação; o acesso e o direito à saúde; o acesso à cultura e à produção cultural; a ampliação de direitos do trabalho, inclusive a garantia do próprio trabalho com o fim do desemprego; a expansão dos direitos das mulheres e a ativa promoção da sua inserção na esfera pública –, mas também de forma indireta, ao induzir a expansão de direitos sociais e trabalhistas nos próprios países capitalistas, sobretudo na Europa, que era o “palco principal” da Guerra Fria no mundo.

A disposição das elites econômicas e políticas dos países capitalistas em montar estruturas de “Estados de Bem-Estar” e sistemas de proteção social estava diretamente relacionada à sua estratégia de contenção da influência da União Soviética e do antigo campo socialista na Europa e no mundo.

▼ Imperialismo e colonialismo

Devemos também à Revolução Russa o formato atual do sistema internacional. Há cem anos, quando a Revolução de Outubro triunfou no antigo Império Russo, praticamente metade do território do planeta estava sob jugo de potências coloniais capitalistas, seja por colonização aberta e direta, seja pela subjugação de governos que mantinham uma independência formal, mas estavam subordinados ao poder extraterritorial das potências coloniais.

A União Soviética, em primeiro lugar, e o conjunto do campo socialista em seguida, incorporaram a luta contra o colonialismo e o imperialismo como pedra angular das suas políticas externas. O seu apoio militar, político, diplomático, econômico e moral às lutas de libertação dos povos coloniais, semicoloniais e dependentes teve impacto decisivo nos processos de descolonização que varreram o mundo no século XX, dando ao sistema internacional a conformação que ele tem hoje, baseada, pelo menos formalmente, nos princípios da autodeterminação dos povos e da igualdade entre os Estados.

▼ A derrota do nazi-fascismo

Não há como deixar de registrar, igualmente, a contribuição dada à humanidade pela União Soviética ao ter sido a força decisiva na derrota do nazi-fascismo na Segunda Guerra Mundial. Basta lembrar que quase 80% de todas as baixas sofridas pelas forças do Eixo no conflito foram infligidos na chamada “Frente Oriental” da guerra. Ou seja, foram baixas infligidas às forças comandadas pela Alemanha de Hitler pela resistência e contraofensiva dos povos soviéticos e do Exército Vermelho à “Operação Barbarossa” de invasão da URSS. Vinte milhões de cidadãos e cidadãs soviéticos – um sexto da população da URSS – perderam a vida para garantir a derrota do nazi-fascismo na Segunda Guerra Mundial.



▼ Ciência e tecnologia

Outra contribuição fundamental da Revolução Russa para a humanidade foi o seu impacto sobre o desenvolvimento científico e tecnológico mundial. Desde o início, a URSS investiu fortemente em educação, em ciência básica, se constituiu como uma potência científica mundial, e alcançou, sobretudo no pós-guerra, a dianteira tecnológica em áreas importantes, entre as quais se destaca a área aeroespacial, com o lançamento do primeiro satélite artificial, o Sputnik, e a primeira viagem humana ao espaço com o cosmonauta Gagarin, em 1961.

Essa dianteira científica e tecnológica alcançada pelo mundo do socialismo deflagrou, por reação, um gigantesco incremento de investimentos e a reconfiguração dos sistemas de Ciência e Tecnologia nos países capitalistas, com o objetivo de recuperar o predomínio científico-tecnológico mundial. Algumas instituições fundamentais na área de Ciência e Tecnologia que conhecemos hoje – como a própria NASA – foram criadas como resposta direta às conquistas científicas e tecnológicas da Revolução Russa.

No Ministério da Defesa dos Estados Unidos criou-se uma unidade especial para financiar projetos estratégicos, a Agência para Projetos Avançados de Pesquisa de Defesa (DARPA), que procurava justamente se contrapor aos avanços tecnológicos alcançados pela União Soviética nessa área. As agências responsáveis pela promoção do desenvolvimento científico-tecnológico na área de Defesa dos EUA – com destaque para a DARPA – financiaram diretamente as principais rupturas tecnológicas na área de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC's) que conformaram a chamada Terceira Revolução Industrial, ou Revolução Técnico-Científica-Informacional. Ou seja, a sociedade do conhecimento foi criada no mundo sob o impacto da Revolução Russa, e em resposta às realizações científicas e tecnológicas da União Soviética.

▼ Derrocada complexa

Ao comemorar e celebrar o centenário da Revolução Russa, o fato é que, apesar das realizações monumentais relatadas e do denodado heroísmo com que o povo soviético enfrentou e superou situações de extrema adversidade, a União Soviética foi desmantelada e o bloco socialista foi dissolvido no final do século XX. E isso sem enfrentar um confronto militar aberto, frontal, direto, com as potências capitalistas, com as quais a União Soviética já mantinha uma situação de paridade militar estratégica.

Compreender as razões e os fatores determinantes que levaram a esse colapso singular é fundamental para as forças que querem encontrar os caminhos para construção e afirmação de um socialismo renovado no século XXI.

Entendo que foram determinantes para esse colapso singular da URSS as características particulares assumidas por seu sistema socialista no contexto de um cerco capitalista extremamente hostil e agressivo. O imperativo da rápida montagem de uma base industrial que pudesse ser convertida para ações de defesa diante de ameaças contínuas e iminentes de invasão levou essa experiência socialista pioneira a assumir a forma de uma economia socialista de guerra, com estatização integral de todas as forças produtivas e coletivização forçada da agricultura. Uma economia de comando administrativo de todas as principais decisões econômicas; de alocação administrativa centralizada de todos os fatores e insumos de produção; de conformação do poder altamente concentrado em torno da estrutura vertical de comando do seu partido dirigente.

Esse formato teve sucesso em promover a transição da URSS (e dos demais países do bloco) para o socialismo e sustentar índices elevados de crescimento e desenvolvimento econômico durante a etapa que poderíamos caracterizar como de “modernização” das suas bases econômicas, cujo desafio principal era o de superar o atraso herdado das formações sociais periféricas ou semiperiféricas anteriores.



No entanto, quando o desafio principal passou a ser o da elevação da produtividade social das unidades fabris já montadas no exitoso esforço de industrialização socialista, esse modelo de socialismo foi perdendo dinamismo. Ele enfrentou crescentes dificuldades para disseminar o progresso técnico na economia e na sociedade socialista.

A União Soviética foi perdendo dinamismo econômico à medida que não conseguia responder a essa encruzilhada, a esse desafio da inovação, ficando para trás em relação aos países capitalistas centrais precisamente quando se operava uma nova revolução tecnológica nas bases produtivas desses países com profundas e amplas consequências sociais (a já mencionada Terceira Revolução Industrial, ou Revolução Técnico-Científica-Informacional).

Ou seja, com o tempo, o modelo socialista soviético revelou baixa propensão à inovação – com exceção da área militar propriamente dita, no contexto do agudo conflito intersistêmico da Guerra Fria – levando à crescente perda de dinamismo das economias e sociedades que o adotavam como paradigma.

A incapacidade de gerar alternativas sistêmicas a essa “encruzilhada da inovação” está no coração do colapso dessas experiências, porque ela engendrou uma crise de perspectivas na própria direção dos seus Estados, crescentemente cética em relação à sua capacidade de sustentar os custos (financeiros, organizativos, políticos e sociais) associados à ruptura mundial sistêmica engendrada pela Revolução Russa. No caso da direção do próprio Estado soviético, esse autoquestionamento evoluiu rapidamente, no final dos anos 1980, para posições de autonegação e, por fim, de capitulação que resultaram no próprio desmantelamento da União Soviética e do antigo campo socialista na Europa Central e do Leste.

▼ Perspectivas da luta pelo socialismo no século XXI

Os caminhos para a renovação do socialismo no século XXI exigem o enfrentamento da “encruzilhada da inovação” que vitimou as experi-

ências referenciadas no modelo socialista soviético no século XX. Duas vertentes principais se apresentam neste caminho de renovação.

A primeira é a das experiências de reforma e renovação nos países que afirmam e reafirmam a sua orientação socialista no mundo atual. Praticamente todos procuram reestruturar os seus sistemas econômico-sociais inspirados, em alguma medida, pela experiência da Nova Política Econômica (NEP) adotada pela URSS nos anos 1920: estruturando sistemas econômicos com variadas formas de propriedade, com predomínio da propriedade social, e expandindo a operação do mercado ainda que sob controle e direção do Estado. O sucesso dessas experiências de renovação do socialismo está no coração da profunda transição em curso no sistema internacional hoje, tendo como carro-chefe a impressionante e fulgurante ascensão da China.

A segunda vertente de renovação da luta pelo socialismo é a possibilidade de, no contexto do desenvolvimento desigual do capitalismo – onde as potências capitalistas centrais perdem dinamismo econômico por conta do caráter cada vez mais *rentista* e parasitário do capital financeiro –, estruturar projetos nacionais de desenvolvimento nos países capitalistas dependentes. E de construir, a partir desses projetos nacionais de desenvolvimento, novos polos econômicos e políticos no sistema internacional. Essa é uma possibilidade apontada teoricamente pelo próprio Lenin, dirigente da Revolução Russa, na sua teorização sobre o desenvolvimento desigual do capitalismo na sua fase imperialista. E, sem a existência de um campo socialista, a estruturação de projetos nacionais de desenvolvimento de conteúdo objetivamente antiimperialista se transforma no caminho principal de acumulação de forças para o socialismo nos países capitalistas dependentes no século XXI. Trata-se de um caminho estratégico de acumulação de forças que será necessariamente prolongado, mas que já vem registrando êxitos e reposicionamentos importantes em países da semiperiferia e da periferia do sistema capitalista.



Já que o tom deste congresso é poético, quero me referir ao poema-tema de Thiago de Mello que nos inspira: “faz escuro, mas eu canto”. Se o colapso da União Soviética e do antigo campo socialista tornou ainda mais escura a sombra lançada pelo capitalismo no mundo, as profundas mudanças em curso indicam que “a manhã vai chegar”. E se “outros outubros virão” – e virão –, como diz outro lema deste encontro, certamente esses outubros terão de trilhar caminhos diferentes do outubro original que lhes serve de inspiração.

Luis Fernandes, professor do Instituto de relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio e da UFRJ. Membro da direção nacional do PCdoB.

O socialismo é uma exigência calcada na história



Intervenção de Renato Rabelo, presidente da Fundação Maurício Grabois

RENATO RABELO

Continuum atuais e mais exigentes — para nós comunistas e para os amantes do avanço civilizacional — as análises acerca da Grande Revolução de Outubro na Rússia e as experiências revolucionárias no século 20, com o intuito de delas retirar ensinamentos.

A visão secular de pôr fim à exploração do homem pelo homem e de progredir no sentido da construção de uma nova sociedade — o socialismo —, por meio da superação revolucionária do capitalismo, permanece atual e com mais evidência.



▼ O socialismo nasce no século 20

O socialismo não é resultante apenas da vontade subjetiva, da vontade humana, mas sim de um processo objetivo das contradições essenciais do capitalismo. É uma exigência calcada na história.

O socialismo nasce e dá os primeiros passos no século 20. A Comuna de Paris, ocorrida em 1871, no século anterior, durou apenas dois meses, circunscrita à capital francesa. Por ter sido uma revolução extemporânea Marx caracterizou-a, na sua célebre conclusão, como um “Assalto aos céus”.

Mas ele procurou extrair com muito empenho não só a razão dessa heroica epopeia revolucionária, mas também sobretudo as lições dessa primeira tentativa revolucionária do proletariado. Esses ensinamentos de Marx, da sua reflexão sobre a Comuna, foram uma base inicial para Lênin quase 50 anos após ter pelo menos certos lineamentos para a edificação da Sociedade Soviética que deveria ser implantada.

As experiências históricas de estruturação continuada de um sistema socialista alternativo ao capitalismo começam somente no início do século 20. A primeira experiência — a Revolução Soviética — durou pouco mais de setenta anos. É um tempo exíguo para prevalecer como nova formação política, econômica e social no curso da história. Desde a formação primária do capitalismo foram necessários três séculos para que este suplantasse o feudalismo.

Na evolução histórica da humanidade, as novas formações políticas, econômicas e sociais de uma nova época, como modos fundamentais de produção, realmente não se realizam de vez, de forma direta e em tempo breve. É um processo histórico prolongado, compreendendo etapas, nas quais o novo que dará a estrutura e superestrutura, a nova sociedade que vai nascendo, envidará combate prolongado com os valores, ideias e instituições da velha sociedade para poder prevalecer.

Não é iminente a queda do capitalismo, embora objetivamente seja crescente sua incapacidade de responder, e resolver – em verdade, só os tem agravado –, aos grandes impasses, produtos do próprio sistema, que impedem o avanço civilizacional.

Hoje as forças da produção atingem um patamar gigantesco nunca visto, embasadas no desenvolvimento moderno da ciência, da tecnologia e da inovação. No entanto, as relações de produção capitalistas e o seu regime distribuidor da riqueza, em conjunto, vão sendo cada vez mais impotentes na finalidade de transformar essa imensa capacidade produtiva e de riqueza em proveito de toda a humanidade.

Em contraste, a verdade é que o capitalismo expõe um sistema crescentemente concentrador, gerando a mais profunda desigualdade social, maior marginalização de enormes contingentes vivendo na pobreza extrema, e profundas assimetrias regionais no nível de desenvolvimento.

▼ Nova luta pelo socialismo

A nova luta pelo socialismo parte da análise das lições das experiências revolucionárias e de construção do socialismo no século 20, sobretudo do primeiro grande empreendimento revolucionário na União Soviética, do qual neste ano e mês comemoramos o centenário. Do experimento revolucionário de grande dimensão, vitorioso após a Segunda Guerra Mundial, a revolução chinesa; já em final da década de 1950, a gloriosa revolução cubana; e em meados da década de 1970 o povo heroico do Vietnã derrota o exército de ocupação do imperialismo estadunidense. E assistimos a vários outros importantes acontecimentos revolucionários, como os sucedidos na Coreia Popular e no Laos.

A revolução proletária soviética no século 20 teve de se desenvolver e se consolidar em circunstâncias históricas concretas excepcionais e singulares, das quais resultaram dilemas estruturais, que exigiram soluções históricas inovadoras e heroicas.



A evolução da história mundial no século passado tem sido marcada pela implantação e o desmoronamento da primeira experiência revolucionária – a revolução soviética. (*Breve século 20*, Eric Hobsbawm). Ela é um imenso laboratório da experiência revolucionária do proletariado pelo que alcançou, e sobretudo pelo que causou: vasto impacto transformador em todo o século passado. É um gigantesco acervo da história moderna que transmite lições para as novas lutas revolucionárias de então, e da construção da transição socialista contemporânea.

Hoje, o capitalismo contemporâneo em crise sistêmica e estrutural aprofunda os seus desígnios de maior domínio, e vasta exploração global do capital financeiro e monopólios, na forma crescente de capital fictício e rentista; e de insaciável domínio imperialista, que provoca golpes, intervenções, guerras neocoloniais e imposição geopolítica aos países na periferia e semiperiferia do sistema internacional.

A nova luta pelo socialismo transcorre no século 21 em um contexto mundial de profundos desequilíbrios e tensões, transição de novos polos de poder, desigualdades econômicas e sociais que se agigantam, e de persistência das exigências atuais objetivas e subjetivas para uma nova luta que suplante o capitalismo. Por isso, os partidos comunistas e revolucionários e todas as organizações amantes do progresso social são indispensáveis e têm vida longa.

Já vai longe, apesar do pouco tempo, o senso comum instalado pelos “profetas” do fim da história e da eternidade do capitalismo, após o fim da União Soviética. Fica mais evidente que – apesar da grande derrota estratégica do socialismo como sistema mundial, na sua primeira experiência – o comunismo na sua etapa socialista não morreu.

Ao contrário, o socialismo nasceu no século 20 e continua em nova luta e em nova dimensão no século atual!

Em nossa compreensão, buscamos, nesse conceito de “nova luta pelo socialismo”, interpretar o programa emancipador e o seu curso nas

experiências socialistas contemporâneas, nas inúmeras lutas atuais nos países centrais do sistema capitalista, e nos países da periferia e semi-periferia desse sistema mundial, nas quais crescem de variados modos a orientação pela luta anticapitalista e anti-imperialista.

▼ Experiências contemporâneas do socialismo

Antes de tudo a construção do socialismo na União Soviética atravessou uma época caracterizada por uma realidade que resultou no dilema estrutural de ter de combinar a construção do socialismo em condições históricas singulares:

Ou seja, a superação acelerada do atraso herdado, em função da situação semiperiférica da Rússia e das condições excepcionais da época, de fim da Primeira Guerra Mundial e preparação da Segunda Guerra Mundial. E sequer esse primeiro grande feito revolucionário aconteceu nos países capitalistas mais desenvolvidos, como previa Marx, sequer a vitória da revolução soviética impulsionou o avanço da revolução nos países capitalistas mais desenvolvidos da Europa, favorecendo a consolidação do novo Estado dos soviets, como previa Lenin.

Esses dilemas estruturais, decisivos para a edificação das sociedades socialistas, têm hoje, nas experiências chinesa (desde 1978), vietnamita (desde 1986) e, mais adiante, a cubana (desde 2011), alternativas próprias que vêm conseguindo superar os impasses estruturais e dar materialidade ao socialismo na atual quadra histórica.

Essas experiências se distanciam, portanto, do “modelo soviético” de um período excepcional, abrindo o caminho na transição socialista atual e incorporando formas contemporâneas.

O início dessas experiências revolucionárias mencionadas teve como premissa, durante o século 20, a constituição do Estado de caráter nacional, democrático e popular, hegemônico pelas forças interessadas nessa transição à nova sociedade – os trabalhadores, camadas médias aliadas e forças patrióticas.



Em todas elas a questão nacional – independência e soberania – tem sido primordial tanto para a conquista do poder de Estado, quanto para a construção do socialismo, através da formação de um Estado nacional de democracia popular poderoso, com instituições políticas e jurídicas originárias do êxito revolucionário, que hoje dirigem essas experiências.

▼ Duas questões que enriquecem o debate sobre o socialismo contemporâneo

O debate sobre a configuração do socialismo contemporâneo é enriquecido por duas questões:

Primeira: Quando se volta a Marx, na *Crítica ao Programa de Gotha*, ele delinea que o socialismo é um extenso período histórico da transição entre o capitalismo e o comunismo, cujo princípio distribuidor da riqueza no socialismo é “de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo o seu trabalho.”

Assim, pode transcorrer nessa longa transição, a partir do início, a adoção de formas variadas de propriedade, persistência da economia de mercado, sob orientação do Estado socialista, sendo o trabalho a medida da distribuição da renda e da riqueza. É também de Marx a visão esboçada de que a nova sociedade nasce das “entranhas da velha sociedade”. E do mesmo modo, também a mudança da infraestrutura econômica e social não reflete uma mudança automática na superestrutura e, sobretudo, na consciência social das pessoas, exigindo um processo mais longo e complexo.

A segunda questão que enriquece o debate é quando vem à superfície o contexto histórico: O socialismo irrompe desde o início do século 20 em sociedades capitalistas relativamente atrasadas ou pré-capitalistas, impondo às forças dirigentes como tarefa primária o desenvolvimento da riqueza material e não de socialização da riqueza material (in) existente. Por isso a centralidade do desenvolvimento das forças produtivas nas experiências socialistas.

Na visão marxista, o socialismo tem como pressuposto elevada riqueza social – daí o previsto era surgir nas sociedades capitalistas mais desenvolvidas – que lhe permita afirmar o socialismo como superior ao capitalismo. De forma direta não há socialismo na pobreza, cujo efeito seria generalizar a miséria.

▼ O Socialismo no curso histórico contemporâneo

Compreender a construção do socialismo no curso histórico contemporâneo, tanto nas experiências atuais quanto nas passadas, reside no fato de o socialismo existir e operar dentro dos marcos de uma economia globalizada hegemônica pelo capitalismo e seus monopólios produtivos e financeiros.

Em suma, as etapas iniciais do socialismo estão envoltas em condições objetivas e subjetivas herdadas do capitalismo e acontecem em sociedades cuja base material ainda é de escassa riqueza social, cercada pelo capitalismo globalizado.

Portanto, a configuração do socialismo contemporâneo nas condições históricas atuais segue caminhos baseados na teoria marxista-leninista, e o seu desenvolvimento conforme as peculiaridades de cada país.

A construção da sociedade pós-capitalista é um gigantesco processo de aprendizagem. Trata-se de construir uma sociedade totalmente nova, num curso inédito, que inevitavelmente implica tentativas e erros.

E as condições objetivas históricas – nacional e internacional – podem levar a diferentes alternativas de como viabilizar o empreendimento da construção da nova sociedade: a Rússia soviética nos primeiros 20 anos passou por três experimentos (modelos) postos em prática.

A República Popular da China foi a primeira a dar os passos iniciais para a configuração à transição ao socialismo, na época atual, a partir da alternativa consagrada de “Reforma e Abertura”, depois de trinta anos de busca de alternativa. O Vietnã seguiu a alternativa intitulada de



“Renovação” que abriu caminho para seu impetuoso desenvolvimento nacional das forças produtivas e avanço e modernização socialista. E Cuba, mais recentemente, a partir de sistemático debate em toda a sociedade traçou os delineamentos da *Atualização Socialista*, que imprime novo impulso em sua economia e na sua modernização socialista.

Na República Popular da China, os resultados das suas reformas iniciadas em 1978 têm sido impressionantes como vem acontecendo. Trata-se de trajetória prolongada e sustentada de desenvolvimento sem precedentes na história moderna. Marca a profunda transição atualmente em curso na ordem mundial – poder ascendente da China no sistema internacional.

O caminho seguido pela China vem estruturando um amplo e sólido sistema nacional de desenvolvimento tecnológico e de inovação, superando o monopólio das potências capitalistas, para acelerar a disseminação do progresso técnico na sua economia. Hoje a China já é a primeira economia mundial medida pelo critério de paridade do poder de compra (ppc).

E agora, diante das resoluções do 19º Congresso do Partido Comunista da China – fato momentoso deste ano –, é indicada uma “Nova era” no desenvolvimento histórico da República Popular, reunindo as condições de influir decisivamente nos rumos do atual e futuro período histórico deste século.

Acredito que o movimento comunista e revolucionário vive uma quadra que se segue ao aprofundamento dos dados empíricos, análise multilateral e desenvolvimento teórico que fornecem elementos para o debate acerca da compreensão do socialismo contemporâneo e a da sua perspectiva.

O PCdoB e sua Fundação Maurício Grabois têm procurado, dentro das nossas possibilidades, se dedicar ao estudo e pesquisa dessas experiências passadas e atuais, sendo uma questão decisiva para fundamentar e reavivar a perspectiva socialista e comunista.

▼ As três grandes lutas atuais que estão na linha de uma nova luta pelo socialismo

Por fim, relacionamos as três grandes lutas atuais que se desenvolvem de um modo ou de outro na linha de uma nova luta pelo socialismo:

1) Uma luta em meio ao movimento dos trabalhadores e forças avançadas nos países capitalistas mais desenvolvidos contra o desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social, e a retomada de uma estratégia que desvende o caminho para superação do capitalismo.

2) Uma luta crescente pelo avanço de um Projeto Nacional de Desenvolvimento nos países na semiperiferia e na periferia do sistema capitalista mundial. O mal-estar gerado pela crise da globalização neoliberal evidencia a emergência da questão nacional, do anti-imperialismo e das causas populares como tendência da luta dos povos.

3) Uma luta no âmbito mundial cuja vanguarda são os países que se empenham na construção socialista contemporânea, capazes de reduzir a desvantagem e o atraso em relação aos países capitalistas, sendo a China a experiência mais desenvolvida.





Maranhão: Pronunciamento do Governador Flávio Dino



Homenagem ao Maranhão do presente e do futuro



O poeta Joan Edesson homenageou em verso a obra de Flávio Dino

JOAN EDESSON DE OLIVEIRA

Joan Edesson de Oliveira, poeta, escritor e mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará, pertence à categoria dos artistas populares. É daquela linhagem de Solano Trindade, que merecidamente teve um livro publicado com sua obra intitulado *O poeta do povo*. No 14º Congresso do PCdoB, Joan tocou os presentes com essa homenagem ao governador do estado do Maranhão, Flávio Dino. Com palavras que ressaltam a obra de um governo popular, o poeta traduziu o mundo velho sendo suplantado por ideias novas que florescem quando se semeia o futuro.



▼ Leia a íntegra do poema:

Das entranhas mais profundas da nação
 Vem uma voz a clamar por liberdade
 Uma voz que une o campo e a cidade
 E se estende desde a praia ao sertão
 É a voz do povo do Maranhão
 Que de Cosme e Gonçalves é herdeiro
 E como dantes, no presente é pioneiro
 Pra fazer um mundo novo e sem igual
 É o balaio, é o tamoio imortal
 É a voz do nosso povo brasileiro

Maranhão, esse estado pequenino
 Que ao longo de décadas foi pilhado
 Por um bando cruelmente saqueado
 Toma agora nas mãos o seu destino
 Sob a firme condução de Flávio Dino
 O seu futuro começa a construir
 Sem temor e sem medo do porvir
 Ergue ali as bases do Brasil novo
 Flávio Dino, os comunistas e o povo
 Mostram a nós os caminhos a seguir

O valente Maranhão se agiganta
 No governo, Flávio Dino se desdobra
 E a cada dois dias, uma obra
 De mãos dadas com o povo ele levanta
 Sem descanso, o seu governo luta e canta
 E a escola de taipa cai por terra
 Quando cai, o passado ela soterra
 E o futuro vem da escola nova e bela
 Feito herdeiro da Lagoa Amarela
 Dino é um Cosme pelejando em outra guerra.

Joan Edesson

Flávio Dino governa o Maranhão com a tradição do PCdoB



Renildo Calheiros anuncia o pronunciamento do governador Flávio Dino

RENILDO CALHEIROS

Pessoal, eu estava pensando ali na mesa em dar uma animada no plenário, mas o nosso poeta (Joan Edesson) já fez isso. Vim aqui para anunciar um dos principais momentos deste nosso Congresso. Vamos ouvir logo em seguida um jovem talento da política brasileira. Um jovem advogado. Professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), ex-magistrado com uma carreira brilhante, que teve coragem e ousadia, pelo seu compromisso com o povo, de renunciar à carrei-



ra na magistratura, filiar-se ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e retomar a sua militância política. Foi eleito deputado federal. Teve na Câmara dos Deputados uma carreira extraordinária.

Dentro de pouco tempo, Flávio Dino se tornou um dos principais interlocutores políticos no Congresso Nacional. Foi relator da matéria mais difícil que tramitava naquela Casa, a reforma política. Tem o respeito e o carinho não só do PCdoB, mas também de todas as lideranças do Brasil. É tido por todos que acompanham a política como um quadro muito promissor. Ele é dessas figuras que a gente olha e, pelo talento, pela desenvoltura, pela capacidade são capazes de se projetarem como um político de grande futuro.

Flávio Dino realiza hoje um dos maiores desafios que um homem público pode cumprir: governar um estado grande, mas pobre, que viveu durante muitas décadas sob o domínio de uma oligarquia politicamente muito competente, e por isso adversários muito difíceis. E foram derrotados por Flávio Dino, que faz hoje um governo que enche os olhos de todo mundo. E olhem que ele governa num período de crise! Um período em que o Brasil praticamente é uma nau desgovernada.

O país em crise, em recessão, e mesmo assim Flávio Dino tem conseguido feitos extraordinários. No Maranhão os servidores recebem salário em dia e têm políticas de aumento salarial. É um estado que acaba de construir e inaugurar sete centros de educação tecnológica, construiu seis grandes hospitais e conta com mais de quinhentas obras em pouco mais de mil dias de governo. Em um período de crise, camaradas, isso é um feito extraordinário!

Flávio Dino tem sempre um olhar para os mais necessitados. A prioridade do seu governo é educação, desenvolvimento econômico e geração de empregos. Governa com transparência e com toda atenção à necessidade das políticas públicas. Flávio Dino agigantou-se na luta contra o golpe, contra o *impeachment*, rompeu as fronteiras do Maranhão

e transformou-se numa das principais lideranças brasileiras. É este jovem um dos principais líderes do país. Lidera esta nova geração que vai chegando no cenário nacional.

A Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), que trabalha muito com estatísticas econômicas, projeta para o Brasil um crescimento que varia de 0 a 0,7%. Essa mesma Firjan projeta para o estado do Maranhão um crescimento cinco vezes maior. Então, vejam que não estamos falando de uma coisa qualquer. É um grande desafio que Flávio Dino está realizando. Esse mesmo desafio a Luciana Santos (ex-prefeita de Olinda pelo PCdoB) já teve e o Edvaldo Nogueira (prefeito de Aracaju pelo PCdoB) está tendo agora. Eu já tive a oportunidade de ser prefeito da cidade de Olinda e sei o que é governar sem recursos numa região pobre.

Mas também posso lhes dizer que o Flávio Dino sente isso no peito. Não há nada que encha mais a pessoa de orgulho do que ser eleito governador por milhões de maranhenses. Milhões de pessoas que um dia acordaram, escovaram os dentes, vestiram a melhor roupa, foram para uma fila enfrentar horas e horas para dizer: o meu governador será Flávio Dino. Este homem carrega em seus ombros uma responsabilidade muito grande. Não só por enfrentar uma oligarquia, não só por ser jovem, mas também por carregar a tradição do Partido Comunista do Brasil.

Sabe ele que precisa fazer o melhor porque isso é uma referência para nós e para o Brasil. E haverá de ajudar muito na elaboração do Programa e daquilo que a Manuela D'Ávila irá defender na sua candidatura presidencial; ou melhor, na nossa candidatura presidencial. Terminei exaltando o que disse talvez o maior poeta de sua terra, Gonçalves Dias: *“Minha terra tem palmeiras,/ Onde canta o sabiá,/ As aves que aqui gorjeiam,/ não gorjeiam como lá./ Nosso céu tem mais estrelas,/ nossas várzeas têm mais flores,/ nossos bosques têm mais vida,/ nossa vida mais amores.”*. E agora, daqui para frente, temos também nosso governador.



Renildo Calheiros foi deputado federal e prefeito de Olinda.
É membro da direção nacional do PCdoB.



Pronunciamento do governador Flávio Dino durante o 14º Congresso

Flávio Dino:
Há muita ciência e muita paixão
naquilo que a gente faz

Companheiros e companheiras, quero saudar o plenário deste Congresso do nosso Partido Comunista do Brasil, cumprimentando muito especialmente a nossa presidenta Luciana Santos e a nossa bancada do Maranhão.



Começo citando um grande marxista, Gramsci, para iluminar um pouco o que será a brevíssima exposição que farei aqui. Antonio Gramsci – numa de suas sínteses dialéticas, que nós conhecemos e repetimos à exaustão, inclusive como um dos aforismos que baseiam a nossa teoria – sempre nos lembrava que temos que casar criticidade com otimismo na ação. E o objetivo desta intervenção é exatamente impulsionar o otimismo, ou seja, mostrar como – apesar da escuridão, das trevas e dos retrocessos nesta quadra de dificuldades que vivemos – é possível realizar um governo criativo, imaginativo e audacioso. Portanto, farei uma breve síntese do que tem sido a prática do nosso Partido à frente do governo do Maranhão.

É claro que começo agradecendo muito. Quero agradecer em primeiro lugar ao povo do Maranhão, sobretudo ao povo mais pobre do nosso Estado, que é quem constrói a nossa experiência de governo todos os dias e jamais nos abandona. Depois, quero agradecer a todos os nossos aliados, porque nós não construímos essa experiência de governo sozinhos. Aliás, um dos principais méritos que temos hoje na condução do governo, além da firmeza de rumo, é a amplitude. Não temos exclusivismos de nenhum tipo e com isso conseguimos fazer com que todos os nossos aliados de 2014 continuem conosco e novos aliados se somem. Obviamente, só podemos concretizar ações transformadoras reunindo forças capazes de quebrar a inércia peculiar do modelo político coronelista e oligárquico que enfrentamos. Por isso, agradeço muito aos nossos aliados. Agradeço especialmente ao PCdoB, tanto à militância quanto aos dirigentes comunistas de todo o país que acompanham a nossa experiência de governo, porque isso é decisivo. Audácia, imaginação, criatividade-

de e coragem não são virtudes que se exercitem individualmente. Há uma dimensão coletiva nisso tudo, já que ninguém faz transformação sozinho. Por isso este agradecimento especial à militância do PCdoB, em todo o país e, particularmente, aos companheiros e companheiras do Maranhão que aqui estão presentes e que constroem o Partido todos os dias conosco.

Ontem, assistimos a um vídeo do poeta Thiago de Mello em que – numa outra síntese dialética e que também ilumina esta exposição – ele fala que, para haver uma ação revolucionária, é preciso conjugar ciência e amor. E é exatamente isso que nós procuramos fazer todos os dias: conjugar ciência e amor. Obviamente não há milagre. Há método, há planejamento e há esforço subjetivo e muita paixão naquilo que a gente faz, porque só a paixão, só a emoção, só o amor, autênticos, transformam. Se a gente não acredita no que faz, não é possível se jogar com a determinação e o vigor necessários para enfrentar dificuldades de um estado como o nosso, de um país como o nosso.

É fato que governamos num momento econômico especialmente difícil. Todos nós acompanhamos as dificuldades fiscais das unidades federadas. E o que fizemos? Eu gostaria de explicar aos companheiros e companheiras aqui como conseguimos chegar ao presente momento. A primeira observação importante diz respeito ao fato de termos coragem de não seguir a cartilha econômica dominante, não cumprir a ortodoxia econômica. Claro que fizemos administração de gastos, mas também ampliamos fortemente os gastos públicos num momento de escassez. Fizemos isso porque estávamos cumprindo uma cartilha econômica quase *keynesiana* de fazer



medidas contracíclicas. Ou seja, se havia uma tendência recessiva, nós tínhamos que manter a economia funcionando. E o modo mais rápido e prático de fazer isso era exatamente estimular o consumo. Então, nós investimos fortemente na recuperação de direitos dos servidores públicos, notadamente em setores como a educação e a segurança pública, valorizando os professores e os policiais. Hoje, pagamos o maior salário do Brasil para professores que cumprem carga horária de 40 horas semanais. E isso gera uma mudança incrível. Um professor da rede estadual, com essa carga horária, começa ganhando R\$ 5.400,00 e vai até R\$ 8.000,00. De forma complementar, fizemos concurso para o cargo de professor e registramos mais de 110 mil inscritos. Nós temos, portanto, brasileiros de todo o país que são professores no Maranhão, resultado desse esforço de revalorização do magistério e das carreiras públicas de um modo geral.

A segunda questão que destaco é o fato de estarmos realizando aquilo que nós acreditamos no terreno da política tributária: a progressividade. Ou seja, quem pode mais paga mais, obedecendo-se ao princípio da capacidade contributiva – que sempre faço questão de lembrar: está no artigo 145 da Constituição. Então, graduamos as alíquotas dos impostos de acordo com a capacidade contributiva. Cito um pequeno exemplo: hoje, um cidadão que tem uma moto de modelo popular no Maranhão consegue quitar todo seu tributo com R\$ 50,00 por ano. Então, se ele está devendo um ano de imposto, com R\$ 50,00 ele regulariza a moto. Em compensação, veículos com valor acima de R\$ 120 mil tiveram o IPVA [Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores] aumentado. Outro exemplo: imposto sobre heranças. No Brasil – que pratica um sistema muito

atrasado em relação a este tributo –, temos uma alíquota máxima de 8%. Quando chegamos ao governo do Maranhão, a alíquota sobre heranças era de 4% e nós aumentamos para 7,5% para as grandes heranças. Aquele pessoal que governou o Maranhão vai ter que pagar pelo menos 7,5% de imposto sobre a herança que tem, porque isso é respeito ao princípio da progressividade tributária.

Então, no terreno fiscal, temos avanços, controle de despesas, cuidado com a receita, e muita coragem para entender duas coisas que muitos companheiros e companheiras que atuam em governos aqui sabem. Primeiro: não se governa pagando à vista. Governa-se pagando como se chamava antigamente de crediário, já que não se gasta apenas aquilo que se tem, porque esse é o caminho para fazer a máquina pública girar. Mas, claro, sempre há planejamento, ciência e métodos de garantir que no futuro essa equação feche, como tem fechado até aqui. Temos responsabilidade com o dinheiro público. Segundo: no que se refere às despesas, temos uma centralização muito aguda para garantir o equilíbrio fiscal. Todo esse esforço de manutenção do equilíbrio fiscal – o que os economistas do *mainstream* se acostumaram a chamar de responsabilidade fiscal – a gente sabe o que é, e é exatamente o que temos feito no Maranhão. Tanto que a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), que avalia as gestões fiscais em todo o país, colocou o Maranhão como a segunda melhor gestão fiscal do Brasil, exatamente pela seriedade da nossa condução. E, muito recentemente, a Secretaria do Tesouro Nacional nos deu o *rating* B. Com a classificação C e D estão a maioria dos estados e nós estamos um degrau acima, no *rating* B, mostrando que, mesmo



sob a ótica mais burocrática de uma determinada visão econômica, temos uma boa gestão fiscal.

Agora, volto à pergunta que fiz antes: Para que estas iniciativas? Até aqui, onde estaria a inovação? A inovação está em transformar tudo isso em políticas sociais. E aí entra a parte da relação entre ciência e amor. Tudo isso é meio. É meio para a execução da nossa finalidade. Nós fizemos um esforço gigantesco de ampliação de políticas sociais, lembrando uma coisa muito importante: o investimento de hoje vira o custeio de amanhã. Ou seja, qualquer investimento vira automaticamente ampliação de custeio no futuro. Uma escola que é construída, por exemplo, é um investimento hoje que vira custeio amanhã. Abrir e manter é mais difícil. Então, nós também temos um planejamento adequado para dar conta dessa equação entre investimento e custeio.

E aqui pontuo a vocês alguns êxitos, a meu ver muito importantes. Inicialmente, no terreno da Educação, nós temos um programa chamado Bolsa Escola que é um complemento do Programa Bolsa Família, especialmente para a compra do material escolar. Vamos chegar agora ao terceiro ciclo. Esta é também uma medida *keynesiana* de ativação do consumo, já que, por consequência, estimulamos a circulação da economia nos pequenos comércios principalmente. Vamos chegar, em 2018, a R\$ 170 milhões investidos nesse programa para a compra de material escolar. Explico agora como surgiu o Programa Bolsa Escola. Durante a campanha eleitoral de 2014, em minhas visitas às escolas, os menininhos estavam em escolas de tampa, às vezes com os pés descalços, com um pedacinho de papel e um pedacinho de lápis. Esse era o quadro da educação infantil e do en-

sino fundamental no Maranhão, e infelizmente ainda o é em muitos estados brasileiros. O que nós fizemos? Implementamos um programa de apoio aos municípios. Ou seja, a gente não faz só política educacional para o governo do Estado, fazemos para os municípios também. Construimos escolas dignas para substituir escolas municipais precárias e investimos na formação dos professores, para garantir que a qualidade da educação melhore. No caso do ensino médio, não herdamos nenhuma escola de tempo integral e vamos chegar ao total de quarenta delas em três anos. De zero para quarenta escolas de tempo integral, desdobradas entre centros tecnológicos e em escolas de tempo integral tradicionais. No que se refere ao ensino superior – destoando de estados que estão com dificuldades para manter as suas universidades estaduais –, nós criamos uma universidade estadual nova, sediada na cidade de Imperatriz, e que terá grande capacidade de crescimento, porque nós temos investimentos previstos, pesquisadores preparados e potencial. Portanto, um dado muito importante: nossa política educacional vai do ensino infantil até a pós-graduação. No Maranhão, nós dobramos o número de bolsas de pós-graduação nesse período de governo, mostrando que temos um compromisso com todos os níveis educacionais e atestando que a Educação é o carro-chefe do nosso governo.

É claro que eu poderia falar horas aqui de outras políticas públicas, mas o carro-chefe é de fato o investimento na educação. É uma bandeira histórica da esquerda brasileira – desde Leonel Brizola, Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro –, mas é uma política que vai no âmbito de um projeto político socialista. Em todas as inaugurações de escolas, eu sempre digo que a política pública de educação é



aquela que consegue vislumbrar o que é uma sociedade mais igualitária, uma sociedade que, de fato, pratique algo que se aproxime da igualdade ideal que nós defendemos. E isso nós estamos praticando no nosso governo muito fortemente.

Brinco sempre com a sigla NEP (Nova Política Econômica) do camarada Lênin. Mas eu a traduzo como Nação, Educação e Produção, que é o nosso mote o tempo todo. Nação – desenvolvimento, construção de um estado forte; Educação – prioritária, como já mencionei; e Produção, sobretudo o nosso grande esforço na área da agricultura familiar. Ampliamos todas as políticas públicas que vocês possam imaginar, compensando inclusive cortes do governo federal, para com isso garantir que possamos levar a esses trabalhadores as políticas necessárias para expandirem a sua produção. E com um aspecto essencial: nossas ações não se restringem à dimensão apenas da assistência técnica, das sementes ou dos tratores, nós levamos cidadania integral. Cito dois exemplos. O primeiro é o programa de alfabetização chamado Sim, Eu Posso, o conhecido método freireano-cubano aplicado no Brasil, sob a direção do MST, e do qual registramos hoje a maior experiência de aplicação no Brasil. Nós alfabetizamos no ano passado sete mil adultos, especialmente trabalhadores rurais, e vamos chegar ao fim de 2018 com mais vinte mil trabalhadores alfabetizados por este método. Ou seja, no Maranhão, Paulo Freire não é um vilão, nem um criminoso a ser perseguido, mas um herói da educação brasileira e isso nós fazemos questão de mencionar sempre. E o segundo o programa Mais Médicos, mediante o qual levamos aos trabalhadores rurais ações de saúde – programa que no Maranhão é executado por meio da Força

Estadual de Saúde. O programa consiste na presença de equipes de saúde na zona rural dos municípios, sobretudo dos trinta mais pobres do Estado, para garantir também que os trabalhadores rurais tenham acesso às políticas de saúde.

Além desses programas e do investimento na produção, é importante falarmos das obras. Por que destaco as obras? Porque as obras constituem o centro de um governo que tem credibilidade popular. Estamos chegando a 550 obras inauguradas. Não são obras em andamento. Faço questão de frisar: são 550 obras entregues, já inauguradas no nosso governo. E não são quaisquer obras. Elas incluem sete grandes hospitais; aproximadamente 300 escolas construídas, reconstruídas e reformadas (temos outras 300 em andamento para chegar ao número de 600 escolas, que é o nosso objetivo); sistemas de abastecimento de água; e assim sucessivamente.

Desse modo, finalizo minha exposição ressaltando: a ciência está a serviço de uma causa. Qual é a causa? A ampliação da política social e da distribuição de renda, e a garantia de que o estado funcione para os mais pobres.

Portanto, esta breve apresentação mostra o que estamos fazendo e permite que isso seja compreendido como um patrimônio partidário, como um patrimônio coletivo. Trazemos aqui, com muita alegria – mas ao mesmo tempo com muito desejo de continuar a aprender e aprender coletivamente. E por isso compartilhamos esta experiência com todos e todas porque queremos consolidar essa experiência no Maranhão e que ela se alastre e se consolide em outros lugares.

Esse é o alerta final que eu gostaria de compartilhar. É um alerta para mim mesmo e um alerta para todo o coletivo partidário,



com um pedido de ajuda. Nós não vamos vencer a batalha de 2018 sozinhos, assim como nós não vencemos a de 2014 sozinhos. Vencemos porque tínhamos um partido e aliados caminhando conosco. Então nós olhamos o tempo todo essa dimensão coletiva, abrimos os braços para que haja mais gente caminhando conosco. Todos vocês estão vendo o crescimento do combate ao nosso governo do modo mais absurdo e vil quanto possível. Toda hora eles fabricam uma história contra o governo. Quem é a Rede Globo no Maranhão? É a TV do Sarney. Eles fazem as matérias e empurram em nível nacional para atingir, exatamente, a nossa experiência e reverberar local e também nacionalmente. E a gente tem que estar muito atento a isso. E há uma terceira dimensão que a gente tem que ter um especial cuidado neste momento, que é um possível uso dos aparelhos e aparatos federais contra o nosso governo, especialmente com a proximidade da batalha eleitoral.

Nós fizemos esta apresentação para mostrar o que estamos vivendo – que é muita coisa que está em jogo e muitos interesses contrariados. Porque quando fazemos uma política voltada para os mais pobres, efetivamente para os trabalhadores, é claro que há muitos interesses que se sentem deslocados do centro do poder. Vale lembrar que o Maranhão vai chegar a um PIB [Produto Interno Bruto] de R\$ 75 bilhões neste ano. Então, não é um estado imune aos interesses econômicos de dimensão nacional e até transnacional. Por isso, a gente tem que ter muito cuidado com essa batalha eleitoral. É muito importante essa solidariedade demonstrada pelo Partido aqui. De modo que eu quero finalizar as minhas palavras agradecendo e pedindo a todos vocês o apoio imprescindível para a gente vencer.

Companheiros e companheiras, nós temos convicção da vitória na batalha eleitoral de 2018, mas nós, ao contrário de alguns, trabalhamos com convicção e com provas. Ou seja, nós temos convicção, mas queremos provar a nossa vitória eleitoral em 2018. E por isso quero lhes pedir para nos ajudar. Ajudem-nos nas redes sociais, difundindo a nossa experiência, e nos ajudem a defender o governo porque, realmente, é um cenário de muita batalha, que nos exige manter a calma, a tranquilidade e a serenidade. Tem sido a experiência mais desafiadora da minha vida, que só tem sido possível porque tenho a solidariedade de tanta gente.

Eu peço ajuda ao povo maranhense, que precisa da nossa presença no governo para continuar a ter acesso a direitos. Quero agradecer muito e dizer da minha honra de integrar um dos maiores partidos comunistas do mundo que é o PCdoB. Muito obrigado!

Flávio Dino é o governador do Maranhão, membro da direção nacional do PCdoB.



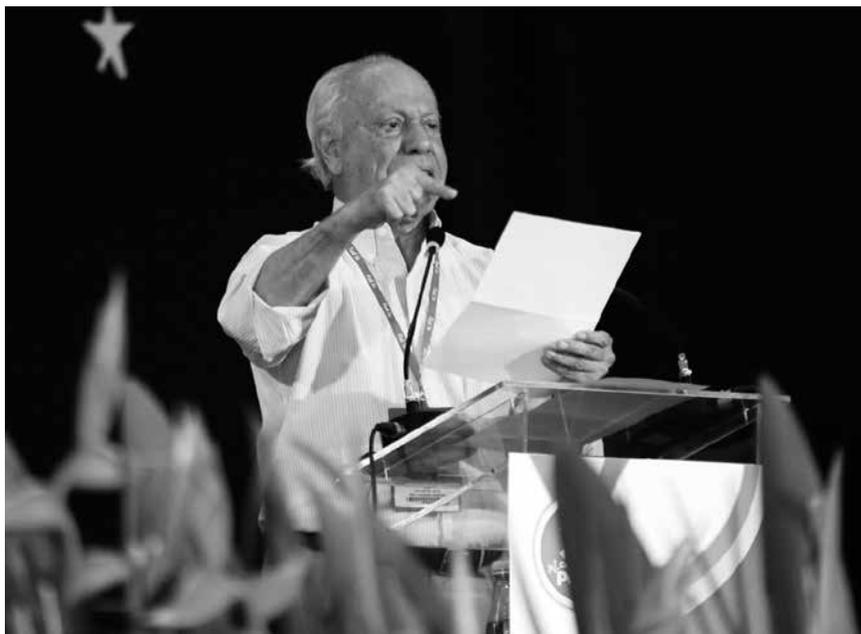


Pré-candidatura de Manuela D'Ávila à presidência da República



Apresentação da pré-candidatura de Manuela D'Ávila

Richard Silva



HAROLDO LIMA

Em 1930 o Brasil vivia sob o tacão das oligarquias retrógradas que dominavam a chamada República Velha. E os trabalhadores eram massacrados.

Uma eleição presidencial foi marcada para 1º de março daquele ano.

Nosso Partido estava clandestino, mas resolveu lançar, pelo Bloco Operário e Camponês, então legalizado, seu primeiro candidato a presidente da República. E, assim, naquela eleição concorreram três candidatos: o ex-governador de São Paulo, Júlio Prestes; o gaúcho Getúlio Vargas; e Minervino de Oliveira, comunista, operário e negro.



Era um tempo de liberdades lesadas. O voto era aberto, só votavam homens, maiores de 21 anos e alfabetizados. Apenas 7% da população votavam, e só 4% compareceram às urnas.

Apurados os votos, a fraude foi enorme. Júlio Prestes ganhou, protestos se generalizaram, as chamas da insatisfação se acenderam e desabrochou a Revolução de 1930, que mudou a fisionomia do Brasil.

Quinze anos depois, outra eleição foi prevista para 2 de dezembro de 1945, para eleger o presidente da República e uma Constituinte.

Dois candidatos se posicionaram para a disputa presidencial: o marechal Dutra e o brigadeiro Eduardo Gomes. O Partido Comunista do Brasil não se sentiu representado nem por um, nem por outro. Lançou um candidato próprio, o gaúcho Yêdo Fiuza, que não era de seus quadros, mas amigo do Partido, vinha da Revolução de 1930 e era prefeito de Petrópolis.

Fiuza e nossos candidatos à Constituinte defenderam em campanha a nacionalização dos grupos estrangeiros que ameaçavam nossa soberania; terra para os camponeses; direitos iguais sem distinção de sexo, religião, raça ou nacionalidade; liberdade religiosa; ensino público laico e gratuito; juízes eleitos pelo povo.

Computados os votos, ganhou Dutra, mas o candidato dos comunistas teve uma votação expressiva, 10% dos votos, e ajudou a eleger, com votação estupenda, Luiz Carlos Prestes como senador pelo então Distrito Federal, e 14 deputados constituintes, dentre os quais, nomes como João Amazonas, Maurício Grabois, Carlos Marighella e Jorge Amado.

Assim, o Partido Comunista do Brasil participou com candidaturas próprias nas eleições presidenciais de 1930 e de 1945. E vem agora a eleição presidencial de 2018.

O Brasil passa por grave crise econômica, política, social, institucional e moral. O desemprego cresce, o emprego se deteriora, a desindustrialização se aprofunda, os investimentos escasseiam, os direitos

são golpeados. A privatização volta a ameaçar. Até o trabalho escravo é cinicamente incentivado.

Um ciclo democrático e progressista, legitimado por vitórias em quatro eleições consecutivas, foi abruptamente interrompido por um golpe urdido e executado por setores do Parlamento, do Judiciário, do Ministério Público, da Polícia Federal e da grande mídia. Resultou que o Executivo foi assaltado por um bando corrupto capitaneado por um traidor que se mostrou decidido a golpear interesses nacionais e direitos dos trabalhadores. E o país, que galhardamente saíra do Mapa da Fome da ONU em 2014, está prestes de a ele retornar em 2018.

Na vertente cultural e dos costumes, plasma-se um quadro obscurantista chocante. A nossa convivência com as diferenças vai sendo afrontada pela política do ódio e do medo. As minorias vão sendo destratadas – os indígenas e a comunidade LGBT. O racismo ganha fôlego e torna-se agressivo. A censura perde a vergonha e já atordoia. A maioria feminina da população vê-se afrontada, quando um bando de homens, possuídos de um reacionarismo exacerbado, julga-se no direito de definir que direitos as mulheres terão sobre os seus próprios corpos.

Uma operação, supostamente planejada para combater a corrupção, frustra o povo, quando revela ser uma urdidura sinistra para impedir que a maior liderança popular do país, Luiz Inácio Lula da Silva, possa se candidatar à presidência da República, como quer o povo e como é um direito de Lula.

Quando no mundo desponta uma 4ª Revolução Industrial e quando o eixo econômico do planeta se desloca para o Oriente, onde avulta a China socialista, novas oportunidades e desafios aparecem. Mas como enfrentá-los, se nem um governo legítimo temos?

E os problemas não param aí. No campo progressista, disperso e sob ameaças jurídicas, não há condições de se definir com segurança uma candidatura que desde já aglutine. Nessa situação, que devem fa-



zer os comunistas?

Com todo respeito pelos nossos companheiros, de todos os matizes e de tão gloriosas jornadas passadas, temos a dizer: não podemos esperar que os outros decidam para depois irmos atrás.

Em 1930, disputamos a presidência da República com um operário e negro; em 1945, com um engenheiro de tradição revolucionária; e em 2018, estaremos nessa luta com uma mulher jovem, que representa as mulheres e a juventude de nossa terra, uma parlamentar de projeção, uma campeã de votos em seu estado, a querida companheira Manuela D'Ávila.

Camaradas, amigas e amigos. Nossa candidatura é para aglutinar, é para formar uma Frente Ampla que discuta uma saída para Brasil, um novo projeto nacional de desenvolvimento, onde a representação política expresse os interesses da massa trabalhadora, onde haja direitos, onde a reindustrialização seja promovida em nível superior, onde o agronegócio e a agricultura familiar se somem, onde, através de plebiscito revogatório, poremos abaixo os atos mais insensatos do governo Temer, como o congelamento dos gastos públicos por 20 anos e a reforma trabalhista, onde possamos nos livrar das peias neoliberais que estiveram presentes e prejudicaram até o ciclo progressista por que passamos há pouco tempo, e onde, enfim, possamos sonhar e nos aproximar de um socialismo renovado para nosso país, com as marcas brasileiras.

Temos que despertar nosso povo para a ideia de que, com Manuela, surgiu algo novo na política de nosso país, que vamos em frente e que, na batalha decisiva da eleição, todos os progressistas estaremos juntos.

E agora, camaradas, amigas e amigos, vamos viver um momento histórico importante da vida de nosso país, da esquerda brasileira e dos 95 anos de nosso Partido. É quando o 14º Congresso do PCdoB recebe de pé, com entusiasmo e emoção, acompanhada da presidenta Luciana Santos, a companheira em quem estamos colocando muito de nossas esperanças nessa eleição de 2018, ela, a pré-candidata a Presidente da

República do Brasil, a companheira Manuela D'Ávila.

Viva a candidata a presidente do Brasil Manuela D'Ávila!

Viva o Partido Comunista do Brasil!

Viva o Brasil!

Haroldo Lima foi deputado federal pelo PCdoB por várias legislaturas. Foi diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). É membro do Comitê Central do Partido.



Richard Silva



Pronunciamento de Manuela D'Ávila

“ Se o partido comunista é a honra do nosso tempo, como disse Neruda, que honra enorme para mim ser a candidata dos comunistas”

Boa tarde, camaradas,

Olho para este plenário de nosso 14º Congresso e vejo rostos conhecidos. Vejo Luciana, nossa presidenta, negra, mulher, nordestina, com sua doçura e firmeza revolucionárias. Uma mulher com a cara das mulheres desse Brasil: forte e doce, incansável. Uma Maria, Maria. Uma Maria como Vanessa Grazziotin, como Alice Portugal, como Jandira, como Jô Moraes, como Marcivânia, como Angela Baldino, como Perpétua Almeida, como Ana Julia. Olho Renato, com sua



busca incessante pela renovação de nosso Partido e atualização de nossas bandeiras. Posso ver Haroldo Lima com seu discurso firme e Aldo Arantes com sua persistência. Vejo a atualidade dos sonhos de Amazonas, de João, em tantos Joãos por aqui. Os Joãos com a cara de Assis, Orlando, de Davison, Daniel, Wadson, Inácio, Chico Lopes, Rubens, Marcio. E vejo Amazonas e todos nossos mártires do Araguaia e da Lapa na força, coragem e combatividade de nossos jovens da UJS, Carina, Mariana e Camila. Que transformadora a força das jovens mulheres!

Milito em nosso Partido há 19 anos, desde meus 17 anos. Vivi muitos momentos de alegria contribuindo com a construção partidária e com nosso sonho de transformação do Brasil. Hoje, certamente, vivo o momento mais bonito dessa trajetória, ao ser lançada pré-candidata à Presidência da República por nosso Partido. Se o Partido Comunista é a honra do nosso tempo, como disse o poeta, que honra enorme para mim ser a candidata dos comunistas à presidência do Brasil.

É a terceira vez que o nosso Partido faz isso. Em 1945 lançamos Yedo Fiúza, prefeito de Petrópolis, que teve uma grande votação, ao lado de Prestes, Jorge Amado, Maurício Grabois, João Amazonas, dentre outros camaradas que foram candidatos. Foi nessa eleição que elegemos a bancada da Constituinte de 1946, responsável, por exemplo, pela emenda que garantiu ao Brasil liberdade religiosa. Mas eu gostaria de lembrar da primeira vez que um comunista foi candidato a presidente. Isso aconteceu em 1930, quando lançamos o vereador do Rio de Janeiro, Minervino de Oliveira. A primeira vez que os comunistas se lançaram à presidência foi com ele: operário e negro, um trabalhador da indústria do mármore no Rio de Janeiro.

Estamos, portanto, aos noventa e cinco anos, vivendo esse momento pela terceira vez e eu quero agradecer, sinceramente emocionada, pela oportunidade de representar o nosso Partido nessa caminhada. Esse sonho jamais passou pela cabeça daquela jovem que se filiou à UJS em

1999 e aprendeu a amar o Brasil e a lutar pelo socialismo ouvindo as sábias palavras de Renato, Haroldo e Aldo Arantes.

Sou a primeira mulher a concorrer à Presidência da República pelo Partido Comunista do Brasil. Um Partido com tantas Heleniras, Pagus, Elzas, Gilces, Loretas. Um partido que em sua história fez valer a máxima de que lugar de mulher é onde ela quiser. Que honra, camaradas. Que honra. Muito obrigada.

Primeiro, camaradas, gostaria de falar, mesmo que Luciana já o tenha feito em seu informe político, sobre as razões que nos fizeram lançar uma candidatura. Nosso Partido construiu nos últimos anos mudanças importantes no Brasil apoiando e participando dos governos Lula e Dilma. Lutamos lado a lado com milhares de brasileiras e brasileiros contra o golpe de 2016. Resistimos ao desmonte do Estado, à retirada de direitos sociais e individuais promovida por Temer. Somos os operários, professores, as mulheres, os gays e negros que gritam contra a reforma trabalhista, a Emenda Constitucional 95. Denunciamos a chamada neocolonização do Brasil.

Mas, camaradas, acreditamos que o golpe encerra um ciclo político e é por isso que, para nós, 2018 não pode ser um momento de mero debate sobre o passado. Nós não queremos fazer da eleição um momento de acirramento da crise econômica e política. Nós queremos fazer da eleição um momento de construção de saídas. Dois mil e dezoito é momento de debate sobre o futuro. Em que Brasil viveremos em 2, 4, 10 anos?

Queremos que o Brasil retome o crescimento econômico, preservando direitos sociais e individuais. Precisamos traduzir nosso projeto para as pessoas que vivem a crise em seus cotidianos. A crise faz com que as pessoas percam as certezas sobre o futuro. A crise faz com que as pessoas sintam medo do futuro. Nós precisamos fazer com que o nosso povo sonhe novamente e compreenda que, como diz o nosso hino, o “Brasil é um sonho intenso”. O Brasil é um sonho porque é uma bela realidade. Mas o Brasil ainda é também um projeto. E nós queremos



discutir esse projeto, esse sonho de Brasil em 2018. Queremos discutir um Projeto Nacional de Desenvolvimento.

Queremos que o Brasil se realize plenamente como nação soberana, ou seja, desenvolva todas as suas potencialidades como país, garantindo as condições para nosso povo viver em paz, com segurança, educação, saúde, com alimentação decente, cuidados à primeira infância e proteção para a velhice, condições de vida dignas para as mulheres, para os negros... Queremos um regime democrático de verdade, na medida em que a desigualdade não vai mais levar o Brasil a uma situação de anomia social.

A chave para um Brasil com futuro é realizar esse sonho intenso, é unir o máximo possível de brasileiras e brasileiros em torno de um projeto de nação, de um sonho de futuro para o Brasil. Ou seja, o que pode viabilizar o projeto de desenvolvimento do país é a Frente Ampla. É a consciência das pessoas comuns, são os movimentos sociais, é a unidade de nosso campo político.

Gosto da ideia de que uma candidatura dos comunistas é uma candidatura das pessoas comuns e para as pessoas comuns. Um governo para transformar a vida da maior parte das pessoas, os comuns, as trabalhadoras e os trabalhadores, os operários, o povo brasileiro.

Para isso, é preciso que a economia brasileira esteja a serviço de nosso povo.

Juros, câmbio e inflação: a gestão desses três preços macroeconômicos tem que ser feita, mas tendo como lógica o desenvolvimento do país e não os interesses do rentismo. Esse foi o caminho trilhado pela China, país que tem um projeto de nação e colocou esse projeto como o meio de resolver os seus problemas sociais. Um câmbio para tornar as nossas exportações competitivas, e juros baixos que incentivem o investimento produtivo e tornem o crédito barato.

Ao lado disso, o Brasil precisa de uma nova política industrial. Uma das tragédias do último período é a destruição da indústria brasileira,

conquistada com tanto esforço. Hoje, quando olho para esse plenário, vejo vários produtos que poderiam ser fabricados pelo nosso país, mas são feitos por indústrias estrangeiras. Quando eu falo de indústrias, não estou falando somente daquelas indústrias mais simples, essas nós até mantemos, falo das indústrias de ponta, aquelas mais capazes de agregar valor.

Isso faz com que os empregos de qualidade, aqueles que podem remunerar melhor, fiquem lá fora e não aqui. Faz também com que fiquemos para trás na inovação, na medida em que um país sem indústrias é um país sem criatividade. Em última instância, faz com que nossos jovens que se dedicam às áreas vinculadas à produção de tecnologia saiam do Brasil.

Para falar das indústrias, queria lembrar um conterrâneo meu. Quando a Revolução de 1930 foi vitoriosa, no seu primeiro discurso, Getúlio Vargas afirmou: nós precisamos montar a chamada indústria pesada: aço, eletricidade, a química de ponta. Notem, camaradas, Getúlio mal tinha derrotado as oligarquias atrasadas, estava obcecado com o que havia de mais importante no seu tempo, estava nas grandes aquisições da chamada segunda revolução industrial.

Nós queremos sonhar o sonho de Getúlio: um país industrializado, voltado para a indústria do seu tempo. A indústria do nosso tempo é a chamada indústria 4.0. Partimos de uma situação difícil, dada a destruição da indústria a que assistimos nos últimos anos. Mas, por outro lado, há uma oportunidade importante. A indústria 4.0, por suas características, nos permite pular fases, e nos adiantarmos, desde que tenhamos decisão nesse sentido. E mais importante do que isso: desde que tenhamos um poder político que esteja a serviço do desenvolvimento nacional.

Nosso país, com um governo comprometido com o desenvolvimento, pode escolher alguns setores industriais para realizar uma política consciente de substituição de importações. Setores como o de Petróleo e



Gás, Química Fina, Defesa, e mesmo o agronegócio, são exemplos concretos disso.

Falando da química fina, *não é razoável que a maior parte dos remédios que consumimos seja feita com insumos estrangeiros.*

Não é razoável que não valorizemos o valor estratégico da biodiversidade da Amazônia, superando a suposta contradição entre a utilização econômica, necessariamente respeitosa e consciente, dos seus ecossistemas e a geração de desenvolvimento científico e tecnológico. Vencer esta dualidade é um pressuposto para a geração de riqueza e promoção de inclusão social.

Não é razoável também que exportemos petróleo cru. Não é razoável que não exploremos mais o gás natural da bacia de Pelotas, por exemplo. Não é razoável que, sendo os maiores produtores agrícolas do mundo, *não tenhamos mais uma fábrica de fertilizantes! Mesmo no vestuário, camaradas, uma indústria simples, importamos uma série de produtos estrangeiros para fabricar roupas como as pessoas estão usando neste plenário.*

Não é razoável que não invistamos na indústria da defesa, estratégica para nossa soberania e de alto valor agregado.

Preciso salientar que enquanto nossas mulheres permanecerem alijadas da produção de conhecimento tecnológico esse sonho é ainda mais distante. De cada 1.000 jovens na graduação apenas 22 escolhem carreiras vinculadas à chamada indústria de inovação. Destes, apenas uma é mulher. Ou seja, é preciso fazer com que nossas meninas tenham espaço nesse sonho de Brasil desenvolvido, como há anos nos dizem as mulheres da União Brasileira de Mulheres (UBM).

Uma outra questão nodal, camaradas, é o investimento público. Não há possibilidade de retomar o desenvolvimento sem um poderoso incremento do investimento público. Se for preciso, devemos cortar gastos em outras áreas para garantir essa massa de investimentos.

Devemos pensar em um grande Plano de Obras Públicas. Grandes

obras feitas com capital privado e público. E nisso, penso que devemos ter concentração em dois setores: infraestrutura e moradia. Infraestrutura porque esse é um dos mais graves entraves ao desenvolvimento, e moradia porque essa é uma demanda enorme no país. Um grande plano de obras públicas voltado para grandes obras de infraestrutura e uma verdadeira revolução na política de moradias populares!!! Diante da crise torna-se ainda mais relevante o debate da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam) sobre moradia, regularização fundiária e equipamentos públicos.

Falei do público, mas temos que pensar no investimento privado também. Não podemos nos conformar com a ideia de que não há tradição, no Brasil, de investimento privado. Como se isso fosse uma coisa que está escrita nas estrelas e não pode mudar.

Isso tudo é falar sobre geração de empregos, camaradas. Se não pensarmos em indústria do futuro, não geraremos empregos de qualidade para o nosso povo. Parece uma loucura que no momento em que o vivemos o ápice do desenvolvimento tecnológico a sociedade viva a maior crise do capitalismo. A tecnologia tem que estar a serviço de nosso povo, não o contrário. Por isso defendemos um referendo revogatório da reforma trabalhista.

Queremos investir em empregos de qualidade para que as trabalhadoras e os trabalhadores tenham redução de jornada, bandeira defendida historicamente pela Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), por exemplo, tenham mais tempo para viver a vida. Como diz Mujica, a vida é a única coisa que o capitalismo não vende. Queremos que nosso povo viva a vida com dignidade.

Camaradas, não existe nenhuma contradição entre as nossas lutas enquanto mulheres e as lutas dos negros, por exemplo, com nosso projeto de desenvolvimento. Como seria possível desenvolver o país sem mais de 70% da população? Sem enfrentar a diferença salarial entre mulheres e homens, entre negras e brancas, negros e brancos? Então, nosso



projeto é o do povo brasileiro. E o povo brasileiro é trabalhador, é negro e é mulher!

Camaradas, como sabem sou da terra de Getúlio, mas sou também da terra de Brizola. Cresci ouvindo dele a ideia de que um grande Brasil só aconteceria com um grande investimento em educação. Hoje tenho certeza disso. Como pensar em indústria sem pensar na manutenção e ampliação de nossos Institutos Federais? Como fazer dessas escolas técnicas nossas parceiras da indústria 4.0? Como pensar em crescimento da economia sem pensarmos em nossos jovens nas universidades públicas e privadas e na retomada da ampliação dos investimentos em pesquisa?

Aliás, os estudos de Tomas Piketty sobre o capitalismo e desigualdade social evidenciam que não há outra ferramenta de diminuição de desigualdades senão o forte investimento público em educação.

Sempre que começo a falar em educação me lembro carinhosamente de nosso maior exemplo, o governador Flávio Dino. Senhoras e senhores, que revolução! Se eu pudesse resumir em poucas palavras seria compromisso com o futuro e eficiência. Toda vez que vejo uma obra de escola no Maranhão me lembro de Laura, minha filha, e a história dos três porquinhos. Quando Laura quer falar que algo é duradouro, ela fala que é tijolo. Flávio já fez mais de cem escolas de tijolo em contraposição às escolas de taipa e palha, metade da folha do funcionalismo é destinada aos educadores. Flávio criou a escola de tempo integral no Maranhão!

Quando vejo um político defender a diminuição do Estado penso em nossas mulheres que são mães. Que diminuição é essa que não leva em conta que nós não temos escola em tempo integral para nossos filhos? Como isso dificulta nosso retorno ao mercado? Quem cuida de nossas crianças quando não estão na escola?

Ou seja, debater tamanho do Estado não é algo abstrato. É algo real, que interessa a nós mulheres. A escola de tempo integral de Brizola, e agora de Flávio, é a escola que garante tranquilidade à mãe trabalhadora. *Nós mulheres e mães sabemos, desde a centenária Revolução Russa e*

os registros feitos por Kollontai, que o Estado tem relação direta com nossas vidas e emancipação. Numa sociedade ainda machista como a nossa, a ausência do Estado é uma punição às mulheres.

Flávio comprova que a experiência dos comunistas garante boa gestão, ou seja, eficiência do Estado comprometida existência do Estado para os que precisam.

Porque melhorar a gestão, garantindo eficiência, é sim fundamental, desde que se saiba a quem a gestão deve servir.

Flávio Dino nos mostra que pode servir a maioria do povo! E é bom que as oligarquias saibam que as venceremos novamente, com a força de Flávio e do povo. Por isso reforçam o uso de suas armas mais sujas!

Camaradas, um partido como o nosso não trabalha com a ideia de retomada do crescimento econômico com centralidade por acaso. Lutamos para que as pessoas vivam com mais dignidade, com mais oportunidades. É por isso que nossa candidatura quer responder às principais angústias da população.

O que pode angustiar mais alguém do que não ter acesso à saúde para si ou para um filho? A diferença entre a vida e a morte não pode ser o dinheiro. Os princípios do SUS – a universalidade, a integralidade, a gratuidade, a regionalização, a valorização dos trabalhadores da saúde – são inegociáveis. Além disso, é possível pensar em como o segmento da saúde pode ser estruturante da retomada da indústria nacional. Fármacos, equipamentos, por exemplo. O Brasil pode diminuir o déficit da balança comercial se investir na indústria da saúde.

É possível dialogar com o povo brasileiro sem debater o tema da segurança pública e das múltiplas violências que sofremos? Candidaturas se forjam apenas organizando e agudizando o medo que as pessoas sentem em função da violência nos grandes centros urbanos. Nós achamos que é papel do Estado enfrentar esse tema. Até porque, camaradas, foi-se o tempo em que podíamos afirmar apenas que a desigualdade social gera violência urbana. Hoje a violência faz parte do sistema de produção e perpetuação



da miséria, afinal quem passa pelo sistema carcerário é marcado para ser para sempre pobre.

Queremos andar com nossos filhos nas ruas, queremos parar de enterrar nossos jovens. Percebam que estamos falando de 60 mil mortes por ano em homicídios, 40 mil jovens executados. São mais mortos do que em todas as guerras de nosso tempo. Estamos falando da juventude negra exterminada, o que é mais uma forma de violência contra a mulher pobre e negra, mãe destes filhos mortos. Queremos rede de proteção para nossas mulheres vítimas de violência, queremos rede de proteção para as vítimas de homofobia, como a militância da União Nacional LGBT (UNA) bem compreende.

Creio que fazer o povo brasileiro viver em paz é um dos maiores desafios de nosso tempo.

Portanto, falar em segurança é falar em política pública, em criação de ministério, em investimento federal, em modernização e inteligência, em fiscalização das polícias, em valorização dos policiais. Falar em combate à violência e falar em viver em paz é o esforço para a garantia do respeito a quem nós somos, às nossas individualidades enquanto mulheres, negros, gays, jovens.

A juventude brasileira – e essa é nossa tradição, essa é minha origem enquanto militante – pode ser protagonista da construção desse Brasil desenvolvido e em paz. A juventude que luta por emprego, cultura, esporte, educação, a juventude que paga o preço da violência deve ser nossa parceira de primeira hora para construirmos saídas!

Os jargões da internet, os discursos de ódio e a propagação do medo não salvam vidas, não resolvem nossos problemas e medos reais.

Mas falar em viver em paz também é falar sobre educação. Uma política séria de diminuição da violência deve devolver aos professores as condições de dar aula. Enquanto alguns falam em escola com mordança, nós falamos em escola modernizada, segura, que garante oportunidade



Manuela D'Ávila, ladeada por Luciana Santos, é aclamada pela militância

para todos. Falamos em escola com comida de qualidade, de preferência em parceria com a agricultura familiar.

Nossa candidatura defende um pacto pela paz, com prioridade absoluta nos investimentos para que nossas crianças e jovens de 0 a 18 anos, para que todos estejam na escola. É preciso buscar, ativamente, aqueles que evadem de nosso sistema escolar. Pouco se fala nisso, mas quem sai da escola entre o 5º e 6º anos, um ano depois aumenta em 50% de chance de praticar violência.

Construir uma política de combate à violência é garantir um Brasil de oportunidades iguais para todos.

Camaradas, nossa pré-candidatura não se soma àquelas que desconstróem a política e, portanto, agravam a crise brasileira. Sabemos que a crise no Brasil tem origem política e, portanto, a saída da crise também é política. Não existem candidaturas de “outsiders”. Nada mais a cara do sistema do que buscar soluções que pareçam estar fora dele.

Mas se é verdade que a saída é política – e por isso defendemos uma Frente Ampla, popular, de diálogos com os cidadãos e cidadãs – também é verdade que defendemos que a política precisa ser reformada, renovada, representando os interesses da população, das pessoas comuns.

Nossa candidatura é a candidatura dos que compreendem a necessidade de lutar para o Brasil dar certo para o povo brasileiro!

Parafraseando Thiago de Mello, que com seu poema deu nome ao nosso Congresso,

Faz escuro, mas nós cantamos,
Porque o amanhã vai chegar
Vamos juntos, pessoal
Trabalhar pela alegria

Um beijo e boa luta!

Presença do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Lula sobre a pré-candidatura de Manuela: Vamos para a rua juntos

Richard Silva



Da esq. para a direita: Flávio Dino, governador do Maranhão, ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Manuela D'Ávila na plenária final do 14º Congresso

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou da plenária final do 14º Congresso do PCdoB, realizada neste domingo (19), em Brasília, e reafirmou o compromisso de unidade e a necessidade da construção de um projeto nacional para dar resposta à crise. O ex-presidente desmontou a tese divisionista e manifestou a sua satisfação com a pré-candidatura de Manuela D'Ávila à presidente da República pelo PCdoB.

“Qualquer partido de esquerda que quiser lançar candidato, que lance. Agora, se tiverem coragem a gente vai pra rua junto”, enfatizou



Lula, reforçando que a candidatura de Manuela, como a de qualquer outro candidato é legítima. “Além disso, se não fosse a minha teimosia e a do PT, a gente nunca teria chegado à Presidência da República”, destacou.

“Manuela, não pense que pelo fato de você ser pré-candidata, vai gerar alguma rusga entre mim e você ou o PCdoB. A única coisa que vocês poderão estranhar daqui pra frente, é um belo dia eu começar a ir nos comícios da Manuela”, brincou.

Para ele, é preciso “pensar cada vez mais qual é a proposta que vamos fazer para a sociedade brasileira”. “Uma campanha no atual momento tem que ter novos sonhos e vai ter mais credibilidade quem tem legado para defender. E o PT e o PCdoB têm legado para defender”, frisou o ex-presidente.

Luciana Santos, presidente do PCdoB e deputada federal por Pernambuco, agradeceu pela presença de Lula e destacou que ele é um aliado histórico do partido. “Garantir o direito da candidatura de Lula é defender a democracia. Estaremos juntos construindo saídas para o Brasil”, declarou.

Para Manuela, a participação de Lula no ato foi a reafirmação da tese defendida pelo PCdoB. “Somos partidos diferentes e as candidaturas desses partidos são legítimas, mas temos muito em comum e construímos um passado comum de um Brasil mais desenvolvido do que o que nós vivemos agora”, afirmou.

A presidente do PT e senadora Gleisi Hoffmann, que também compareceu ao ato, disse que o clima é de “resistência e de luta”.

“O PCdoB tem clareza do papel que representa nesse contexto da luta democrática. O que a gente sente é que a militância está muito aguerrida, com muita vontade de fazer o enfrentamento e isso é muito bom. E o lançamento da candidatura da Manuela também contribui para que a gente aprofunde o debate no nosso campo de esquerda. Tenho certeza que caminharemos juntos, independentemente das can-

didaturas, num projeto de defesa do nosso país e da nossa soberania. Literalmente juntos”, frisou.

Ao iniciar o seu discurso, Lula fez questão de manifestar a gratidão pelo partido. “Desde a primeira campanha, em 1989, a aliança que nós montamos com o PCdoB, a partir da representatividade do companheiro João Amazonas, sempre nos honrou. Tanto honrou que a nossa aliança perdura há 30 anos”, disse.

Para Lula, o governo Temer promove o desmonte do Estado e classificando como “usurpadores”. “Não têm compromisso com o povo. O compromisso deles é com o mercado”, salientou.

“Cheguei a sonhar que o Brasil hoje seria a 5ª maior economia do mundo. Estava tudo preparado. O Brasil era protagonista internacional. Era respeitado pelos EUA, pela Europa. Era querido pela África e América Latina e respeitado pela Rússia e pela China”, lembrou Lula.

Lula frisou que o governo do golpe é “fraco”. “A fraqueza dele faz com que se submeta aos interesses do mercado e atenda a tudo que eles pedem”, disse.

Lula denunciou que a reforma trabalhista e a tentativa de reforma da Previdência estão acontecendo concomitantemente com o desmonte da Petrobras, que não é simplesmente uma indústria de petróleo, mas responsável pelo desenvolvimento do país.

Dayane Santos
Do **Portal Vermelho**



Ato Político e Cultural



Momento do ato político e cultural que foi coordenado pela deputada federal Jandira Feghali



Ato Político Cultural no Congresso do PCdoB reúne partidos amigos

Reunindo lideranças dos movimentos sociais, autoridades e lideranças políticas de diversos partidos, o ato do 14º Congresso do PCdoB, realizado neste sábado (18), transcendeu o encontro da legenda e se transformou num grande movimento das forças populares em defesa dos interesses nacionais e contra o retrocesso do governo de Michel Temer.

“Somos retalhos de uma mesma colcha e os nossos militantes serão os costureiros da unidade”, sintetizou a pré-candidata do PCdoB à Presidência da República, ao se referir aos partidos presentes no ato, que contou com representantes do PDT, PT, PSB, PV e PPS. O ex-presidente Lula confirmou presença neste domingo (19), no encerramento do Congresso.

“Não tentem nos dividir”, advertiu Manuela, numa clara referência ao discurso propagado por parte da grande mídia de que a sua pré-candidatura seria para dividir o campo progressista ou atrapalhar as pretensões de outros pré-candidatos.

“Não tentem dividir aos homens e mulheres que estão neste palco e que vivem o que significa a desconstrução veloz do Estado brasileiro. Não tentem dividir aqueles que trabalham e sabem o valor da CLT. Não tentem dividir as mulheres e homens que estão nas universidades ou institutos federais e sabem o que significa a Emenda Constitucional 95. Não tentem dividir aqueles que sonham com um Brasil soberano, desenvolvido e justo para o seu povo”, reafirmou a deputada gaúcha.



E completa: “Nós, do PCdoB, sempre fomos aqueles que soubemos o valor da unidade. Não será num momento de busca de saídas de uma crise tão severa que faltaremos com o compromisso com a bandeira e os sonhos de um Brasil justo e soberano”.

▼ Legitimidade

A presidenta nacional do PCdoB, deputada Luciana Santos (PE), asseverou que 2018 será a grande arena de debate no país. “O PCdoB defende a legitimidade da campanha de Lula. Assim como é legítima a candidatura de Ciro Gomes. E é nessa mesma seara que o PCdoB, um partido de 95 anos, apresenta pela terceira vez na sua história, uma pré-candidatura a presidente da República com Manuela D’Ávila”, disse a dirigente comunista.

E acrescenta: “Todas são candidaturas que estão a serviço da retomada do projeto nacional e popular. A serviço de uma frente ampla que discuta o Brasil e possa dar garantias de que este país tem saídas e a nação não se renderá e vai assegurar a retomada do projeto nacional e popular”.

▼ PDT e Ciro

O governador do Piauí, Wellington Dias (PT), afirmou que o momento do país é como um campo de batalhas em que de um lado temos os que rasgaram a Constituição e de outro os que defendem a democracia.

“É necessário fazer a integração do campo político. Por isso, saúdo a iniciativa do PCdoB de lançar a pré-candidatura dessa mulher guerreira que é a Manuela. Compreendo que, assim como a iniciativa já lançada em relação ao Ciro Gomes, o nosso partido, trabalhando com Luiz Inácio Lula da Silva, deve seguir com o PSB e outros partidos na direção de nos organizarmos com os vários setores na defesa da democracia, pois o que está em jogo é o futuro do nosso país”, declarou o governador.



Wellington Dias (PT),
governador do Plauá



Marcio Macedo
representou a
presidenta nacional
do PT



Carlos Siqueira,
presidente nacional
do PSB,



João Paulo Rodrigues
da direção nacional
do MST

Eduardo Brandão
presidente do PV no DF



Ciro Gomes, por sua vez, enviou um vídeo em que destaca “a lucidez, o espírito público e a capacidade estratégica de compreensão da realidade brasileira” apresentados pelo PCdoB em seus documentos e projetos de resoluções do congresso.

Sobre 2018, *Ciro* afirmou que espera manter o diálogo que tem com o partido ao longo dos últimos 20 anos. “E faço uma saudação especial à companheira *Manuela D’Ávila*. Minha colega com quem tive a honra de conhecer de perto o talento e o amor ao Brasil e a capacidade que tem, na sua doçura, de ser firme e liderar qualquer que seja a comunidade que ela abraça. Ela, certamente presente no debate nacional brasileiro, contribuirá, e muito, para preservar a qualidade desse debate no momento em que o país está sofrendo tanto as agruras da mediocridade, da corrupção e da destreza do nosso povo na luta política”, enfatizou *Ciro*.

▼ PSB

Carlos Siqueira, presidente nacional do PSB, destacou a história de alianças com o PCdoB. “São dois par-



goo.gl/uRgHT4



goo.gl/BiE8wa

Ciro Gomes pré-candidato à presidência da República e a ex-presidenta *Dilma Rousseff* enviaram mensagens de vídeo saudando o Congresso.



tidos que não mudaram o nome – como outros que estão no quinto ou sexto nome – para que esqueçam a história que fizeram na vida republicana deste país”, afirmou.

“Todos os avanços ocorridos no mundo têm o desejo, têm a luta dos comunistas e socialistas, e aqui no Brasil dos petistas e pedetistas. Esse é o verdadeiro núcleo que precisa ser o núcleo político de um futuro governo para que possamos, junto com os movimentos sociais, realizar as mudanças estruturais em nosso país”, defendeu Siqueira, informando que, apesar de vivermos um período de retrocesso, “em 2018 o povo dará uma resposta cabal”.

Representando a presidente nacional do PT, a senadora Gleisi Hoffmann (PR), Marcio Macedo fez um agradecimento especial à militância e direção do PCdoB. “Além da história de luta, temos muita gratidão pelo PCdoB”, disse ele, citando a atuação do partido na defesa da democracia, enfrentando “com valentia a tirania do golpe”.

“Feliz é o partido que tem um quadro como Manuela”, disse ele, ao se referir à pré-candidatura da deputada estadual. “O PCdoB pode ser vice do Lula, assim como o Lula pode ser o vice da Manuela. E se os dois forem para o segundo turno, será a redenção popular”, brincou.

O presidente do PV no Distrito Federal, Eduardo Brandão, afirmou que a sigla tem muitas convergências com o PCdoB que poderão ajudar na construção da saída da crise. Destacou ainda que o “PCdoB é um partido necessário” para o Brasil.

Dayane Santos
Do Portal Vermelho



goo.gl/pbYN9C

Mautner cede direitos e *A bandeira do Meu Partido* é hino do PCdoB

Júlio Bonfim



A cantora Raílídia Carvalho interpretou a canção de Mautner durante o Congresso

Em mensagem gravada em vídeo, exibido no ato político e cultural do 14º Congresso do PCdoB, o cantor e compositor Jorge Mautner fez uma homenagem aos delegados, interpretando a canção *A bandeira do Meu Partido*, composta por ele em 1958, cujos direitos autorais ele cedeu ao Partido.

“A bandeira do meu partido / é vermelha de um sonho antigo / cor da hora que se levanta / levanta agora, levanta aurora!”, diz um trecho da canção que se torna o hino oficial do PCdoB e passa a fazer parte do cerimonial e de todas as atividades e todos eventos oficiais do Partido, juntamente com o Hino Nacional e a Internacional Comunista.

A cantora e militante do PCdoB, Raílídia Carvalho, foi quem interpretou a canção durante o ato. Logo nas primeiras estrofes, um mar de



bandeiras vermelhas tomou conta do plenário que entoava o hino com punhos cerrados, como forma de demonstrar a disposição de luta da aguerrida militância do Partido.

No vídeo, Mautner ainda declamou o poema *Quem é o Partido* de Bertolt Brecht. “Quem é ele? Nós somos ele. Você, eu, vocês – nós todos”, diz um trecho do poema.

A abertura do evento foi feita com a execução do Hino Nacional, interpretado pela cantora Myrla Muniz, acompanhada por músicos que tocavam sanfona, zabumba, violoncelo e triângulo.

A seguir a íntegra do hino *A bandeira do Meu Partido*:

A bandeira do meu partido /
é vermelha de um sonho antigo /
cor da hora que se levanta /
levanta agora, levanta aurora!
Leva a esperança, minha bandeira /
tu és criança a vida inteira /
toda vermelha, sem uma listra /
minha bandeira que é socialista!
Estandarte puro, da nova era /
que todo mundo espera, espera /
coração lindo, no céu flutuando /
te amo sorrindo, te amo cantando!
Mas a bandeira do meu Partido /
vem entrelaçada com outra bandeira /
a mais bela, a primeira /
verde-amarela, a bandeira brasileira



goo.gl/go68tA

Do Portal Vermelho, Dayane Santos

Poeta Thiago de Mello dedica versos à militância do PCdoB

Em vídeo apresentado durante a abertura do 14º Congresso do PCdoB, no sábado (19 de novembro), o poeta recitou seu famoso poema Madrugada Camponesa, de 1965.



Ele dedicou, em especial, o verso “faz escuro mas eu canto, porque a manhã vai chegar” a “cada dirigente e a cada militante do PCdoB.”

“Olhando a capa desse meu livro, eu leio o verso “faz escuro, mas eu canto, porque a manhã vai chegar”. Eu dedico esse verso a cada dirigente e a cada militante do PCdoB. Pelo muito que todos eles, na crista da onda do PCdoB, vêm fazendo, com amor e ciência, na construção de um caminho que conduza o Brasil e o seu povo ao encontro da alegria de viver”, afirmou o poeta.

O verso ainda foi tema do 14º Congresso, ocorrido em Brasília, ilustrando a identidade visual do evento.



▼ Leia a íntegra do poema:

Madrugada camponesa
Madrugada camponesa,
faz escuro ainda no chão,
mas é preciso plantar.
A noite já foi mais noite
a manhã já vai chegar.

Não vale mais a canção
feita de medo e arremedo
para enganar solidão
Agora vale a verdade
cantada simples e sempre
agora vale a alegria
que se constrói dia a dia
feita de canto e de pão.

Breve há de ser
sinto no ar
tempo de trigo maduro
vai ser tempo de ceifar
Já se levantam prodígios
chuva azul no milharal,
estala em flor o feijão
um leite novo minando
no meu longe seringal.

Madrugada da esperança
já é quase tempo de amor
colho um sol que arde no chão,
lavro a luz dentro da cana
minha alma no seu pendão.

madrugada Camponesa
faz escuro (já nem tanto)
vale a pena trabalhar
faz escuro, mas eu canto
porque a manhã vai chegar.

Do Portal Grabois, Cezar Xavier



goo.gl/41d9nW





Ato internacionalista



Vários convidados internacionais discursaram, entre os quais o representante do Partido Comunista do Vietnã, Tran Dac Loi



Ato Internacionalista

Pronunciamento de José Reinaldo Carvalho



Secretário de Relações Internacionais do PCdoB, apresenta os convidados internacionais aos delegados e delegadas

O nosso Partido é quase tão longevo quanto a grande Revolução Socialista de Outubro. Nasceu sob seu influxo e segue cultivando seus imortais valores. Estamos convictos da vigência destes valores com os olhos postos no futuro. Os que defendemos um mundo de liberdade, paz, justiça e igualdade social; os que aprendemos que a história das lutas sociais é perpassada pelo fio vermelho da luta popular; os que temos no marxismo-leninismo o guia para a ação, temos inesgotáveis razões para celebrar o centenário da Revolução.



A Revolução Russa possui um significado transcendental. Pela primeira vez na história, o proletariado, unido às demais camadas populares, principalmente o campesinato, assumiu o governo e iniciou a construção do poder dos trabalhadores e da sociedade socialista. O triunfo da Revolução assinala o início de uma grande época na história da humanidade: a da transição do capitalismo ao socialismo.

A Revolução de Outubro de 1917 ocorreu no calor da luta teórica e política de Lênin contra os oportunistas da II Internacional, que apregoavam o caminho da conciliação de classes. Outubro de 1917 foi o “laboratório” que deu aos revolucionários daquela geração os elementos para aprofundarem conceitos fundamentais e universais, ainda hoje válidos e vigentes, sobre o Estado, o partido, a estratégia e a tática.

Confirmou-se a tese de Marx e Engels, baseada na análise científica da sociedade, de que o capitalismo é um sistema econômico-social e político historicamente condenado.

O triunfo das classes oprimidas em 1917 na Rússia demonstrou que somente a revolução pode abrir caminho à conquista da emancipação nacional e social, às transformações sociais e políticas progressistas. A colaboração de classes como estratégia do movimento operário e popular foi superada pelos acontecimentos.

Na vitória da Revolução russa foi decisivo o papel dirigente do Partido Bolchevique. O proletariado russo dentro de um tempo curto tinha feito duas revoluções democrático-burguesas e conquistado autoridade como dirigente do povo na luta contra o absolutismo, para derrubar a burguesia e instaurar a ditadura do proletariado. O Partido Bolchevique entrelaçou a verdade geral do marxismo-leninismo com a prática revolucionária do próprio país e conseguiu separar as massas da influência dos partidos oportunistas.

O conjunto das realizações da Revolução de Outubro e da luta pela construção do socialismo tem conteúdo e forma de acontecimentos épicos e não há propaganda negativa nem leitura niilista ou ambígua, nem

mesmo a renúncia a seu legado que apaguem essa epopeia da memória dos povos ou esgotem sua força inspiradora.

A Revolução Russa tornou-se paradigmática para o mundo porque fez saltar pelos ares um império reacionário. Sobre seus escombros, surgiu ao cabo de uns poucos anos uma nova civilização humana, uma economia desenvolvida, um povo culto e digno. A Revolução Russa soergueu um Estado soberano e instrumentalizou um Exército poderoso que se constituiu na força capaz de derrotar o mais feroz inimigo da humanidade: o nazi-fascismo.

A Revolução Socialista de Outubro e o Estado soviético exerceram enorme influência na organização e no levantamento do movimento revolucionário mundial, impactou nas lutas contra o sistema capitalista tanto nas metrópoles quanto nas colônias e nos países dependentes.

A Revolução Russa e a subsequente construção do socialismo se produziram em circunstâncias mundiais e nacionais peculiares, cuja expressão geopolítica mais importante, à época, foi a Primeira Guerra Mundial. A Revolução quebrou a frente do imperialismo mundial, derubou a burguesia na Rússia, levou ao poder o proletariado em um sexto do território mundial e criou as condições para a liquidação de todas as formas de exploração e opressão do homem pelo homem.

A vitória da revolução abriu uma nova época na história contemporânea, a época da revolução proletária e nacional-libertadora, da criação da frente revolucionária do proletariado e dos povos oprimidos contra o imperialismo.

Por todas essas razões, a Revolução de Outubro foi uma revolução com caráter internacionalista. Teve extraordinário impacto internacional, exerceu influência direta sobre acontecimentos subsequentes, mudou a face do mundo e deixou marca indelével em todo o século 20.

O poder estatal socialista que emergiu em 1917, internacionalista por natureza, tornou-se o vetor preponderante na luta pela paz mundial e o progresso social.



A Grande Revolução Socialista Soviética criou condições propícias para o surgimento da Internacional Comunista, após a bancarrota da II Internacional, provocada pelo nacionalismo estreito, a colaboração de classes e o oportunismo de direita. Como partido no poder, coube ao Partido Bolchevique, sob a direção de Lênin, a iniciativa de agrupar no âmbito da nova organização internacional as forças de esquerda, comunistas, revolucionárias, separadas das forças centristas e oportunistas de direita.

O século 20 foi fortemente marcado pelo socialismo vitorioso na União Soviética, e sob a influência desta tornou-se o século das revoluções anti-imperialistas, democráticas, populares e socialistas, das lutas pela libertação nacional e social dos povos.

A União Soviética foi a força principal na vitória sobre a maior e mais agressiva potência militar da burguesia imperialista – a Alemanha hitlerista. A vitória sobre o nazi-fascismo foi uma conquista dos povos, das forças da paz, da democracia, da solidariedade e do progresso social. Para esse triunfo, concorreu especialmente a ação dos comunistas, que se postaram à frente da luta contra o nazi-fascismo. A União Soviética, pátria do socialismo, com a luta heroica do seu povo, foi o fator político e militar decisivo.

A Revolução socialista e o socialismo soviético estiveram presentes como inspiração, influência indireta e apoio moral na grande Revolução chinesa, na Revolução Cubana, na Resistência vietnamita.

Defrontamo-nos com o niilismo e ambiguidades contidos em afirmações como a de que a Revolução Russa e tudo o que dela decorreu foram uma sequência de erros colossais, uma tentativa de afastar a história de seu caminho natural, agora retomado depois da grande derrocada dos anos 1990 – o caminho que conduziria a humanidade ao “fim da História”. A derrota do socialismo e seu desaparecimento como sistema mundial, no apagar das luzes do século 20, abriram espaço a tal leitura liquidacionista. Esta leitura até hoje afeta a conduta de forças po-

líticas que, partindo de premissas falsas, consideraram que o antídoto aos erros cometidos seria adotar uma estratégia e uma tática afastadas dos postulados revolucionários e uma teoria e prática de construção do partido comunista que os tornam iguais aos partidos burgueses e socialdemocratas. É o mesmo espaço em que se tentam equilibrar as forças da “nova esquerda”, com suas diferentes versões de socialdemocracia reciclada ou de autodenominado “neocomunismo”, que busca identificar com violência e crimes toda a experiência da luta e da construção do socialismo.

A extinção da União Soviética marcou uma viragem negativa na evolução do quadro mundial. A derrota do socialismo, para a qual concorreram fatores internos e externos – estes ligados à pressão e ao cerco dos países imperialistas –, criou uma situação inteiramente nova no mundo. No terreno das ideias deu azo à negação dos valores revolucionários. No terreno político ensejou o surgimento de uma correlação de forças extremamente desfavorável às forças progressistas.

Mas o socialismo continua sendo uma necessidade objetiva da evolução da civilização humana. E, nessa ótica, o socialismo e o comunismo são o ideal supremo a justificar a existência e a atividade do Partido Comunista.

A saída para os graves impasses por que passa a humanidade, a superação da crise de civilização que atravessamos e o impedimento da barbárie exigirão das forças progressistas e revolucionárias a capacidade de elaborarem novas estratégias para enfrentar os novos desafios próprios da época contemporânea. É necessário empreender novos passos de um novo processo de acumulação revolucionária, inclusive no que diz respeito à afirmação, ao revigoreamento e à consolidação do Partido Comunista.

A passagem do centenário do maior acontecimento da história da humanidade enseja à atual geração de lutadores pelo socialismo reflexões que resultem em ação prática. Não está ainda plenamente configu-



rada a correlação de forças que levará a humanidade a um novo ciclo revolucionário. Mas tampouco essa correlação de forças forma-se por geração espontânea, cabendo às forças revolucionárias desempenharem seu papel pró-ativo.

Hoje ganha relevo a questão: Encontra-se na ordem do dia a tarefa de lutar por melhorias no capitalismo, ou se trata, ao contrário, de elaborar estratégias, táticas e métodos revolucionários que conduzam os trabalhadores à luta pelo socialismo como único caminho para superar revolucionariamente os impasses em que a humanidade está confrontada sob o atual sistema? O capitalismo beneficia apenas as grandes burguesias parasitárias dos países imperialistas e suas dependências. Por toda parte, a burguesia reacionária no poder ameaça a democracia e a paz. É, assim, inevitável a eclosão de lutas, em que os fatores de classe se entrelaçam com os nacionais. É nesse contexto que ressurgem contemporaneamente a luta pelo socialismo.

É imperioso persistir no fortalecimento político, ideológico e orgânico do Partido Comunista, em unidade com outros setores consequentes de esquerda. Em momentos de profunda crise do capitalismo e em que as políticas da burguesia monopolista-financeira e do imperialismo são cada vez mais antidemocráticas e belicistas, o Partido Comunista deve ter nítido o horizonte socialista, consolidar a sua identidade de classe e ideológica e reforçar os seus laços com as massas populares e trabalhadoras. Quaisquer que sejam os procedimentos táticos necessários à acumulação de forças e por mais flexíveis que os comunistas devam ser na concertação de alianças amplas para alcançar vitórias parciais, mais ainda devem afirmar-se o caráter revolucionário de sua estratégia e seu perfil político e ideológico.

Parte indissociável disto é o internacionalismo proletário, que significa solidariedade para com os povos em luta pela soberania nacional, a justiça social e a revolução política e social, tarefa à qual nos dedicamos com afinco, participando em movimentos com nítido ca-

ráter anti-imperialista, reforçando os laços de cooperação e a unidade com os partidos comunistas e as organizações revolucionárias e populares, compartilhando experiências e concertando ações comuns.

Os conflitos nacionais e de classes são cada vez mais agudos. Os Partidos Comunistas e demais forças revolucionárias e anti-imperialistas são chamados a desempenhar destacado papel nas lutas contemporâneas.

Neste Congresso, reafirmamos o internacionalismo proletário, a base teórica marxista-leninista de nosso partido, a necessidade da luta pelo socialismo no Brasil e no mundo, e pela realização do ideal comunista.

Temos a honra de apresentar a fraternal delegação de Partidos Comunistas, revolucionários e anti-imperialistas presentes no nosso 14º Congresso. Recebam as nossas boas-vindas e levem aos vossos países a certeza de que no Brasil há um partido que não claudica na luta anti-imperialista e ergue bem alto a bandeira da paz, dos direitos dos povos e do progresso social. Um partido empenhado pela unidade dos povos, pela construção de uma Frente anti-imperialista mundial. Frente que construímos a partir das nossas lutas nacionais, em torno de um programa democrático, patriótico e popular.

Muito obrigado por sua presença.

Inspira-nos o conceito de Revolução de Fidel Castro:

“Revolução é sentido do momento histórico; é mudar tudo que deve ser mudado; é igualdade e liberdade plenas; é ser tratado e tratar os demais como seres humanos; é emancipar-nos por nós mesmos e com nossos próprios esforços; é desafiar poderosas forças dominantes dentro e fora do âmbito social e nacional; é defender valores nos quais se crê ao preço de qualquer sacrifício; é modéstia, desinteresse, altruísmo, solidariedade e heroísmo; é lutar com audácia, inteligência e realismo; é não mentir jamais nem violar



princípios éticos; é convicção profunda de que não existe força no mundo capaz de esmagar a força da verdade e as ideias. Revolução é unidade, é independência, é lutar por nossos sonhos de justiça para Cuba e para o mundo, que é a base de nosso patriotismo, nosso socialismo e nosso internacionalismo.”.

O companheiro Fidel, líder histórico da Revolução Cubana, nos deixou há um ano, no dia 25 de novembro. O nosso Congresso envia ao companheiro Raúl Castro, primeiro secretário do PC de Cuba, a este Partido de vanguarda da Revolução Cubana e ao heroico povo da maior das Antilhas, o nosso cálido abraço, a nossa solidariedade, ao lado da confiança de que seguirá a senda aberta por Fidel, o comandante invicto.

Saúdo os Partidos Comunistas que exercem o poder político construindo o socialismo cada um com suas peculiaridades: Partido Comunista de Cuba, Partido Comunista da China, Partido do Trabalho da Coreia, Partido Comunista do Vietnã e Partido Popular Revolucionário do Laos.

Saúdo o valente povo sírio pela heroica luta e retumbante vitória no combate ao terrorismo e à intervenção estrangeira.

Saúdo o povo palestino, o povo saarauí e todos os povos em luta contra a ocupação estrangeira, o imperialismo e o colonialismo.

Saudemos em uníssono, num alto brado libertador, os povos irmãos latino-americanos, em especial a Venezuela bolivariana, fundada pelo eterno comandante Hugo Chávez e hoje liderada pelo presidente Nicolás Maduro.

Enviamos nossa saudação ao PC Ucrâniano, bastião da luta contra o fascismo no Leste Europeu.

Nossa saudação ao Cebrapaz [Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz], ao Conselho Mundial da Paz e a todos os camaradas que, no âmbito de entidades do movimento popular e democrático, têm atuação internacionalista. Meu muito obrigado a

todos os militantes que garantiram a acolhida das delegações internacionais.

Recebam todas as delegações fraternais internacionalistas aqui presentes a palavra de honra dos comunistas brasileiros de que estaremos lado a lado com vocês agora e sempre na construção de uma ampla Frente anti-imperialista mundial. O PCdoB é uma casa ampla da amizade, tem o coração tão grande como o povo brasileiro, cheio de amor pela humanidade. Um partido internacionalista com quem vocês sempre podem contar.

José Reinaldo Carvalho,
secretário de Política e Relações Internacionais



Mensagens recebidas de Partidos e Organizações ao 14º Congresso do Partido Comunista do Brasil

África do Sul

O Partido Comunista Sul-Africano (SACP) transmite seus cumprimentos revolucionários democráticos para a classe operária, aos amantes da paz e ao 14º Congresso do Partido Comunista do Brasil. O SACP empenha a sua solidariedade internacional com as massas de trabalhadores explorados do Brasil e da América Latina, contra o imperialismo ianque e outras formas de manipulação estrangeira nos assuntos domésticos.

Os avanços feitos pelas organizações políticas progressistas, pelos mais amplos movimentos do pensamento de esquerda e socialista que ascenderam ao governo, através do poder popular democrático, enfrentam cada vez mais a ameaça real de erosão. Isto ocorre, em grande parte pela recuperação de forças de direita, muitas vezes com o apoio da interferência imperialista. O SACP vem seguindo esta tendência muito de perto, inclusive os acontecimentos recentes que provocaram



a mudança de governo no Brasil. Esperamos ter maior clareza desta situação, a partir da análise científica das resoluções do 14º Congresso do Partido.

O 14º Congresso do PCdoB é uma oportunidade para melhorar a clareza programática, tanto do pensamento quanto das ações do partido. Isso também é importante para nós, na África, e para outras organizações revolucionárias em demais lugares. Ampliará o nosso acompanhamento da situação no Brasil e na América Latina, evidenciando também a solidariedade internacional ideológica, política e programática.

O SACP está ansioso para que as resoluções do 14º Congresso do Partido antecipem o fortalecimento da luta das massas, continuamente exploradas no Brasil, na América do Sul e em todo o mundo. Esta é a luta que compartilhamos. É uma luta justa, que deve ser intensificada em todos os países, para dar expressão ao seu teor internacionalista.

O SACP deseja ao 14º Congresso do Partido Comunista do Brasil total sucesso, tão necessário!

Sempre adiante com o socialismo!

Solly Malapaia

*Secretário-geral Adjunto do Comitê Central
do Partido Comunista Sul-Africano*

Alemanha – DIE LINKE

Estimados companheiros e companheiras, por ocasião da realização do 14º Congresso do Partido Comunista do Brasil, enviamos-lhes, em nome do nosso partido DIE LINKE, a Esquerda da Alemanha, uma grande saudação solidária, desejando-lhes muitos êxitos.

Aqui da Alemanha, seguimos com muita atenção os acontecimentos preocupantes no Brasil. Reprovamos severamente a política neoliberal e antidemocrática do atual governo, que não é um governo legítimo.

Apresentamos a nossa solidariedade às forças de esquerda e à sua luta por democracia, paz e progresso social.

Transmitimos os nossos melhores votos a todos e a todas os/as delegados/as. Que o seu congresso obtenha muito êxito!

Saudações solidárias,

Heinz Bierbaum

Presidente da Comissão Internacional do DIE LINKE

Alemanha – Partido Comunista Alemão (DKP)

O Partido Comunista Alemão deseja-lhes um exitoso 14º Congresso, que será realizado neste fim de semana, em Brasília.

O momento político no Brasil, após o golpe parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff, requer a máxima atenção de parte das forças progressistas no país, especialmente dos comunistas. Logo as futuras eleições poderão mudar a situação novamente.

Desejamos que os comunistas do partido irmão, PCdoB, tenham a prudência de tomar sábias decisões, que possam levar adiante a luta de classes e a classe operária do Brasil. A resolução que se tomará, sobre temas tanto nacionais quanto internacionais, poderá ser um documento importante para esta finalidade.

Lamentamos não poder estar presentes, pois que os recursos econômicos são escassos no momento. Mas, certamente, caminhamos juntos e solicitamos que nos enviem as resoluções do Congresso.

Com saudações comunistas,

Günter Pohl

Secretário Internacional

Partido Comunista Alemão (DKP)



Argentina – Partido Comunista da Argentina

Queridos camaradas,

Em nome do nosso Comitê Central, saudamos o Congresso do Partido Comunista do Brasil que ocorre na cidade de Brasília. Este importante evento é transcendente para o seu grande país, bem como para toda a América Latina e o mundo.

Por um lado, é um forte sinal da inesgotável vitalidade do movimento comunista em escala global. Por outro lado, é crucial, porque a posição adotada pelo PCdoB será uma orientação determinante para a luta dos trabalhadores e do povo brasileiro, na dura circunstância que atravessam, após o golpe parlamentar, mediático e judicial, do qual as vítimas são a democracia e a qualidade de vida de milhões de pessoas.

Participaremos do seu 14o Congresso com a convicção de que receberemos ensinamentos valiosos para enfrentar a virulenta ofensiva re-colonizadora e desarticuladora das economias de nossos países, promovida pelo imperialismo estadunidense, com a cumplicidade criminoso de seus aliados locais.

Na Argentina, o poder das corporações judiciais e da mídia conseguiu impor, nas eleições, um governo que claramente representa as corporações do capital transnacional concentrado, que pretende estabelecer um modelo de ajustes antipopulares, a entrega de nossa soberania e a repressão às lutas e protestos populares que se estão desenvolvendo cada vez mais.

Hoje, mais do que nunca, a união e a constante colaboração dos partidos comunistas e de todos os setores nacionais, democráticos e populares, da nossa região, é uma necessidade imperativa, para reconstruir e aperfeiçoar as forças sociais e políticas, que conduzem os projetos revo-

lucionários da América Latina e do Caribe.

Viva o PCdoB!

Viva a amizade entre os nossos partidos!

Viva o internacionalismo revolucionário!

Jorge Kreyness, Secretário de Relações Internacionais

Victor Kot, Secretário-geral.

Austrália – Partido Comunista da Austrália

Em nome do Partido Comunista da Austrália, aceitem nossas calorosas e fraternas saudações por ocasião do seu 14º Congresso. Desejamos sucesso nas tarefas estabelecidas para levar à frente o Congresso.

Observamos os desafios que o Brasil enfrenta nacionalmente e traçamos paralelas com a nossa luta contra o movimento de direita na Austrália.

Enquanto nossos países vivem diferentes condições, tanto a Austrália quanto o Brasil, enfrentam forças, no poder, descaradamente contrárias aos trabalhadores e à democracia.

Expressamos a nossa solidariedade ao PCdoB nestes tempos desafiadores. Apesar dos desafios, estamos otimistas de que será o papel de vanguarda do PCdoB que levará à abertura do caminho para um Brasil socialista.

Uma vez mais, desejamos-lhes sucesso ao traçarem o caminho a ser seguido.

Saudações socialistas,

Bob Briton

Secretário-Geral do Partido Comunista da Austrália



Bélgica – Partido do Trabalho da Bélgica

Queridos Camaradas,

Em nome do Partido do Trabalho da Bélgica (PTB-PVDA), congratulamos o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) pelo seu 14º Congresso.

Vivemos uma época de intensos conflitos, resultantes da instabilidade política, ilustrando a profunda crise do capitalismo mundial, com suas catastróficas repercussões sociais, democráticas e ecológicas.

Vários movimentos na América Latina levaram governos progressistas ao poder, nas últimas décadas. Também no Brasil, com os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Desde o golpe de Estado em 2016, por forças de direita ligadas ao imperialismo estadunidense, as conquistas sociais, econômicas e anti-imperialistas estão sendo destruídas uma a uma.

Nesta conjuntura, seu partido enfrenta novos e grandes desafios. Desejamos ao PCdoB toda a força militante necessária para enfrentá-los com sucesso.

Empenhamos a nossa solidariedade neste novo cenário. Ao longo das nossas lutas, os partidos comunistas e do trabalho, como o Partido Comunista do Brasil e o nosso Partido do Trabalho da Bélgica, têm esperança, enquanto desenvolvem suas atividades em perspectiva de uma sociedade radicalmente diferente, atendendo às necessidades dos trabalhadores e do povo – em suma, uma sociedade socialista.

Saudações Camaradas,

Bert De Belder

Chefe do Departamento de Relações Internacionais.

Canadá – Partido Marxista-Leninista do Canadá

Cara Camarada Luciana Santos,

Em nome do Partido Marxista-Leninista do Canadá, envio-lhe cordiais cumprimentos e felicitações por ocasião do 14º Congresso do PCdoB, que será realizado em Brasília de 17 a 19 de novembro de 2017.

Aproveito a oportunidade para denunciar veementemente a interferência dos imperialistas estadunidenses e seus aliados, como o Canadá, nos assuntos do Brasil. A destituição da presidenta Dilma Rousseff, sem base legal, é um assunto de polícia e criminal, que mostra que os golpistas do Estado se utilizam das instituições constitucionais, que se encontram na ordem do dia, o que é inaceitável. Demonstra, também, a importância do papel do Partido na organização do povo em torno de seu próprio projeto nacional, a fim de uma efetiva resistência.

Junto-me ao PCdoB para denunciar as provocações e ameaças de agressão militar contra o governo de Nicolás Maduro e o povo soberano da Venezuela; o bloqueio e as ameaças a Cuba; as ameaças contra a República Popular Democrática da Coreia e a outros países. Neste contexto, aproveito a oportunidade para exprimir o desejo de continuar a fortalecer as relações entre os nossos dois povos e partidos. Estamos convencidos de que os perigos de agressão e de guerra, impetrados pelos imperialistas e seus aliados representam uma grave ameaça à paz mundial. O fortalecimento da unidade de todas as forças, em luta em nível internacional, é um elemento necessário que permitirá aos povos do mundo vencerem estas ameaças.

Desejo total sucesso nas deliberações sobre o seu projeto de resolução a respeito da situação nacional e internacional, e da adoção e implementação das medidas organizacionais que seu Partido tomará, para enfrentar os novos desafios na realização de seu programa político.



Com cumprimentos revolucionários e os melhores votos de sucesso,

Anna Di Carlo,

Dirigente Nacional

Partido Marxista-Leninista do Canadá

Chile – Partido Comunista do Chile

Estimados companheiros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB):

Recebam a saudação fraternal e revolucionária do Partido Comunista do Chile, por ocasião do seu 14º Congresso Nacional.

Em meio a lutas cerradas contra o governo ilegítimo e neoliberal de Michel Temer – que está destruindo os grandes avanços e conquistas que o povo brasileiro conseguiu, sob os governos de Lula e Dilma, que colocaram seu país no caminho do progresso, do anti-imperialismo e da integração dos povos do continente –, o PCdoB continua a ser um dos mais consistentes arquitetos e líderes das enormes batalhas políticas e sociais, na retomada da verdadeira democracia na fraterna nação brasileira.

O processo de confrontar aqueles que procuram trazer o seu país aos dias obscuros do neoliberalismo selvagem e torná-lo praticamente uma colônia das grandes multinacionais, precisa mais do que nunca de um Partido Comunista forte, que esteja em estreito acordo com os interesses das grandes maiorias e consiga, em algum momento, derrotar os desejos entreguistas de um governo que não é um fruto da vontade popular.

Não temos dúvidas de que as discussões e resoluções, que emanam do seu 14º Congresso, serão uma poderosa ferramenta política que alcançará grandes triunfos para as massas trabalhadoras e todo o povo brasileiro.

Reiteramos os cumprimentos do Partido Comunista do Chile ao seu 14º Congresso Nacional e, conseqüentemente, saudamos as novas lide-

ranças que serão eleitas na atividade, tendo em conta a fraternidade e a luta partidária que nos une na construção de uma sociedade melhor, para todos os habitantes dos nossos respectivos países.

Viva o 14º Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil – PCdoB!

O Comitê Central do Partido Comunista do Chile

China – Partido Comunista da China

Por ocasião de realização do 14º Congresso do Partido Comunista do Brasil, enviamos, em nome do Partido Comunista da China (PCCh), as nossas mais calorosas congratulações e saudações fraternas!

O PCdoB possui tradições históricas e gloriosas. Sendo uma importante força política do Brasil, seu Partido tem feito esforços incansáveis para promover o desenvolvimentismo socioeconômico do Brasil. Seu partido sempre tem se dedicado a promover a amizade sino-brasileira, com contribuições significativas para impulsionar o relacionamento entre os nossos países.

O PCCh valoriza altamente a tradicional amizade com o PCdoB e está disposto a reforçar ainda mais os intercâmbios e cooperações entre os nossos partidos, com base nos princípios de independência e autodeterminação, plena igualdade, respeito mútuo e não interferência nos assuntos internos do outro, a fim de fazer avançar ainda mais a Parceria Estratégica Global China-Brasil.

Formulamos os melhores votos ao PCdoB pelo pleno sucesso na realização do 14º Congresso e por maiores e constantes conquistas no seu desenvolvimento. Que a amizade entre os nossos partidos, países e povos se consolide cada vez mais!

*Departamento Internacional
Comitê Central do Partido Comunista da China*



República Popular Democrática da Coreia – Partido do Trabalho da Coreia

O Comitê Central do Partido do Trabalho da Coreia felicita calorosamente o 14º Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil e apresenta os parabéns e cumprimentos efusivos ao Congresso, ao Comitê Central e a todos os militantes do Partido.

Com o passar do tempo, o PCdoB contribuiu consideravelmente para alcançar o progresso social no Brasil e consolidar a unidade e a solidariedade entre os partidos revolucionários do mundo, empunhando invariavelmente a bandeira da soberania e do socialismo anti-imperialistas, apesar das complexas situações.

Agradecemos muito por seu Partido continuar sempre a expressar total apoio e solidariedade à causa da luta do nosso Partido e do povo norte-coreano, para frustrar as manobras de sanções e aniquilamento dos EUA e seus aliados e para defender a soberania e a dignidade do país e o socialismo.

Aproveitamos a oportunidade para expressar a convicção de que as excelentes relações de amizade e cooperação, entre os nossos partidos, continuarão a ser fortalecidas e desenvolvidas ainda mais e para apresentar os nossos votos de grande sucesso ao 14º Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil.

O Comitê Central do Partido do Trabalho da Coreia

Dinamarca – Partido Comunista na Dinamarca

Caros camaradas do PCdoB,

O Partido Comunista na Dinamarca, KPiD, os saúda pelo seu 14º Congresso, que se realiza logo após termos comemorado o aniversário

de 100 anos da Grande Revolução de Outubro. Que isso lhes sirva de inspiração extra!

Estamos cientes da situação extremamente difícil que enfrentam no Brasil, após o empoderamento da direita no parlamento, por meio de métodos antidemocráticos.

Em outros países da América Latina, vemos também que vêm ganhando espaço nos últimos anos ataques da direita às conquistas da classe trabalhadora e às forças progressistas.

Frequentemente, esses ataques são apoiados, veladamente, por forças externas, especialmente dos EUA.

Temos a certeza de que o Congresso do PCdoB tomará decisões que fortalecerão o seu partido em nossa luta comum pelo socialismo.

O capitalismo é o problema. O socialismo é a solução!

Partido Comunista na Dinamarca (KPiD)

Equador – Partido Comunista do Equador

Camaradas participantes do 14º Congresso do Partido Comunista do Brasil,

O Partido Comunista do Equador saúda a celebração do 14º Congresso do seu Partido, que se realiza em um momento tão importante da vida nacional do povo brasileiro, quando a investida do imperialismo, da CIA e de seus capatazes nacionais, após a prática do golpe de Estado, lidera descaradamente uma política de repressão encoberta contra a classe operária, os camponeses e os povos indígenas do Brasil, tentando impor leis e decretos que beneficiem as grandes oligarquias e o capital internacional, dependentes do Fundo Monetário Internacional, e os escusos interesses do imperialismo estadunidense, que impõe o neoliberalismo e a exploração aos nossos povos.



Temos a certeza de que, com base no legado histórico dos anos de luta legal ou clandestina do Partido heroico – que nunca declinou suas bandeiras e conseguiu se tornar a esperança revolucionária do povo e da nação brasileira –, o seu Congresso seguirá avante com a sua estratégia e as táticas políticas reconhecidas para a reconquista do poder para as forças populares, os trabalhadores, os camponeses, os artistas e intelectuais democráticos e revolucionários, de modo a garantir o caminho da revolução libertadora e os passos firmes para a nova sociedade socialista.

Desejamos muito êxito e apresentamos nossas congratulações por um Congresso tão importante e necessário para o Brasil e os povos da América Latina, como o nosso. Um Partido que defende as realizações e conquistas alcançadas até o momento não permitirá a permanência no poder de forças de direita e neoliberais.

Viva o 14º Congresso do Partido Comunista do Brasil!

Viva o Povo Brasileiro!

Viva o Internacionalismo Proletário!

Winston Alarcón Elizalde

Secretário-Geral

Partido Comunista do Equador

Espanha – Partido Comunista dos Povos da Espanha (PCPE)

Queridos Camaradas,

Recebam uma saudação afetuosa do Partido Comunista dos Povos da Espanha, do seu Comitê Central e do Secretário-Geral, Carmelo Suárez.

Desejamos todos os êxitos ao seu 14º Congresso. A classe trabalhadora, o campesinato e os setores populares do Brasil estão hoje em uma

fase de resistência, provocada pelo golpe imperialista, e por isso os comunistas brasileiros devem ser a Vanguarda da Resistência.

O capitalismo, em sua fase imperialista, é incapaz de resolver os problemas da humanidade, pelo contrário, coloca em risco a sua própria existência. Por esta razão, o PCPE apela pela articulação de uma resposta unitária das forças comunistas e anti-imperialistas, em nível internacional para responder, com base em propostas práticas e concretas, à guerra, à barbárie e ao saque do imperialismo.

Estamos conscientes das dificuldades que o Movimento Comunista Internacional atravessa, mas essas dificuldades não devem ser um fator paralisante, pelo contrário, devem ser um incentivo para que sejam superadas. O Partido Comunista dos Povos da Espanha coloca sobre a mesa a proposta de articulação de uma ampla Frente Mundial anti-imperialista – conforme acabamos de apresentar no 19º Encontro dos Partidos Comunistas e do Trabalho –, capaz de ser uma ferramenta, nas mãos da classe trabalhadora internacional e do conjunto de povos, para derrotar a ofensiva imperialista.

No Centenário da Gloriosa Revolução Russa, mostra-se que Outubro é o caminho, e a tarefa é a Revolução. Somente a conquista do socialismo-comunismo poderá pôr fim à barbárie capitalista.

Viva o 14º Congresso do PCdoB!

Viva a Revolução Socialista!

Viva o Internacionalismo Proletário!

Secretariado internacional do Comitê Central do PCPE

Estados Unidos da América – Partido Comunista dos Estados Unidos da América (PCEUA)

O Partido Comunista dos EUA envia os seus mais calorosos cumprimentos de solidariedade por ocasião do 14º Congresso do Partido



Comunista do Brasil (PCdoB), que será realizado em Brasília de 17 a 19 de novembro.

Nossos partidos, bem como os movimentos comunistas, progressistas e da classe trabalhadora em todo o mundo, enfrentam, nos últimos anos, uma ofensiva sem precedentes das forças políticas de extrema-direita, que incluem elementos abertamente fascistas.

Em seu país, o atual presidente Michel Temer, empossado inconstitucionalmente, governa por meio de uma aliança dos elementos mais reacionários e corruptos da política brasileira. Nos Estados Unidos, temos o mesmo fenômeno com o nosso presidente, Donald Trump. Em ambos os casos, os elementos mais reacionários do capital monopolista, tanto nacional como transnacional, aliaram-se às igrejas evangélicas e aos neonazistas da direita para reverter os avanços que a classe trabalhadora e seus aliados alcançaram durante muitas décadas de dificuldades e luta.

No Brasil, a direita gostaria de eliminar todos os avanços e regredir ao período anterior à presidência de Lula, enquanto nos Estados Unidos, o mesmo tipo de forças retornaria ao início da década de 1930, se pudessem fazê-lo.

Em seu excelente portal Vermelho: A Esquerda Bem Informada, seguimos de perto os esforços do governo Temer para captar receitas da assistência social e, através de uma reforma constitucional, enfraquecer as leis que impedem a escravidão, prejudicar os direitos dos trabalhadores e seus sindicatos, das mulheres, das minorias, dos povos indígenas e pobres, e saquear e destruir o meio ambiente nativo. O neoliberalismo se agrava, com uma tendência fascista.

Nada disso é novo, porque corresponde também ao programa da administração Trump e a todo o movimento internacional de direita.

Sendo assim, expressamos nossa admiração pela luta contra essas tendências reacionárias e pela defesa da igualdade, da justiça social e do socialismo.

Enviamos nossos cumprimentos e congratulações, também, à camarada Manuela D'Ávila, que acaba de anunciar sua pré-candidatura à presidência da República pelo Partido Comunista do Brasil, nas eleições de 2018.

Desejamos total sucesso ao 14º Congresso do Partido e que, nos próximos meses e anos, o PCdoB trilhe o caminho para alcançar vitórias para a classe trabalhadora em seu país.

Com saudações comunistas,

John Bachtell

Presidente Nacional do Partido Comunista dos EUA

Finlândia – Partido Comunista da Finlândia

A luta de classes é internacional pelo seu caráter. O 14º Congresso do PCdoB certamente oferece aos comunistas na Finlândia novas visões, esperanças e energias – elementos necessários para o nosso trabalho político cotidiano.

Do ponto de vista do PCF, o 14º Congresso do PCdoB é uma importante convocação para a luta internacional de classes, contra os ataques imperialistas, tanto na ação política, quanto nas ações bélicas concretas, cada vez mais presentes.

O Partido Comunista da Finlândia tem a certeza de que o PCdoB fará um congresso intenso, ideológico e de sucesso internacional.

O PCF, acompanhado dos partidos internacionais comunistas e operários, fortalece a luta internacional de classes contra as guerras imperialistas, a austeridade e a política neoliberal e também assimila participativamente as futuras decisões do 14º Congresso PCdoB, sobre ações políticas.

O marxismo exige que organizemos um novo e concreto trabalho político para um futuro melhor, a soberania popular e a democracia



participativa. Encontramo-nos em uma situação de urgência para criar um mundo sem armas, passando pelo socialismo e visando ao comunismo. Um mundo sem guerras, nem exércitos.

Viva o Partido Comunista do Brasil!

França – Partido Comunista Francês

Queridos camaradas,

Retidos em Paris, em virtude do Encontro Nacional do nosso partido que acontece neste sábado, 18 de novembro, e que deve discutir tarefas para a agenda do nosso congresso extraordinário de 2018, lamentamos não poder aceitar o gentil convite para participar do seu Congresso.

Desejamos enviar-lhes esta mensagem de fraternidade e solidariedade. Sabemos a importância do seu Congresso para o PCdoB, para Brasil e seu povo.

O golpe de Estado institucional do verão de 2015 abriu, em seu país, um novo capítulo de políticas neoliberais, autoritárias e ataque aos direitos humanos e sociais.

Em solidariedade ao povo brasileiro, denunciemos esta nova ofensiva reacionária e expressamos nosso total apoio à presidenta Dilma Rousseff e às forças progressistas e democráticas, nas quais o PCdoB joga um papel importante.

Somos conscientes de que são necessários vínculos mais constantes para fortalecer, no Brasil e na França, nossas respectivas lutas e nossos combates políticos e sociais.

Na França, a eleição de Emmanuel Macron, como o presidente da República francesa, contra a candidata da extrema-direita, no segundo

turno das eleições, assegurou a continuidade da dominação das forças do capital e do patronato.

A brutalidade de suas políticas e seus métodos de governo encontra resistência que, não obstante, requer uma convergência maior e, juntamente com as forças sindicais e os ativistas de muitas organizações, os comunistas em nosso país empenham seus esforços pela reconstrução indispensável de uma perspectiva e alternativa de esquerda na França e em toda a Europa.

Compartilhamos com o PCdoB estes mesmos objetivos, cada qual em seu próprio contexto nacional e regional.

Desejando-lhes um congresso exitoso, asseguramos a amizade e o apoio do Partido Comunista Francês.

Pierre Laurent

Secretário-Geral do Partido Comunista Francês

Galícia – União do Povo Galego

O Comitê Central da União do Povo Galego quer dedicar saudações fraternais e revolucionárias, de toda a militância comunista e patriótica da Galícia, ao 14º Congresso do Partido Comunista do Brasil. Estamos cientes da imensa relevância deste Congresso, em um momento especialmente complexo para o Brasil, em que o PCdoB e as forças democráticas e da esquerda devem enfrentar as consequências negativas, para o país e para o povo, do golpe de Estado, que se produziu em 2016, contra o governo legítimo de Dilma Rousseff.

A UPG é plenamente solidária com o PCdoB e com o povo brasileiro na luta pelo resgate da democracia e pela defesa das conquistas sociais, frente à antirreforma trabalhista e ao conjunto da ofensiva neoliberal e antissocial do ilegítimo governo de Temer. É por isso que valorizamos imensamente a proposta que está a lançar o PCdoB para conformar uma



Frente Ampla de todas as forças populares, patrióticas e democráticas, que permita fortalecer a mobilização e a luta popular contra o governo golpista e a sua agenda antissocial, na perspectiva de constituir uma nova maioria capaz de reconquistar o governo da República e garantir um novo rumo para o Brasil.

Democracia e soberania são palavras de ordem deste Congresso que estão também no centro da nossa luta política na Galícia. No Estado espanhol estamos a viver uma forte escalada de repressão que tem como alvo fundamental a Catalunha, mas que atinge todas as forças revolucionárias e da esquerda patriótica da Galícia, do País Basco e dos Países Catalães. O golpe de Estado praticado pelo governo espanhol, contra o legítimo governo e o parlamento da Catalunha, não representa apenas uma violação clara da vontade popular e soberana do povo catalão, mas também é a principal expressão de uma ofensiva reacionária, que coloca em risco direitos democráticos essenciais e liberdades públicas.

Hoje a Galícia é uma nação em luta pela sua soberania. O Bloco Nacionalista Galego (BNG) – a Frente Ampla patriótica de que a UPG faz parte – está a desenvolver uma intensa campanha social em defesa das Bases Democráticas da Nação Galega, as bases para uma nova Galícia soberana. O nosso país precisa se libertar da dominação espanhola, para poder construir uma sociedade nova, realmente democrática, justa, igualitária e livre no nosso próprio Estado, a República da Galícia. O nosso Partido encoraja a luta pela autodeterminação e a independência nacional como a única maneira de exercer os nossos direitos como nação e garantir a democracia, o progresso e o bem-estar social.

Neste ano comemoramos o centenário da Grande Revolução Socialista Soviética, que abriu caminhos na construção do socialismo e na luta dos trabalhadores e trabalhadoras de todo o mundo. Hoje, em um contexto de acirramento das lutas de classes e nacionais e da ofensiva imperialista em todo o mundo, a Revolução de Outubro continua a ser

fonte imprescindível de inspiração nos desafios que os trabalhadores e os povos temos pela frente.

Estamos certos de que o PCdoB, partido que nos 95 anos da sua história soube encarnar a esperança e os anseios do povo brasileiro, verá plenamente cumprido o objetivo de fortalecer as estruturas partidárias e o seu papel como núcleo da esquerda para enveredar com decisão a conquista de um novo Brasil popular e soberano rumo ao socialismo. Nesse caminho contará sempre com o apoio internacionalista da UPG e do conjunto do nacionalismo galego.

Viva a solidariedade internacionalista!

Viva o Partido Comunista do Brasil!

Pelo Comitê Central da União do Povo Galego (UPG)

Néstor Rego Candamil

Secretário-Geral

Geórgia – Partido Comunista Unificado da Geórgia

Em nome dos comunistas da Geórgia, cumprimentamos os delegados ao 14º Congresso do Partido Comunista do Brasil.

Seu partido desempenha um papel importante na vida social e política do Brasil.

Sob condições de forte pressão dos Estados Unidos, o Partido Comunista do Brasil continua seguindo sua linha, para proteger os interesses dos trabalhadores do Brasil, a soberania e a independência de seu país.

Expressamos plena confiança de que o 14º Congresso do PCdoB fortalecerá ainda mais a determinação dos comunistas do Brasil para a luta pelo futuro socialista de um país tão importante quanto o seu!

Com cumprimentos fraternais do Comitê Central do

Partido Comunista Unificado da Geórgia



Grécia – Partido Comunista da Grécia (KKE)

Caros Camaradas,

O Partido Comunista da Grécia (KKE) envia os cumprimentos dos comunistas gregos ao 14º Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Seu Congresso ocorre em um período complexo e difícil. A barbárie capitalista, a intensificação das contradições imperialistas, as competições entre potências capitalistas e suas alianças apresentam sérios desafios para os comunistas. O capitalismo, em seu palco imperialista, não tem nada a oferecer aos povos além de exploração, pobreza, guerras e miséria.

O modelo de desenvolvimento capitalista em todos os países, mundo afora, é inevitavelmente acompanhado pela crise capitalista; a manifestação da crise, no cenário do capitalismo, refuta qualquer expectativa que as massas populares possam ter, em relação à possibilidade de políticas que favoreçam e atendam às suas necessidades. A manifestação da crise e a necessidade do capital de aumentar a sua rentabilidade levaram à ofensiva total contra a classe trabalhadora, à abolição dos direitos fundamentais do trabalho e sociais, conquistados no passado pela luta dos trabalhadores e das massas populares, pela luta de classes.

Os governos burgueses não conseguem garantir os direitos fundamentais ou as necessidades contemporâneas da classe trabalhadora e do povo, em constante crescimento. A experiência acumulada pela política antissocial do governo na Grécia se alia, tipicamente, à social-democracia em todo o mundo, com o apoio do grande capital e das forças imperialistas que aplicam duras medidas antissociais contra o povo.

A classe dominante em nosso país utiliza os acontecimentos na América Latina para disseminar a confusão e a desinformação, e desfocar a perspectiva socialista. O que está realmente em crise, não é o socialismo, nem o marxismo-leninismo, mas o capitalismo, o sistema de exploração, onde o poder do Estado e os meios de produção estão nas mãos dos capitalistas e o lucro serve como único motivo para o desenvolvimento.

Este ano, honramos o 100º aniversário do evento histórico mundial da Grande Revolução Socialista de Outubro e acreditamos que o ano atual, bem como os próximos, podem ser usados para defender a verdade histórica, as conquistas do socialismo e a contribuição insubstituível da URSS para a luta popular em todo o mundo.

Os ensinamentos da Revolução Socialista de Outubro formam uma base sólida para tirar valiosas conclusões e fortalecer a luta dos comunistas, do movimento da classe operária, para defender e utilizar as posições científicas do marxismo-leninismo contra a ideologia e o oportunismo burgueses.

O estudo da Revolução de Outubro pode contribuir positivamente para que se abra um debate essencial, sobre a forma como o Movimento Comunista Internacional pode superar sua crise; para dar um passo à frente na adaptação de sua estratégia ao caráter da nossa era, que é a era da transição do capitalismo para o socialismo, de modo que a luta pelo socialismo fortaleça a atividade diária dos comunistas, na sua ação de vanguarda para a organização da luta da classe operária, a fim de resolver o problema que enfrentamos.

Caros Camaradas,

O KKE segue de perto e estuda os acontecimentos em seu país. Condenamos vivamente a política contra o povo e o trabalho exercida pelo governo Temer. Expressamos nossa firme solidariedade à classe operária e ao povo do Brasil.



Com estes pensamentos, desejamos-lhe sucesso e deliberações frutíferas nos trabalhos do seu 14º Congresso Nacional.

Saudações fraternais,

*Seção de Relações Internacionais do CC do KKE
Partido Comunista da Grécia*

Grécia – SYRIZA

Queridos camaradas,

Em nome do Comitê Central da SYRIZA (1) saudamos calorosamente a direção do partido e os delegados do 14º Congresso do PCdoB.

A SYRIZA e PCdoB compartilham visões comuns e lutam pelas mesmas causas comuns em nossos respectivos países, a Grécia e o Brasil.

Após sete anos de austeridade, depressão e monitoramento pelos chamados *Troika* (FMI, UE, BCE) (2), o governo grego está tirando o nosso país da crise, melhorando a economia nacional, reconstruindo os serviços sociais e criando o Estado de Bem-Estar e mecanismos para a proteção da maioria da sociedade.

Nesta luta sem precedentes, os governos progressistas da América Latina sempre foram uma experiência inspiradora e um exemplo valioso para nós; porque provam que “outro mundo é possível” e porque entendemos claramente isso, em um mundo globalizado.

A cooperação internacional entre as forças progressistas e a esquerda é crucial para se construir um projeto inclusivo com mudanças sociais e políticas: uma agenda alternativa de justiça social, visando não só a melhorar a vida dos nossos povos, mas também buscando mais

(1) Coligação da Esquerda Radical (N.T.)

(2) Respectivamente, Fundo Monetário Internacional, União Europeia e Banco Central Europeu (N.T.).

transformações estratégicas, em contraste com o *status quo* neoliberal dominante, que é insustentável para os povos e a natureza.

Com base neste dever urgente, expressamos nossa disponibilidade e vontade de fortalecer os laços com o PCdoB e trabalhar mais próximos em um nível bilateral e multilateral, para trocar experiências e buscar respostas comuns para os grandes desafios regionais e globais.

Com esses pensamentos, saudamos o 14º Congresso do PCdoB e desejamos total sucesso aos seus trabalhos.

*Em nome do Comitê Central da SYRIZA,
Yiannis Bournous
Membro do Secretariado Político
Chefe de Assuntos Europeus e Internacionais*

Grécia – Conselho Mundial da Paz

Queridos Camaradas,

Por ocasião do 14º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que se realiza nestes dias em Brasília, o Conselho Mundial da Paz gostaria de congratular e saudar todos os delegados ao Congresso.

O mundo está tomado por agressões imperialistas como no Oriente Médio, na Europa Oriental, na América Latina, na Ásia e no Pacífico. Reafirmamos o nosso compromisso de seguir com todas as forças na nossa luta anti-imperialista pela paz e contra o domínio e a exploração imperialistas. Sabemos de seu apoio e contamos com ele. O CMP acompanha com preocupação os acontecimentos no Brasil, onde, após o golpe parlamentar e constitucional em 2016, as forças reacionárias assumiram o governo, servindo abertamente aos objetivos e interesses da oligarquia.

Cumprimentamos e apoiamos o movimento popular, o Cebrapaz e os sindicatos ligados à nossa causa, as entidades sociais no Brasil em sua luta para deter as políticas reacionárias e encontrar formas para a



emancipação do povo brasileiro e sua libertação social, econômica e política. Conhecemos o papel importante do seu partido nessas tarefas e expressamos nossos desejos, de pleno coração, para o sucesso e resultados frutíferos do seu 14º Congresso.

Fraternalmente,

Em nome do CMP

Índia – Partido Comunista da Índia

Queridos camaradas,

Neste momento de orgulho, com a realização do 14º Congresso do PCdoB, recebam as saudações revolucionárias do Partido Comunista da Índia. Sabemos que esta é uma ocasião para os comunistas do Brasil reverem os acontecimentos desde o seu último Congresso, realizado em novembro de 2013. Trata-se de um período que tem testemunhado grandes mudanças tanto no Brasil, quanto no mundo inteiro. De um modo geral, é uma viragem para a direita. As forças do capital internacional estão felizes com isso. Na América Latina, na Ásia e na Europa celebram a vitória do fundamentalismo do mercado, que é apelidado de neoliberalismo. Em seu frenesi, esquecem-se de ver que isso é apenas um fenômeno temporário. Para o capital, o mercado tornou-se o lugar de adoração e lucro, o próprio deus!

O capitalismo do século 21 adotou o aumento dos lucros como a sua religião. Tal sistema social está destinado a fracassar, como resultado das inevitáveis contradições internas suscetíveis de surgirem.

Na Índia, o partido dominante de direita, com sua ideologia fascista, desencadeou uma guerra contra todos os valiosos valores da nação: a soberania, a democracia, o secularismo e o socialismo, que são os objetivos proclamados da Índia, consagrados em sua Constituição. O BJP, o partido no governo, esteve ao longo de sua existência

política em concordância com cada um desses ideais. Uma vez no poder, com arrogância intensificada, atacou todas as características básicas que deram lugar ao surgimento da Índia moderna. As medidas econômicas do governo BJP são decididas pela ganância do capital internacional e nacional. Sua ideologia é influenciada pelo conceito do orgulho racial, que se aproxima da visão fascista do mundo de Hitler. Passos recentes de desmonetização e introdução do imposto sobre bens e serviços impõem dificuldades sem precedentes ao povo indiano. Os padrões de vida das massas estão sendo muito afetados negativamente.

O nosso povo não está sentado, ocioso, a contemplar, mas está firme no combate às políticas antipopulares do governo. Trabalhadores, camponeses e estudantes estão na vanguarda dessas lutas.

Na semana passada, testemunhou-se a expressão da raiva do povo indiano na capital nacional, Nova Déli. Dezenas de milhares de trabalhadores mobilizaram-se por três dias consecutivos em Déli. Nosso partido desempenha um papel importante na construção desse movimento de resistência popular.

Nós, os comunistas, somos historicamente otimistas sobre o futuro da humanidade. Esse otimismo foi proclamado pelo *Manifesto Comunista*, em 1848. As razões econômicas e filosóficas para o nosso otimismo foram explicadas por Karl Marx em *O Capital*, 150 anos atrás. Em 1917, o mundo testemunhou o triunfo da Grande Revolução Socialista de Outubro, que tornou realidade os sonhos de um mundo novo. Por conseguinte, é importante mencionar aqui que os comunistas brasileiros realizam o seu 14º Congresso, no contexto do 150º aniversário de *O Capital* e do centenário da Grande Revolução Socialista de Outubro, o que nos impele a examinar nossos sucessos e fracassos, com base na filosofia do marxismo e na experiência da Revolução de Outubro.

Os comunistas e outras forças da esquerda na Índia mantêm uma espécie de ligação emocional com os acontecimentos na América Lati-



na e no Caribe, desde a vitória da Revolução Cubana, sob a liderança de Fidel e Che Guevara. Em um período crucial, em que as forças reacionárias estavam pregando o “fim da história”, essa região do globo surgiu na arena mundial com a promessa de que outro mundo é possível. Os países, um após outro, juntaram-se à marcha, proclamando lealdade a um caminho alternativo de desenvolvimento. O Brasil é um contingente importante no avanço anti-imperialista do povo da América Latina.

O espectro de esquerda em todos os continentes observava intensamente os acontecimentos na região. Essas experiências, e as lições delas tiradas, são vitais não só para os brasileiros, mas também para povos de terras longínquas, como o nosso. Seu partido tem uma grande experiência prática e teórica acumulada, através das fortes e refinadas formas de luta, desde 1922.

Acreditamos que, com este tesouro de conhecimento, o Partido Comunista do Brasil será capaz de liderar as massas durante esses tempos de crise. Observamos com admiração a posição do seu partido na questão da proteção ambiental, dos direitos das mulheres e da juventude e a unidade nacional.

Com grande interesse, o Partido Comunista da Índia acompanha os esforços do seu partido para construir uma ampla plataforma de forças de esquerda, democráticas e patrióticas. O Partido Comunista do Brasil deixa claro que, no seu entendimento, essa amplitude de forças patriotas e progressistas poderá prevenir as investidas do atual governo de direita, que é fruto de um golpe de Estado ilegítimo.

Esta estratégia política, elaborada pelo seu partido, tem grande relevância no que diz respeito ao PCI. Nós, os comunistas da Índia, esforçamo-nos para realizar a plataforma mais ampla possível de todas as forças seculares, democráticas, em nossa luta contra o governo comunal-fascista, controlado pela ideologia fascista e os interesses do capital financeiro. Dessa forma, a nossa compreensão política, sobre as

situações dos nossos respectivos países, com ela anda de mãos dadas. Sabemos que para cumprir esta tarefa, há um longo caminho a ser percorrido. Entretanto, essa tarefa não pode ser ignorada ou adiada para o futuro. Com o verdadeiro espírito do internacionalismo proletário, ressaltamos a compatibilidade da nossa luta.

Com grande e fraterno sentimento, saudamos seu congresso e desejamos-lhes total sucesso.

Saudações revolucionárias!

Binoy Viswam

*Membro, Comitê Executivo Nacional
Partido Comunista da Índia*

Índia – Partido Comunista da Índia (Marxista)

Caros Camaradas,

Em nome do Partido Comunista da Índia (Marxista) saudamos o 14º Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). É uma grande honra para nós participarmos do seu Congresso. Estamos confiantes de que este Congresso fortalecerá o seu Partido.

Camaradas,

Há poucos dias, todos celebramos o centenário da Grande Revolução Socialista de Outubro – o acontecimento épico e pioneiro que influenciou os eventos mundiais desde então. Pela primeira vez na história da humanidade, foi decididamente comprovado que um mundo livre de exploração poderia ser estabelecido, validando a teoria do marxismo. A análise de Lenin sobre o imperialismo, como o mais alto e moribundo estágio do capitalismo, ainda permanece válida. Após o colapso da União Soviética e o retrocesso do socialismo, a correlação das forças de classes mudou, com o imperialismo ganhando vantagem.



Hoje, olhamos para um mundo onde o imperialismo intervém em todas as regiões ao redor do planeta e até mesmo incita guerras regionais. Na América Latina, os EUA estão encorajando as forças oligárquicas a desestabilizarem a região, incitando a violência. Na Ásia Ocidental/África do Norte, continuam com suas intervenções militares, bombardeando cidadãos inocentes, para obter o controle e exploração de seus ricos recursos naturais.

O imperialismo visa também à região da Ásia-Pacífico, com os EUA posicionando seus navios de guerra no mar da China Meridional e na Península Coreana. Juntamente com a imposição de encargos econômicos sobre o povo, o imperialismo considera a guerra e as intervenções militares como estratégias para sair da atual crise econômica global, um reflexo da crise capitalista, que dura quase uma década.

A atual ofensiva imperialista, obviamente, não significa que o socialismo não continue sendo a alternativa e que este seja o “ponto final”. Os acontecimentos por todo o mundo provam que o povo está protestando, em larga escala, contra a ofensiva capitalista, apesar de todos os esforços das classes dominantes para sufocar a dissidência. As classes dominantes tentam desunir a classe trabalhadora, promovendo divisões entre ela, em nome de raça, etnia, religião etc. As forças de direita estão avançando em certos países. Devemos internalizar as raízes desses acontecimentos e estabelecer a construção da unificação de classes contra todo tipo de exploração.

Depende de nós, os comunistas, canalizar o descontentamento popular na direção correta para a luta de classes.

Camaradas,

Como todos sabem, nosso país tem agora um governo de direita liderado pelo Partido Bharatiya Janata (BJP). A economia indiana está cada vez mais aberta à exploração do capital estrangeiro. O governo indiano empreende descaradamente as políticas econômicas neolibe-

rais, aumentando a desigualdade social, o desemprego, o capitalismo e a corrupção, com os resultados desastrosos dessas políticas econômicas.

Abandonando a política externa não alinhada da Índia, o governo se direciona para uma aliança estratégica com os EUA. São exemplos dessa mudança estratégica as recentes reuniões do “quad” (Índia, EUA, Japão e Austrália) em Manila, com o propósito explícito de conter a China e manter a decisão do governo indiano de atenuar suas críticas à retirada dos EUA do Acordo de Mudança Climática de Paris.

A classe trabalhadora do nosso país, há apenas uma semana, organizou uma enorme manifestação de três dias em frente ao parlamento indiano. Centenas de milhares de trabalhadores, de todos os setores da economia, participaram desta manifestação, onde foi decidido acirrar a luta ainda mais. Da mesma forma, os camponeses também estão em protesto contra a aquisição forçada de suas terras e a crise agrária. O partido dominante de direita tenta romper a unidade popular, incitando os conflitos religiosos, o nacionalismo e a violência entre as castas. As tentativas visam a restringir os direitos democráticos. A crescente tendência autoritária é visível no país.

O CPI (M) está tentando reunir todas as forças de esquerda e democráticas do país para construir uma alternativa democrática e combater a ofensiva da classe dominante. Os sindicatos, as organizações rurais e várias outras organizações de massas unem forças para organizar a resistência. Os esforços são para coordenar todos esses protestos e construir uma verdadeira alternativa democrática para o povo.

O 22º Congresso do CPI (M), agendado para abril de 2018, analisará os nossos esforços de construção de uma Alternativa Democrática da esquerda, que resultará em uma alternativa de classe e não eleitoral.

O CPI (M) lidera os governos democráticos de esquerda em duas províncias do país – Kerala e Tripura. Estamos tentando proporcionar alívio ao povo, na medida do possível, dentro dos limites do sistema capitalista. As classes dominantes intensificaram seus ataques contra



esses governos e o partido, para estrangular a propagação da alternativa que oferecemos por meio deles.

Camaradas,

Estamos acompanhando com interesse os acontecimentos no Brasil, onde o governo, liderado pelo PT, foi expulso do cargo por um golpe institucional, com o apoio do imperialismo. Aguardamos as conclusões a que chegarão neste Congresso e temos a certeza de que irão avaliar suas experiências, tanto no governo, como agora liderando as lutas contra a retomada da direita.

Camaradas,

Mais uma vez, desejamos ao 14º Congresso do PCdoB total sucesso e agradecemos à direção por nos convidar a fazer parte deste Congresso histórico.

Reforçamos nossa solidariedade absoluta a todas as suas lutas pela causa da classe trabalhadora, da sociedade e pelo socialismo.

O Comitê Central do Partido Comunista da Índia (Marxista)

Iraque – Partido Comunista Iraquiano

Queridos Camaradas!

Transmitimos os mais calorosos cumprimentos do Partido Comunista Iraquiano ao 14º Congresso do partido fraterno, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Este importante evento na vida de seu partido adquire um significado especial para a justa luta do povo brasileiro e da classe trabalhadora do Brasil contra o governo ilegítimo e a agenda ultraliberal, pela restauração da democracia e em defesa dos direitos dos cidadãos e da independência nacional. Nesta batalha decisiva, seu partido tem um

papel indispensável na unificação da esquerda e das forças populares, para desenvolver a resistência democrática. A vitória neste embate terá um grande impacto positivo na luta patriótica e progressista na América Latina.

Estamos confiantes de que o seu 14º Congresso fortalecerá o Partido Comunista do Brasil, sua influência no país e o seu papel na luta contínua contra as forças reacionárias e seus esquemas apoiados pelo imperialismo. Também é vital para a defesa dos direitos e liberdades fundamentais do povo e dos trabalhadores brasileiros.

Caras Camaradas,

Seu 14º Congresso ocorre em um clima mundial que ainda sofre as consequências da profunda crise do capitalismo globalizado e do ataque cruel pelas classes dominantes, colocando enormes desafios para os trabalhadores no Brasil e em todo o mundo.

Esta situação alimentou as tensões e contribuiu para aumentar as tendências agressivas dos Estados imperialistas; instigando conflitos e guerras em muitas áreas ao redor do mundo, incluindo o Oriente Médio. Produziu um terreno fértil para o crescimento de movimentos terroristas extremistas de direita, fascistas e ultrarreacionários, ameaçando gravemente a paz mundial.

A ação unida das forças progressistas no Brasil, na América Latina e também internacionalmente, contribuirá para a luta contra o fascismo, o racismo, o neoliberalismo, a exploração capitalista e os esquemas imperialistas, além de promover ideias e objetivos socialistas. Isto está intimamente interligado ao fortalecimento da solidariedade internacional contra as políticas de guerra do imperialismo e a necessidade de oferecer apoio genuíno às lutas em curso, em todo o mundo, pela paz, a liberdade, a democracia e o progresso social.

Seu Congresso também coincidiu com o centésimo aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, que deu um novo impulso aos



comunistas e às forças progressistas em todo o mundo, para intensificar sua luta pelos elevados objetivos do socialismo.

Caros Camaradas,

O 10º Congresso Nacional do nosso partido se realizou em Bagdá no final do ano passado sob o tema *Mudança Para um Estado Civil Democrático Federal e de Justiça Social*.

Desde então, o Iraque tem enfrentado tempos difíceis. Foram alcançadas vitórias militares significativas contra o terrorista *Daesh* (1) nos últimos meses, incluindo a libertação da cidade de Mosul. Mas o país ainda sofre as consequências de uma profunda crise política, complicada ainda mais pelas repercussões negativas do recente referendo na região federal do Curdistão. A este respeito, nosso partido solicitou o diálogo, com base na Constituição, para resolver as questões pendentes entre o governo federal e o governo regional do Curdistão. O PCI também advertiu ser contrário a inflamar os sentimentos de chauvinismo e intolerância nacionalista.

A fórmula nacional, conforme estabelecido na Constituição, ainda pode apresentar uma solução satisfatória para todas as partes e assegurar os direitos e interesses do povo curdo e outros componentes sociais na região do Curdistão e em todo o Iraque.

O Partido Comunista Iraquiano é um participante ativo no movimento de protesto em massa que se iniciou em julho de 2015, em Bagdá e em outras províncias, contra a corrupção e a política sectária. Este movimento de protesto abalou os alicerces do sistema de cotas setoriais e étnicas, adotadas pelas autoridades de ocupação dos Estados Unidos, após a guerra em 2003.

Entretanto, pôr fim a esse sistema político é um grande desafio. Nosso partido acredita firmemente que as reivindicações legítimas do povo iraquiano, para as reformas e mudanças políticas reais, só poderão

(1) Daesh – Grupo radical islâmico e jihadista (N.T.).

ser alcançadas através do desenvolvimento e intensificação da pressão popular, a fim de provocar uma mudança no equilíbrio de forças e alcançar a alternativa democrática em um governo federal unificado, livre e democrático no Iraque.

Nesta difícil luta e ante as atuais condições complexas, aguardamos maior apoio e solidariedade internacionais para com o povo iraquiano e suas forças democráticas, incluindo o nosso Partido Comunista, na luta para derrotar o terrorismo e o sectarismo, almejando a reconciliação social e a unidade nacional, para construir um Estado civil-democrático, baseado na justiça social.

Finalmente, aproveitamos essa oportunidade para expressar o nosso apreço pela solidariedade internacionalista do seu partido ao povo iraquiano e ao Partido Comunista Iraquiano.

Estamos ansiosos para fortalecer e desenvolver ainda mais os fortes laços internacionalistas entre o nosso partido e o Partido Comunista do Brasil, em nossa luta comum por liberdade, paz, democracia, progresso social e pelo socialismo.

Com os melhores votos de um 14º Congresso bem-sucedido.

Viva o Partido Comunista do Brasil!

Viva a solidariedade internacionalista!

*Departamento Internacional
do Comitê Central do Partido Comunista Iraquiano*

Itália – Partido da Refundação Comunista da Itália – Esquerda Europeia

Por este meio, acusamos o recebimento do seu amável convite para participarmos do seu 14º Congresso. Infelizmente, não poderemos estar presentes devido a uma situação política difícil em nosso país, que nos obriga a permanecer na Itália.



Há muitos anos, existe um relacionamento fraterno entre o Partido da Refundação Comunista e o Partido Comunista do Brasil, e a nossa vontade seria poder acompanhá-los neste importante Congresso.

A América Latina vive um forte ataque imperialista contra as experiências transformadoras, inclusive as do Brasil. Seguimos de perto os acontecimentos do seu país, acompanhando as mobilizações contra o golpe de Estado desferido contra a legítima Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff.

Há alguns dias, a presidenta Rousseff esteve em Estrasburgo, em um encontro com nossos deputados da bancada GUE-NGL (Esquerda Unitária Europeia – Esquerda Nórdica Verde) para nos informar sobre os últimos eventos e coordenar ações conjuntas. Apoiamos as mobilizações de massas que ocorreram no Brasil nos últimos meses e estamos empenhados em defender a candidatura de Lula, contra as manobras judiciais que tentam tirá-lo da atividade política.

Na Europa, o aprofundamento da crise econômica, social, política e democrática, agravada pelas condições impostas pela *Troika*, põe em evidência que não se trata apenas de mais uma crise do sistema capitalista. A Refundação Comunista propõe aprofundar este debate.

É preciso resistir e preparar as alternativas necessárias, também no marco de uma unidade entre as forças da esquerda transformadora da América Latina e da Europa, para reverter o sistema e promover uma solução social e política para a crise.

Com este espírito, enviamos nossas saudações fraternas e desejamos êxito no seu 14º Congresso.

Marco Consolo

*Responsável pelo Departamento de Relações Internacionais
Secretariado Executivo do Partido da Refundação Comunista*

Japão – Partido Comunista Japonês

Por ocasião do 14º Congresso do Partido Comunista do Brasil, enviamos-lhes a mais calorosa saudação de felicitação e solidariedade.

Esperamos que o Congresso tenha um grande êxito na melhora das condições de vida do povo e pela defesa e o desenvolvimento da democracia, correspondendo ao clamor popular contra as políticas de austeridade.

Nas eleições gerais no Japão, realizadas em outubro, três partidos opositores, incluindo o Partido Comunista Japonês, firmaram um acordo político lançando a Coalizão Cidadã, com temas sobre a abolição das leis de segurança nacional que infringem a Constituição, chamadas de leis de guerra, entre outros temas. Com esta cooperação de forças entre os partidos opositores e os cidadãos, as bancadas foram ampliadas, em conjunto. O nosso Partido, mesmo diminuindo o número de parlamentares, teve a oportunidade, através desta luta conjunta, de obter experiência e riqueza políticas importantes. Daqui em diante, estamos decididos a fortalecer fundamentalmente a capacidade do Partido de desenvolver a luta conjunta e avançar os movimentos populares em vários terrenos, como a luta contra a emenda prejudicial da Constituição.

No mundo, o Tratado de Proibição de Armas Nucleares foi adotado em uma conferência da ONU em julho, após ter sido reivindicado pela esmagadora maioria dos países.

Desejamos que nossos partidos e países fortaleçam a cooperação para a paz mundial, especialmente nas tarefas de eliminação de armas nucleares, bem como no desenvolvimento do progresso social.

Yasuo OGATA

Vice-presidente do Partido Comunista Japonês

Responsável pela Comissão Internacional



Laos – Partido Revolucionário do Povo do Laos

Prezados delegados do Congresso,

Por ocasião do 14º Congresso do Partido Comunista do Brasil, em nome do Comitê Central do Partido Revolucionário do Povo do Laos, gostaríamos de enviar as nossas mais calorosas congratulações e os melhores cumprimentos aos delegados do Congresso e a todos os membros do Partido Comunista do Brasil.

Este Congresso é um importante evento político realizado pelo Partido Comunista do Brasil, na sua trajetória que continua a alcançar sucessos fundamentais na luta pelos benefícios dos trabalhadores brasileiros. Este Congresso também reafirma a força e o constante crescimento do Partido Comunista do Brasil.

Nesta ocasião de glória, desejamos ao 14º Congresso do Partido Comunista do Brasil um brilhante sucesso.

Que as tradicionais relações de amizade entre os nossos partidos sejam reforçadas pelos interesses dos dois povos, pela paz, a amizade e a cooperação para o desenvolvimento das nossas regiões e no mundo.

Com saudações fraternas,

O Comitê Central Partido Revolucionário do Povo de Laos

Martinica – CNCP

O Conselho Nacional de Comitês Populares (CNCP) está particularmente honrado pelo convite recebido para participar do 14º Congresso do PCdoB.

Estamos conscientes da importância do 14º Congresso para o encontro de movimentos revolucionários, com a troca de experiências e a globalização de suas lutas, neste contexto onde os imperialistas e seus

governos, subordinados às multinacionais, redobram a sua agressividade contra os povos.

Infelizmente, a multiplicidade de atividades e restrições financeiras que enfrentamos neste período, não nos permitem estar presentes nesta excelente atividade. Acredite, realmente lamentamos muito.

Transmita a todos os seus militantes e ativistas nossos cumprimentos fraternos e os votos de trabalho frutífero.

Unidos e fiéis aos nossos objetivos revolucionários, venceremos!

Robert Sae, Diretor de Assuntos Internacionais do CNCP

México – Partido Comunista do México

Ao Comitê Central do PCdoB,

O Comitê Central do Partido Comunista do México expressa sua saudação fraternal ao 14º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), desejando-lhe êxito nas deliberações e conclusões.

Expressamos o nosso interesse para que as relações bilaterais entre os nossos dois partidos continuem se desenvolvendo.

Proletários de todos os países, uni-vos!

O Comitê Central do Partido Comunista do México

México – Partido da Revolução Democrática – PRD

Por ocasião da celebração do 14º Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), envio a mais calorosa saudação aos congressistas, antecipando que o debate a ser realizado sobre o Projeto de Resolução, intitulado *Novas orientações para o Brasil: Democracia, Soberania*, será de importância fundamental para avançar rumo ao retorno à democracia na nação irmã, onde vivem milhões de pessoas afetadas



pelas medidas tomadas pelo governo golpista de Michel Temer, que são traduzidas em ajustes, privatizações, uma tremenda redução dos direitos trabalhistas, a corrupção instalada nas instituições, a perda da soberania, as lesivas agressões contra os direitos das mulheres, a criminalização do protesto social, entre outras perdas.

Pelo fato de o resultado do debate que promoverão e a eleição da direção nacional do Partido Comunista do Brasil terem sumo caráter político, por esta razão, como militante política que sou, faço votos de pleno êxito em seus trabalhos congressuais.

Fraternalmente,

Rosa Maria Cabrera Lotfe

México – Esquerda Democrática do México

Estimados amigos e companheiros:

Recebam por parte da Esquerda Democrática na América Latina (IDEAL), que tenho a honra de dirigir, os nossos melhores votos de pleno êxito nos trabalhos do 14º Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que ocorrerá entre os dias 17 e 19 de novembro de 2017.

Cremos que o rumo a ser adotado pelo 14º Congresso será fundamental para o avanço do Brasil, ao lado das forças democráticas e progressistas, considerando os graves retrocessos que foram impostos à população desde a posse do governo golpista de Michel Temer.

Receba nossos cumprimentos e gentilmente transmita-os ao conhecimento dos delegados e delegadas que estarão reunidos em Brasília

Fraternalmente,

C. Xadeni Méndez Márquez

Diretora da Esquerda Democrática na América Latina

Palestina – Movimento para a Libertação Nacional da Palestina – Al Fatah

*Queridos camaradas da mesa,
Delegados e delegadas,
Amigas e amigos das delegações internacionais,*

Permitam-me, em nome do Movimento para a Libertação Nacional da Palestina Al Fatah, de seu presidente Mahmud Abbas e em meu próprio nome, transmitir-lhes as mais fraternas saudações, com os nossos melhores votos de que o seu congresso seja bem-sucedido e possa cumprir as tarefas atribuídas a todos aqueles que hoje defendem princípios, valores e ética.

Queridos camaradas,

Como sabem, o nosso povo palestino tem lutado por seus direitos mais elementares por mais de um século, sofrendo sob a ocupação mais cruel do mundo, a ocupação israelense, apoiada pelo imperialismo, onde o confisco de terras, a construção de assentamentos, a prisão de milhares de palestinos e os assassinatos diários contra a nossa juventude dificultam a materialização do nosso Estado independente e soberano: o Estado Palestino, com as fronteiras demarcadas em 4 de junho de 1967, tendo Jerusalém como a sua capital, livre de assentamentos.

Gostaríamos de reiterar que os amigos da Palestina, por todo o mundo, especialmente os comunistas, que são os maiores defensores dos direitos dos povos, têm o dever de fazer todo o possível para que a comunidade internacional faça valer a legalidade internacional.

Partidos progressistas em todo o mundo devem pressionar os governos de seus países para forçarem Israel a cumprir as resoluções da ONU.



Estimados camaradas,

Trabalharemos juntos em todos os níveis, locais, regionais e internacionais para acabar com todos os tipos de injustiça em todo o mundo.

Finalmente, desejamos total sucesso ao 14º Congresso do PCdoB e sorte para a direção que será eleita.

Viva o Partido Comunista do Brasil!

Viva o povo brasileiro!

Viva a solidariedade internacional!

Viva a Palestina livre!

Contem com o Al Fatah como um aliado em todas as lutas.

Movimento para a Libertação Nacional da Palestina – Al Fatah

Palestina – Frente Democrática para a Libertação da Palestina – FDLP

Companheiros da Comissão Política e do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil,

*Companheiros delegados ao 14º Congresso do Partido Comunista do Brasil,
Recebam uma saudação revolucionária.*

Em nome do Comitê Central da Frente Democrática para a Libertação da Palestina e de todos os quadros e seguidores da FDLP em todos os lugares onde nosso povo palestino se encontre, parabenizamos o PCdoB pela celebração do 14º Congresso, que acontece em um momento muito difícil e complexo do seu país, da América Latina e do mundo.

Saudamos sua coragem e determinação em realizar este congresso, apesar dos desafios e dificuldades impostos pelo governo golpista. A luta dos filiados de seu partido, dos trabalhadores, camponeses e marginalizados capacitou o povo brasileiro, unido a todas as forças progressistas, contra as políticas neoliberais dos golpistas. Esta luta certamente

será vitoriosa! Estamos juntos, na mesma trincheira, para enfrentar as forças hegemônicas imperialistas dos EUA e do Ocidente e construir um mundo novo onde reinarão a liberdade, a democracia e a justiça social.

Expressamos, em nome do povo palestino que ainda sofre com a ocupação colonialista e expansionista israelense, o nosso pleno apoio e solidariedade, e confiamos em sua capacidade de superar as dificuldades e as circunstâncias atuais e conseguir uma nova vitória para os filhos do povo combativo do Brasil.

Sempre avante!

Viva o 14º Congresso do Partido Comunista do Brasil!

Viva a Solidariedade Internacional!

Dr. Muaz Jamal Mussa

Responsável pelas Relações Internacionais – América Latina

Membro do Comitê Central

Frente Democrática para a Libertação da Palestina

Peru – Partido Comunista do Peru (Pátria Roja)

Por ocasião do 14º Congresso Nacional do seu Partido, apresentamos os nossos cumprimentos fraternos, com votos de pleno sucesso na realização deste grandioso evento.

O PCdoB representa um fator vital na vida política brasileira, constitui um baluarte no processo de abertura de um novo curso para o Brasil e sua perspectiva socialista, em meio à feroz ofensiva reacionária e à exacerbação da luta de classes em nível mundial.

O fortalecimento do PCdoB e as resoluções do seu 14º Congresso Nacional terão impacto não só em seu país, mas também no cenário internacional, particularmente na América Latina.

Reiteramos os nossos cumprimentos a todos os militantes do



PCdoB, com os melhores augúrios na realização do seu 14º Congresso Nacional.

Saudações Revolucionárias,

Alberto Moreno Rojas
Presidente do PC do Peru (Pátria Roja)

Peru – Partido Comunista Peruano (PCP)

Respeitados membros da direção do PCdoB e distinto encontro,

O Partido Comunista Peruano (PCP) segue, com grande atenção, os acontecimentos do Brasil, o desenvolvimento das lutas das classes populares e o compromisso consistente do PCdoB, com o progresso de seu grande país.

O panorama em escala internacional é encorajador para a causa popular, se olharmos para isso na perspectiva certa. Os efeitos das crises do sistema capitalista dos anos 2007 e 2008 e a resposta predatória ao direito internacional, por meio de seus ajustes abusivos, foram a origem de um ressurgimento das bandeiras da luta popular, em escala mundial.

Um fantasma atravessa o mundo: as ideias socialistas e comunistas voltam frescas e reforçadas, gerando o medo na reação em todo o mundo, que rotula esse movimento como uma “explosão de populismo”, frase ambígua que procura mascarar a rejeição irreprimível do mundo à globalização neoliberal que, de diferentes maneiras, se manifesta de uma forma ou de outra (na Grécia, na Catalunha, com o Brexit, ou o triunfo de Donald Trump, na Escócia, no País Basco, em Flandres, na Itália do Norte, na Córsega, na Bretanha Francesa, entre outros). A rejeição aumenta no peito dos mais diversos povos, ao mesmo tempo em que se repudia a miséria, a fome, o desemprego de numerosos conglomerados

dos humanos, atormentados por políticas de austeridade selvagem, que demoliram o Estado de Bem-Estar Social, arduamente conquistado com o trabalho, ao longo de décadas.

Os portadores das bandeiras do renascimento da causa popular são os países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul), Cuba, Nicarágua, El Salvador, Venezuela, República Popular Democrática da Coreia e os componentes do Foro de São Paulo.

Entretanto, o adversário capitalista, em sua fase terminal, se recusa a abandonar o campo e realiza manobras provocativas, que podem arrastar o mundo para uma guerra mundial nuclear e termonuclear.

O caso do Brasil é ilustrativo, porque o direito das cavernas conseguiu, através de trapaças, destituir a legítima presidenta Dilma Rousseff de seu posto, sem que haja, até agora, provas de qualquer má conduta da honrosa mandatária brasileira. A substituição de Dilma por Michel Temer, que era seu vice-presidente, é constantemente questionada pela opinião pública e por organismos do Estado, e seu comportamento político deixa muito a desejar. Apesar disso, estamos otimistas e pensamos que teremos sucesso, porque Luiz Inácio Lula da Silva lidera intenções de voto para as eleições presidenciais do próximo ano (2018). O povo não pode nem deve esquecer o esforço para a inclusão posto em prática pelos governantes populares Lula e Dilma, desde o Palácio do Planalto, uma obra arquitetônica que, além de tudo, foi projetada pelo camarada Oscar Niemeyer.

O 14º Congresso do PCdoB coincide com o primeiro centenário da Revolução Russa, que marcou não apenas o século 20, mas teve sua influência benéfica extrapolada para outros tempos e dimensões. Os ideais que encorajaram esse fato histórico estão refletidos em grandes feitos, como a vitória sobre as hordas do eixo Roma-Berlim-Tóquio, e em épicos como a Longa Marcha de Mao Tsé-tung, que atravessou 12.500 quilômetros em 370 dias, escapando do cerco estendido pelo exército de Chang Kai-Shek; também na surpreendente façanha do comunista Luiz



Carlos Prestes que, à frente da “Coluna Prestes”, visitou treze estados brasileiros em dois anos e cinco meses, percorrendo, no mínimo, 25 mil quilômetros (duas vezes a marcha de Mao), em uma sublevação que merece mais difusão do que tem.

Os ideais comunistas tornam essas façanhas possíveis, o que se reflete no fato de que a República Popular da China tirou da pobreza nada menos que 700 milhões de pessoas em 30 anos e, no Brasil, os governos de Lula (2002-2010) e Dilma (janeiro de 2011 a agosto de 2016), com o apoio dos comunistas brasileiros, retiraram mais de 40 milhões de pessoas da pobreza, em 13 anos e meio. Estes são fatos indiscutíveis.

Em alguns países da América Latina, existe uma intensa luta entre um sistema capitalista vergonhoso que localizou esta parte da América, como o lugar onde há a maior desigualdade socioeconômica no mundo, e o sistema que se esforça para emergir como uma grande esperança das massas, que foi batizado pelo comandante Hugo Chávez de socialismo do século 21. Porém, os povos – com maior ou menor intensidade – seguem desiludidos com a exploração, a imoralidade e a brutalidade do capitalismo, em sua fase agonizante. Os refluxos observados em alguns países, após o grande avanço observado durante 15 anos de governos populares na região, não poderão prosperar por muito tempo. Vejamos alguns casos:

Na Argentina, o mal-intencionado Mauricio Macri, que só sabe endividar o país, atirar milhares de trabalhadores às ruas, encarecer o custo de vida e processar os líderes políticos da esquerda, morre de medo do retorno de Cristina Fernández à luta política, que o enfrentará nas eleições presidenciais de outubro de 2019.

No Brasil, onde o acovardado Temer tenta dismantlar o que foi alcançado nos gloriosos anos de Lula e Dilma, o governo golpista sabe que Lula pode ganhar as eleições de 2018, por causa do enorme apoio que conquistou das massas, em grande parte do país – uma marcha que nos lembra um pouco Luiz Carlos Prestes.

No Peru, o lobista Pedro Pablo Kuczynski e os seguidores de Fujimori, ambas forças demagógicas, mais cedo ou mais tarde terão que dar lugar à força emergente do povo peruano, organizada sob as bandeiras dos comunistas e outras forças populares;

No México, o candidato de esquerda, Andrés Manuel López Obrador (Movimento MORENA), surge como o provável vencedor nas eleições de 2018, no contexto de um colapso impressionante em um grande país, atingido pela corrupção do PRI, a incompetência de Enrique Peña Nieto, o tráfico de drogas desencadeado, a rendição mais vergonhosa em benefício de Washington e o descarado menosprezo de Donald Trump por essa nação e seu povo.

Na Colômbia, o candidato de esquerda Gustavo Petro Urrego, ex-prefeito de Bogotá, pode ter sucesso nas eleições de 2018, concorrendo também com o candidato Rodrigo Londoño Echeverri (“Timoshenko”), líder das FARC.

Na Venezuela, haverá também eleições presidenciais em 2018. Tudo leva a crer que o processo revolucionário bolivariano continuará a triunfar.

Como se pode ver, nosso otimismo não carece de embasamento. O futuro abre suas portas, avancemos e governemos bem os nossos países, em benefício dos nossos sofridos, mas heroicos compatriotas.

Caros camaradas do PCdoB, parabenizamos-lhes pela realização deste notável esforço, pelo seu trabalho democrático, pelo impulso dado ao Foro de São Paulo, pelo seu compromisso com o povo brasileiro, com toda a Pátria Grande e por nos permitir participar e trocar experiências neste deslumbrante evento.

Viva o 14º Congresso do Partido Comunista do Brasil!

Fidel Ríos
Partido Comunista Peruano.



Portugal – Partido Comunista Português (PCP)

Queridos camaradas,

Transmitimos as calorosas e fraternais saudações do Partido Comunista Português ao 14º Congresso do Partido Comunista do Brasil, confiantes de que as orientações traçadas pelo Vosso Congresso contribuirão para reforçar a luta pela democracia, a soberania, o desenvolvimento e o progresso social no Brasil, apontando o caminho do socialismo.

O Brasil defronta-se com uma violenta operação golpista, dirigida pelo grande capital brasileiro articulado com o imperialismo, que visa a reverter os avanços alcançados pelo processo de mudanças sociais e de afirmação soberana que se iniciou em 2003, que teve profundas repercussões na melhoria das condições de vida de milhões de brasileiros e que projetou um novo papel do Brasil na cena internacional.

Uma operação golpista que se insere na ofensiva mais geral de ingerência e de desestabilização levada a cabo pelo imperialismo norte-americano, em conluio com as oligarquias latino-americanas – em que se inserem a desestabilização e o bloqueio contra a Venezuela bolivariana –, através da qual procura recuperar as posições perdidas com o avanço dos processos de afirmação soberana, de sentido progressista e de integração e cooperação solidária que marcaram os desenvolvimentos na América Latina e Caribe nas últimas duas décadas.

Acompanhando com genuíno interesse os trabalhos de preparação do Vosso Congresso, estamos certos de que o PCdoB prosseguirá com determinação na sua luta contra os perigosos retrocessos que a reação golpista procura impor aos trabalhadores e povo brasileiro, mobilizando a resistência das massas e construindo a convergência e unidade que permitam derrotar os planos antidemocráticos, antissociais e antipatrióticos e retomar o caminho de transformações políticas, econômicas e sociais que os trabalhadores e o povo brasileiro anseiam.

Camaradas,

Face ao aprofundamento da crise estrutural do capitalismo e perante o extenso e complexo processo de rearranjo de forças no plano mundial, o imperialismo intensifica a sua ofensiva exploradora, opressora e agressiva. O imperialismo, em particular o imperialismo norte-americano, procura contrariar a tendência do seu declínio económico relativo e assegurar, em articulação com os seus aliados, a sua hegemonia em nível mundial. Neste quadro, a União Europeia procura debelar a sua profunda crise e crescentes contradições com o aprofundamento dos seus pilares federalista, neoliberal e militarista. Uma situação em que aumenta o perigo dos sectores mais reacionários e agressivos do imperialismo de apostarem cada vez mais na guerra e no fascismo.

Perante a violenta ofensiva política e ideológica do imperialismo – onde, entre outros aspectos, avulta um feroz anticomunismo –, na fase de resistência e acumulação de forças em nível mundial em que nos encontramos, o PCP considera que se colocam como tarefas fundamentais o reforço dos partidos comunistas e a sua unidade, assim como a unidade entre estes e todas as forças revolucionárias, anti-imperialistas e amantes da paz.

No momento em que comemoramos o Centenário da Revolução Socialista de Outubro, nunca terá sido tão evidente que o capitalismo é responsável pelos grandes problemas e sérios perigos que a humanidade enfrenta, colocando a necessidade da sua superação revolucionária pelo socialismo, através dos caminhos e etapas que a situação concreta de cada país determinar.

Camaradas,

No seu XX Congresso, realizado no final de 2016, o PCP reafirmou a sua inabalável determinação de continuar a luta por uma democracia avançada, com os valores da Revolução de Abril no futuro de Portugal, parte integrante da construção do socialismo – o que passa pela ruptu-



ra com décadas de política de direita e por uma alternativa patriótica e de esquerda.

O desenvolvimento e intensificação da luta dos trabalhadores e do povo português, com o contributo e a ação perseverante do PCP, foram a força motriz que abriu caminho para a derrota do governo PSD/CDS e a uma nova fase na vida política nacional, que permitiu não só interromper o rumo de intensificação da exploração, de empobrecimento e de destruição imposto a Portugal, como avanços, ainda que limitados, na defesa, recuperação e conquista de direitos. No entanto, a realidade demonstra que só com a ruptura com a política de direita, com o fim da submissão aos interesses do grande capital e às imposições do Euro e da União Europeia – aos quais o Partido Socialista continua amarrado –, e com a concretização de uma política alternativa patriótica e de esquerda, será possível assegurar o efetivo desenvolvimento económico, o progresso social e defender a soberania nacional.

Para isso, são essenciais o fortalecimento e a ampliação da luta de massas e o reforço do PCP – aprofundando o seu enraizamento nos trabalhadores e no povo, a sua ligação à realidade portuguesa, articulando a luta por objetivos imediatos com a luta pelos seus objetivos mais gerais, reafirmando a sua identidade comunista e o seu projeto revolucionário – tarefas em que o nosso Partido está empenhado.

Queridos camaradas,

Reafirmando a solidariedade dos comunistas portugueses para com a luta do Partido Comunista do Brasil em defesa dos interesses e aspirações dos trabalhadores e povo brasileiro, desejamos os melhores sucessos aos trabalhos do Vosso 14º Congresso, expressando a nossa vontade de aprofundar as relações de amizade e cooperação entre os nossos dois Partidos.

República Tcheca – Partido Comunista da Boêmia e Morávia

Caros Camaradas,

Aceitem, uma vez mais, nosso cordial agradecimento pelo convite ao 14º Congresso do PCdoB. Nossa participação no Congresso e a oportunidade de seguir as suas resoluções foram, para nós, não apenas muito impressionantes, mas também uma fonte de inspiração, conhecimento e experiência.

Admiramos a devoção profunda do seu Partido à ideia do socialismo, a unidade e determinação na luta pelos interesses da classe operária, nas condições da profunda crise e agressão do sistema capitalista.

Recebam nossas calorosas congratulações pela escolha da Manuela D'Ávila como a candidata às eleições presidenciais de 2018 e pela reeleição de Luciana Santos como a presidenta do PCdoB. Estas duas belas e capazes mulheres são, sem qualquer dúvida, uma garantia de um sucesso adicional nos difíceis esforços para um futuro melhor e mais justo.

Foi uma honra para nós encontrarmos-nos com a presidenta do PCdoB em Pequim, na atividade de 30 de novembro a 3 de dezembro de 2017. Tivemos a oportunidade de manter o diálogo político do mais alto nível com os partidos de todo o mundo.

Gostaríamos de reafirmar que o Partido Comunista da Boêmia e Morávia tem grande respeito pelo PCdoB e está muito interessado em fortalecer e ampliar as nossas relações mútuas.

Saudações fraternas,

Vojtech FILIP
Presidente do Comitê Central do PCBM



Romênia – Partido Comunista Romeno

Caros Camaradas e Amigos,

O amigável convite dirigido ao Partido Comunista Romeno – Século XXI (PCR-XXI) para participar do 14º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que terá lugar em Brasília, de 17 a 19 de novembro de 2017, muito nos honra e dá um novo impulso às relações tradicionais de amizade e cooperação entre os nossos partidos e os nossos povos.

O Partido Comunista Romeno – Século XXI (PCR-XXI) deseja total sucesso ao 14º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), na análise da situação doméstica e internacional, estabelecendo medidas organizacionais capazes de tornar as futuras ações do Partido mais eficientes sob a coordenação direta do futuro Comitê Central.

O Partido Comunista Romeno – Século XXI (PCR-XXI) tem em alto apreço os resultados positivos obtidos pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) na questão da consolidação da independência econômica do país, da soberania do Estado e da promoção da paz mundial.

Aproveitamos esta oportunidade para expressar o nosso desejo de aprofundar a cooperação entre os nossos partidos, para que possamos contribuir de forma mais eficaz para a ampliação das relações econômicas e sociais entre os nossos povos e promover a paz, num mundo multipolar, aplicando os princípios e normas universalmente aceitas do direito internacional.

Com amizade e solidariedade,

Constantin Cretu
Presidente

Rússia – Partido Comunista da Federação Russa – PCFR

Queridos Camaradas!

O Comitê Central do Partido Comunista da Federação Russa expressa seus sinceros cumprimentos ao 14º Congresso do Partido Comunista do Brasil, seus membros, aliados e todos aqueles que apoiam a luta do Partido. Durante décadas, o Partido Comunista do Brasil tem lutado pelas pessoas comuns, pelo seu direito de viver com dignidade. Essa luta ganhou um sincero respeito e apoio da nação. O seu congresso ocorre em um ambiente desconfortável de deterioração em todas as esferas sociais, incluindo o nível de vida nacional. Demonstrando a sua natureza bárbara, o imperialismo internacional continua a oprimir a classe trabalhadora, dividindo suas fileiras.

O Partido Comunista do Brasil sempre se opôs ao imperialismo, com o apelo à unidade e à coesão nacional, demonstrando a força e o compromisso com os princípios do marxismo-leninismo. Apesar da tentativa persistente das forças reacionárias de desviar o Brasil do caminho almejado do desenvolvimento, seu Partido continua a estar na vanguarda da luta pelos interesses nacionais, pelos trabalhadores, pelo socialismo.

Nossos partidos possuem longos e sólidos laços de amizade e internacionalismo proletário, comprovados pelo tempo e a luta conjunta contra o capitalismo. O PCFR tem muito orgulho dessa amizade e apoia o PCdoB em sua luta pelos nossos ideais comuns, para o socialismo. Estamos confiantes de que as decisões, adotadas pelo Congresso, servirão para fortalecer ainda mais as fileiras do Partido, aumentar a sua autoridade tanto no país, quanto na América Latina, como um todo. O PCFR deseja todo o sucesso ao 14º Congresso do Partido Comunista do Brasil.



Saudações fraternas,

Gennady Zyuganov

Presidente do Comitê Central do Partido Comunista da Federação Russa

– PCFR

Sérvia – Novo Partido Comunista da Iugoslávia (NKPJ)

Caros Camaradas,

Em nome do Comitê Central do Novo Partido Comunista da Iugoslávia (NKPJ), enviamos as mais calorosas saudações aos delegados e delegadas do 14º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Hoje, como resultado das contradições anárquicas do capitalismo, o mundo enfrenta uma profunda crise econômica e vem tentando resolvê-la à custa dos trabalhadores.

Nosso partido, assim como o seu, procura construir a mais ampla unidade da classe trabalhadora para se opor a esses ataques. Seu partido, como o nosso, faz campanha contra o imperialismo e a guerra que tentam aprofundar a opressão imperialista. Seu partido, como o nosso, procura alcançar a alternativa do socialismo e, ao mesmo tempo, a construção da organização social necessária para alcançar vitórias imediatas para os trabalhadores.

O NKPJ valoriza as relações de amizade e solidariedade entre os nossos partidos. Estamos confiantes de que suas decisões contribuirão para fortalecer as fileiras do partido e aumentar o prestígio do PCdoB na sociedade brasileira.

Desejamos êxito ao 14º Congresso e à implementação dos planos delineados.

Com saudações fraternas,

Marijan Kubik

Departamento de Relações Internacionais (NKJP)

Suécia – Partido Comunista da Suécia

Queridos Camaradas,

Agradecemos por seu amável convite. Lamentamos informá-los que não nos será possível enviar um delegado ao 14º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), conforme planejamos. Apesar de não estarmos presentes, aguardamos os documentos e decisões do seu congresso para estudá-los atentamente.

Enviamos os mais calorosos cumprimentos do movimento comunista na Suécia, com votos de um exitoso congresso, que fortaleça o PCdoB para o próximo período de luta.

Saudações fraternais,

Patrik Paulov

Secretário Internacional do Partido Comunista da Suécia

Turquia – Partido Comunista da Turquia (TKP)

Estimados camaradas,

Em nome do Partido Comunista de Turquia (TKP), desejamos aos delegados do 14º Congresso do Partido Comunista de Brasil total sucesso nos debates que terão lugar e nas resoluções adotadas, nesses 95 anos desde a fundação do seu Partido.

Nos dias em que celebramos o Centenário da Grande Revolução de Outubro, os povos trabalhadores do mundo atravessam um dos momentos mais sombrios da história. Neste momento, em que vivemos sob a ditadura do mercado, os direitos mais fundamentais da classe trabalhadora estão sendo liquidados, os recursos naturais estão sendo



saqueados pela classe capitalista e os povos do mundo estão lutando ou em condições de guerra ou ameaçados de guerra.

Sabemos que esse ataque irrestrito contra os trabalhadores dos povos do mundo é o produto da profunda crise do sistema capitalista imperialista. Este sistema de exploração, cujas contradições irreconciliáveis agravam-se dia a dia, não tolera a mínima intenção de desenvolvimento, progresso ou democratização. Todos os tipos de golpes de Estado e conspirações internacionais, que têm como alvo as conquistas dos povos trabalhadores da América Latina, são uma clara demonstração desse fato.

No Centenário da Grande Revolução Socialista de Outubro, a história nos chama a lembrar que a essência do capitalismo, sempre contra o trabalho e a organização popular, não pode ser reabilitada e que esse sistema de exploração deve ser ultrapassado. Hoje no continente latino-americano, como em todos os cantos do mundo, a meta a ser alcançada, o socialismo baseado no poder da classe trabalhadora, é oportuna e necessária.

Esperamos que seu congresso aproxime a classe trabalhadora brasileira do sonho de uma vida igualitária, livre e próspera, e desejamos todo o êxito em sua luta.

Viva o socialismo!

Viva o internacionalismo proletário!

O Comitê Central do Partido Comunista de Turquia (TKP)

Ucrânia – Partido Comunista da Ucrânia

Queridos delegados!

O Comitê Central do Partido Comunista da Ucrânia saúda calorosamente os delegados e convidados ao 14º Congresso do Partido Comu-

nista do Brasil, bem como todos os membros do Partido, nesta atividade importante na vida política da sua organização – o Fórum do Partido.

Os Comunistas da Ucrânia estão certos de que o seu Congresso manterá a atmosfera de camaradagem e construtivismo do partido. Reivindicará todas as determinações políticas e orientação para a implantação das tarefas estabelecidas, assim como a habilidade para o seu desenvolvimento dinâmico, de acordo com as novas condições e desafios.

É seguro dizer que o PCdoB é uma organização revolucionária bem estabelecida, que representa a solidariedade a todos os trabalhadores, a todas as forças progressistas e democráticas do Brasil, lutando corajosamente em defesa da democracia e da política de progresso social e soberania para o seu país.

Nós, os comunistas da Ucrânia, reconhecemos a sua luta persistente em defesa do proletariado e da classe operária do Brasil. Apreciamos a sua solidariedade internacionalista e o apoio ao nosso partido, que sofre tentativa de banimento pelo regime mandatário da oligarquia nacionalista na Ucrânia.

Agradecemos pela posição do camarada Inácio Arruda, que esteve presente e fez a sua intervenção no ato do Primeiro de Maio, em Kiev, a despeito do fato de que corria risco de vida, segundo a ameaça das gangues dos nacionalistas radicais.

Temos a certeza de que, juntos, continuaremos a envidar todos os nossos esforços para fortalecer a solidariedade internacionalista e a unidade e coesão do movimento internacional comunista e operário, para lutarmos contra a exploração do homem pelo homem, o ressurgimento do fascismo e pela restauração da verdadeira democracia e o rumo do socialismo em nossos países.

Desejamos a todos os participantes do 14º Congresso o consenso, o entendimento, para tomarem decisões sábias, para a construção de um partido ainda mais bem-sucedido.



Recebam os nossos votos de força, otimismo e novas conquistas em benefício dos trabalhadores do Brasil!

Viva o Partido Comunista do Brasil!

Viva a amizade internacionalista entre o Partido Comunista do Brasil e o Partido Comunista da Ucrânia!

Trabalhadores do mundo, uni-vos!

O Comitê Central do Partido Comunista da Ucrânia

Venezuela – Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV)

Temos o prazer de enviar-lhes, nesta oportunidade, uma saudação solidária e revolucionária, em nome do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), e felicitar o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) pela realização do 14º Congresso dessa organização política, durante os dias 17 a 19 de novembro do presente ano.

Neste momento em que os nossos povos enfrentam uma nova ofensiva do imperialismo, orientada a minar o direito à autodeterminação e ao exercício da soberania, levantamos a voz como evidência do compromisso de continuar a gestão iniciada pelos nossos ancestrais libertadores, assumindo, de forma participativa e protagonista, a condução dos processos de transformação política e social da Nossa América.

O Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) expressa, na lembrança do comandante Hugo Chávez, ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e ao povo irmão brasileiro, “a nossa saudação solidária, fraterna e o sentimento mais profundo de amor do povo de Simón Bolívar.”.

Nós, venezuelanas e venezuelanos, reproduzimos hoje a palavra do Pai Libertador, quando cruzou os Andes, empunhando o estandarte

da liberdade, declarando ao mundo: Nossa Pátria é a América! Com esta orientação fazemos votos de êxito a essa tão importante atividade partidária, com a certeza de continuarmos mantendo relações estreitas e fraternas entre as nossas organizações, a fim de enfrentar os grandes desafios impostos pela presente conjuntura regional e mundial, caracterizadas pela tentativa de restauração do neoliberalismo em nossos países, à qual se impõe a vontade de nossos povos, decididos a serem livres e independentes.

Sem outro particular a fazer referência, despedimo-nos,
Bolivarianamente,

Adán Chávez Frías
Vice-presidente de Assuntos Internacionais
Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV)

Vietnã – Partido Comunista do Vietnã

Camarada Luciana Santos,

Em nome do Comitê Central do Partido Comunista do Vietnã, gostaria de endereçar à camarada as nossas felicitações por ocasião da sua reeleição para o cargo de Presidenta do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) no seu 14º Congresso Nacional.

Estamos convencidos de que, com a sua liderança e a do Comitê Central, as resoluções aprovadas no seu importante 14º Congresso serão efetivamente implementadas, reafirmando o papel cada vez mais protagonista do PCdoB, rumo a maiores sucessos na sua justa luta por paz, independência nacional, democracia, progresso social e pelos interesses dos trabalhadores.

Gostaríamos de afirmar, uma vez mais, o desejo do Partido Comunista do Vietnã de aprofundar ainda mais os excelentes laços de



amizade existentes entre nossos dois Partidos e os povos do Vietnã e do Brasil.

Apresentamos à camarada nossos votos de boa saúde, muita felicidade e bons êxitos no seu nobre cargo de importante responsabilidade.

Nguyễn Phú Trọng
Secretário-Geral do Comitê Central do Partido Comunista do Vietnã



goo.gl/vTQEj6

A presença internacionalista no 14º Congresso do PCdoB

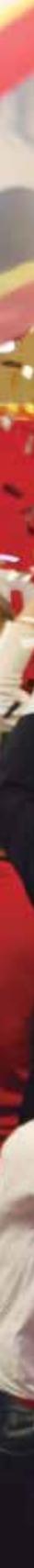
Lista das organizações internacionais presentes	
PAIS	ORGANIZAÇÃO
África do Sul	<i>Partido Comunista da África do Sul</i>
Angola	<i>Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)</i>
Argentina	<i>Partido Comunista da Argentina</i>
	<i>Partido Comunista Congresso Extraordinário</i>
Bélgica	<i>Partido do Trabalho da Bélgica</i>
China	<i>Partido Comunista da China</i>
Chipre	<i>Partido Progressista do Povo Trabalhador (AKEL)</i>
Colômbia	<i>Partido Comunista Colombiano</i>
República Popular Democrática da Coreia	<i>Partido do Trabalho da Coreia</i>
Cuba	<i>Partido Comunista de Cuba</i>
El Salvador	<i>Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN)</i>
Espanha	<i>Partido Comunista dos Povos da Espanha</i>
Galícia	<i>União do Povo Galego (UPG)</i>
Estados Unidos	<i>Partido Comunista dos Estados Unidos</i>



Grã-Bretanha	<i>Partido Comunista da Grã-Bretanha (Marxista-Leninista)</i>
Grécia	<i>Partido Comunista da Grécia</i>
Índia	<i>Partido Comunista da Índia</i>
	<i>Partido Comunista da Índia (Marxista)</i>
Nicarágua	<i>Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN)</i>
Palestina	<i>Organização para a Libertação da Palestina (OLP)</i>
	<i>Autoridade Nacional Palestina</i>
	<i>Movimento de Libertação Nacional da Palestina - Fatah</i>
	<i>Frente Popular de Libertação da Palestina</i>
Peru	<i>Partido Comunista do Peru - Pátria Roja</i>
	<i>Partido Comunista Peruano</i>
Portugal	<i>Partido Comunista Português</i>
República Tcheca	<i>Partido Comunista da Boêmia e Morávia</i>
Saara Ocidental	<i>Frente Polisário</i>
Síria	<i>Partido Socialista Baath</i>
Turquia	<i>Partido Comunista da Turquia</i>
Ucrânia	<i>Partido Comunista da Ucrânia</i>
Uruguai	<i>Partido Comunista do Uruguai</i>
Vietnã	<i>Partido Comunista do Vietnã</i>







Para os próximos anos, visando já ao seu centenário em 2022, exige-se um Partido com ação planejada, mais unido, mobilizado, estruturado e autossustentado, principalmente nas capitais e nos municípios estratégicos. Apesar das ameaças reacionárias, o Partido pode e deve elevar a sua atuação política na resistência democrática e estruturar-se mais e melhor, ampliando sua capilaridade no seio do povo, em especial entre os(as) trabalhadores(as), ousando lutar estrategicamente pela hegemonia na classe trabalhadora brasileira, dando os passos necessários para isso desde já.

Trecho da Resolução Política do 14º Congresso

**PCdoB**
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
www.pcdob.org.br



ISBN-176-85-7277-192-4



9 788572 771924